

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO

TATIANA BORIN

O (DES)LEGADO DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS
UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS IMPACTOS DA REALIZAÇÃO DA COPA DO
MUNDO (FIFA) EM PORTO ALEGRE

PORTO ALEGRE
2017

TATIANA BORIN

O (DES)LEGADO DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS
UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS IMPACTOS DA REALIZAÇÃO DA COPA DO
MUNDO (FIFA) EM PORTO ALEGRE

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências do Movimento Humano.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho.

Porto Alegre - RS
2017

CIP - Catalogação na Publicação

Borin, Tatiana

O (Des)Legado dos Megaeventos Esportivos. Um Estudo de Caso sobre os impactos da realização da Copa do Mundo (FIFA) em Porto Alegre / Tatiana Borin. -- 2017.

291 f.

Orientador: Alberto Reinaldo Reppold Filho.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Megaeventos Esportivos. 2. Copa do Mundo FIFA. 3. Reestruturação Urbana. 4. Esporte. 5. Porto Alegre. I. Reppold Filho, Alberto Reinaldo, orient. II. Título.

TATIANA BORIN

O (DES)LEGADO DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS
UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS IMPACTOS DA REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO (FIFA)
EM PORTO ALEGRE

DISSERTAÇÃO DE Mestrado APRESENTADA À BANCA EXAMINADORA COMO REQUISITO
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO

Conceito Final: **A**

Aprovado em 06 de abril de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Orientador – Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho

Avaliador – Prof. Dr. Elisandro Schultz Wittizorecki

Avaliador – Prof. Dr. Giovanni Felipe Ernest Frizzo

Avaliador – Prof. Dr. Bruno Gawryszewski

Dedico este trabalho aos que sofreram com os infortúnios advindos da realização da Copa; aos que, apesar das injustiças, não se calam e seguem em luta, e aos que sempre mantém acesa nossa fé na humanidade.

Dedico especialmente a Samuel Eggers (1988 – 2013), que após muita luta por mais sorrisos e árvores, foi uma das tantas vítimas de todo esse vandalismo cotidiano.

AGRADECIMENTOS

O processo de nascimento de um grande trabalho acadêmico é duro, difícil, demorado e bastante trabalhoso. Por tudo isso precisamos ter ao nosso lado pessoas em quem confiamos para nos auxiliar a sobreviver “ao parto”.

Diante disso, agradeço inicialmente aos meus pais, Nilo e Ione, que apesar de não compreenderem como se dá a maioria das relações e processos acadêmicos, sempre me auxiliaram e me deram suporte para que eu conseguisse estudar e dedicar-me a isso.

Agradeço também ao professor doutor Alberto Reppold Filho que confiou, mais uma vez, em mim e no meu potencial, me selecionando para o Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano – espero que o trabalho esteja à altura.

De maneira muito especial, agradeço ao Bruno Gawryszewski pelas inúmeras orientações concedidas e pelo incentivo que sempre me proporcionou à escrita. Também ao Lucas Brose que tanto me auxiliou no processo de escrita e revisão. Ao Luth Gisy e à Nessa Schommer pelas traduções do resumo. <3

Agradeço aos colaboradores que aceitaram participar deste projeto e dedicaram um pouco do seu tempo e conhecimento, de forma gratuita, para me auxiliar nesta labuta.

Agradeço aos muitos amigos e amigas, de longe ou de perto, que sempre acreditaram em mim (muito mais que eu mesma, na maior parte das vezes) e me incentivaram a continuar a escrever, ouviram meus lamentos, aguentaram minhas ausências, festejaram as vitórias e me ajudaram a superar as inúmeras batalhas que tivemos neste processo. Vocês são inúmeros e seria injusto esquecer alguém, por isso de maneira coletiva agradeço a cada um de vocês com muito carinho.

Agradeço aos meus e às minhas colegas da Rede Municipal da Prefeitura de Porto Alegre, em especial a um seletor grupo das EMEF's Morro da Cruz, Mariano Beck e Nossa Senhora de Fátima, que além de sempre me incentivar a estudar e produzir, desejar meu bem e que eu sempre tivesse força, muitas vezes cobriram minhas ausências físicas ou mentais decorridas deste processo.

A todos e todas vocês, meu muito obrigada!

Quando a opressão aumenta
Muitos se desencorajam
Mas a coragem dele cresce.
Ele organiza a luta
Pelo tostão do salário, pela água do chá
E pelo poder no Estado.
Pergunta à propriedade:
 Donde vens tu?
Pergunta às opiniões:
 A quem aproveitais?

Onde quer que todos caem
 Ali falará ele
E onde reina a opressão e se fala do Destino
 Ele nomeará os nomes.

Onde se senta à mesa
Senta-se a insatisfação à mesa
 A comida estraga-se
E reconhece-se que o quarto é acanhado.

Pra onde quer que o expulsem, para lá
Vai a revolta, e donde é escorraçado
Fica ainda lá o desassossego.

Bertold Brecht

RESUMO

Porto Alegre foi uma das doze cidades-sedes da Copa do Mundo FIFA 2014. À época da sua candidatura e durante o preparo do evento, muito se divulgou acerca dos prováveis legados que a realização deste megaevento deixaria como retorno à cidade e seus habitantes. Diante disso, passados dois anos do fim da Copa, quisemos avaliar e descrever quais foram os principais impactos que sediar a Copa do Mundo deixou à Porto Alegre e seus (suas) habitantes no âmbito socioeconômico. Para cumprir com tal objetivo, fizemos um estudo de caso com enfoque qualitativo cuja coleta de dados deu-se através de pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas, observações e registros de campo. Para compreender como se dá a realização de um megaevento, fizemos um histórico de como os megaeventos surgiram, se desenvolveram e se firmaram partindo de sua base esportiva e de sua base dentro da sociedade capitalista e globalizada. Também refizemos o caminho histórico percorrido pelas cidades em busca da reestruturação urbana – propiciada pelos megaeventos. Ao analisar os dados, elencamos duas categorias relacionadas ao âmbito social (reestruturação urbana e política/legislação) as quais subdividiram-se em: moradia e especulação imobiliária, garantias à FIFA e legislação, mobilidade urbana e segurança e violência. Percebemos que as obras de mobilidade privilegiaram veículos motorizados individuais e interesses de empreiteiras. As remoções realizadas em nome da Copa do Mundo são (ainda) um ponto de resistência de inúmeras famílias e comunidades – as quais não suportam mais a violação ao seu direito de moradia. A polícia comprou inúmeras armas e munições para conseguir proteger a Copa – e não as pessoas. Com relação à legislação, criou-se no Brasil um estado de exceção, sob qual a FIFA e seus interesses foram soberanos. O dinheiro utilizado para as obras da Copa teve sua origem no fundo público, ao contrário do prometido inicialmente. O custo final apresentou uma redução em relação ao custo inicial, porém isso deveu-se apenas à retirada de inúmeras obras (de mobilidade, na maioria) que não ficariam prontas dentro do prazo. Tivemos a FIFA, as grandes empreiteiras, políticos e a iniciativa privada como vencedores da Copa – e o legado à população de Porto Alegre ficou esquecido diante de tantos processos de corrupção e lavagem de dinheiro que os grandes ligados à Copa se envolveram.

Palavras chave: Copa do Mundo, Porto Alegre, Legados, Megaeventos Esportivos, Reestruturação Urbana e Esporte.

ABSTRACT

Porto Alegre was one of the twelve host cities of the 2014 FIFA World Cup. At the time of its candidacy and during the preparation of the event, much was announced about the probable legacies that the accomplishment of this mega event would leave as a return to the city and its inhabitants. In view of this, two years after the end of the World Cup, we wanted to evaluate and describe the main impacts that hosting the World Cup left to Porto Alegre and its inhabitants in the socioeconomic context. To accomplish this goal, we conducted a case study with a qualitative approach which data collection took place through documentary research, semi-structured interviews, observations and field records. To understand how a mega event takes place, we made a history of how mega-events have emerged, developed and established themselves in sports within the capitalist and globalized society. Also, we make the historic path taken by cities in search of urban restructuring - propitiated by mega-events. In analyzing the data, we have listed two categories related to social scope (urban restructuring and politics / legislation) which were subdivided into: housing and real estate speculation, guarantees to FIFA and legislation, urban mobility and security and violence. It becomes evident that the mobility projects favored individual motor vehicles and the contractors. The removals made in the name of the World Cup are (still) a point of resistance of countless families and communities - which no longer support the violation of their housing right. The police bought numerous weapons and ammunition to protect the World Cup event- not the people. With regard to legislation, a state of exception was created in Brazil, under which FIFA and its interests were sovereign. The money used for the infrastructure works of the Cup had its origin in the public fund, contrary to the one promised initially. The final cost was reduced compared to the initial cost, but this was only due to the withdrawal of numerous infrastructure works (mostly for mobility) that would not be ready on time. We had FIFA, big contractors, politicians and private initiative as winners of the World Cup - and the legacy of the population of Porto Alegre was forgotten in face of so many corruption and money laundering scandals that the big Cup entrants got involved.

Key words: World Cup, Porto Alegre, Legacies, Sports Mega Events, Urban Restructuring and Sport.

RESUMEN

Porto Alegre fue una de las doce ciudades sede de la Copa Mundial de la FIFA 2014. En el momento de su candidatura y durante la preparación del evento, tanto fue publicado sobre el probable legado que la realización de este mega evento volvería a la ciudad y sus habitantes. Así, dos años después del final de la Copa del Mundo, hemos querido evaluar y describir cuáles eran los principales impactos que la celebración de la Copa Mundial han traído a Porto Alegre y sus habitantes en el ámbito socioeconómico. Para cumplir con este objetivo, se realizó un estudio de caso con enfoque cualitativo cuya recolección de datos se realizó a través de la investigación documental, entrevistas semiestructuradas, observaciones y registros de campo. Para comprender cómo es la realización de un mega evento, hicimos una historia de cómo han surgido los mega eventos, se desarrolla y firma a partir de su base de deportes y su base dentro de la sociedad capitalista y globalizada. También rehacemos el camino histórico tomado por las ciudades en busca de reestructuración urbana - provocada por los mega eventos. Mediante el análisis de los datos se indican dos categorías relacionadas con el contexto social (reestructuración urbana y política / legislación) que se subdivide en: vivienda y la especulación inmobiliaria, garantías de la FIFA y la legislación, la movilidad urbana, y la seguridad y la violencia. Nos damos cuenta de que las obras privilegiaron la movilidad de vehículos particulares y los intereses de los contratistas. Las retiradas en nombre de la Copa del Mundo son (todavía) un punto de resistencia de un sinnúmero de familias y comunidades - que ya no soportan la violación de su derecho a la vivienda. La Policía compró numerosas armas y municiones para poder proteger a la Copa del Mundo - y no a las personas. En cuanto a la ley, se creó en Brasil un estado de excepción, en virtud del cual la FIFA y sus intereses eran soberanos. El dinero utilizado para la construcción de la Copa del Mundo tuvo su origen en el fondo público, a diferencia del prometido originalmente. El coste final se redujo en comparación con el costo inicial, pero esto se debió únicamente a la eliminación de numerosas obras (movilidad, en su mayoría) que no estaría listo a tiempo. Tuvimos que la FIFA, los gran contratistas, los políticos y el sector privado como los ganadores de la Copa Mundial - y el legado de la población de Porto Alegre fue olvidado frente a muchos casos de corrupción y lavado de dinero que los grandes relacionado con la Copa del Mundo se involucraron.

PALABRAS CLAVE: Copa Mundial, Porto Alegre, Legados, Mega Eventos Deportivos, Reestructuración Urbana e Deportes

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – MAPA DE PORTO ALEGRE COM A DIVISÃO POR BAIRROS	32
FIGURA 2 - MAPA DOS PAÍSES QUE BOICOTARAM OS JOGOS OLÍMPICOS DE 1976, 1980 E 1984.....	99
FIGURA 3 A – CRONOLOGIA RESUMIDA DOS MEGAEVENTOS.....	101
FIGURA 3 B – CRONOLOGIA RESUMIDA DOS MEGAEVENTOS.....	102
FIGURA 4 – MAPA DAS SEDES DE JOGOS OLÍMPICOS ATÉ 2016.....	105
FIGURA 5 – MAPA DOS PAÍSES ANFITRIÕES DA COPA DO MUNDO FIFA.	106
FIGURA 6 – MAPA DE PORTO ALEGRE COM AS OBRAS RELACIONADAS À COPA DO MUNDO DE 2014.....	121
FIGURA 7 – MAPA DE PORTO ALEGRE COM AS OBRAS VINCULADAS À COPA DO MUNDO DE 2014 ATRAVÉS DA MATRIZ DE RESPONSABILIDADES	123
FIGURA 8 – RELAÇÃO DAS OBRAS DA COPA COM MAPA DA ÁREA DE PORTO ALEGRE	126
FIGURA 9 – ÁREA DE RESTRIÇÃO DO ENTORNO DO BEIRA-RIO PARA OS DIAS DE JOGOS EM PORTO ALEGRE	155
FIGURA 10 – DIVISÃO DOS CUSTOS DAS OBRAS DA COPA DE 2014.....	167
FIGURA 11 – EVOLUÇÃO E DIVISÃO DOS CUSTOS EM REFORMA E CONSTRUÇÃO DE ESTÁDIOS	168

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1 – BREVE APRESENTAÇÃO DOS COLABORADORES DAS ENTREVISTAS E SUA RELAÇÃO COM A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO EM PORTO ALEGRE.....	29
GRÁFICO 1 – PROJETOS DE MOBILIDADE URBANA DA MATRIZ DE RESPONSABILIDADES.....	129
GRÁFICO 2 – VALORES (R\$ MILHÕES) DAS OBRAS DE MOBILIDADE URBANA DA MATRIZ DE RESPONSABILIDADES.....	129
GRÁFICO 3 – ESTRUTURA CICLOVIÁRIA COMPARADA EM CIDADES DO BRASIL.....	133
TABELA 2 – FORMAS DE COMPENSAÇÕES ÀS FAMÍLIAS REMOVIDAS....	139
TABELA 3 – IMPACTOS NA MORADIA DAS OBRAS DA COPA EM PORTO ALEGRE.....	140
TABELA 4 – DADOS ATUALIZADOS (2015) SOBRE OS PROCESSOS DE REMOÇÃO.....	141
TABELA 5 – RESULTADO DAS PERGUNTAS SOBRE SEGURANÇA DA PESQUISA INTERINSTITUCIONAL SOBRE A COPA.....	161
TABELA 7 – INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA PARA A COPA DO MUNDO (PORTO ALEGRE).....	162
TABELA 6 – RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE “SEGURANÇA” COMPRADOS PARA USO DA PM.....	162
TABELA 8 – CUSTOS FINAIS POR CATEGORIA DAS OBRAS DA COPA EM PORTO ALEGRE.....	170

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AFC – *Asian Football Confederation* (Confederação Asiática de Futebol)
- ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa
- BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
- BM – Brigada Militar
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BRT – Bus Rapid Transit
- Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
- CAF – *Confédération Africaine de Football* (Confederação Africana de Futebol)
- CBF – Confederação Brasileira de Futebol
- CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
- CIA - *Central Intelligence Agency* (Central de Inteligência Civil dos Estados Unidos)
- COL – Comitê Organizador Local
- CPC-POA – Comitê Popular da Copa de Porto Alegre
- CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
- COB – Comitê Olímpico Brasileiro
- CONCACAF – *Confederation of North, Central American and Caribbean Association Football* (Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe)
- COI – Comitê Olímpico Internacional
- CONMEBOL – *Confederación Sudamericana de Fútbol* (Confederação Sul-americana de Futebol)
- DAEFi – Diretório Acadêmico de Educação Física e Dança Paulo Hollerbach
- DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre
- ENEEF- Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física
- EUA – Estados Unidos da América
- ExNEEF – Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física
- FBI - *Federal Bureau of Investigation* (Polícia Federal dos EUA)
- FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- FIFA – *Fédération Internationale de Football Association* (Federação Internacional de Futebol)
- FMI – Fundo Monetário Internacional

FPM – Fundação Escola Superior do Ministério Público

GECOPA – Grupo Executivo da Copa do Mundo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

IRS – *Internal Revenue Service* (equivalente à Receita Federal brasileira nos EUA)

MDMs – Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas

MG – Estado de Minas Gerais

MP – Ministério Público

NFL - *National Football League* (Liga de Futebol Americano dos EUA)

OFC – *Oceania Football Confederation* (Confederação de Futebol da Oceania)

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Orçamento Participativo

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PIB – Produto Interno Bruto

PISA – Projeto Integrado Sócio Ambiental

PM – Polícia Militar

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PPGCMH – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano

PPS – Partido Popular Socialista

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

RJ – Estado do Rio de Janeiro

RS – Estado do Rio Grande do Sul

SECOPA – Secretária Extraordinária da Copa de 2014

SESGE - Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos

UEFA – *Union des Associations Européennes de Football* (União das Federações Europeias de Futebol)

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

TCM – Tribunal de Contas do Município de Porto Alegre

TCU – Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	15
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
1.2	(RE)CONHECENDO O CASO – E A CIDADE.....	30
2	SOCIEDADE NEOLIBERAL E LÓGICA POLÍTICO-IDEOLÓGICA	36
2.1	AS CIDADES – SUA ORIGEM E INSERÇÃO NA LÓGICA CAPITALISTA ..	48
2.2	REORGANIZAÇÃO E REURBANIZAÇÃO DAS CIDADES: PARA QUE(M)?56	
2.3	OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS INSERIDOS NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO URBANA.....	65
3	AS DIVERSAS FACES DO ESPORTE MODERNO E SUA CONSTITUIÇÃO COMO TAL	70
3.1	BREVE HISTÓRICO E DISCUSSÕES ACERCA DO ESPORTE	71
3.2	A ERA DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS	81
3.2.2	<i>Legados dos Megaeventos Esportivos e Ideologia.....</i>	<i>83</i>
3.2.2	<i>Histórico, atualidade e como ser “mega”</i>	<i>90</i>
3.2.3	<i>Os boicotes e os escândalos</i>	<i>96</i>
3.3	O ESPORTE UTILIZADO ENQUANTO INSTRUMENTO PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO.....	103
3.4	A TRAMA QUE TROUXE A COPA AO BRASIL	109
4	ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA COPA EM PORTO ALEGRE	117
4.1	REESTRUTURAÇÃO URBANA.....	118
4.1.1	<i>Mobilidade Urbana</i>	<i>128</i>
4.1.2	<i>Moradia e Especulação Imobiliária</i>	<i>134</i>
4.2	POLÍTICA/LEGISLAÇÃO	147
4.2.1	<i>Garantias à FIFA e Lei Geral da Copa.....</i>	<i>148</i>
4.2.2	<i>Violência e Segurança</i>	<i>157</i>
5	ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DA COPA EM PORTO ALEGRE	165
5.1	O CUSTO TOTAL E A ORIGEM DOS RECURSOS	166
5.1.1	<i>A polêmica das estruturas temporárias do Beira-Rio.....</i>	<i>171</i>
5.2	OS LUCROS DA COPA	173
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
	REFERÊNCIAS.....	183
	APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	199
	APÊNDICE B - ENTREVISTA CAMILA – COMITÊ POPULAR DA COPA.....	200

APÊNDICE C - ENTREVISTA BRUNO E MARCELO - VINCULADOS À PMPA	
209	
APÊNDICE D - ENTREVISTA LUCAS – REPRESENTAÇÃO COMUNITÁRIA	233
APÊNDICE E - ENTREVISTA BERNARDO - DOUTORANDO.....	252
ANEXO A – MATRIZ DE RESPONSABILIDADES RIO GRANDE DO SUL/PORTO ALEGRE	265
ANEXO B – TERMO ADITIVO À MATRIZ DE RESPONSABILIDADES DE PORTO ALEGRE - SEGURANÇA	279

1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Megaeventos são acontecimentos de grandes proporções, que envolvem investimentos volumosos na sua preparação e que deixam um conjunto de heranças¹ para as localidades que os sediam. Esses eventos podem ser grandes feiras, festivais e/ou exposições que acontecem de maneira regular ou esporádica (HALL, 2006). Para Damo e Oliven, os megaeventos podem ser entendidos como parte incluída em um grupo maior: os megaempreendimentos.

Nos últimos anos, o Brasil entrou, definitivamente, no circuito dos megaempreendimentos, sendo eles no ramo da indústria (construção de hidrelétricas e exploração da camada pré-sal, por exemplo), da construção civil (portos, aeroportos, autoestradas), da agricultura (plantações de cana-de-açúcar e de soja em larga escala), do entretenimento (Rock in Rio), da religião (visita do Papa Francisco), da política (Rio+20) e, claro, do esporte (Copa do mundo 2014 e Olimpíadas de 2016) (DAMO; OLIVEN, 2014, p. 7).

Dentre este grande grupo de megaempreendimentos, iremos deter nosso foco nos que têm alcançado maior notoriedade tanto na política quanto na economia - os de natureza esportiva. Aliás, cabe ressaltar que, apesar da possibilidade de encaixe dos megaeventos nesta categorização de megaempreendimentos, é importante destacar que as características daqueles – que serão explicitadas mais a frente - diferem muito das encontradas em outros elementos (como construção de hidrelétricas e grandes plantações) dentro deste grupo caracterizador.

Os dois megaeventos esportivos mais importantes do mundo tiveram, pela primeira vez na história, ambas as sedes (consecutivas) em um país do sul da América. Os Jogos Olímpicos de Verão nunca dantes haviam pisado em solo sul-americano. Com relação à Copa do Mundo de Futebol Masculino da FIFA (ou, simplesmente, Copa do Mundo FIFA), em 2014 foi a segunda vez² que tal evento

¹ O termo mais utilizado para definir essas “heranças” são os chamados legados – termo que será discutido mais adiante, neste mesmo trabalho.

² A primeira vez deu-se na Copa de 1950, quando a seleção uruguaia ganhou o título ao derrotar os jogadores da casa por 2 a 1, no Estádio do Maracanã.

teve como sede o país que, nesta competição, mais títulos acumula³. Devido a este vanguardismo – mas não só (conforme demonstraremos ao longo deste estudo), desde a escolha do Brasil e Rio de Janeiro como sedes, muitas foram as dúvidas e inquietações da população brasileira com relação às condições que o país possuía (ou não) para receber tais eventos e aos legados e/ou impactos que estes deixariam para nossas cidades e vidas. Diante disto, muitas pesquisas foram e estão sendo realizadas para verificar a “adaptabilidade” do Brasil aos megaeventos esportivos e, também, o que estes deixam de legado quando são realizados⁴.

Pelo grau de exposição midiática, pelo montante de recursos públicos empenhados, pela natureza das parcerias ensejadas, pelas contestações explícitas e outras tantas características, os megaeventos esportivos têm se prestado como uma espécie de denominador de todos os megaempreendimentos. Discute-se, dessa maneira, os mais variados temas da economia e da política nacional, desde a probidade na gestão dos recursos públicos até a distribuição de poder nas tomadas de decisões sobre o modelo de cidade, de acesso aos bens e serviços públicos e assim por diante. Não resta dúvidas que o tema é atual [...] (DAMO; OLIVEN, 2014, p. 7).

Megaeventos esportivos possuem um maior clamor sobre a sociedade como um todo, quando comparados a megaeventos musicais ou outros. Isso porque o esporte é, hoje, uma das manifestações de maior peso no campo cultural do mundo. Desde o final da segunda Guerra Mundial, ele é apontado como elemento forjado para atuar como propaganda de êxito e poder. O sucesso esportivo teria sido explorado como sendo um equipotente, no universo da cultura, do desenvolvimento econômico de determinado Estado-Nação (NOZAKI; PENNA, 2007).

No Brasil, a situação não é diferente. Não há como negar que o esporte como um todo, e o futebol em específico, exerce forte influência na vida da população brasileira. Denota-se tal fato desde as mudanças em termos de estruturas advindas com a construção de estádios, ginásios e outras instalações

³ A seleção brasileira venceu as Copas de 1958, 1962, 1970 e 1994. O pentacampeonato mundial foi conquistado na Copa de 2002, sediada por Coréia do Sul e Japão.

⁴ Focando apenas em Porto Alegre, temos como exemplo as dissertações de Juliana Mesomo, Clarice Misoczky de Oliveira e Débora Gallas Steigleder e as teses de Anelise Guterres e Milton Cruz – todas apresentadas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre os anos de 2012 e 2015, oriundas de diversos programas de pós-graduação (e disponíveis no sítio do repositório digital LUME <<http://www.lume.ufrgs.br/>>).

esportivas até as políticas públicas de diversos setores que têm no esporte seu principal objeto de ação⁵. No cenário político, não só existe um Ministério específico para tratar dos assuntos referentes à área esportiva como também é grande a influência da chamada “bancada da bola”⁶, principalmente nos poderes legislativos estaduais e federal.

Não podemos esquecer que o esporte também possui lados mais “obscuros”. Foi amplamente utilizado no Brasil (e no mundo) como uma política de pão e circo⁷. A título de exemplo, podemos citar a Copa do Mundo FIFA de 1970 – durante a qual diversos crimes da ditadura militar, que estava no poder à época, foram encobertos da população como um todo diante das vitórias da seleção canarinho⁸. Lee-Meddi faz-nos um breve resgate histórico:

A seleção brasileira de futebol de 1970 foi considerada por muitos a maior de todos os tempos. Ao arrematar em apoteose a taça, tomou para si o estigma de um feito heroico, num espetáculo

⁵ Hoje são diversas as políticas que utilizam o esporte como atrativo “para tirar os jovens, *em situação de risco*, das ruas” (conforme os objetivos – e caracterização de sujeitos alvos - divulgados nas propagandas dos programas), por exemplo o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC): “estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, favorece a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e lazer sejam tratados como políticas e direitos de todos”; e o Segundo Tempo: “tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens [...] prioritariamente em *áreas de vulnerabilidade social*”. Tais informações estão disponíveis diretamente no site do Ministério do Esporte em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/esporte-e-lazer-da-cidade>> e <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo>>.

Visto que não é nosso objetivo de pesquisa aqui fazer a problematização da relação desta situação de risco/vulnerabilidade social com o esporte, indicamos a leitura do livro “Esporte e Juventude Pobre” de Marcelo de Paula Melo, onde esta discussão é feita de maneira bem concreta e com ampla gama de situações exemplos.

⁶ A chamada Bancada da Bola, hoje formalizada como Frente Parlamentar de Apoio ao Esporte, reúne congressistas ligados aos clubes e federações de futebol do Brasil. Atua há várias legislaturas de forma intensa, mas discreta. Obteve maior destaque na mídia (e teve sua estrutura abalada) no momento que duas Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) paralelas se instalaram na Câmara dos Deputados e no Senado Federal – tal fato deu-se em seguida à derrota da Seleção Brasileira de Futebol Masculino na Copa de Mundo de 1998 (perdeu, na final, para a seleção francesa, por 3 x 0).

⁷ “A **política do pão e circo** (*panem et circenses*, no original em Latim) como ficou conhecida, era o modo com o qual os líderes romanos lidavam com a população em geral, para mantê-la fiel à ordem estabelecida e conquistar o seu apoio. Com distribuição de cereais e promoção de espetáculos, os imperadores evitavam o surgimento de manifestações populares, distraíndo, assim, a população dos inúmeros problemas existentes à época” (SANTIAGO, Emerson. **Política do Pão e Circo**. 09 de abril de 2012. Disponível em <<http://www.infoescola.com/historia/politica-do-pao-e-circo/>>. Acesso em 11 de dezembro de 2012).

⁸ Em 1970 a seleção brasileira conquistou o tão esperado tricampeonato da Copa FIFA e, com isso, o direito de posse definitiva sobre a Taça Jules Rimet. A partir deste feito, a FIFA teve que elaborar uma nova Copa, sem entrega definitiva a nenhum dos vencedores, a chamada “Taça FIFA” e/ou “Mister-Ball”.

transmitido pela primeira vez para o povo brasileiro através da televisão. Com forte cobertura na mídia de então, a vitória da seleção brasileira em 1970 foi usada como instrumento de propaganda do regime militar. Nunca o futebol seria tão bem explorado como propaganda de um governo no Brasil como o foi em 1970. A taça Jules Rimet foi erguida pelo próprio presidente de então, Emílio Garrastazu Médici (LEE-MEDDI, 2010, s/p).

A política do pão e circo⁹ adquiriu uma nova “roupagem” no recente caso dos Jogos Pan-Americanos, realizados na cidade do Rio de Janeiro em 2007. Este, além de apresentar-se como a (até então) edição mais cara de tal competição, teve diversos escândalos relacionados ao superfaturamento de obras e culminou com a não instalação, através de manobras políticas da prefeitura carioca à época, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias de má gestão de recursos públicos já que esta “mancharia a imagem da cidade e comprometeria a realização do Pan” (THUSWOHL, 2007b).

Por último, mas não menos importante, o esporte também vem ancorando uma lógica de consumo exacerbado ligada ao estilo de vida ativo – ideia que tem ganhado adeptos de forma crescente nas últimas décadas. Inúmeros produtos são “criados” diariamente de forma a proporcionar uma corrida mais confortável e segura, além de reafirmar padrões estéticos durante (e para) a prática de atividades e adequação a novas atividades. Ter um estilo de vida ativo é algo fortemente propagandeado como necessário (principalmente pela grande mídia, mas também por blogs, pequenos sites e as tão propagadas redes sociais que têm ganhado muito destaque na última década) – e o esporte se sai muito bem enquanto mediador e base desta relação.

Em 1985, Kátia Cavalcanti nos trazia uma problematização a respeito do esporte:

[...] o esporte é um assunto do qual se fala constantemente, mas pouco se interroga sobre o seu sentido. Que é o esporte? Esta questão parece ter caído no esquecimento. Não porque esteja ausente da literatura pedagógica, mas porque está colocada como dogma e como mito, também porque está camuflada sob o ‘humanismo’, e a ‘inovação’ do Esporte para Todos, que oferece ao homem o remédio ideal para os males da sociedade industrial

⁹ Definimos o caso dos Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro em 2007 como política de pão e circo visto que foi um evento utilizado para alavancar a candidatura do país para sediar a Copa de 2014 e, além disso, desviar a atenção da população do cenário de extrema violência a qual estava submetida.

e a esperança de superar desigualdades sociais. Há um consenso universal sobre os 'valores ideais' do esporte. E, portanto, é preciso praticar esporte, praticar sempre e cada vez mais. É exatamente esta universalidade, juntamente com a neutralidade atribuída ao esporte, que permite utilizá-lo, dando-lhe o sentido que convém aos interesses da classe dominante (CAVALCANTI, 1985, p. 25).

Decorridos mais de trinta anos desde então, conseguimos perceber que houve alguns avanços quanto à discussão sobre o sentido do esporte, porém estes acabaram por permanecer (quase que exclusivamente) dentro do universo pertencente à educação física, não alcançando o público em geral.

Nesta conjuntura, a realização dos dois maiores eventos esportivos da atualidade em um curto período de tempo apresenta-se como um grande programa político-social. Tal projeto nos parece ser unilateral – o Governo Federal junto com a CBF/COB (ou vice-versa) arquitetou a candidatura do Brasil à sede, tanto da Copa do Mundo quanto dos Jogos Olímpicos, sem nenhuma consulta pública ou algo parecido. Quando o processo de eleição já estava em um patamar avançado, deu-se início a um longo e intenso trabalho de convencimento da população a respeito das benesses de receber tais eventos. Concluímos que o apoio populacional aos gestores públicos e suas ações é importante, porém, de forma alguma fundamental.

É visível que o povo brasileiro se interessa por esporte e tem nele uma de suas principais válvulas de escape do estresse cotidiano¹⁰. Mas isso não representa uma ligação direta com o desejo de receber (e patrocinar) um megaevento esportivo. Nas manifestações que emergiram das ruas brasileiras em junho de 2013¹¹ pela redução do valor das passagens do transporte público, o “Não vai ter Copa” foi uma das principais palavras de ordem. Além deste também não foram isolados os pedidos de hospitais, educação e segurança “padrão FIFA” – fazendo alusão ao alto padrão estabelecido pela entidade na construção ou reforma dos estádios brasileiros. Não é possível afirmar o desejo de que a Copa

¹⁰ Aqui reconhecemos que há também grupos de pessoas que buscam o esporte justamente no sentido contrário, ou seja, experimentar o estresse esportivo. Informalmente colocamos estes grupos como uma minoria dentro dos possíveis interesses que alicerçam a busca pelo esporte.

¹¹ As Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho foram várias manifestações populares, realizadas de norte a sul do país. Inicialmente, surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público (principalmente nas grandes capitais), porém foram aderindo outras reivindicações. São as maiores mobilizações populares no Brasil desde as manifestações pelo impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, em 1992.

fosse cancelada ou transferida, mas sim que as pessoas que foram às ruas em 2013 almejavam uma Copa diferente, na qual a população também pudesse se considerar *vencedora* – conforme exemplificado acima, com serviços públicos melhorados.

Diversas são as mudanças percebidas no nosso país, em geral, e nas cidades, em específico, com a vinda dos megaeventos – obras eclodiram a cada canto nas cidades-sede, leis foram promulgadas, a mídia e o governo mostraram-se muito preocupados com a opinião pública dos países mundo à fora, entre outros exemplos. Com isso, aspectos sociais, econômicos e políticos são constantemente modificados. Manifestações populares com pautas diversas, programas sociais e, até as redes sociais, tão poderoso meio de comunicação atual, fazem referências aos megaeventos nas mais diversas formas. Diante do exposto, podemos inferir que a relevância deste estudo se demonstra pelo contingente populacional que tem seu cotidiano diretamente modificado com a chegada da Copa do Mundo FIFA ao maior país da América Latina, mas não só. A Copa do Mundo chegou ao Brasil ancorada em uma série de promessas políticas, sociais e econômicas - averiguar o que foi feito e o que ficou impacto positivo ou negativo para os habitantes e para a cidade de Porto Alegre, parece-nos não só um dever acadêmico dentro da maior Universidade pública do estado do Rio Grande do Sul, mas também uma tarefa social.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo, que está inserido na linha de pesquisa “Representações Sociais Do Movimento Humano” do PPGCMH-UFRGS, intentou descrever e analisar os principais impactos que a realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA (em 2014) deixou à população e à cidade de Porto Alegre. Para este fim, utilizamo-nos do enfoque qualitativo.

Triviños, baseando-se em Bogdan¹², indica que a pesquisa qualitativa possui determinadas características - nas quais nos balizamos para a escolha metodológica.

A pesquisa qualitativa de tipo histórico-estrutural, dialética parte também da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana (TRIVIÑOS, 2007, p. 129).

Nosso objetivo aqui não é apenas intuir sobre os possíveis impactos da Copa, mas descrever com clareza e analisar de que forma e em que intensidade a realização deste megaevento altera e alterou o cotidiano da população porto-alegrense – e o que resta após a sua consumação.

O caminho que nos trouxe até esta pesquisa iniciou-se há alguns anos, através da minha atuação política junto ao Diretório Acadêmico de Educação Física Paulo Hollerbach (DAEFi) no período da minha graduação em educação física. Esta participação no DAEFi também propiciou minha aproximação à Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF), e constante presença em inúmeros de seus encontros e fóruns.

Em 2010, participei em Fortaleza do XXXI Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física (ENEEF) o qual tinha como tema: “As cartas estão na mesa! Na Universidade precarização, no esporte grande ilusão!... Qual a carta na manga?”. Durante todo o evento, discutimos os diversos vieses dos megaeventos que, então, começavam a ser construídos (e discutidos) no Brasil. O encontro culminou em um ato público, momento em que nos somamos a um protesto de operários que à época trabalhavam na reforma do Estádio Governador Plácido Castelo (Castelão) e situavam-se em greve por solidariedade às famílias que vinham sendo removidas de suas casas para o andamento das obras da Copa de 2014. Neste momento percebi o quanto as informações sobre tais megaeventos (e suas relações desencadeadas, como esta greve, por exemplo) eram negadas e omitidas, diariamente, à população brasileira. Meu trabalho de conclusão de curso versou sobre as transformações em andamento

¹² BOGDAN, Robert C. & BIRTEN, S. K. Qualitative research for education; an introduction for to theory and methods. Boston, Allyn and Bacon, 1982.

no Rio de Janeiro devido à Copa do Mundo e aos Jogos Olímpicos – que ainda estavam por vir.

Em 2013, já formada, constatei que Porto Alegre estava sofrendo os mesmos reveses que já havia presenciado no Rio de Janeiro e Fortaleza. Diante disso, decidi que seria importante me apropriar academicamente do assunto para discutir os impactos sociais e econômicos que a realização da Copa estava deixando à cidade e à nós, seus habitantes. Isto posto, torna-se clara a justificativa deste estudo.

Com relação à relevância, já foi, em parte, trazida neste breve relato, mas gostaríamos também de enfatizar a crença no dever da Universidade pública (e sua estrutura) em servir aos interesses da população que custeia, através dos inúmeros impostos cobrados no Brasil, para que ela siga atuando – e por isso nosso desejo em fazer uma pesquisa socialmente útil.

A metodologia escolhida para orientar cada pesquisa realizada é de extrema importância, assim como o enfoque que esta terá. A conjunção destas duas escolhas delimita todo um universo de possibilidades a qual servirá cada estudo.

[...] justifica-se a busca de uma metodologia que, considerando também o contexto do fenômeno social que se estuda, privilegia a prática e o propósito transformador do conhecimento que se adquire da realidade que se procura desvendar em seus aspectos essenciais e acidentais. Por isso, consideramos como válido o enfoque histórico-estrutural para nossa realidade social que, empregando o método dialético, é capaz de assinalar as causas e as consequências dos problemas, suas contradições, suas relações, suas qualidades, suas dimensões quantitativas, se existem, e realizar através da ação um processo de transformação da realidade que interessa (TRIVIÑOS, 2007, p. 125).

Este estudo organizou-se sob a forma de estudo de caso. A escolha metodológica deu-se pela confluência entre as características do fenômeno a ser estudado e do método estudo de caso. Segundo Triviños (2007, p. 133), o estudo de caso “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente”. A realização da Copa do Mundo FIFA e das Olimpíadas em um período temporal tão curto¹³ é um fato sem precedentes na história de nosso

¹³ Pode-se dizer que a separação temporal da realização da Copa e das Olimpíadas é quase que simplória, levando-se em consideração que a frequência de ambos os eventos é quadrienal.

país, assim como os impactos aliados a isto. A conjuntura política e econômica atual do Brasil também não nos permite fazer uma relação direta com a edição da Copa do Mundo de 1950 ou com outros países que sediaram o evento maior da FIFA recentemente – o que não significa que estes casos não devam ser usados a título de comparação para análise dos dados. Concordamos com Molina quando ela coloca que:

[...] o estudo de um caso reconstrói um dos sentidos ou interpretações possíveis. Portanto, o estudo de um caso sempre interessa a quem o faz e à comunidade científica interessada nos estudos desde a perspectiva teórica do investigador. O estudo de caso pode contribuir também à teoria ao permitir explicar como as abstrações teóricas se relacionam com as percepções de sentido comum da vida cotidiana (MOLINA, 2004, pp. 99-100).

Aliada à forma do estudo, é importante ressaltar a perspectiva utilizada para todo o tratamento dos dados. Triviños (2007, p. 99), baseado nas ideias de Hayman¹⁴, nos coloca que “se o mestrando inicia a busca bibliográfica orientado pelos conceitos básicos de uma teoria que servirá para compreender, explicar e dar significado aos fatos que estudará, seu caminho será relativamente traçado”. Diante disto, deixemos claro que nos utilizamos do materialismo histórico dialético para analisar os dados, mas não só – todo o processo de construção desta pesquisa, desde a definição do problema até a escrita da conclusão, foi feito baseado nesta forma de compreensão e estudo dos fenômenos sociais. Segundo Lessa e Tonet:

No plano político, o materialismo histórico-dialético [...] é a superação histórica tanto do idealismo quanto do materialismo mecanicista. Ele possibilita compreender a base material das ideias e, ao mesmo tempo, a força material das ideias na reprodução social (LESSA; TONET, 2011, p. 43).

Partindo da explicação acima, pautamos nossa crença de que os eventos não podem ser entendidos como acontecimentos isolados, mas a partir de um processo historicamente construído, o qual afeta a forma como a realidade é compreendida e modificada. Para tudo há um contexto histórico, uma relação social que originou (e talvez, proporcionou) tal ocorrência. Tal entendimento se aplica também aos megaeventos esportivos.

¹⁴ HAYMAN, John. **Investigación e educación**. Buenos Aires, Paidós, 1969. p. 47-60.

Diante do que foi colocado, explicitamos nosso problema de pesquisa: **quais foram os principais impactos que a realização da Copa do Mundo FIFA deixou à população e à cidade de Porto Alegre?** E, de forma a responder tal questão, reiteramos o objetivo deste estudo: **descrever e analisar os principais impactos que a realização da Copa do Mundo FIFA deixou à cidade de Porto Alegre e seus (suas) habitantes dentro do âmbito socioeconômico.** Esclarecemos que o âmbito social possui diversas subdivisões como moradia, mobilidade urbana, segurança pública, etc. A escolha de quais foram incluídas ou excluídas deste estudo deu-se de forma intencional – após a separação das categorias e subcategorias de análise, foram incluídas as que tiveram maior relevância com relação ao contingente populacional atingido por ela (utilizamos uma relação diretamente proporcional: quanto maior a parcela populacional atingida, mais importante foi a categoria de análise).

Como tínhamos um objetivo bastante amplo, apesar de estar focado em apenas uma das doze sedes da Copa do Mundo de 2014, decidimos dividir este em objetivos específicos, quais foram:

- Elencar as obras relacionadas à realização da Copa do Mundo em Porto Alegre, sua localização e fase de execução;
- Comparar os discursos de pessoas com diferentes formas de relação com a realização da Copa em Porto Alegre;
- Verificar a distribuição, em espaços geográficos, dos recursos financeiros e obras relacionadas à realização da Copa do Mundo;
- Elencar e discutir quais foram os métodos para tomada de decisões relacionadas à realização da Copa do Mundo em Porto Alegre.

De forma a alcançar os objetivos traçados, a coleta de dados deu-se em três frentes:

- a) Pesquisa documental, com recorte temporal de 2004 até 2017, abrangendo:
 - Documentos oficiais de organismos nacionais e internacionais (tais como FIFA, TCM, CBF, Governos Federal, Estadual e Municipal e ONU) – aqui estudamos principalmente os documentos produzidos e/ou alterados diretamente

em virtude da realização da Copa, como, por exemplo, a Matriz de Responsabilidades de Porto Alegre e seus aditivos;

- Reportagens, notícias e artigos produzidos pela imprensa ou intelectuais da área e divulgados em jornais, revistas e sítios da internet – neste ponto privilegiamos as reportagens de jornais da grande mídia local (como, por exemplo, Zero Hora e Correio do Povo) e produções independentes ou de movimentos sociais locais;

- Os dossiês formulados pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP) e Comitê Popular da Copa em Porto Alegre (CPC-POA), bem como os relatórios nacional e específico de Porto Alegre produzidos pelo Observatório das Metrôpoles;

- Artigos e trabalhos acadêmicos que abarcaram o tema da Copa do Mundo e/ou da Copa do Mundo em Porto Alegre.

b) Observações e registros de campo, nas áreas das obras relacionadas à vinda da Copa. Aqui, privilegiamos as obras que constavam na primeira Matriz de Responsabilidades de Porto Alegre, assinada em 2010 (documento em anexo);

- Também como observações e registros de campo utilizamos os registros, dados e resultados da pesquisa: “O impacto da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 na Cidade de Porto Alegre: A percepção de comunidades afetadas¹⁵” realizada no ano de 2015.

c) Entrevistas semiestruturadas com pessoas e/ou organizações populares que estejam ou estiveram diretamente ligadas (realizando estudos e ações frequentes) à realização da Copa em Porto Alegre. Para alcançar os objetivos deste projeto, quisemos que estas entrevistas abarcassem:

- Pelo menos uma pessoa que atuou no Comitê Popular da Copa em Porto Alegre – de modo a trazer as opiniões de alguém que atuou em um coletivo múltiplo e abrangente – o qual investigou e contribuiu com diversas ações relativas à realização da Copa e suas obras;

¹⁵ Pesquisa interinstitucional que contribuiu em termos de debates interdisciplinares, estudos sobre metodologia, tabulação de dados, construção de instrumentos de coleta de dados e, a vivência e experiência mais importante, possibilitou a aproximação da autora com o campo deste estudo.

- Pelo menos uma pessoa com vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre em área relacionada ou à SECOPA ou à gestão/estratégia de obras públicas e que esteve neste cargo, ao menos, durante o período preparatório (aproximadamente 2 anos antes) e de realização da Copa. Aqui intentamos trazer opiniões e vivências do ponto de vista de quem trabalhou diretamente com a preparação e execução do evento;
- Pelo menos uma liderança comunitária ou representante de movimento social vinculado às áreas atingidas pelas obras da Copa (com privilégio às regiões próximas à Avenida Tronco e/ou Vila Nazaré, visto que foram áreas de grande mobilização popular quando das obras da Copa);
- Pelo menos uma pessoa formada em educação física e que tenha estudado a Copa em Porto Alegre durante sua pós-graduação, sendo prioritários os estudos feitos sob forma de dissertação ou tese. Gostaríamos de obter ideias e opiniões de alguém com formação relacionada ao esporte de forma a ampliar o diálogo com a revisão de literatura desta área.

Visto que tivemos inúmeras indicações de colaboradores para realizar a entrevista dentro do último critério apresentado, decidimos então colocarmos mais um ponto de inclusão: para além do enfoque acadêmico, procuramos alguém que tivesse alguma das outras três características de entrevistas (atuação no Comitê Popular da Copa, com movimento social vinculado às áreas atingidas ou Prefeitura Municipal de Porto Alegre) de forma que a pesquisa não fosse a única aproximação do colaborador com a realização da Copa do Mundo.

As entrevistas visaram buscar opiniões e argumentos alheios aos encontrados na pesquisa bibliográfica, objetivamos a vivência do fenômeno. Diante disso, após a determinação dos critérios de inclusão no estudo, buscamos sujeitos que – para além da disponibilidade de participar desta pesquisa – pudessem relatar sua experiência com relação à Copa do Mundo e/ou à instituição a qual estivessem ligados. Todos os entrevistados foram indicados por professores/pesquisadores ligados à ESEF/UFRGS que conheciam os objetivos e metodologia desta pesquisa. Após um primeiro contato inicial, no qual foram apresentados a pesquisa, seu objetivo principal e como seriam as entrevistas, combinamos um segundo contato para efetiva realização da entrevista.

Para realização das entrevistas foram marcados dia, hora e local priorizando a escolha e o conforto dos colaboradores. Um termo de consentimento livre e esclarecido foi assinado por cada um dos entrevistados, tranquilizando os colaboradores com relação às dúvidas e questionamentos que por ventura possuíssem. Foram feitas algumas anotações à caneta durante as entrevistas - estas foram gravadas em sua totalidade pelo celular através do aplicativo “Gravador de Voz”, após consentimento dos colaboradores. Combinou-se com todos que os nomes seriam alterados na escrita da dissertação para que sua identidade fosse preservada.

As entrevistas, assim que transcritas, foram enviadas aos colaboradores de forma que estes pudessem lê-las e corrigi-las da maneira que melhor os representasse para, depois, reenviá-las à autora para o uso neste estudo. Três entrevistados retornaram os contatos com as entrevistas corrigidas. Destaca-se novamente que as entrevistas tinham o enfoque de trazer a vivência, a experiência dos colaboradores para somar aos outros dados coletados – nossos entrevistados não foram sujeitos desta pesquisa.

As observações de campo foram realizadas em diversos momentos, quando em visita a algum local de obra da Copa. Foram feitos alguns diálogos com transeuntes e moradores. Todas as observações tiveram detalhes anotados ou transcritos após gravação no celular (também pelo aplicativo “Gravador de Voz”) pela própria autora. Em todas as conversas travadas foi explicitado o vínculo e objetivo desta pesquisa e respeitado o direito da pessoa não emitir sua opinião, se assim o desejasse.

Na tabela 1 está apresentada uma breve apresentação dos entrevistados e sua relação com a realização da Copa do Mundo em Porto Alegre.

TABELA 1 – BREVE APRESENTAÇÃO DOS COLABORADORES DAS ENTREVISTAS E SUA RELAÇÃO COM A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO EM PORTO ALEGRE

Nome	Apresentação
Camila	É formada em arquitetura e urbanismo, trabalhou na área de habitação popular rural, compôs uma brigada urbana pelo direito à moradia adequada e esteve presente na criação do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, e atuou neste até o seu término. Escreveu alguns dos textos do dossiê do CPC-POA e participou de inúmeras ações vinculadas a este coletivo (inclusive durante as remoções).
Bruno	Formado em Engenharia, trabalha na Prefeitura Municipal desde 2009 quando ingressou por indicação política. Trabalhou com a Copa desde a apresentação do projeto e diagnóstico para candidatura de Porto Alegre à cidade sede. Atuou na Secretaria da Copa e depois virou gerente do Programa Copa (2013).
Marcelo	Formado em Relações Internacionais, trabalhava na Secretaria de Infraestrutura do Estado. Em 2013 foi convidado a trabalhar na SeCopa para ajudar no planejamento e execução de alguns projetos no RS, além disso, coordenou alguns dos projetos do Programa Copa.
Lucas	Formado em geografia. Atuante no movimento estudantil (da arquitetura, à época) desde a década de 1990. Trabalha há dez anos em um centro cultural comunitário no bairro Cristal/Porto Alegre, o qual faz uma atuação territorial focada nas áreas de irregularidade fundiária da região. Atuou junto com o Comitê da Copa do Cristal. Atuou em inúmeras ações ligadas ao direito à moradia em Porto Alegre (como o do Arroio Cavalhada/PISA e do Morro Santa Teresa).
Bernardo	Professor de educação física, doutorando em economia política da Copa do Mundo. É professor da Universidade de Rio Grande. Participou dos Comitês Populares da Copa em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, estando presente em inúmeras de suas ações coletivas e escrevendo textos para o dossiê do CPC-Poa.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas.

Concordamos com Campos (2004, p. 3) quando este traz que “na abordagem investigativa de âmbito qualitativo nada é trivial, toda manifestação tem potencial para fornecer pistas importantes na construção e compreensão do fenômeno estudado” e assumimos que outros documentos poderiam ser acrescentados ao quinhão de materiais pesquisados, caso julgássemos ser relevante ao objetivo.

A ideia central de investigação foi avaliar as obras relacionadas à Copa em Porto Alegre (seja pela matriz de responsabilidade, seja por ligação direta com o evento – como a linha 2 do metrô, por exemplo) e analisar qual seu impacto na cidade e para a comunidade das áreas adjacentes. Também quisemos avaliar se os investimentos feitos para a realização da Copa em Porto Alegre obtiveram retornos sociais ou financeiros e, se sim, para quem esse retorno foi útil. As

perguntas que orientaram nossa investigação foram: estas obras concentram-se em algum local da cidade ou estão distribuídas por todo território? Se estão concentradas, onde se concentram? As obras foram finalizadas? Se não, em que ponto pararam e porque pararam? Qual era a estimativa de gasto inicial e quanto se gastou? Qual a relação destas obras com os interesses/necessidades da população (das áreas atingidas e em geral, de Porto Alegre)? De que forma deu-se o projeto e a execução destas obras?

O tratamento de dados foi feito, a partir dos pressupostos teóricos já mencionados, conforme a técnica da triangulação de dados proposta por Triviños:

A técnica da triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro realidade social.

[...] fica claramente estabelecido que, por ser a Coleta de Dados e a Análise dos Dados uma etapa no processo da pesquisa qualitativa, ou **duas que se retroalimentam constantemente**, só didaticamente podemos falar, em forma separada, deste tríplice enfoque no estudo de um fenômeno social. Isto quer dizer que qualquer ideia do sujeito, documento, etc. é **imediatamente descrita, explicada e compreendida**, à medida que isto seja possível, na perspectiva da técnica da triangulação (TRIVIÑOS, 2007, p. 138-139, grifos nossos).

Ao escolher esta forma de organização e metodologia do nosso estudo, tínhamos a pretensão de que este ficasse o mais completo e fidedigno possível às informações que obtivemos e ao referencial no qual nos baseamos.

1.2 (RE)CONHECENDO O CASO – E A CIDADE

Porto Alegre é a capital do Estado do Rio Grande do Sul, situada mais meridionalmente em relação a todas as outras vinte e cinco capitais brasileiras e o distrito federal. Em 2010, possuía 1.409.351 habitantes (IBGE, 2010a), número

que em 2015 estava estimado (segundo o website do IBGE¹⁶) em 1.481.939 pessoas - representando um aumento na faixa de 5% considerando todo o período e uma média de 1% ao ano.

A cidade possui (dados de 2015¹⁷) 496,682 km² de áreas urbanas divididas em oitenta e um bairros, conforme mostra a figura 1. Tem uma densidade populacional média de 2983,68 hab./km² - a qual é extremamente variada, havendo bairros com menos de 300 habitantes e outros, com mais 75.000. Seu PIB (Produto Interno Bruto) percapita de 2014 foi de R\$43.457,65 e apresentou um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,805 em 2010¹⁸ - alcançando a 28^a colocação entre as cidades brasileiras com o melhor índice e a 1^a no estado do Rio Grande do Sul (PNUD, 2013).

Porto Alegre ganhou fama ao redor do mundo por ter sido a primeira sede do Fórum Social Mundial, em 2001 e em 2002, 2003, 2005 e 2012. Também por sua importante localização geográfica, visto que o Rio Grande do Sul é fronteiro das duas grandes economias do Mercosul, Argentina e Uruguai.

Em relação ao esporte, Porto Alegre tem tradição futebolística, com dois clubes com títulos e destaque internacionais – o Sport Clube Internacional e o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense (ambos com estádios próprios e grande torcida dentro e fora do estado), - além de já ter sediado uma edição da Universíade¹⁹ (1963) e ter sido uma das cidade-sede da Copa do Mundo FIFA em 1950.

A capital gaúcha tem o seu centro comercial situado na ponta oeste e o restante da cidade desenvolveu-se a partir daí, consolidando a divisão em mais três zonas: leste, norte e sul.

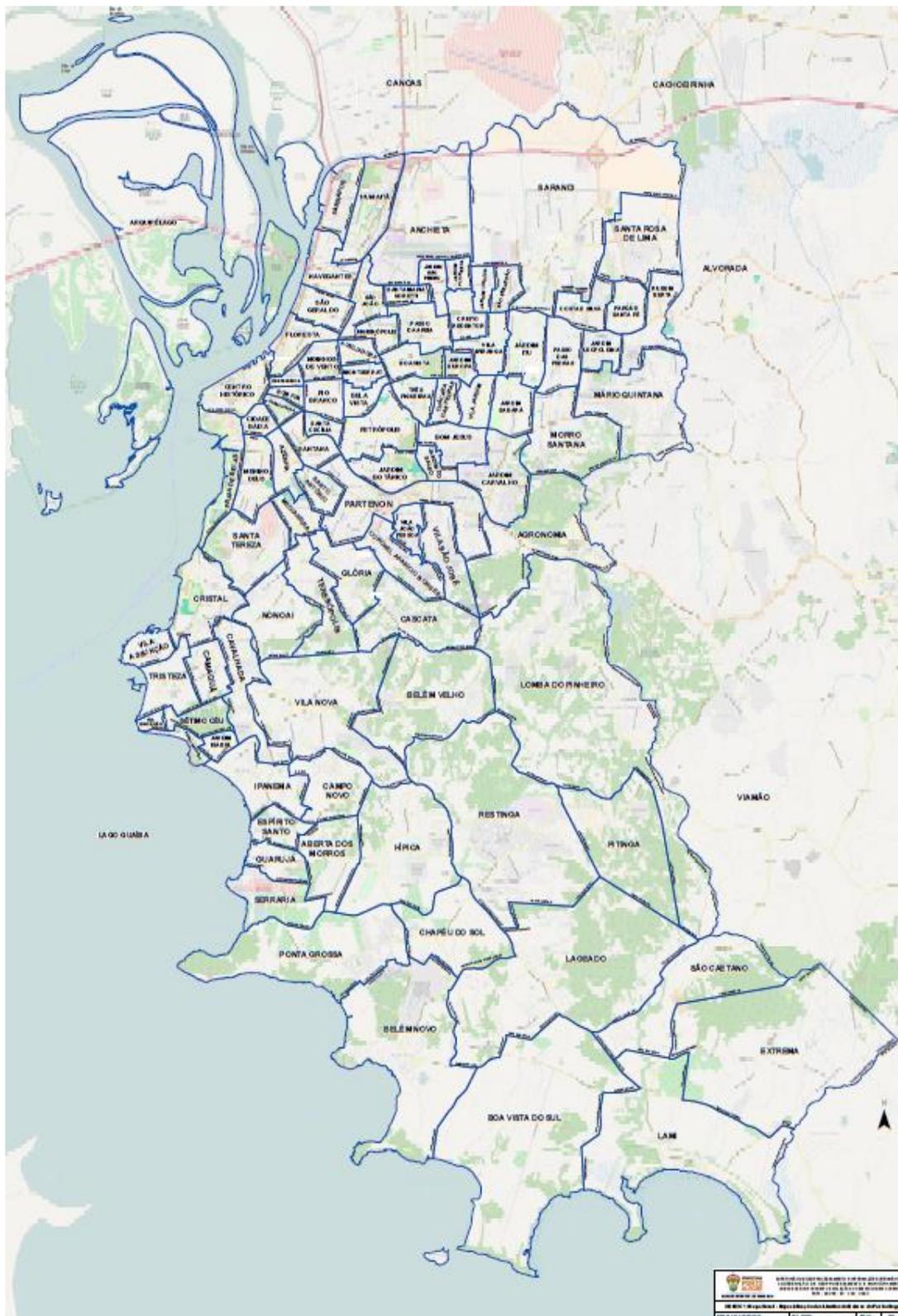
¹⁶ Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/4314902>>. Acesso em 28 de dezembro de 2016.

¹⁷ Em 2010 a cidade possuía 496,827km² apresentando uma pequena perda territorial nestes cinco anos, de 0,145km².

¹⁸ A pesquisa foi elaborada a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e Fundação João Pinheiro - FJP, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

¹⁹ Evento multidesportivo internacional organizado para atletas universitários pela Federação Internacional do Desporto Universitário (FISU). O nome é uma combinação das palavras Universidade e Olimpíada, aludindo aos Jogos Olímpicos.

FIGURA 1 – MAPA DE PORTO ALEGRE COM A DIVISÃO POR BAIRROS



Fonte: PMPA – Lei 11.112/16, Anexo 1.

A mobilidade urbana da cidade sempre esteve baseada, desde sua fundação, em avenidas radiais que conectavam o centro às suas periferias.

Com a chegada da modernidade no início do século XX, a industrialização do centro urbano e a intensificação da necessidade de deslocamento entre as diferentes zonas ocasionaram uma necessidade de planejamento urbano para resolver os dilemas da cidade. A partir de então, concebeu-se a necessidade de avenidas perimetrais ao centro da Capital, que fizessem a conexão com as radiais, sem a necessidade de chegar ao centro. Nesse sentido, Porto Alegre hoje conta com três perimetrais e inúmeras avenidas radiais, sendo a 3ª Perimetral, que tinha sido proposta na década de do século XX, inaugurada somente em 2004. A cidade sofreu, por muitos anos, com diversos problemas de mobilidade urbana devido à sua morfologia e apresentou pouca força de transformação para lidar com esses problemas (CPC-POA, 2015, pp. 8-9).

Diante do explicitado, se torna evidente a visão de boa parte dos gestores públicos – e também da população porto-alegrense - ao enxergar a possibilidade de ser uma das cidades-sede da Copa de 2014 como uma chance única de tirar do papel inúmeros projetos (até o “tão sonhado” metrô) que iriam *revolucionar* a modalidade urbana e alavancar a cidade a um *status global* - mais sólido. Não só isso, mas também a oportunidade de angariar recursos, por meio de programas federais (os quais já eram esperados há muitos anos) foi o suficiente para desejar ser sede da Copa.

A partir dos anúncios, tanto do nome do Brasil como sede da Copa e de Porto Alegre como uma das doze cidades que sediariam os jogos, inúmeras mudanças ocorreram na cidade. Leis foram alteradas, o ânimo da população com relação ao evento variou bastante de total repulsa para com o evento ao entusiasmo extremado, passando por outras emoções intermediárias. Obras foram iniciadas e o cotidiano da capital gaúcha não era mais o mesmo.

No intuito de alcançarmos os objetivos propostos, dividimos a presente pesquisa em quatro capítulos. No primeiro, trouxemos ao debate as principais transformações vividas pelo capitalismo até chegar aos dias de hoje. Dentro deste debate, priorizamos de que forma a geografia e a urbanização tiveram participação dentro das alterações que o capitalismo passou – e de que forma estas se tornaram um elemento de extrema importância à reprodução do capital.

Ainda no primeiro capítulo diferenciamos as mudanças ocorridas nos países capitalistas centrais e periféricos – com enfoque prioritário ao Brasil, haja vista que este é nosso principal interesse. Demonstramos de que forma surgiram e se organizaram as cidades para chegar ao ponto de a que (m) serve as reestruturações urbanas que vemos ocorrendo com tanta frequência nos últimos tempos. Por último, discutimos como vem sendo utilizado o discurso de globalização e como os megaeventos esportivos encaixam-se dentro deste processo apresentado.

Nosso segundo capítulo foi dedicado ao esporte: o que é, como e quando surgiu e de que forma se desenvolveu este elemento cultural. Trouxemos algumas discussões que acompanharam o desenvolvimento do esporte – no Brasil e no mundo – e de que maneira estes resultaram nos megaeventos. Acerca dos megaeventos esportivos, quisemos conceituar tanto este termo quanto o outro que tem sido companhia inseparável do primeiro nos inúmeros discursos ouvidos: os legados (e a relação ideológica que este carrega quando relacionado diretamente com os megaeventos esportivos). Não só conceituamos, mas perfizemos o caminho traçado para que FIFA e COI estejam hoje no patamar no qual estão.

Elencamos alguns acontecimentos históricos associados à realização da Copa do Mundo e/ou das Olimpíadas e os associamos aos elementos políticos e/ou econômicos aos quais estariam ligados. Demonstramos como o esporte vem sendo utilizado pelo capitalismo e seus atores como instrumento para atingir os interesses do capital e qual a relação disto com a vinda dos megaeventos ao sul global.

A partir do terceiro capítulo, iniciamos as análises dos dados obtidos com esta pesquisa. Este é utilizado para apresentar as duas grandes categorias - *Reestruturação Urbana e Política/Legislação* - e seus subitens: moradia e especulação imobiliária, mobilidade urbana, garantias à FIFA e Lei Geral da Copa e segurança pública e violência. Cada um destes itens foi avaliado a partir dos dados coletados, gerando análises sobre os impactos causados em Porto Alegre.

O quarto capítulo traz as categorias econômicas que analisamos e, também, quais as implicações que a realização da Copa do Mundo trouxe para

estes setores. Analisamos os gastos previstos para as obras da Copa e os realmente efetivados, bem como a origem do dinheiro utilizado para que estas obras se realizassem. Ao final elencamos uma série de atores que podem ser considerados *vencedores* da Copa e os motivos que nos levam a crer nisto.

Para que o leitor possa fazer uma avaliação individual dos dados obtidos, decidimos anexar, ao final do estudo, as transcrições das quatro entrevistas semiestruturadas realizadas durante a coleta de dados. Os nossos colaboradores tiveram seus nomes alterados – conforme combinado durante as entrevistas e nos termos de consentimentos assinados – para que não houvesse uma exposição desnecessária destes que dedicaram seu tempo e conhecimento de forma gratuita e despretensiosa para que este estudo pudesse ser concluído, porém as entrevistas foram mantidas na íntegra de maneira que não houvesse deturpação de nenhum dos diálogos.

2 SOCIEDADE NEOLIBERAL E LÓGICA POLÍTICO-IDEOLÓGICA

Mais uma vez frisaremos aqui o uso do materialismo histórico dialético²⁰ para basear o estudo da sociedade e das relações que nesta se constituem. Acreditamos que boa parte das respostas para os fenômenos físicos e sociais encontram-se englobadas nos próprios eventos geradores das questões. A Copa do Mundo FIFA está sendo analisada como um acontecimento social que é incluso e fundado por outros fenômenos maiores - os quais serão explicitados durante este trabalho. O materialismo histórico dialético nos ajuda a compreender a Copa do Mundo FIFA como um evento que, como a sociedade na qual está contido e estruturado, cria as suas próprias contradições, e delas necessita para continuar ocorrendo.

Marx e Engels (2010, p. 40) trazem, em uma de suas citações mais emblemáticas - incluída no primeiro capítulo do Manifesto Comunista, que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes”²¹. Neste livro, os autores nos apresentam ao modo de produção²² capitalista e sua dupla de classes antagônicas: a burguesia - como classe dominante e detentora dos meios de produção; e o proletariado, a maior parcela social, que vende sua força de trabalho visando garantir sua subsistência e o sustento de sua família. A venda da força de trabalho pela classe trabalhadora é a *mercadoria* que produz mais-valia, a qual serve como fonte de lucros e acumulação de riqueza para a classe burguesa (LENIN, 2006).

²⁰ O materialismo histórico é uma tese contida no marxismo que almeja explicações para o conjunto de acontecimentos do plano real aglutinando o social, o político, o econômico, o cultural, etc. Para obter estas explicações, é necessário utilizar o conceito de modo de produção da vida material, vide nota explicativa adiante.

²¹ Na edição inglesa de 1888, Engels traz em uma nota de rodapé na qual explica que tal afirmação se refere a toda história *escrita* – “a pré-História, a organização social anterior à história escrita, era desconhecida em 1847” (MARX e ENGELS, 2010, p. 40 - nota 2 do autor).

²² Modo de produção é o instrumento que nos permite compreender a maneira pela qual a sociedade produz seus bens e serviços, como os utiliza e os distribui. Sinteticamente, podemos dizer que o modo de produção de uma sociedade é formado pelo conjunto de suas forças produtivas e pelas relações de produção existentes naquela. Como exemplo, é possível citar o modo de produção asiático e o escravismo clássico.

Desde seu início, com a queda do feudalismo (baixa Idade Média) até os dias de hoje, o capitalismo sofreu inúmeras modificações nas suas relações econômicas e sociais de forma a conseguir contornar as constantes crises que assolam seu território. As principais análises históricas dividem o capitalismo em três fases distintas²³.

A primeira fase do capitalismo, compreendida entre os séculos XVI e XVII, chamada de capitalismo comercial ou mercantilismo, é marcada pelas grandes navegações e expansão europeia pelo globo, com a colonização de novos territórios e extermínio da população nativa encontrada nestes. O mercantilismo calcava-se na busca e controle (através de pactos comerciais, por exemplo) de matérias-primas e metais preciosos (metalismo) – nesta política, o Estado era o articulador e o organizador do fluxo comercial. Acerca do espaço geográfico o resultado desta fase foi a constituição de inúmeras cidades e crescimento de outras, mas a população ainda se concentrava prioritariamente na área rural. Sua segunda etapa, industrial, tem início entre o período de 1760 a 1820, com a revolução industrial²⁴ - quando a multiplicação dos lucros aumentou de forma considerável - concomitante ao incremento da produção pela utilização de máquinas a vapor.

Com o aumento vultoso dos lucros, a burguesia desejava que estes fossem exponenciais. Para isso, certificou-se em assegurar controle sobre as matérias-primas e energia, de maneira a dominar novos mercados. O surgimento do capitalismo industrial está atrelado ao nascer de um *novo tipo de sociedade*, regida pelo trabalho assalariado nas fábricas e pela propriedade privada. Esta lógica faz com que o trabalhador seja obrigado a vender sua força de trabalho em troca de um salário, enquanto o dono dos meios produtivos, o patrão, oferece-lhe as ferramentas necessárias para o serviço em troca da sua produção, gerando o lucro. Nesta época o Estado teve suas funções reduzidas, principalmente, a

²³ Existem autores que ainda afirmam existir uma quarta fase: o capitalismo informacional — termo desenvolvido por Manuel Castells em sua obra “A Sociedade em Rede”. Também existem autores os quais não consideram o mercantilismo como uma fase inserida no sistema capitalista (a qual entraria na economia de troca de presentes).

²⁴ Conjunto de mudanças tecnológicas, iniciada na Inglaterra no século XVIII e posterior expansão mundial - com profundo impacto na produção fabril – a qual passou a se dar a partir da maquinofatura, substituindo as manufaturas existentes – e que teve reflexos no processo produtivo como um todo, com inúmeras consequências sociais e econômicas.

questões de segurança e manutenção da ordem²⁵. Algumas cidades dos países desenvolvidos (principalmente na Europa, mas também em algumas partes da América do Norte) tiveram um boom populacional – marcado pelo êxodo rural e por uma expansão desordenada das periferias, como em Londres e Paris. Neste cenário, o capitalismo metamorfoseia-se de concorrencial para monopolista (ou financeiro).

A atividade produtiva era financiada, em grande parte, pelo sistema bancário, o que gerou o capital financeiro (união do capital industrial com o capital bancário, sendo que o primeiro opera com influência sobre o segundo²⁶). Com os monopólios, o capital financeiro se fortaleceu e passou a ter soberania sobre as relações de produção e consumo. Lenin (2007) traz que esta transformação (da concorrência em monopólio) constitui um dos fenômenos econômicos mais importantes do capitalismo à época. Citando Hilferding²⁷, Lenin (2007) discorre que o monopólio é vantajoso visto que nivela as diferenças de conjuntura garantindo uma taxa de lucro mais estável, conduz à eliminação do comércio (enquanto estágio da produção), permite o aperfeiçoamento técnico e com isso, a obtenção de lucros superiores aos das empresas “simples” (não-combinadas) e, por último, fortalece os monopólios frente às empresas simples, principalmente nos períodos de depressão. Neste momento, após a Segunda Guerra Mundial, tem início a terceira fase do capitalismo, chamada de monopolista-financeira – na qual iremos concentrar nossa atenção.

Atual fase do capitalismo, resumidamente se alicerça com a formação do mercado de ações e a sua especulação em termos de valores, taxas, juros e outros – itens que passaram a ser uma espécie de mensuração sobre a economia (e, conseqüentemente, política) de um país. Com relação aos efeitos sobre o espaço geográfico, podemos notar uma crescente industrialização dos países emergentes que resultou em uma acelerada urbanização ao longo do século XX,

²⁵ Essa tese baseou-se nos escritos do filósofo e economista Adam Smith e é conhecida como liberalismo econômico: preconizava que a economia tinha capacidade de autorregulação e que a concorrência era a peça chave de toda a economia, visto que iria estimular o investimento em novas tecnologias e, com isso, causar o barateamento dos produtos.

²⁶ Essa união, ou fusão, deu-se pelo fato das empresas passarem a ser fracionadas em ações negociadas com base em valores e calculadas a partir do potencial de lucratividade apresentado por aquelas.

²⁷ **O Capital Financeiro**, Moscou, 1912, pp. 286-287

a exemplo do Brasil, Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan (os chamados Tigres Asiáticos). Essa industrialização deve-se ao fato das grandes empresas migrarem para novos territórios em busca de mão de obra qualificada (e barata, principalmente), fácil acesso a matérias-primas, redução ou isenção fiscal e, o mais importante, um novo mercado consumidor.

Voltando um pouco na história, quando o mundo vivenciou a primeira Grande Guerra (1914 – 1918), os Estados Unidos já detinham a hegemonia incontestada do território Americano, uma presença relevante na Ásia e, durante as decisões da Conferência de Paz de Versalhes (1919), tiveram uma atuação determinante para a vitória da Grã-Bretanha e da França (na Europa). No final da década de 1930, a crise do colonialismo já se encontrava em ação – apesar de ainda haver impérios alargando-se.

Demonstrando esta hegemonia, os Estados Unidos lideraram uma aliança global dos principais países do capitalismo a fim de evitar-se de uma aniquilação mútua e buscar uma maneira racional de enfrentar a sobreacumulação atingida na década de 1930. Esse quadro foi parcialmente solucionado pela destruição do capital no continente europeu assolado pela Guerra. Para conquistar tal propósito, seria preponderante compartilhar as vantagens do desenvolvimento da economia e a abertura de novos mercados.

Outra consequência da Guerra foi a celeridade do processo de descolonização na África e Ásia – os países estavam dedicados à Guerra com seus recursos e estratégias militares, resultando em um controle débil, ou inexistente, de suas colônias – o que propiciou condições para a descolonização. Não obstante, as lutas anticoloniais deslocaram velozmente uma porção considerável de capital político e humano da Guerra Fria às periferias – explicando o suporte estadunidense aos países em desenvolvimento e à descolonização de países africanos e asiáticos (HARVEY, 2005).

Ao final da Segunda Guerra Mundial (que durou de 1939 até 1945), o mundo já havia alicerçado sua nação capitalista dominante: os Estados Unidos da América. Todos os países europeus que, anteriormente, podiam oferecer alguma forma de concorrência a este posto foram devastados pela disputa bélica. Japão e URSS, fora da Europa, também se encontravam vitimados pela guerra. A demonstração desta

hegemonia norte-americana deu-se na realização da Conferência de Bretton Woods, em 1944.

Tal evento pautou a nova forma de valor das moedas internacionais, não sendo mais fixados pelas reservas metálicas dos países, mas pelo dólar. O dólar foi estabelecido como moeda forte/padrão do sistema financeiro internacional, significando que seria a moeda de troca internacional e que o governo estadunidense garantiria sua conversão em ouro²⁸ (à época, 35 dólares equivaliam a uma onça troy, ou 31,103 gramas de ouro). Também se criou, na Conferência, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que logo depois seriam incorporados pela Organização das Nações Unidas (ONU) – que é sediada nos EUA.

O papel dessas agências, notadamente funcionando sob forte influência estadunidense, assegurava que seus respectivos interesses fossem colocados como balizadores para a resolução dos conflitos, como a celebração de acordos econômicos para a exploração de recursos naturais, frear o avanço soviético e do “comunismo” nas zonas de influência já consolidadas e dispor de financiamento para países subdesenvolvidos em prol do “progresso e desenvolvimento”, dentre outros. Toda essa articulação político-econômica que consolidou os Estados Unidos como a ponta da lança no plano das relações internacionais foi uma expressão de como o país conduziu suas atividades em favor da expansão do imperialismo (GAWRYSZEWSKI, 2013, pp. 39-40).

O acordo de Bretton Woods também serviu para colocar em prática o *liberalismo embutido* (HARVEY, 1993), que se caracterizou por uma participação maior do Estado na economia e um aprofundamento das práticas keynesianas²⁹, com expansão da integração política do poder sindical e apoio às negociações coletivas. Tais medidas acabaram por gerar taxas de crescimento importantes (acima de 4,4% ao ano) e um relativo controle sobre a inflação nas décadas de 1950 e 1960. Porém, não conseguiram que a economia mundial passasse incólume pela crise da década de 1970 (HARVEY, 1993). Além disso, é indubitável o fato de que tais taxas

²⁸ Desrespeitando o acordo, em 1971, sem sequer consultar os demais países, o governo Nixon (EUA) acabou com a conversibilidade do dólar em ouro. Ou seja, o dólar seguiu como a moeda de troca mundial (uma grande vantagem), sem a garantia de que pudesse ser trocado por ouro.

²⁹ O keynesianismo é uma teoria econômica do começo do século XX, baseada nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes (1883 – 1946), que defendia o Estado como agente indispensável da economia (não concordava com o marxismo já que não acreditava que o Estado deveria controlar plena e amplamente a economia) e que este tinha o dever de conceder benefícios sociais para que a população tivesse um padrão mínimo de vida.

de crescimento e controle da inflação deram-se, principalmente, nos países já industrializados e centrais (político e economicamente), sendo menores ou, até, insignificantes nos países periféricos e/ou em desenvolvimento.

Diante do exposto, é possível pensar que os países periféricos tenham algo semelhante a um “atraso” com relação ao que é vivenciado nos países desenvolvidos. Alguns teóricos (como Ernest Mandel e Ruy Mauro Marini) debruçaram-se sobre este tema e perceberam uma lógica de funcionamento do capitalismo na qual o desenvolvimento – principalmente industrial - se dava de maneiras e intensidades diferentes nas diversas nações do globo de forma proposital. Segundo Mandel:

Em última instância, esse fato básico, que tem constituído um dos aspectos mais decisivos da economia mundial capitalista nos últimos cem anos, só pode ser explicado por um aspecto ainda mais fundamental da expansão internacional do capital. É verdade que as mercadorias capitalistas criaram e conquistaram o mercado mundial capitalista, isto é, levaram aos limites extremos do mundo a dominação da circulação capitalista de mercadorias e o predomínio das mercadorias produzidas em grande escala na moderna indústria capitalista. Mas, ao mesmo tempo, a expansão internacional não implantou, por toda parte, o modo de produção capitalista. Ao contrário, no chamado Terceiro Mundo, criou e consolidou uma mistura específica de relações de produção pré-capitalistas e capitalistas, que impede, nessas áreas, a generalização do modo de produção capitalista, e especialmente da indústria capitalista em grande escala. Aí reside a causa principal da permanente crise pré-revolucionária nos países dependentes por cerca de meio século, a razão básica pela qual esses países provaram ser, até agora, os elos mais fracos no sistema mundial imperialista (MANDEL, 1982, p. 40).

Esta situação foi alterando-se juntamente às mudanças conjunturais, mas é importante realizar o entendimento de que a demora existente nos países periféricos em vivenciar algumas conjunturas existentes nos países centrais não é fruto do mero acaso ou de sua localização geográfica, por exemplo. Além disso é importante trazer que este “atraso” se reflete em todos os aspectos econômicos – tanto nas inovações quanto nas crises, as quais normalmente estouram nos países centrais e levam um certo período para chegar à periferia. Ao discutir sobre a disseminação da industrialização, por exemplo, o historiador Eric Hobsbawm nos traz que:

[...] é espantoso ver como a indústria pouco saíra do mundo do capitalismo desenvolvido antes do fim da Era dos Impérios, e mesmo até a década de 1970. Em fins da década de 1930, a única grande mudança no mapa mundial da industrialização se

devia aos Planos Quinquenais soviéticos. Ainda em 1960 os velhos centros de industrialização na Europa Ocidental e América do Norte produziam mais de 70% do produto mundial bruto e quase 80% do "valor acrescentado na manufatura", ou seja, da produção industrial (Harris, 1987, pp. 102-3)³⁰. A grande virada da indústria para longe do velho Ocidente — incluindo a ascensão da indústria japonesa, que em 1960 produzia apenas perto de 4% da produção industrial mundial — ocorreu no último terço do século. Só na década de 1970 os economistas começaram a escrever livros sobre "a divisão internacional de trabalho", ou seja, o início da desindustrialização dos velhos centros (HOBBSAWN, 1995, p. 204).

Como exemplo nítido de uma industrialização tardia, voltando um pouco na história, na década de 1950, o Brasil viveu um período marcado pelo desenvolvimentismo: fortaleceu grande parte de sua infraestrutura, principalmente em termos de transporte³¹ e indústrias pesadas como aço, química, petróleo e eletricidade. Porém, tais mudanças vieram às custas do governo manter suas contas em desequilíbrio constante, aumentando exponencialmente a dívida externa, ocasionando uma onda inflacionária.

Nesta mesma época, os investimentos diretos estrangeiros, por meio de filiais, iniciaram sua expansão em larga escala no território brasileiro. Desta forma as empresas multinacionais alicerçaram um sistema global de produção onde cada parcela constituinte passou a ser dependente da outra – o capital foi obtendo cada vez mais autonomia e mobilidade frente aos governos (GAWRYSZEWSKI, 2008).

Após o golpe militar de 1964, no período compreendido entre os anos de 1969 e 1973, o Brasil vivenciou uma época conhecida como o Milagre Econômico.³² O crescimento acelerado das indústrias gerou empregos e avultou a renda de muitos trabalhadores. O ministro da fazenda à época, Antônio Delfim Netto, adotou a política de aumentar o gasto público e incentivar as empresas privadas e multinacionais a

³⁰ HARRIS, Nigel. **The end of the Third World**. Harmondsworth, 1987.

³¹ Já nesta época foi dada preponderância ao transporte rodoviário em detrimento aos demais (aéreo, hidroviário e ferroviário) apesar do alto custo financeiro e ambiental. Este segue sendo o principal método de transporte de cargas e passageiros no Brasil.

³² Apesar de realmente ter havido um crescimento importante em termos de economia, o governo de Delfim Netto ficou assim conhecido também pela construção de obras faraônicas ("projetos de impacto" segundo divulgações do próprio governo), alguns de utilidade bastante controversa, como a Rodovia Transamazônica, a empresa binacional de Itaipu e a Ferrovia do Aço – que foi abandonada, e pela propaganda ufanista do governo, com o uso da conquista do tricampeonato mundial da Seleção Brasileira de Futebol como mote para slogans como: "ninguém mais segura esse país".

investirem na indústria³³ e na infraestrutura do país, reduzindo os juros e ampliando o crédito. Neste íterim houve uma ampliação da concentração de renda³⁴ ocasionada pela redução dos salários dos quintis mais baixos – e a dívida externa brasileira aumentou praticamente 300%. Esta redução de salários fez com que as pessoas de baixa renda encolhessem a sua participação na renda nacional que estava em mais de 1/6, em 1960, para menos de 1/7, em 1970.

Esta industrialização brasileira não foi distribuída igualmente no território brasileiro, mas concentrada propositalmente no eixo Rio de Janeiro – São Paulo. Tal fato ocasionou a destruição da economia de outras regiões do país que não receberam o mesmo nível de investimentos e subsídios, principalmente o sertão nordestino. Viveu-se então uma migração em massa de pessoas destas regiões preteridas para a região sudeste. Incrementou-se, a níveis jamais vistos antes, problemas de urbanização vivenciados até hoje como a favelização, decadência urbana, falta de saneamento, mobilidade.

Próximo ao fim da década de 1960, o *liberalismo embutido*³⁵ começou a derrocar, tanto internacionalmente quanto no nível das economias domésticas. O desemprego e a inflação amplificavam-se em toda parte. Crises fiscais assomaram em vários Estados, enquanto a arrecadação fiscal caía avultadamente e os gastos com políticas sociais disparavam.

Mesmo antes da guerra árabe-israelense e do embargo do petróleo da OPEP de 1973, o sistema de taxas de câmbio fixas DCE Breetton Woods baseado em reservas de ouro tinha se tornado ineficaz. A porosidade das fronteiras dos Estados com relação aos fluxos de capital pressionava o sistema de taxas de câmbios fixas. Os dólares dos Estados Unidos tinham inundado o mundo e escapado ao controle daquele país, sendo depositados em bancos europeus (HARVEY, 2014b, p. 22).

As taxas de câmbio internacionais fixas foram descartadas por causa desta conjuntura, a partir de uma decisão unilateral dos Estados Unidos em 1971. O ouro

³³ Foram, aproximadamente, US\$ 2872 milhões em investimento estrangeiro direto no período (1967 – 1973), fazendo com que a situação descrita anteriormente – do sistema global de produção – tornasse-se ainda mais forte e estruturada.

³⁴ Condizente com o jargão de “fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”, muito utilizado pelo presidente à época.

³⁵ Forma pela qual é alcunhada esse tipo de organização político econômica na qual os processos de mercado e as atividades empreendedoras e corporativas eram envolvidas por uma rede de contenções sociais e políticas que às vezes restringiu, mas, em outros casos, liderou a estratégia econômica e industrial (HARVEY, 2014b)

não conseguia mais ser a base metálica da moeda internacional - acarretando em taxas de juros flutuantes. Por conta dos altos custos, abandonou-se as tentativas de controlá-las.

Sem as restrições dos Bancos Centrais, o capital financeiro poderia especular livremente as oscilações de valor entre as moedas fortes do mercado internacional. O período o qual ficara conhecido como os *anos dourados* do capitalismo, chega ao fim.

A depressão de 1973-75³⁶ produziu uma onda de mudanças no desenvolvimento capitalista. Este período foi abalizado por “baixas taxas de crescimento (aproximadamente 2,2% ao ano, de 1973 a 1988), alto desemprego e inflação e ruptura da hegemonia dos EUA” (HARVEY, 1993, p. 9-10). A crise era pior do que a do período entre guerras.

O reaparecimento de miseráveis sem teto era parte do impressionante aumento da desigualdade social e econômica da nova era. [...] Durante as Décadas de Crise, a desigualdade inquestionavelmente aumentou nas “economias de mercado desenvolvidas”, principalmente desde que o quase automático aumento nas rendas reais a que as classes trabalhadoras se haviam acostumado na Era de Ouro agora chegara ao fim. Tanto os extremos de pobreza e riqueza subiram, como subiu a gama de distribuição de renda entre eles (HOBBSAWN, 1995, pp. 396-397).

A partir dessa crise (que durou pelo menos vinte anos), houve a imposição de novas práticas que possibilitassem a continuidade do capitalismo. No final da década de 1970, inúmeros governos neoliberais entram em ascensão nos países mais poderosos do globo.

O desamparo provocado por essas dificuldades fez **ressurgir o pensamento liberal**. A solução que antes era decidida na base do consenso entre sindicatos, empresariado e Estado, agora era a partir do confronto, da luta contra os sindicatos, o atraso da indústria e o gigantismo do Estado. A ortodoxia monetária substituía o Estado de Bem-Estar Social e o principal objetivo não é mais o pleno emprego, mas sim, o combate à inflação e o pagamento das dívidas com o capital financeiro (GAWRYSZEWSKI, 2008, p. 23 – grifos nossos).

³⁶ Em 1973 aconteceu o primeiro choque do petróleo. O elemento detonador foi a Guerra do Yom Kippur, entre árabes e judeus, em disputa pelos territórios palestinos. Assim, os países árabes e produtores de petróleo fizeram um boicote a todos aqueles que estivessem ao lado dos israelenses. Em menos de um ano, o preço do barril de petróleo aumentou de US\$2,50 para US\$11,50, impactando mais diretamente os países industrializados a partir de 1974, gerando inflação e instabilidade (a bolsa de Londres, por exemplo, teve uma das quedas mais importantes da sua história, caindo 73 pontos percentuais)

Em 1978, Deng Xiaoping realizava a abertura econômica chinesa (país que continha um quinto da população mundial). Em maio de 1979, no Reino Unido, Margaret Thatcher era eleita primeira ministra da Grã-Bretanha com a *missão* de enfraquecer o poder dos sindicatos e extinguir a estagnação econômica do país. Do outro lado do Atlântico, em 1980, Ronald Reagan era eleito presidente dos Estados Unidos com a promessa de revigorar a economia norte-americana e dar continuidade à política monetária instituída por Paul Volcker³⁷ no ano pregresso – adicionando sua “própria mistura particular de políticas destinadas a restringir o poder do trabalho, desregular a indústria, a agricultura e os setores extrativistas, assim como liberar os poderes das finanças tanto internamente como no cenário mundial” (HARVEY, 2014b, p. 11). Analisando este período, David Harvey (2014b, p. 11) assenta que “os futuros historiadores poderão coerentemente ver os anos compreendidos entre 1978 e 1980 como um ponto de ruptura revolucionária na história social e econômica do mundo”. Ao longo do tempo, as medidas tomadas à época comprovaram que o neoliberalismo surgiu mais como uma artimanha de reassunção do poder de classe do que uma saída para o capitalismo.

Harvey conceitua o neoliberalismo, revitalizado à época, da seguinte forma:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido **liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais** no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. **O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas**; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, **se não existirem mercados** (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), **estes deverão ser criados**, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As

³⁷ Economista estadunidense, subsecretário e depois presidente do Federal Reserve (FED - Banco Central dos Estados Unidos), durante os governos de Jimmy Carter (1977 – 1981) e Ronald Reagan (1981 - 1989). Paul Volcker assumiu o comando do FED em julho de 1979 e, no curso de alguns meses, mudou drasticamente a política monetária. O FED, a partir de então, assumiu a liderança na luta contra a inflação, independente das consequências (em particular no que se refere ao desemprego) (HARVEY, 2014b, p. 11).

intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (HARVEY, 2014b, p. 12, grifos nossos).

O neoliberalismo influencia em todos os processos político-econômicos e sociais. Ao lado do recuo das políticas sociais, aumento do desemprego, aumento da pobreza e aumento da violência, o sistema urbanístico utilizado até então torna-se obsoleto e é permutado por um novo ideário de planejamento urbano. Torna-se necessário transfigurar (através de brechas na legislação e vendas de empresas públicas, por exemplo) as cidades, abrindo novas lacunas para os capitais – principalmente nos setores imobiliários, de construção e infraestrutura e de serviços.

Esse breve histórico e contextualização do desenvolvimento capitalista (e da reestruturação do liberalismo) é importante para que entendamos sobre quais eixos se alicerça a sociedade – principalmente em que base econômica ela se assenta, e, a partir daí, possamos compreender qual lógica rege a realização de um megaevento. Concordamos com David Harvey quando este traz que:

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos (HARVEY, 2014b, p. 15).

Demonstramos que o modelo de bem-estar social estava em crise e, com este, o modelo organizacional das cidades precisava ser readequado (por isso um novo ideário de planejamento). “Paradoxalmente, foi um governo socialista, do francês Mitterrand³⁸, que inaugurou o que se tornaria ‘solução’ para essas áreas: transformá-las por meio da construção de grandes equipamentos culturais” (FERREIRA, 2014, p. 8). A ideia utilizada pelo francês consistia basicamente em aquecer o mercado imobiliário e de construção civil, dinamizar o turismo e produzir forte valorização e elitização. A mudança das cidades e da forma de

³⁸ François Mitterrand foi presidente da França por catorze anos, de 1981 a 1994, oriundo do Partido Socialista.

organização destas está coadunada à globalização neoliberal – o processo urbano é impulsionado por forças sociais poderosas (HARVEY, 2014a).

O capitalismo fundamenta-se, como nos diz Marx, na eterna busca pela mais-valia (lucro). Contudo, para produzir mais-valia, os capitalistas têm de produzir excedentes de produção. Isso significa que o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para produzir o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização (HARVEY, 2014a, p. 30).

Se a urbanização é necessária ao capitalismo, então o capitalismo precisa que novos processos de urbanização sejam arquitetados. Porém nossas cidades já se encontram urbanizadas. É necessário que se destrua o que já existe e se construa novos elementos – erguendo uma nova forma de organização, de forma a justificar os transtornos e os gastos decorrentes destes processos. Nesta questão que iremos adentrar daqui para frente.

Até aqui demonstramos o caminho político-econômico que a sociedade moderna (ocidental, majoritariamente) percorreu para chegar até o século XXI. Como o enfoque principal deste estudo não é trazer todos os pormenores ocorridos neste trajeto, decidimos não nos aprofundar mais neste assunto. Apesar disso, é importante deixarmos claro que há situações específicas ocorrendo em cada Estado-Nação a cada momento histórico e que a síntese que fizemos é, como já explicita o termo, um resumo - para fins de entendimento. Dentro dessa luta maior, das nações em busca da hegemonia e do poder, há luta de classes – conforme Marx já dizia em seus escritos - ocorrendo dentro e fora delas, mas como não teríamos condições de expô-las em sua complexidade, optamos por não as citar.

2.1 AS CIDADES – SUA ORIGEM E INSERÇÃO NA LÓGICA CAPITALISTA

O fim do Estado provedor e o afloramento da globalização e, quase como um complemento desta, do neoliberalismo (entre as décadas de 1970 e 1980) causaram um profundo impacto nas cidades, especialmente naquelas do capitalismo periférico - que não viveram os ditos *anos dourados capitalistas* (como não poderiam deixar de ser) dos direitos sociais.

Ao lado do recuo das políticas sociais, aumento do desemprego, aumento da pobreza, aumento da violência, um novo ideário de planejamento urbano substituiu o urbanismo modernista, ambos importados do capitalismo central. Desregulação, flexibilização, privatização são conceitos que acompanharam a reestruturação das cidades buscando abrir novos espaços para os capitais em especial os capitais imobiliários (incorporação, edificação, financiamento imobiliário), de construção de infraestrutura e de serviços (MARICATO, 2014, pp. 7-8).

Ou seja, o capital tem utilizado nossas cidades, com todas suas políticas comuns de usurpação, como nova forma de escoamento para suas mercadorias. Para entender melhor como isso vem acontecendo é importante, primeiramente, entendermos o que é e como se constituiu a cidade.

A cidade, no seu surgimento³⁹, pode ser entendida como um ímã que atrai, reúne e concentra os homens para si. Este ímã, inicialmente sob forma de um templo, propaga a sedentarização destes homens (que também passam a plantar seu alimento). A construção desses templos implicou em um trabalho organizado – o que marca a necessidade de algum tipo de normalização e regulação internas. Ao fazer uma relação entre o surgimento das cidades e da escrita⁴⁰, Raquel Rolnik nos traz que:

A cidade, enquanto local permanente de moradia e trabalho, se implanta quando a produção gera um excedente, uma quantidade de produto para além das necessidades de consumo imediato.

³⁹ Os primeiros indícios de cidades dos quais há informações foram os zigurates, espécies de templos sob forma de pirâmide com a presença de uma espécie de degraus, que apareceram nas planícies da Mesopotâmia, aproximadamente em 3000 a. C.

⁴⁰ Em termos históricos os dois fenômenos aconteceram quase que simultaneamente, impulsionados pela necessidade de memorização, medida e gestão do trabalho coletivo (ROLNIK, 1995).

O excedente é, ao mesmo tempo, a possibilidade da existência da cidade – na medida em que seus moradores são consumidores e não produtores agrícolas – e seu resultado – na medida que é a partir da cidade que a produção agrícola é impulsionada. Ali são concebidas e administradas as grandes obras de drenagem e irrigação que incrementam a produtividade da terra; ali se produzem as novas tecnologias do trabalho e da guerra. Enfim, é na cidade, e através da escrita, que se registra a acumulação de riquezas, de conhecimentos (ROLNIK, 1995, p. 17).

Dentro desta mesma relação com a escrita, podemos entender a arquitetura como uma forma de memorização, de fixar algum registro – a cidade pode ser lida e por isso muito tem-se falado na preservação da memória coletiva, da cultura de algum lugar através da preservação de bens arquitetônicos.

Desde o início da sua existência, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção (HARVEY, 2014a). Logo, a urbanização sempre foi algum tipo de fenômeno de classe, posto que os excedentes são retirados de alguém ou de algum lugar, ao passo que o domínio sobre a utilização desse lucro acumulado geralmente permanece nas mãos de poucos grupos/cidadãos.

Essa é a representação da situação geral, a qual persiste sob a égide capitalista – porém com uma dinâmica bem diferente em atuação. Marx (2013) traz que o capitalismo se fundamenta na mais-valia (lucro) e que, para produzir mais-valia os capitalistas devem produzir (ou dominar a geração de) excedentes de produção. Isso demonstra que o capitalismo está sempre produzindo os excedentes exigidos pela urbanização e o contrário também é verdadeiro: a urbanização está permanentemente a serviço do capitalismo para absorver o excedente de produção deste. Assim que surge a íntima relação entre o desenvolvimento capitalista e a urbanização.

Marx e Engels (2010, p. 41) afirmaram que “a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de transformações no modo de produção e circulação”, como as cidades, ao crescerem e se desenvolverem juntamente com o capitalismo, não acabariam por herdar muitas de suas características? Isto ocorreu e é um importante aspecto da vida das nossas cidades, por isso analisaremos algumas destas características. A primeira delas é a dominação pelo mercado.

Quando os indivíduos viviam isolados, cada um produzia o que sua necessidade de sobrevivência exigia. Porém, quando se abre a possibilidade da obtenção destes itens necessários à sobrevivência através da troca, caracteriza-se a especialização do trabalho e a concomitante instauração de um mercado. E a cidade cria o mercado a partir do fato que agrupa, em um local delimitado, uma farta população. Hoje em dia, após vários processos de especialização e divisão do trabalho, é fácil perceber que as cidades vivem em função do mercado.

Outro ponto que merece destaque é a mercantilização do espaço. A terra urbana, que nas vilas medievais era comunalmente ocupada pela nobreza e servos, tornou-se uma mercadoria com a expulsão dos servos das terras – podendo ser comprada e vendida, assim como sapatos, roupas ou um punhado de moedas de ouro. E, ao longo do tempo, não só pedaços de terra foram mercantilizados, mas a própria cidade tornou-se uma mercadoria, como nos mostra Fernanda Sánchez:

A transformação das cidades em mercadorias vem indicar que o processo de mercantilização do espaço atinge outro patamar, produto do desenvolvimento do mundo da mercadoria, da realização do capitalismo e do processo de globalização em sua fase atual. A existência de um mercado de cidades, como um fenômeno recente, mostra a importância cada vez maior do espaço no capitalismo – a orientação estratégica para a conquista do espaço, que agora alcança cidades como um todo, postas em circulação num mercado mundial – evidencia a produção global do espaço social (SÁNCHEZ, 2001, p. 33).

A mercantilização do espaço está intimamente ligada ao ponto trazido anteriormente - as cidades estão dominadas pelo mercado e, neste, tudo vira mercadoria – e também ao próximo quesito que abordaremos: a segregação do espaço.

A segregação espacial é entendida como o movimento de separação das classes sociais (muitas vezes englobando também funções laborais) dentro do espaço urbano. Esta separação pode ser vista através de um recorte de classe, raça e faixa etária, mas também se expressa através da distância entre locais de trabalho e locais de moradia. É fácil visualizar isso nas cidades modernas – por exemplo, se considerarmos os bairros da cidade do Rio de Janeiro, teremos condições e populações muito distintas se considerarmos o Leblon (bairro de alto poder aquisitivo carioca) e a Rocinha (favela localizada também na zona sul do

Rio de Janeiro). Ao longo da história das cidades, essa segregação fica mais evidente ao passo que avança o processo de mercantilização da sociedade e será extremamente alavancada pela disseminação do trabalho assalariado (característica do capitalismo).

Ao compararmos os diferentes modos de produção percebemos que nas relações entre mestre/aprendiz ou senhor/escravo a convivência entre ambos é fator essencial, já a relação entre patrão/empregado dá-se através do salário. Com ele o trabalhador pode sustentar a si e a sua família e, também, adquirir uma porção de terra para morar. Dentro do mercado imobiliário, patrão e empregado escolherão localizações de acordo com a quantidade de moeda que possuírem para isso.

A questão da segregação ganha sob este ponto de vista um conteúdo político, de conflito: a luta pelo espaço urbano. Para os membros da classe dominante, a proximidade do território popular representa um risco permanente de contaminação, de desordem. Por isso deve ser, no mínimo, evitado. Por outro lado, o próprio processo de segregação acaba por criar a possibilidade de organização de um território popular, base da luta por trabalhadores pela apropriação do espaço da cidade (ROLNIK, 1995, pp. 56 – 57).

A última característica do capitalismo herdada pelas cidades sobre a qual iremos discutir é a intervenção do Estado na cidade. O Estado está tão presente no cotidiano das cidades que parece ser parte integrante do próprio cenário urbano: nas redes públicas de transporte, saúde e educação; na polícia que regula o trânsito; nas leis que regulam construções, etc.

Nas cidades de qualquer tamanho há sempre uma dimensão pública de vida coletiva (seja o lixo que não pode se acumular nas ruas ou uma praça que permite a utilização e convivência coletiva), e com isso, surge uma necessidade de organização da vida pública – a qual faz emergir um *poder urbano* (autoridade político-administrativa encarregada da gestão da cidade).

A relação morador da cidade/poder urbano pode variar infinitamente em cada caso, mas o certo é que desde sua origem cidade significa, ao mesmo tempo, uma maneira de organizar o território e uma relação política. Assim, ser habitante de cidade significa participar de alguma forma da vida pública, mesmo que em muitos casos esta participação seja apenas a submissão a regras e regulamentos (ROLNIK, 1995, p. 23).

Ao pensarmos sobre este poder urbano, provavelmente a primeira imagem que nos vem à mente é a de um agente da polícia ou então de um

governante (prefeito ou vereador, por exemplo), mas estas não são as únicas formas pelas quais este poder se manifesta. Nas cidades há uma luta cotidiana pela apropriação do espaço que também representa este poder urbano. Nas grandes manifestações civis – sejam elas de cunho político, religioso ou festivo – pode-se perceber que o espaço público deixa de ser apenas cenário da circulação cotidiana e passa a ser a representação da ânsia por cidadania. A manifestação do poder público está presente em todos os momentos, velado nos gestos e palavras dos habitantes da cidade, tornando-se mais palpável quando em grandes proporções.

Na passeata, comício ou barricada a vontade dos cidadãos desafia o poder urbano através da apropriação simbólica do terreno público. Nestes momentos, assim como nas festas populares como o carnaval ou as festas religiosas, as muralhas invisíveis que regulam a cidade, mantendo cada coisa em seu lugar e comprimindo a multidão do dia a dia, se salientam pela ausência. (ROLNIK, 1995, p. 27)

Ainda segundo Rolnik (1995, p. 60) é “no decorrer do século XVII que se esboça uma reviravolta na definição do poder urbano” – este revés representa uma transfiguração na composição das forças políticas que alicerçam este poder, “fruto da incorporação do grupo social diretamente envolvido na acumulação do capital nas esferas dominantes” (ROLNIK, 1995, p. 60). Isso significa que a ação do poder urbano que se alavanca neste processo inicialmente tende a favorecer a acumulação de capital nas mãos deste grupo.

Desta forma se define a ocupação da terra urbana: dividida em lotes geométricos, de fácil medição para que também a atribuição de seus preços seja facilitada. A lógica capitalista passa a comandar a condução de uma política de ocupação da cidade, o que, em última análise, vai acarretar na organização de todo um aparelho de Estado para intervenção nesta. Arantes, se utilizando também dos escritos de Lefèbvre⁴¹, concorda com a ideia aqui apresentada:

[...] e que haja – como mostrou à exaustão Lefèbvre e depois toda a geografia humana recente – uma relação direta entre a configuração espacial urbana e a produção ou reprodução do

⁴¹ Henri Lefèbvre foi um filósofo e sociólogo francês. Um dos pioneiros no estudo da cidade e das lutas urbanas acreditava que o espaço deve ser considerado como historicamente produzido pelo homem à medida que organiza política e economicamente a sua sociedade. Entre suas obras mais famosas estão O Direito à cidade (1969) e A Revolução Urbana (1970).

capital, como estamos vendo, há algo de novo a registrar nessa fase do capitalismo em que as cidades passaram elas mesmas a ser geridas e consumidas como mercadorias (ARANTES, 2013, p. 26).

Um dos pontos de ampla atuação do Estado na formação do espaço urbano é o esforço em planejá-lo para que possa funcionar de acordo com os interesses das classes dominantes. Emerge-se a ideia de planejamento urbano, que, por de trás de sua roupagem utópica, concentra uma ideia de cidade que possa funcionar como um mecanismo de relógio, mecanicamente – eliminando, com isso, a vida e a criatividade que emergem da cidade originalmente. Este planejamento foi visto em muitas obras de artistas como Thomas Morus⁴², Campanella e Da Vinci. Rolnik transporta as características materializadas pelos artistas para o que temos nas cidades atuais e as enumera:

Evidentemente, as cidades imaginárias dos pensadores utópicos não viraram realidade. Sua importância, entretanto, reside no fato de expressarem claramente um programa de intervenção do Estado na cidade, cujos temas principais se repetem até no planejamento computadorizado de hoje. O primeiro é a **leitura mecânica de cidade** – a cidade como circulação de fluxos –, de pedestres, de veículos, de tropas ou de ventos. O segundo é a **ideia de ordenação matemática** – a regularidade e a repetição – como base da racionalização na produção do espaço. Ainda um terceiro pressuposto é a **ideia de que uma cidade é uma cidade sem males**, utopia que até hoje seduz os defensores do planejamento urbano. E, finalmente, nas utopias está esboçada a **possibilidade de o Estado poder controlar a cidade**, através do esquadramento e domínio de seus espaços (ROLNIK, 1995, p. 64 – grifos nossos).

Esse planejamento urbano, conforme o que apresentamos anteriormente, está coadunado ao capitalismo para produzir mais-valia e perpetuar suas práticas organizacionais. Podemos facilmente perceber que a já citada política urbana inaugurada por Mitterand (a construção de grandes equipamentos culturais) foi copiada por muitos governos ao redor do globo, afinal o potencial nela contido para manutenção do capital era muito grande: os gastos concentrados gerariam uma imagem positiva da cidade em questão - o que agiria como um ímã para fluxos do novo capital financeiro além de auxiliar a movimentação do mercado imobiliário e da construção civil. Nos anos 1990, esta *receita* tinha tanto prestígio no mundo desenvolvido que importantes urbanistas e também geógrafos

⁴² Ver a “Ilha da Utopia” e como seus inúmeros detalhes traduzem a perfeição do mecanismo criado pelo artista para a cidade (simétrica, regular, ordenada e precisa) “utópica”.

(podemos citar, como exemplo David Harvey, Raquel Rolnik e Ermínia Maricato) chegaram a indicar uma hegemonização de *pensamento único* nas cidades.

Se faz mister trazer que este padrão de pensamento único nas cidades tem suas cidades modelos – as cidades *planejadas*. Entendemos o planejamento urbano como fora colocado aqui anteriormente e que o qual tem servido como emblema de sucesso utópico do capital a serviço da classe trabalhadora - conciliando os interesses burgueses. Porém, dentro do capitalismo – e principalmente, sob a égide da globalização e do neoliberalismo – se faz necessário entender que as comunicações e o fluxo das informações também servem aos interesses dos grupos dominantes, ou seja, as cidades consideradas modelos só o são por serem legitimadas, constantemente e em diversas escalas, através de imagens construídas de forma a corresponder ao interesse político e econômico vigente. Fernanda Sánchez, baseando-se nos escritos de Bordieu⁴³ e Santos⁴⁴, explica:

Efetivamente, o processo de produção do espaço social é ao mesmo tempo objetivo e subjetivo. Como parte da nova racionalidade do capitalismo, capaz de potencializar a eficiência econômica e a reorganização territorial, são introduzidas **formas modernas de dominação e técnicas de manipulação cultural**. [...] Trata-se de uma retórica persuasiva que, em sua vertente urbana, configura uma agenda para as cidades, tornada dominante, com pautas definidas para ações e programas, em uma afirmação política da **hegemonia do pensamento e ação** sobre as cidades. Como instrumento de consolidação dessa agenda urbana, são desenvolvidas políticas de promoção e legitimação de certos projetos de cidade. Esses projetos são difundidos como emblemas da época presente. Sua imagem publicitária são as chamadas “cidades-modelo” e seus pontos de irradiação coincidem com as instâncias políticas de produção de discursos: governos locais em associação com as mídias; instituições supranacionais, como a Comunidade Europeia e agências multilaterais (SÁNCHEZ, 2001, p. 32 – grifos nossos).

Como exemplo de cidade modelo temos Barcelona e, de forma a ratificar esta hipótese de imagem legitimada e difundida por diversas agências multilaterais, podemos citar a obra “*Barcelona: un modelo de transformación*”

⁴³ BOURDIEU, Pierre. 1998. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar.

⁴⁴ SANTOS, Milton. 2000. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.

*urbana*⁴⁵ - publicada pelo *Ayuntamiento* de Barcelona e Oficina Regional para América Latina e Caribe do Programa de Gestão Urbana das Nações Unidas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Banco Mundial.

Até aqui discutimos sobre o planejamento urbano modernista, o qual tem sua base orientada por raízes positivistas (crença no progresso linear, no discurso universal e no enfoque holístico) e também keynesianas/fordistas (tendo o Estado como figura central para assegurar o equilíbrio econômico e social). Esta centralidade estatal pode ser verificada, entre outros fatores, pelos zoneamentos e planos diretores. A matriz deste planejamento, que serviu de orientação para o crescimento das cidades das nações centrais do capitalismo, passou a ser desmontada pelas concepções neoliberais que acompanharam a reestruturação produtiva no final do século passado (MARICATO, 2013).

Conforme já expusemos antes, as políticas que vêm dos países centrais para a periferia, chegam aqui, na maioria das vezes, com atraso e deformadas⁴⁶ – e nesse caso não foi diferente, conforme nos traz Hermínia Maricato:

Em se tratando de países da semiperiferia, como é o caso do Brasil e de outros países da América Latina, esse modelo, definidor de padrões holísticos de uso e ocupação do solo, apoiado na centralização e na racionalidade do aparelho de Estado, foi aplicado a apenas uma parte das nossas grandes cidades: na chamada cidade formal ou legal. A importação dos padrões do chamado “primeiro mundo”, aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade), contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente (MARICATO, 2013, p. 123).

Portanto, o processo de segregação territorial, ao qual nos referimos anteriormente, também faz parte deste planejamento importado do centro do mundo.

A partir do momento que a cidade só é planejada em determinados locais, é perceptível que esta organização apenas irá reafirmar e reproduzir desigualdades e privilégios. A segregação territorial presente nas cidades

⁴⁵ BORJA, J. (Editor) **Barcelona: un modelo de transformación urbana 1980-1995**. Programa de gestión urbana (PGU-LAC), Quito – Ecuador, 1995.

⁴⁶ Reafirmamos que tal atraso e deformação não são ocasionais, mas sim planejados para assegurar o contínuo desenvolvimento do capitalismo e do lucro das nações centrais capitalistas e a subordinação/dependência das nações periféricas – conforme as ideias também já expostas de Mandel e Ruy Mauro Marini.

brasileiras é palpável e sua existência não se deve à ausência de um plano diretor, mas porque estes (nas cidades que existem) estão desvinculados da gestão urbana – “a habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem não têm status de temas importantes (ou centrais, como deveriam ser) para tal urbanismo” (MARICATO, 2013, pp. 124-125).

2.2 REORGANIZAÇÃO E REURBANIZAÇÃO DAS CIDADES: PARA QUE(M)?

Avançando no tempo cronológico, de acordo com o que relatamos na nossa narrativa histórica, o capitalismo não demonstra ser um sistema sólido e consistente – bem pelo contrário, são frequentes suas crises. Aos historiadores e economistas – pelo menos a parcela deles que se baseia na teoria marxista - essas crises são cíclicas e de superprodução, ou seja, acontecem de tempos em tempos porque a realização das mercadorias não consegue acompanhar a oferta/produção destas.

Destrinchando um pouco mais esta ideia, quando há barreiras impedindo a contínua circulação e expansão do capital e caso estas sejam intransponíveis, a acumulação de capital torna-se bloqueada e a crise é encarada pelos capitalistas. Estas barreiras podem ser a inexistência ou insuficiência de poder de compra em determinado mercado, escassez de mão de obra e/ou matérias primas; ou quando estas tornam-se excessivamente onerosas/caras; e ainda uma taxa de lucros muito baixa.

Há todo um ciclo de eventos que acompanha este fator desencadeador como: demissões, fechamento de empresas menores, destruição da produção para não gerar diminuição brusca nos preços, e etc. Podemos verificar isso em diversas épocas da história mundial como o crack da bolsa de Nova York em 1929 que acarretou, entre outras coisas, a destruição de toneladas de café no Brasil. A cada nova crise o capital necessita encontrar maneiras para contorná-las

e, desta forma, continuar a existir. Um dos recentes métodos utilizados para garantir a sobrevivência do capitalismo são as reestruturações urbanas – ou seja, um novo ideário de planejamento urbano que começa a, então, substituir o ideal do urbanismo modernista.

Eis que chegamos à era do *planejamento estratégico* que se pretende amigável ao mercado, flexível e orientado pelo e para o mercado. Xavier explicita a que serve:

[...] o planejamento estratégico, que apresenta como função, adaptar as formas institucionais de cada cidade aos objetivos da **promoção da competitividade**, ao propor um plano de intervenções urbanas e de mudanças de caráter legal e político-administrativo no âmbito municipal, de maneira a **atender aos interesses vinculados ao mercado global**. Nesta conjuntura, o planejamento urbano normativo e tecnocrático é desqualificado em favor de um planejamento urbano marcado pela **flexibilização** político-administrativa e do regime urbanístico de uso e ocupação do solo (XAVIER, 2013, p. 14 – grifos nossos).

Percebe-se que o planejamento o qual está colocado nas nossas cidades tem um intuito de torná-las cada vez mais competitivas e direcionadas aos interesses do mercado. A mercadoria a ser negociada, que antes eram apenas pedaços de terra/espacos da cidade, agora passa a ser a cidade como um todo - que será mercantilizada para competir com as outras pela visibilidade da economia e política regional/nacional/mundial. Fernanda Sánchez demonstra de que forma isso vem acontecendo:

Aí parece estar o que tem de novo o fenômeno do mercado de cidades: a produção global do espaço. Essa estratégia global encontra uma nova dinâmica para a reprodução do capitalismo: a construção da cidade-mercadoria que, sob a égide do poder político dos governos locais, perfila-se através dos processos de reestruturação urbana (como exigência da economia competitiva) e através da construção de imagem para vendê-la, para inseri-la no mercado. Como mercadoria especial, envolve estratégias especiais de promoção: são produzidas representações que obedecem a uma determinada visão de mundo, são construídas imagens-síntese sobre a cidade e são criados discursos referentes à cidade, encontrando na mídia e nas políticas de *city marketing* importantes instrumentos de difusão e afirmação (SÁNCHEZ, 2001, p. 33).

Já Castells e Borja nos informam dos *deveres* das cidades para conseguirem sua “adequação” à nova era do capital e do neoliberalismo:

As **grandes cidades devem** responder a cinco tipos de objetivos: nova base econômica, infraestrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade. Somente gerando uma capacidade de resposta a estes propósitos poderão, por um lado, **ser competitivas** para o exterior e **inserir-se nos espaços econômicos globais**, por outro, dar garantias a sua população de um mínimo de bem-estar para que a **convivência democrática** possa se consolidar (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 155 – grifos nossos).

A partir do exposto, nos parece que está suficientemente claro a que (e a quem) se destina esta nova fase de planejamento urbano.

Termos basilares desta nova concepção de planejamento, se faz necessário entender o que vem a ser (e de que forma servem ao capital) a flexibilidade e a globalização. Ao lidar com esses temas, temos que ter o cuidado mencionado por Milton Santos – tanto em relação ao fato de um elemento atrair o outro, quanto às diferenças entre os locais:

[...] nos encontramos em um novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. Esse conjunto de mundializações, uma sustentando e arrastando a outra, impondo-se mutuamente, é também um fato novo.

Um elemento da internacionalização atrai outro, impõe outro, contém e é contido pelo outro. Esse sistema de forças pode levar a pensar que o mundo se encaminha para algo como uma homogeneização, uma vocação a um padrão único, o que seria devido, de um lado, à mundialização da técnica, de outro, à mundialização da mais-valia.

Tudo isso é realidade, mas também e sobretudo tendência, porque em nenhum lugar, em nenhum país, houve completa internacionalização. O que há em toda parte é uma vocação às mais diversas combinações de vetores e formas de mundialização (SANTOS, 2006, p. 15).

Iniciando pela questão de flexibilidade ou flexibilização, salientamos que ela está incutida no planejamento urbano vigente, mas também em outros fatores, como por exemplo a legislação – que pode se abrir (se flexibilizar) aos interesses de grupos poderosos os quais visam hegemonia de poder político e/ou econômico sobre determinados espaços. A flexibilidade desta maneira de planejar as cidades vem ao encontro do pensamento pós-moderno de que não há mais um inquestionável interesse comum, mas sim, múltiplos interesses de múltiplos atores sociais. O problema está em sabermos exatamente quais interesses e quais atores terão preponderância sobre os outros.

O signo da rigidez está presente em todo o íterim de acumulação de capital fordista⁴⁷. De forma a demarcar uma ruptura nessa lógica, a nova ordem contrasta com a flexibilidade na produção, no trabalho, no consumo e, junto a ela, o desmantelamento do Estado-providência, da organização sindical, do pleno emprego, enfim, da certeza individual e familiar sobre o futuro (HARVEY, 1992).

Segundo Carlos Vainer (2011, p. 3), “a noção de flexibilidade remete, de maneira direta, sem mediações, à noção de eficiência empresarial” e esta eficiência tem relação estrita com a capacidade de aproveitar oportunidades frente a seus concorrentes (no caso, outras cidades). Tal visão empresarial das cidades, que estariam/estão competindo umas com as outras, é corroborada pelas diretrizes elaboradas no World Economic Development Congress⁴⁸ (apud VAINER):

Quando a liberalização do mercado preside o desenvolvimento da economia global e a privatização, e os mercados financeiros se tornam rotina, as cidades necessitam:

- **Competir** pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial;
- **Competir** na atração de novas indústrias e negócios;
- **Ser competitivas** no preço e na qualidade dos serviços;
- **Competir** na atração de força de trabalho adequadamente qualificada (VAINER, 2013, p. 76-77 - grifos do autor).

Parece-nos suficientemente claro que, segundo esta visão estratégica de planejamento, há uma dualidade na concepção das cidades: além de mercadorias a serem negociadas as cidades também viraram grandes empresas que absorveram os pressupostos destas. Inclusive, com o advento da globalização, os limites desta competição e flexibilização ampliaram-se a níveis globais. Como empresas, além de estarem submetidas ao movimento espontâneo do mercado, de forma coerente elas devem ser entregues a quem realmente conhece o universo dos negócios: os empresários capitalistas. Vainer remonta à agência central do capitalismo para reafirmar a ideia aqui exposta: “ao final dos inúmeros

⁴⁷ Fordismo é um método de produção em massa criado em 1914 – idealizados por Henry Ford. Baseia seu funcionamento principalmente em inovações técnicas e organizacionais. É o responsável pela introdução e disseminação da linha de montagem (esteiras rolantes onde cada funcionário realiza apenas uma tarefa simples) em fábricas - inicialmente, automotivas - pelo mundo todo. O fordismo teve seu auge entre o fim da segunda guerra mundial e a crise do petróleo, nos anos dourados capitalistas. Foi substituído pelo toyotismo – o qual tinha uma produção mais enxuta, baseada na necessidade.

⁴⁸ WORLD ECONOMIC DEVELOPMENT CONGRESS & THE WORLD BANK, 1998, p.2.

eventos para a difusão de suas diretrizes, o Banco Mundial deixava clara a nova mensagem: ‘o setor privado deve assumir a direção das estratégias econômicas locais⁴⁹’ (VAINER, 2011, p. 5).

Com relação à flexibilidade legislativa que acompanha tanto o planejamento estratégico, quanto o processo de adequação da vida urbana ao neoliberalismo, nos utilizaremos dos escritos de Agambem a respeito do estado de exceção. O estado de exceção é, a partir do ponto de vista jurídico, terra de ninguém – um espaço legalizado sobre o qual ninguém atua, uma conjunção limiar entre a ordem jurídica e a vida, para Agamben (2004, pp. 11-12): “a forma legal daquilo que não pode ter forma legal”. Dentro desta perspectiva, o autor aborda o argumento pelo qual o estado de exceção traduz-se em uma suspensão temporária da ordem vigente do estado de direito democrático que seria justificada pela necessidade da garantia de existir deste (AGAMBEN, 2004, p. 48).

Partindo de inúmeras reflexões sobre força de lei e lei sem uso de força, Agamben chega à conclusão de que o estado de exceção, ao contrário de apresentar-se como uma situação insólita, representa o regime para o qual estamos migrando dentro das nossas cidades – o qual “ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional dos diversos tipos de constituição” (AGAMBEN, 2004, p. 13). Para a teoria jurídica, o estado de exceção apresenta-se como uma das lacunas do direito. Ainda segundo o autor:

Ela não se refere, aqui, a uma carência no texto legislativo que deve ser reparada pelo juiz; refere-se, antes, a uma *suspensão* do ordenamento vigente para garantir-lhe a existência. Longe de responder a uma lacuna normativa, o estado de exceção apresenta-se como a **abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento**, com o objetivo de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal. **A lacuna não é interna à lei**, mas diz respeito à sua relação com a realidade, à possibilidade mesma de sua aplicação. É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção, ou seja, criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor (AGAMBEN, 2004, pp. 48-49 – grifos nossos).

⁴⁹ Urban Partnership & The TWU Urban Division, 1998 – conforme referencia o autor.

Podemos concluir que o estado de exceção, apesar da dificuldade para encontrar um conceito único e específico, pode ser considerado como uma brecha jurídica, na qual admite-se inúmeras transgressões à democracia sob a escusa, justamente, de defesa da democracia. Uma terra sem leis onde imperam as vontades de quem tem poder, seguindo esta lógica de estado de exceção, porém de maneira mais branda, é a flexibilização ensejada pelas políticas neoliberais.

Já ao falarmos de globalização, temos que ter em mente que esta não pode ser definida apenas como decorrência dos avanços tecnológicos e/ou da ascensão dos mercados em competição. Ela deve ser entendida como um fenômeno econômico, político e também ideológico.

A estrutura que baseia o poder mundial – a qual teve influência decisiva para o desmembramento do estado de bem-estar social, é centrada em algumas grandes corporações. Os países mais ricos desta estrutura (sobretudo a famosa tríade composta por Japão, Estados Unidos e Alemanha) concentram a maior parte dos investimentos que dão sustento às corporações supracitadas. Com a globalização, a lacuna entre os países ricos e países pobres se intensifica, bem como a heterogeneidade nas diversas escalas geográficas: regiões, estados, cidades e bairros/locais no mesmo município. Balbo exemplifica bem esta questão:

A cidade está se dividindo em partes distintas, com a formação aparente de “microestados”. Os bairros ricos, que contam com todos os tipos de serviços, como escolas exclusivas, campos de golfe, quadras de tênis e patrulha de policiamento privado ininterrupta nas ruas, veem-se cercados por assentamentos ilegais onde a água só é disponível nas fontes públicas, não há serviços básicos de saneamento, a eletricidade é pirateada por poucos privilegiados, as estradas se transformam em lamaçais sempre que chove, e onde o compartilhamento de uma mesma casa por várias famílias é a norma. Cada segmento parece viver e funcionar autonomamente, agarrando-se com todas as forças ao que conseguiu para si na luta cotidiana⁵⁰ (BALBO, 1993, p. 25).

Parece-nos que esta forma de organização acaba por acirrar, ainda mais, as disputas por investimentos e atenção política - se antes estas concentravam-se entre as cidades, agora elas acontecem intramunicipalmente. Os ideais de

⁵⁰ Original em inglês, tradução nossa.

identidade urbana, cidadania e pertencimento, de uma política urbana coerente e agregadora, os quais já eram atacados pela ética neoliberal individualista, ficam praticamente inviáveis de se mater.

Ainda no milênio passado já existiam textos (de estudiosos como Milton Santos e Ermínia Maricato, por exemplo) nos quais foram realizadas assertivas a respeito da ligação entre a globalização e o neoliberalismo – na sua estratégia em transformar os territórios e as cidades em algo sem fronteiras, sem limites, para que ao encontro com esta lógica, os valores supracitados (identidade urbana, cidadania e pertencimento) sejam eliminados de vez.

Quando se fala em Mundo, está se falando, sobretudo, em Mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das ideias, inclusive a ciência e a informação; mercado político. Justamente, a versão política dessa globalização perversa é a democracia de mercado. O neoliberalismo é o outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços – democracia de mercado e neoliberalismo – são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contiguidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado (SANTOS, 1998, p. 18-19).

O que nos causa assombro, é que, mesmo tendo-se passado quase vinte anos do fragmento citado, a situação continua a mesma – senão mais avançado. Vemos inúmeros territórios que são compartilhados, onde há solidariedade entre as pessoas, onde a lógica neoliberal ainda não conseguiu dominar e que, por conta de tudo isso, são sumariamente (muitas vezes de forma culposa) destruídos.

Colocamos anteriormente que, com o planejamento estratégico, cria-se um mercado mundial de cidades, o qual, sustentado por legislações, regulamentações e organizações flexíveis e globalizadas, é orientado pelo e para o mercado. Como ao capitalismo não interessam ações isoladas, que alimentem somente um de seus ramos, é importante destacar que o mercado de cidades é movido e, concomitantemente, movimenta alguns outros mercados (SÁNCHEZ, 2001), a saber:

a) Mercado imobiliário: há cada vez mais fluidez nas negociações com investimento de capitais nacionais e internacionais;

b) Mercado para empresas com interesses localizados: a globalização diminui os impedimentos da busca por novos espaços seja pela abundância de matéria prima, procura de consumidores, mão de obra barata ou qualquer outro motivo que influencie na avaliação para escolha de locais de novas sedes para empresas ou de suas fábricas, por exemplo;

c) Mercado de consumo: a consagração e o movimento das imagens de modelos de cidade acabam por intensificar o consumo interno e externo (turismo, basicamente);

d) Mercado do turismo: conforme o item supracitado, o mercado do turismo é alicerçado na circulação dessas imagens de cidades modelo;

Nesta mesma discussão, Fernanda Sánchez (2001) ainda cita mais dois mercados: o das chamadas boas-práticas (passível de ser notado como a instrução com relação ao comportamento dos cidadãos em relação à cidade e aos seus visitantes) e o mercado de consultoria em planejamento e políticas públicas (quando atores locais relacionados à difusão das imagens de cidade modelo são convocados a instruir pessoas a como repetir tal modelo em suas localidades – com o exemplo clássico da cidade de Barcelona).

O último elemento relacionado ao planejamento estratégico sobre o qual iremos focar nossa atenção é a atuação da mídia ou a construção de uma imagem específica de cidade. Em uma sociedade marcada pela disseminação de informações em tempo real, na qual não há mais limites para o alcance do poder midiático, é preciso ter total clareza que a hegemonia do poder passa pela mídia, ou, com outras palavras, pelas empresas de difusão de ideias.

A construção da imagem urbana está a serviço da promoção do lugar, tanto como instrumento de coesão social quanto em seu papel motor na atração de investimentos e de visitantes nacionais e internacionais (GOMES et al, 2013, p. 4).

A elaboração de um retrato de cidade próspera e na qual há grandes chances de retorno para o capital investido é um dos pilares desta era – visto que as cidades querem ser comercializadas. Castells e Borja, ao citarem o “papel promotor do governo local” nos colocam que:

O governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infraestruturas e de serviços (comunicações, serviços

econômicos, oferta cultural, segurança etc.) que exerçam a atração de investidores, visitantes e **usuários solventes** à cidade e que facilitem suas “exportações” (de bens e serviços, de seus profissionais etc.) (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 160 – grifos nossos).

Outro ponto importante com relação à imagem da cidade que é vendida é a segurança que seus investidores terão nela. O mito (pelo menos para as metrópoles brasileiras no momento histórico em que vivemos) da cidade segura é importante pois o turismo é um dos mercados basilares deste mercado mundial de cidades. Não é demais destacar que a disseminação aos olhos do mundo da imagem de uma cidade segura não significa que seus habitantes tenham segurança no seu cotidiano: há sempre possibilidade de criar “cordões de isolamento” seguros para turistas e visitantes (VAINER, 2013).

O marketing urbano opera justamente nesta ideia: “a manipulação das informações na construção da ficção” (MARICATO, 2013, p. 166) que remete aos desejos da parcela desejável de consumidores. Estes consumidores, não são escolhidos ao acaso – conforme o grifo no escrito de Castells e Borja, quer-se usuários solventes nas cidades⁵¹.

O professor Adauto Cardoso, em uma entrevista dada ao Boletim UFRJ Plural destaca a concepção do planejamento estratégico nas cidades:

Elas passam a atuar competindo umas com as outras, buscando valorizar os seus pontos fortes com o **objetivo básico de gerar negócios e desenvolver o capitalismo naquele local**. Qualquer ideia voltada para reduzir desigualdades sociais, resolver problemas ambientais, só existe em função de que isso possa **atrair mais um negócio**. Não existe um objetivo em si de produzir justiça social ou um equilíbrio ambiental. Esses são objetivos subsidiários ao **objetivo central, que é desenvolver o capitalismo nessas cidades** (CARDOSO, 2012, s/p – grifos nossos).

Marketing urbano, globalização, flexibilidade... são todos pilares deste planejamento que tem como estratégia estruturar e embelezar (dentro dos padrões citados anteriormente) para depois vender nossas cidades aos olhos (e carteiras) dos poderosos investidores do capital. Um elemento que dá novo fôlego

⁵¹ Dentro da mesma lógica de pensamento, o fechamento de fronteiras a usuários e visitantes insolventes ou grupos considerados indesejáveis é um fenômeno bastante recorrente nesta década – o direito à cidade fundamenta-se no grau de solvência (ou seja, capacidade de honrar suas dívidas) que o grupo apresenta.

ao planejamento estratégico são os megaeventos esportivos – e toda a estrutura mercadológica que a eles está ligada.

2.3 OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS INSERIDOS NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO URBANA

Todo o caminho teórico percorrido até aqui foi importante para podermos entender em que sociedade estão inseridas nossas cidades e qual tipo de planejamento está nelas deixando sua marca. A partir de agora voltaremos nosso foco aos megaeventos esportivos para compreender de que forma eles inserem-se neste processo.

Iniciando este percurso e reafirmando o que dissemos ainda no item anterior, temos a ideia de Santos Junior e Lima ao analisar os impactos econômicos dos megaeventos esportivos no Brasil:

O importante é compreender que os megaeventos esportivos representam mais do que um simples evento envolvendo competições esportivas, mas que estão associados a uma **reestruturação urbana das cidades**. As obras de mobilidade urbana aparecem apenas como a expressão mais óbvia deste fato, mas isso não implica que sejam as únicas que estão associadas a este processo, já que até mesmo os estádios podem servir a esta finalidade (SANTOS JUNIOR; LIMA, 2015, pp. 59-60 – grifos nossos).

Os megaeventos podem ser de inúmeros tipos e finalidades, mas os esportivos têm nosso foco visto a existência desta relação esporte-capitalismo exposta por Penna:

[...] o esporte responde aos ditames da ideologia burguesa que, se por um lado o descontextualiza frente a sua própria história, por outro legitima os investimentos direcionados ao mercado esportivo o qual cumpre o seu papel frente à necessidade de absorção de excedentes de capital.

O mercado esportivo passou a representar uma opção eficiente em tempos de atual acirramento da crise capitalista. Serve às grandes quantias de capital, as quais têm a oportunidade de agir

pelo processo de combinação ou de migração para novos e distintos setores, a exemplo do que tem ocorrido com o setor de serviços ligado à produção dos megaeventos esportivos (PENNA, 2012, p. 1).

Haja vista a ligação intrínseca entre esporte e classe dominante, torna-se viável trazer que este processo de globalização neoliberal possui uma conexão direta tanto com a realização dos megaeventos esportivos, quanto com a vinda destes para países economicamente periféricos – como Brasil e África do Sul. Enfatizando esta hipótese, temos:

O processo de assalto às economias nacionais com propostas de renovações urbanas que incluem inúmeras grandes obras e flexibilização da normativa urbanística não acontece exclusivamente nos grandes eventos. Podemos dizer que é uma das estratégias regulares que caracterizam o impacto da globalização neoliberal nas cidades. **Com os megaeventos esse processo se potencializa** (MARICATO, 2014, p. 7 - grifos nossos).

Já demonstramos a sociedade na qual estamos inseridos e grande parte de sua lógica básica de funcionamento. Diante disso é preciso ter claro que a análise dos megaeventos, dentre eles a Copa do Mundo FIFA, não pode ser dissociada do exame da concepção de cidades que estão sendo implementadas no Brasil e em outros países periféricos. Não é por acaso o tamanho interesse que os chefes destas nações periféricas têm nos megaeventos esportivos – como também não é desinteressada a atenção que FIFA e COI têm dispensado a estes países. É um jogo que promete ganhos para os dois lados – e as cidades brasileiras são “a bola da vez” para o capitalismo urbano global.

O prisma sob qual os megaeventos são entendidos enquanto dispositivos para a reestruturação e renovação das cidades está presente no discurso de governantes e líderes de grande parte dos partidos políticos e grande mídia. Ele se dá através da conexão entre a promoção de melhorias econômicas e sociais e a realização dos megaeventos, mediada através da legitimação das ações e intervenções executadas nas cidades-sedes por meio dos tão propagandeados legados. Esta relação entre a revitalização urbana e os megaeventos esportivos se dá quando estamos diante dos legados que sejam propícios aos interesses capitalistas – se, ao invés disso, estivermos analisando impactos desfavoráveis

aos interesses das classes dominantes, tal vínculo desaparece e o foco passa a ser outro

Anne Marie Broudehoux nos traz que, apesar de todas as cidades se valerem de ações “para inglês ver”⁵², aquelas que estão à margem, especialmente nos países em desenvolvimento ou emergentes, acabam por reproduzir mais frequentemente estas práticas.

Não porque sejam culturalmente inclinadas à falsificação (ou à prática da “falsa consciência”), mas porque enfrentam obstáculos importantes em seus esforços para projetar uma imagem positiva da cidade. Quando as economias emergentes participam da corrida para sediar megaeventos, enfrentam importantes desafios relacionados às suas próprias realidades socioeconômicas e à sua condição pós-colonial (BROUDEHOX, 2014, p. 24).

A partir do relatado anteriormente, podemos inferir que estas economias acabam por utilizar a maior parte dos (ou mesmo todos) recursos socioeconômicos e políticos disponíveis para garantir que a política de sediar um grande evento seja efetivada – às custas de muito investimento de tempo e dinheiro público.

Os Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992, acabaram por tornar-se um grande marco para esta relação de megaeventos esportivos e legados para a cidade (ou a reestruturação urbana, sobre a qual já discorreremos) – tanto que boa parte dos consultores sobre reestruturação urbana são originários desta cidade. A revitalização catalã tornou-a uma das cidades mais visitadas da Europa. Diz-se que tal revitalização deu-se através de parcerias público-privadas, mas como em diversos outros momentos, isso não passou de um marketing que sombreou a enormidade de somas públicas dispendidas neste processo. Barcelona não foi a primeira, mas certamente o caso mais conhecido de revitalização urbana – e, claro, o COI e seus parceiros (tanto empresas multinacionais quando os governantes postulantes a sedes) utilizam-se muito bem desse caso para propagandear as vantagens dos megaeventos esportivos.

Barcelona é um exemplo aos entusiastas do acolhimento dos megaeventos esportivos, porém a realidade acaba por ser transferida de lá para

⁵² A expressão “para inglês ver” é corriqueira no Brasil e Portugal, significando algo que é aparente mas não é válido ou real. A autora utiliza o termo “potemkinismo” querendo expressar “a projeção de uma visão idealizada da cidade, que tanto embeleza quanto falsifica a realidade”.

cá sem, contudo, garantir que as especificidades sejam tratadas da maneira que necessitam: especificamente. As nações periféricas e/ou em desenvolvimento têm características muito diversas das que possuía Barcelona à época dos Jogos Olímpicos – e as Olimpíadas também já modificaram drasticamente sua estrutura e forma de realização nos últimos vinte e cinco anos. Apesar disso, as cidades acabam por copiar à risca o modelo e implantar a mesma forma de reurbanização esperando os mesmos resultados.

[...] os megaeventos afetam a paisagem urbana, não apenas na medida em que induzem a realização de grandes projetos urbanos e a construção de infraestruturas desportivas, mas, também, porque promovem a estetização da paisagem urbana. Isso significa que a visibilidade e a “imaginabilidade” tornam-se critérios definidores para orientar as intervenções urbanas e que as ações preocupadas com a imagem são priorizadas, frequentemente em detrimento de necessidades locais mais fundamentais (BROUDEHOX, 2014, p. 26).

Acreditamos que, além de proporcionar um lugar de destaque dentro do universo de *city marketings*, os megaeventos esportivos acabam por proporcionar um novo tipo de funcionamento político-econômico às cidades. Durante a realização dos mesmos, é corriqueiro perceber que as cidades-sede passam, praticamente, a ser geridas por COI/FIFA e seus núcleos locais (visto que apenas os interesses destas entidades e seus apoiadores são tidos como importantes e/ou relevantes para a política administrativa e econômica da sede). Os contratos padrões⁵³ de COI e FIFA, os quais devem ser assinados de forma a gerar um vínculo entre todos os níveis de governos e estas entidades, tem cláusulas envolvendo inúmeros pontos de extrema seriedade dentro de um Estado-Nação, tais como vistos de trabalho e isenções de impostos, as quais asseguram privilégios de poder colossais (à FIFA e COI).

As intervenções vinculadas aos megaeventos esportivos acabam por envolver transformações mais profundas na dinâmica urbana das cidades do que o que é vinculado pelos meios de comunicação (sejam eles da mídia alternativa ou não). As remoções e despejos de famílias, para abrir caminho às obras de revitalização e adequação urbana aos novos padrões do desenvolvimento capitalista são apenas um ponto do que está por trás de todo este processo. Sob

⁵³ Mais adiante neste trabalho será analisado o contrato padrão da FIFA para com o país sede da Copa do Mundo de Futebol Masculino.

quais interesses são escolhidas as obras que farão parte do planejamento urbano pré-megaevento? Este planejamento já existia? Quem decide quais são as prioridades? Quais os mercados envolvidos e quais os atores beneficiados com elas? Temos visto a preferência por países emergentes e/ou periféricos por parte da FIFA e COI, mas o que vem, verdadeiramente, acarretando tal interesse? As perguntas são inúmeras diante de tanta realidade camuflada pela mídia, governo e agentes ligados a realização dos megaeventos e a cada dia se colocam de forma mais importante para o real entendimento de todo este processo.

3 AS DIVERSAS FACES DO ESPORTE MODERNO E SUA CONSTITUIÇÃO COMO TAL

Para entendermos os megaeventos esportivos, como eles inserem-se na sociedade e quais seus impactos dentro de um local específico, temos que, primeiramente, entender o que é, como surge e para quê (ou quem) serviu e tem servido o esporte. Começaremos tentando definir o que é esporte - o dicionário Michaelis on-line assim define o termo:

es.por.te - **substantivo masculino** **1.** Passatempo, divertimento: **Ele faz isso por esporte.** **2.** Prática metódica de exercícios físicos, que consistem geralmente em jogos competitivos entre pessoas, ou grupos de pessoas, organizados em partidas; desporto. Há esportes terrestres, como o futebol, e aquáticos, como o iatismo. **Variações: desporte, desporto** (ESPORTE, 2009, s/p, grifos contidos na página).

A definição etimológica da palavra não traz grande clareza a respeito do seu significado e do espaço que tal manifestação ocupa na sociedade. Tentemos a definição dada pelo Coletivo de Autores⁵⁴:

O esporte, como prática social que institucionaliza temas lúdicos da cultura corporal, se projeta numa dimensão complexa de fenômeno que envolve códigos, sentidos e significados da sociedade que o cria e o pratica. Por isso, deve ser analisado nos seus variados aspectos [...]. Sendo uma produção histórico-cultural, o esporte subordina-se aos códigos e significados que lhe imprime a sociedade capitalista e, por isso, não pode ser afastado das condições a ela inerentes [...] (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 70).

Aqui já se percebe a preocupação com os diversos vieses possíveis, vista a exigência de análise dos *variados aspectos* que o esporte possui. Dentro desta perspectiva temos que:

O esporte é um elemento da cultura corporal, o qual admite inúmeras formas de manifestações. Logo, poderemos vislumbrar diversos “**tipos diferentes**” de esportes – cada um subordinado aos códigos e significados que a sociedade lhe impôs naquele tempo histórico determinado. As elites dominantes apropriaram-se deste elemento, moldando-o de acordo com as suas

⁵⁴ Grupo de professores e intelectuais da área de educação física, autores do livro “Metodologia do Ensino da Educação Física”, bastante em voga nos anos 90 e um dos referenciais pilares da perspectiva crítico-superadora da educação física.

necessidades e interesses. O “**espetáculo do esporte**” é um conceito novo, que surge como advento aos grandes eventos esportivos [...] (BORIN, 2013, p. 17 – grifos da autora).

Dentre as inúmeras formas de manifestação do esporte, citadas pela autora, algumas variáveis de esporte são: escolar, de alto rendimento, lazer, e etc. No entanto, todas estas variações chegaram ao Brasil da mesma forma – em uma vertente uma a qual foi, aos poucos, sendo modificada e ramificada. São inúmeras as linhas de estudo – da história, da educação física e sociologia, por exemplo – que, tanto descrevem o processo de inserção do esporte na história do Brasil, quanto fazem críticas à forma como este foi se institucionalizando e ganhando a importância que hoje possui. Iremos nos basear nas versões que condizem com nosso referencial teórico para trazer o relato resumido destes processos.

3.1 BREVE HISTÓRICO E DISCUSSÕES ACERCA DO ESPORTE

Primeiramente precisamos elucidar que existe uma tese segundo a qual o esporte moderno é resultado de um processo linear de desenvolvimento, com a qual não concordamos de forma plena. O esporte tem características que remontam movimentos corporais básicos (desenvolvidos pelo ser humano em situações de luta ou fuga) como correr, nadar e saltar, porém os aspectos centrais das práticas esportivas modernas são outros – e estes têm profunda relação com os contextos econômicos, políticos e culturais nos quais se forjaram. Valter Bracht, ancorado nas ideias de Dunning⁵⁵, nos traz uma das teorias relativas ao surgimento do esporte moderno:

O esporte moderno resultou de um processo de modificação, poderíamos dizer, de esportivização de elementos da cultura corporal de movimento das classes populares inglesas, como os jogos populares, cujos exemplos mais citados são os inúmeros

⁵⁵ DUNNING, Eric. Die Entstehung des Fussballsports. In: HOPF, W. (Hrsg.). **Fussball: Sozialgeschichte einer populären Sportart**. Bensheim: Päd. extra Buchverlag, 1979, p. 42-53.

jogos com bola, e também, de elementos da cultura corporal de movimento da nobreza inglesa.

Este processo inicia-se em meados do século XVIII e se intensifica no final do século XIX e início do XX. O declínio das formas de jogos populares inicia-se em torno de 1800. Eles parecem ficar paulatinamente fora de uso, porque os **processos de industrialização e urbanização** levaram a novos padrões e novas condições de vida, com as quais aqueles jogos não eram mais compatíveis (BRACHT, 2005, pp. 13-14 – grifos nossos).

O esporte na Inglaterra se estabeleceu, basicamente, a partir de atividades lúdicas ou de diversão realizadas pelas classes dominantes (aristocracia e burguesia emergente) durante o seu tempo ocioso e, também, dos jogos populares - desde apostas em corridas de cavalos até o tênis e a esgrima, “que para evitar desentendimentos e discussões neste campo foram sendo regulamentadas de forma cada vez mais precisa e clara” (BRACHT, 2005, p. 98). Assim como irá acontecer posteriormente no Brasil (tendo o exemplo da capoeira), na Inglaterra os esportes também eram vistos como ameaças à propriedade e à ordem pública e sua prática foi bastante reprimida nos ambientes públicos.

Será nas escolas públicas (Public Schools) que eles irão não só sobreviver, mas também ganhar regulamentos específicos e, lentamente, apropriar-se das especificidades⁵⁶ do esporte moderno (BRACHT, 2005). A difusão para o restante da Europa e para o continente americano tem íntima relação com o desenvolvimento da Segunda Revolução Industrial⁵⁷, com a busca de novos mercados e o crescimento das ligações econômicas internacionais.

⁵⁶ Bracht (2005, p. 14) cita que as características básicas do esporte podem ser resumidas em: competição, rendimento físico-técnico, record, racionalização e cientificização do treinamento. Ele também traz a avaliação de Guttmann (**Vom Ritual zum Rekord**. Schorndorf: Karl Hofmann, 1979) que acredita serem “sete as características básicas: 1. Secularização (Weltlichkeit); 2. Igualdade de chances; 3. Especialização dos papéis; 4. Racionalização; 5. Burocratização; 6. Quantificação; 7. Busca do record” (GUTTMANN, 1979). Se formos analisar a bibliografia da educação física, encontraremos inúmeras listas como estas apresentando as mais diferentes características – incluindo aí também a lógica dos diversos vieses que o esporte pode assumir. Por conta disto não iremos nos adentrar neste aspecto.

⁵⁷ A Segunda Revolução Industrial teve seu início entre os anos 1850 e 1870 e o término durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Envolveu uma sucessão de progressos dentro das indústrias química, elétrica, de petróleo e aço. Outros avanços importantes, na área produtiva, desta época incluem a incorporação de navios de aço movidos à vapor, a elaboração do avião, a produção de bens de consumo em massa, o desenvolvimento das comidas enlatadas, refrigeração mecânica e outras técnicas de preservação.

O esporte *desembarcou* no Brasil durante o período da expansão marítima e comercial da Europa. Além das variadas mercadorias, os navios que aqui ancoravam trouxeram também pessoas estrangeiras que, ao fim, deixaram aqui “práticas culturais, valores e normas que moldaram uma forma de ver e viver no mundo capitalista” (OURIQUES, 2014, p. 14). À época, diversas atividades eram englobadas (dentro de publicações como jornais e revistas, por exemplo) enquanto práticas esportivas – algumas que até hoje se encaixam em tal categoria (como corridas e remo) e outras que acabaram por não se estruturar enquanto tal (como banhos de mar e jogo do bicho) (MELO, 2009). A prática esportiva e de lazer que os imigrantes traziam acabaram por ser incorporadas à cultura local e, mais adiante, definidas como cultura nacional.

Algumas dessas atividades consideradas esportivas já existiam aqui antes da chegada dos imigrantes, e, no contraste com as práticas vindas da Europa, acabaram sendo consideradas bárbaras e ultrapassadas. Apesar de perseguidas e proibidas, resistiram por um bom tempo e dividiram o espaço com as atividades ditas civilizadas.

É assim que conhecemos o futebol e outros esportes como o vôlei, basquete, ciclismo e demais atividades esportivas. As relações econômicas trouxeram consigo relações sociais que se aprofundam na prática cotidiana dos esportes estabelecendo relações culturais que se expandem para formas de controle político e ideológico. O esporte ao ser transplantado para o solo nacional incorporou-se ao nosso dia a dia a partir das condições históricas concretas das formações sociais periféricas que terminam por conferir as características nacionais (OURIQUES, 2014, p. 14).

Acerca destas condições históricas concretas às quais o esporte esteve submetido para a consolidação enquanto elemento cultural determinante no cotidiano brasileiro, é importante termos em mente a observação que nos traz Victor Andrade Melo:

[...] **não houve uma via única de desenvolvimento do esporte no Brasil**. Como se tratava de uma manifestação cultural importada, que chegava com os ventos de modernização que sopravam fundamentalmente do continente europeu, a prática esportiva adquiriu em terras brasileiras contornos peculiares tanto em função das diferentes naturezas de contato com o exterior quanto devido aos diálogos estabelecidos com as especificidades locais (MELO, 2009, p. 36 – grifos nossos).

O esporte, ao menos no Brasil, sempre esteve intimamente ligado às cidades e seus projetos urbanos. A cidade do Rio de Janeiro (capital do Brasil no período entre os anos 1763 e 1961) sofreu algumas iniciativas de remodelamento após a chegada da Família Real ao Brasil (janeiro de 1808) para tornar-se mais adequada ao estilo de vida e padrões da corte. Com estas alterações, estimulou-se o desenvolvimento cultural e a influência europeia foi ampliada – é nesta mesma fase que o esporte regulamentado adentra nestas terras.

Das primeiras atividades esportivas com maior preponderância no solo brasileiro podemos citar as touradas (rodeios e vaquejadas), o turfe (originado pelas corridas de cavalo as quais já eram habituais por aqui) e o remo. O turfe marcou a história - tendo o Club de Corridas como a primeira agremiação estritamente esportiva criada no Brasil e teve sua primeira atividade em 1849 (MELO, 2009). Já o remo inaugurou a criação das federações esportivas brasileiras, tendo sua origem em 1894, na cidade de Porto Alegre, pelo Comitê de Regatas.

Ainda especificamente sobre o remo, é interessante mostrar que este esporte teve uma relação direta com o saneamento urbano, litorâneo e higiênico da população. No início do século XIX, o banho não era um hábito rotineiro dos cidadãos e o saneamento das cidades era bastante limitado – situação que se refletia diretamente no litoral, onde grande parte do lixo urbano era descartado ao fim do dia. Conforme já foi dito, as cidades brasileiras – sobretudo o Rio de Janeiro – idealizavam sua modernização a partir do contexto europeu e isto acabou por acarretar (aproximadamente no segundo quarto do século XIX) em uma maior preocupação com áreas relacionadas. Por exemplo, com melhorias no saneamento e água encanada os banhos de mar passaram a ser aconselhados como terapia – o mar não era considerado como equipamento de lazer, mas de saúde.

Os banhos de mar somente se tornaram mais difundidos no quartel final do século XIX, **momento que precede o desenvolvimento de uma reforma urbana mais radical** (já nos anos iniciais do XX) e quando se articula um **novo estilo de vida** na cidade (MELO, 2009, p. 53 – grifos nossos).

Este crescimento da procura pela utilização do mar também proporciona o surgimento de alguns mercados relacionados à tal prática como o imobiliário, de

transporte e o de construção civil, por exemplo. O avolumamento da presença dos banhos na rotina dos habitantes, mesmo que inicialmente somente como prática terapêutica, propiciou terreno fértil para o desenvolvimento de uma nova sociabilidade nas praias e, com isso, também lançou “as sementes para a organização dos esportes náuticos na cidade” (MELO, 2009, p. 55).

Quando discutimos a inserção do esporte na cultura brasileira precisamos ter em mente dois fatores: os agentes (estrangeiros) e o contexto material histórico. O primeiro, com relação à atuação dos estrangeiros, é necessário o entendimento que apesar da extrema relevância que estes tiveram na introdução do esporte em terras brasileiras, as pessoas que aqui viviam já apresentavam a vontade de reproduzir os hábitos europeus (principalmente pelo status social – e econômico – a eles ligado). Ou seja, havia, por parte da população brasileira, uma inclinação às práticas trazidas pelos imigrantes. Em segundo lugar, é importante saber que, enquanto manifestação cultural, o esporte e seu universo sofreram - e ainda sofrem - intercorrências dos elementos históricos, sociais, locais e corporais (referências múltiplas e diferenciadas em todos os âmbitos), fazendo que sua constituição tenha ocorrido de maneiras distintas no Brasil e na Europa.

Uma das principais diferenças a ser elencada é a presença das classes populares. O esporte moderno, desde o início de sua inserção no território brasileiro, serviu muito como uma estratégia de controle corporal e de adequação da população aos novos valores que estavam se forjando (valores advindos da industrialização da sociedade brasileira). Para que esse intuito chegasse ao seu ápice, era importante que as classes populares também participassem desta “cultura esportiva” – o grande problema era o demasiado atrelamento desta classe às culturas tradicionais. Diante deste impasse algumas adequações tiveram que ser realizadas, de ambos os lados:

Se alguns dos valores encaminhados pelas elites foram incorporados pelas camadas populares, também os dirigentes dos clubes tiveram que considerar e se adequar a certas representações presentes entre tais camadas, mesmo que não se deva negar o quão fortes foram as ações de controle e difusão por parte das elites (MELO, 2009, p. 68).

Desta forma então se constituiu a cultura de esporte brasileira: diferenciada da europeia, com padrões adequados à população local, mas com

forte intuito de controle corporal e adequação a padrões impostos por uma elite. Apesar do exposto, o esporte brasileiro não esteve sempre com os braços abertos à população das classes mais baixas. Cita-se o caso do futebol que, a despeito da inserção que possui hoje em todas as camadas sociais, veio através dos ingleses e jesuítas, difundiu-se nos clubes sociais frequentados por membros da elite e foi proibido aos pobres – em especial os negros (OURIQUES, 2014).

Ainda se ressalta a discussão do amadorismo versus profissionalismo. O profissionalismo no esporte surge juntamente com a invenção de novos esportes e a esportivização de inúmeras práticas corporais já existentes. Este panorama propicia a exploração comercial dos eventos esportivos, os quais precisarão de pessoas atuando diretamente nisso: os atletas profissionais.

Na base da questão do profissionalismo/amadorismo está presente o conflito social básico da sociedade capitalista: capital x trabalho. As classes dominantes (burguesia e aristocracia) fizeram da apologia ao amadorismo uma estratégia de distinção social; nele, no amadorismo, estava presente o *ethos* aristocrático – atividade realizada pelo simples prazer de realiza-la, sem fins úteis, desinteressada, a arte pela arte. As organizações esportivas passam a se diferenciar com base nesse critério: ligas amadoras; ligas profissionais. Não é difícil perceber por que, sendo os Jogos Olímpicos Modernos elaboração de um barão (o de Coubertin), estes vão assumir exatamente o ideário amadorista – discurso que mais a frente, durante a Guerra Fria, vai ser assumido estratégica e oportunamente pelos países socialistas. O ideário amadorista era um ideal que confrontava os interesses dos trabalhadores; instrumento de distinção de classe; exercício de violência simbólica (BRACHT, 2005, p. 100).

A presença de instituições que ancoraram a ideia da utilização do esporte enquanto instrumento para saúde e/ou controle corporal se deu em muitas partes do mundo, incluindo o Brasil. Aqui se teve a influência direta de duas instituições de capilaridade e conservadorismo: ACM (Associação Cristã de Moços, que tinha como base a Igreja Católica) e forças armadas. Essas “duas instituições moldaram e condicionaram a atividade esportiva aos seus objetivos políticos mais imediatos e de longo prazo” (OURIQUES, 2014, p. 14).

Outra instituição que merece destaque pela sua relação com o esporte no Brasil é o Estado – e neste ponto, baseados pelos escritos de Nilso Ouriques (2014), é possível fazer uma divisão em algumas fases distintas com relação ao controle estatal do esporte. Iniciamos em 1941 com uma forte tendência

autoritária – com ênfase no disciplinamento e organização. Aqui o Estado definiu quais confederações e federações teriam sua existência possível e quais estruturas esportivas ele financiaria a construção (muitos dos estádios brasileiros são oriundos desta época, incluindo o Maracanã⁵⁸ – construído para a Copa do Mundo de 1950). Ainda temos a associação à Copa do Mundo e aos Jogos Olímpicos – e o posterior avanço das políticas direcionadas a estes eventos. “Getúlio Vargas lhe conferiu ordenamento legal, diretrizes e um viés ideológico que o associou ao nacionalismo mais retrógrado no qual símbolos como os hinos, bandeiras e a pose militar apontavam o norte a ser seguido” (OURIQUES, 2014, p. 15). Os dirigentes de clubes tinham no coronelismo sua base política o que acabou por reproduzir padrões de corrupção, clientelismo e desmandos por toda uma elite de direção esportiva.

Entre 1990 e 1992, durante o governo de Fernando Collor de Mello, esta situação sofre alterações com a criação da Secretaria de Esporte (que teve Zico⁵⁹ como secretário nos seus primeiros anos de funcionamento). A criação da Lei Zico por esta pasta tinha intuito de redimensionar o esporte aproximando-o a uma nova conjuntura de um país rumo à democracia e aos ditames do neoliberalismo. Esta lei acabou por ser retalhada pelos setores mais conservadores dos dirigentes esportivos, mas teve sua utilidade ao abrir possibilidades para que Fernando Henrique Cardoso (presidente do Brasil no período de 1995 a 2003) pudesse colocar em prática reformas objetivando abrir o mercado brasileiro, tendo o futebol o principal produto utilizado neste processo.

Esse processo foi marcado também pela presença midiática de Pelé como interlocutor de um projeto que nunca foi seu, mas de setores externos que viam no Brasil possibilidades econômicas pulsantes no plano da valorização do capital, principal e diretamente no futebol, primordial produto esportivo nacional, mercadoria que lhes interessava, ligada principalmente aos grandes clubes europeus, empresários internacionais, agentes esportivos e instituições internacionais como a FIFA, seus braços e ligações econômicas. A Lei Pelé é uma lei para o esporte, mas seu interesse é a abertura do mercado para o futebol, a melhor

⁵⁸ Maracanã é o nome popular do Estádio Jornalista Mário Filho, que está localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro e foi inaugurado em 1950, durante o mandato do então General de Divisão e Prefeito do Distrito Federal do Rio de Janeiro Marechal Ângelo Mendes de Moraes.

⁵⁹ Arthur Antunes Coimbra é um treinador, ex-futebolista e ex-dirigente brasileiro que também possui nacionalidade portuguesa. Zico foi Secretário Nacional dos Esportes nos anos de 1990 e 1991.

mercadoria do esporte nacional. Os demais esportes e organizações não interessam à elite dirigente do esporte mundial (OURIQUES, 2014, p. 16).

Chegando ao século XXI, pudemos perceber diversos momentos e usos do esporte no Brasil. Dentro desta perspectiva, pode-se dizer que o esporte, assim como outras práticas culturais e instituições presentes na sociedade, tem o poder da adaptação: consegue assumir diferentes formas de acordo com os interesses a ele submetidos. Concordamos com Carmem Lúcia Soares quando esta coloca que:

O movimento esportivo expandiu-se, tal qual se expandiu o modo de ser e de viver da burguesia inglesa. **O esporte conscientiza, aliena, (re) cria e afirma o homem burguês:** audaz, ágil, educado, obediente e, sobretudo, cumpridor e adorador de regras sociais, morais, físicas.... Este movimento cria o gosto pelo aparato burocrático do esporte moderno, este imenso universo de signos, símbolos e linguagens que encantam multidões e que já serviu e ainda serve às mais díspares ideologias. [...] para o senso comum, o esporte ou os esportes significam qualquer forma de exercitação física e exercem um fascínio que, monitorado pela mídia, transforma-se **quase em fetiche** (SOARES, 2002, p. 21 – grifos nossos).

Vivendo atualmente uma fase de alto desenvolvimento capitalista, não é de se impressionar que o esporte tem sido amplamente utilizado pela burguesia como instrumento para a manutenção do poder e status quo. Além de disseminar a hegemonia burguesa através de seus métodos de conciliação, o esporte tem sido utilizado para estimular a individualidade e a criação indiscriminada de novas necessidades de consumo (PENNA, 2011).

Se analisarmos quaisquer eventos esportivos realizados com frequência, como Grand Prix de Fórmula 1 ou torneios de tênis, verifica-se que, ano a ano, há incremento de público e intenso crescimento dos resultados econômicos. Ou seja, o esporte, no atual momento cultural e social do mundo capitalista, é um ótimo negócio e um excelente produto para ser vendido à população – a qual ainda é facilmente mobilizada por suas paixões (OURIQUES, 2014) – chegamos então à formação de um novo tipo de esporte: o esporte-mercadoria.

O esporte, enquanto fenômeno da cultura, é expressão da ludicidade, socialização e comunicação que, uma vez na forma esportiva, permitem ao homem efetivação e aferição da auto superação de suas capacidades humanas. A partir do momento em que assume a **forma de espetáculo**, praticado para uma

assistência pagante e ligado a um **capital comercial**, com vistas à reprodução deste mesmo capital, o esporte passa a ter **características de uma mercadoria** e a possuir um valor-de-troca que será determinante para sua história. Esse fenômeno de mercadorização já foi observado também em outras áreas relacionadas à cultura [...] (SOUZA, 1991, p. 73 – grifos nossos).

No capítulo anterior discutimos sobre as crises que afetam o sistema capitalista e na incessante busca de soluções para superar tais crises. Identificamos a utilização de reestruturações urbanas como uma das formas de sobrepujar tais problemas. Outra maneira que os grandes monopólios encontraram para ultrapassar as crises foi realizar uma ligação a elementos culturais, entre eles, o esporte.

O esporte, sob esta perspectiva, encontra-se integrado a mecanismos vitais para a manutenção e, até mesmo, para o **prolongamento da lógica capitalista contemporânea**, pois, sob a ameaça de suas contradições, o capitalismo necessita criar **meios que acelerem a circulação** de grandes massas de capital. Estas, ao se encontrarem na impossibilidade de gerar lucros, caem na contradição que historicamente ronda o capitalismo: a crise da superprodução. Diante desta dinâmica, **ao se expandir como serviço e, ao mesmo tempo, como mercadoria, o esporte assimila e é assimilado por novos interesses de setores da economia mundial**, os quais, originalmente, não mantinham relação direta com o seu processo produtivo (PENNA, 2011, p. 17 – grifos nossos).

Pierre Bordieu, já em 1978⁶⁰ quando o capitalismo enfrentava uma de suas piores crises, identificou a utilização do esporte enquanto mercadoria pelo seu apelo ao gosto popular, pela sua “função” de ópio das massas. Ele nos traz que o elemento nascido no seio popular retorna ao povo travestido de espetáculo.

O esporte espetáculo apareceria mais claramente como uma mercadoria de massa e a organização de espetáculos esportivos como um ramo entre outros do show business, se o valor coletivamente reconhecido à prática de esportes (principalmente depois que as competições esportivas se tornaram uma das medidas da força relativa das nações, ou seja, uma disputa política) não contribuísse para mascarar o divórcio entre a prática e o consumo e, ao mesmo tempo, as funções do simples consumo passivo (BOURDIEU, 1983, p. 9).

Identificamos hoje a ampla utilização do esporte enquanto mercadoria – seja para produção de espetáculos como a Copa do Mundo, os Jogos Olímpicos

⁶⁰ A referência sobre a qual tratamos aqui é de uma exposição introdutória ao Congresso Internacional do HISPA, realizado no INSEP (Paris), em março de 1978 que foi publicada posteriormente.

e o Super Bowl⁶¹ ou como meio para promover o consumo de um estilo de vida. Não obstante o apresentado, ainda é possível visualizar manifestações esportivas que, na contramão hegemônica, remetem aos primórdios do esporte como, por exemplo, as aulas de educação física escolar que utilizam o esporte como instrumento de apresentação e introdução a diferentes expressões da cultura corporal.

No contexto da globalização neoliberal, os Estados-nação utilizam o esporte para diferentes fins não desportivos: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, construção nacional, construção da marca nação e apoio na liberalização econômica e política. O fascínio dos megaeventos esportivos se relaciona com o seu potencial econômico, político e simbólico (HORNE, 2014, p. 37).

Além do que Horne nos apresenta, percebemos que os interesses de poder da sociedade de classes encontram-se maximizados quando tratamos de megaeventos esportivos. Para conseguir compreender quais são estes interesses, é importante assimilar como funciona a sociedade, sob qual modo de produção repousam suas bases e de que forma o esporte pode contribuir para manutenção desta organização ou, ao contrário, ao seu enfrentamento – aspectos que tentamos demonstrar no capítulo anterior. A partir deste entendimento, precisamos analisar historicamente os megaeventos esportivos, sua relação com o setor produtivo e como estes atuam para poder averiguar e mensurar os impactos e/ou legados da realização da Copa no Brasil.

⁶¹ Super Bowl é a final do campeonato da NFL (*National Football League*), a principal liga de futebol americano dos EUA. É o maior evento desportivo e a maior audiência televisiva do país, com crescente audiência pelo mundo a fora. Por conta desta infinidade de telespectadores, é o evento que apresenta a publicidade mais cara da televisão.

3.2 A ERA DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Por muito tempo, o esporte, enquanto área de conhecimento e manifestação cultural, esteve relegada a um segundo plano. Para alguns era um simples produto da indústria cultural. Para outros, mais tenazes na crítica, era um produto da indústria cultural com alto poder de alienação. Alguns setores da esquerda política tecem críticas ao esporte, pois consideram-no como o *ópio do povo* - produto que distrairia a atenção da massa trabalhadora da luta de classes. Esse cenário, porém, sofreu uma guinada com o advento dos megaeventos esportivos no Brasil.

O termo “megaevento esportivo” emergiu no cotidiano brasileiro nos últimos anos – principalmente após a escolha do país como sede da Copa do Mundo FIFA e da cidade do Rio de Janeiro para as Olimpíadas. Apesar da constância em que é utilizado, ainda não há consenso entre os autores a respeito de sua conceituação. Apresentaremos aqui algumas das principais sínteses dos autores que se debruçaram sobre o assunto.

Uma abordagem dedutiva a partir do que tem sido publicado na mídia em geral indica que têm sido chamados de megaeventos esportivos competições internacionais que reúnem um **número de atletas que atinge a casa dos milhares** em um espaço de tempo de **um mês**, no máximo, com potencial **de impacto em diferentes setores da cidade** e que possui significativa carga simbólica (TAVARES, 2011, p. 16 – grifos nossos).

De maneira mais específica temos a definição de Hall, 2006⁶² apud Tavares:

Os megaeventos apresentam, em síntese, grandiosidade em termos de públicos, mercado alvo, nível de envolvimento financeiro do setor público, efeitos políticos, extensão de cobertura televisiva, construção de instalações e **impacto sobre o sistema econômico e social da sociedade anfitriã** (TAVARES, 2011, p. 17 - grifos nossos).

⁶² HALL, C. M. Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism. In: HORNE, J; MANZENREITER, W. (Ed.). **Sports Mega-Events: social scientific analyses of a global phenomenon**. (Special Issue: The Sociological Review Monograph Series) V. 54, Issue Supplement s2, December 2006. p. 59-70.

E ainda a tentativa de síntese construída por Souza e Castro a partir de Hall (2006)⁵, Malfas, Theodoraki e Houlihan (2004)⁶³ e Roche (2000)⁶⁴:

Eventos de caráter extraordinário, de grande escala (envolvem um grande número de participantes de diferentes nações), e que, a despeito do significativo período de tempo necessário para a sua preparação, se efetivam em um curto período de tempo. Eles são amplamente divulgados pela mídia internacional e assistidos por milhares de pessoas ao redor do mundo. Possuem um alto grau de complexidade organizacional e envolvem a mobilização de organizações nacionais e internacionais, governamentais ou não governamentais, de caráter público e privado. **Normalmente envolvem grandes investimentos em infraestrutura e geram um impacto social e ambiental significativo nas cidades, regiões e países anfitriões antes e depois de sua efetivação.** Estes eventos se constituem em importantes “marcadores de tempo, história e progresso” e interferem com a construção de um senso de identidade e cidadania das pessoas que vivem nas cidades, regiões e países onde ocorrem (SOUZA; CASTRO, 2013, p. 1 - grifos nossos).

As duas últimas conceituações apresentadas nos fazem acatar a ideia de megaevento não esportivo (como, por exemplo, os grandes festivais musicais - como Rock in Rio® e Lollapalooza® - ou eventos com outros enfoques, como a Jornada Mundial da Juventude) e a necessidade explícita da adjetivação para especificar acerca de qual tipo estamos nos referindo.

Contando com volumosos recursos públicos e privados, e dispendo de fabulosa cobertura midiática, os megaeventos esportivos se tornaram, nas últimas três décadas, em uma das estrelas principais da atual ‘sociedade do espetáculo’. Considerando basicamente os Jogos Olímpicos de Verão e as Copas do Mundo de Futebol Masculino, estamos diante de eventos cuja globalidade não se mede apenas pela mobilização de praticamente todas as nações do mundo, afiliadas às respectivas entidades organizadoras internacionais e desejosas de participação nos certames; trata-se de constatar a dimensão simbólica adquirida por tais eventos, capazes de atrair as atenções em todo o planeta, promovendo fantásticos rituais periódicos, sem parâmetro de comparação com nenhum outro fenômeno social (MASCARENHAS, 2009, p. 506).

Ainda trabalhando com as conceituações de termos que se tornaram corriqueiros no cotidiano brasileiro e sobre os quais não há muita clareza, temos o famoso legado. Dentro da definição de Hall apresentada anteriormente já há

⁶³ Malfas, M.; Theodoraki, E.; Houlihan, B. **Impacts of the Olympic Games as mega-events**. *Municipal Engineer*, v. 157, n. 3, p. 209-220, 2004.

⁶⁴ Roche, M. *Mega-events and modernity: Olympics and expos in the growth of global culture*. New York: Routledge, 2000.

menção de “impacto sobre o sistema econômico e social da sociedade anfitriã” (HALL, 2006, p. 59), e é nesta ideia que iremos nos concentrar a partir de agora.

3.2.2 LEGADOS DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E IDEOLOGIA

Para o estudo acerca dos legados de megaeventos esportivos, o ponto de partida dá-se em 1992, nos Jogos Olímpicos de Barcelona, na Espanha. “Barcelona mostrou ao mundo uma nova cidade, transformada pelos jogos, cujo legado perdura até hoje. A partir de então, os megaeventos esportivos têm sido vistos como oportunidades de transformar as cidades [...]” (SILVA, 2011, p. 19).

A etimologia da palavra legado nos remete ao termo latino “*legatu*”, o qual significa dívida deixada em testamento. Segundo a definição constante no Dicionário Aurélio Buarque de Holanda, legado é um “valor previamente determinado, ou objeto previamente individuado, que alguém deixa a outrem por meio de testamento” ou ainda “aquilo que alguém transmite a outrem, que uma geração, escola literária, etc., transmite à posteridade, etc.” (LEGADO, 2010). Percebemos que estas conceituações remetem sempre à ideia de herança, a qual, no senso comum, geralmente se associa a uma perspectiva de “ganho”. Com relação aos legados relacionados aos megaeventos esportivos, nos apresenta Preuss (2006, p. 2) que “na literatura, pode-se encontrar uma imensa variedade dos chamados ‘legados’ dos eventos esportivos. Infelizmente, não há nenhuma definição satisfatória de legados disponível.”⁶⁵ Apesar desta colocação, na discussão que segue o autor chega a uma definição possível: “legado é planejado e não planejado, positivo e negativo, tangível e intangível, estruturas que foram/serão criadas por causa de um evento esportivo e permanecerão após o evento”¹⁰ (PREUSS, 2006, p. 3).

Nelma Gusmão de Oliveira (2016, p. 104) traz alguns exemplos ou explicações do que se refere cada forma de legado. Como legados tangíveis dos

⁶⁵ Original em inglês, tradução da autora.

megaeventos diz referir-se aos “resultados referentes ao montante de recursos aportados, a partir de diferentes esferas de governo ou da iniciativa privada, nas cidades anfitriãs, que se convertem em projetos de intervenção urbana e instalações esportivas”. Ainda coloca que os efeitos sobre empregos ou o boom da indústria da construção civil também podem ser considerados tangíveis, visto que foram provocados pelo evento (direta ou indiretamente). Já como legados intangíveis, ela infere:

[...] são invocados aqueles efeitos relacionados ao *city marketing*. Estão aí incluídos: a capacidade de criar internacionalmente uma imagem positiva da cidade e país anfitrião, fortalecer sua identidade e de aumentar o orgulho cívico de seus habitantes; o incremento na indústria do turismo devido à projeção que alcança na mídia; a demonstração internacional de competência; o estímulo e o incentivo ao desenvolvimento do esporte e seus efeitos educativos e mesmo a possibilidade de atração de eventos futuros (OLIVEIRA, 2016, p. 104).

Analisando este componente intangível dos legados dos megaeventos esportivos, já existem estudos relatando, por exemplo, um aumento significativo da produção acadêmica a respeito do tema, “produzindo efeitos positivos no desenvolvimento das Ciências do Esporte no Brasil” (REPPOLD FILHO, 2014, p. 126). Não obstante, dada a dificuldade de mensuração destes outros componentes de legado (como o turismo ou o aumento do nacionalismo), não iremos a eles nos deter durante este estudo.

Segundo Holger Preuss (*apud* POYNTER, 2006⁶⁶), foi apenas a partir da preocupação do Comitê Olímpico Internacional em contrabalançar a dimensão comercial dos Jogos Olímpicos com uma noção de valores e responsabilidade **que a questão do 'legado' se tornou central no ambiente olímpico**. Comparativamente, a questão do legado possui bem menos importância no âmbito da FIFA. Esta relativa despreocupação da entidade dirigente do futebol mundial com um discurso de responsabilidade social de seu megaevento está provavelmente relacionado ao fato de que, ao contrário do Comitê Olímpico Internacional, a **FIFA desenvolveu muito pouco um discurso a respeito de valores do esporte como uma missão a promover por meio do futebol**. Parece-nos que, para ela, a Copa do Mundo é apenas esporte competitivo e negócio (TAVARES, 2011, p. 19 – grifos nossos).

⁶⁶ POYNTER, G. **From Beijing to Bow Bells: Measuring the Olympic Effects** (London East Research Institute. Working paper in Urban Studies). Londres: London East University, 2006.

Por trás de todos estes conceitos e definições é necessário que haja dois entendimentos importantes: o primeiro consiste no fato que legados e a realização de megaeventos esportivos têm uma relação intrínseca bem recente (oficialmente o primeiro registro aparece na Carta Olímpica de 2003) e em segundo, que por trás de todos essas heranças deixadas às cidades sedes há um forte componente condutor: a ideologia. Trataremos de ambos, individualmente.

Na segunda metade da década de 1990, sobretudo após estourar o escândalo de corrupção ocorrido na eleição dos Jogos Olímpicos de 2002⁶⁷ (Salt Lake City, EUA), o COI iniciou um processo de adequação de suas políticas institucionais com o objetivo de preservar a imagem dos Jogos Olímpicos – a crise pedia por mudanças.

Em momento de crise, não há espaço para a discussão política. Nesse sentido, conforme atesta Payne (2006)⁶⁸, citando Samaranch, crises como a vivida pelo movimento olímpico na entrada dos anos 1980 ou após os Jogos de 1996 em Atlanta, ou ainda a relativa ao escândalo de Salt Lake City, possibilitaram ao COI acelerar processos de mudanças que, em circunstâncias normais, poderiam durar mais de uma década para serem implementadas (OLIVEIRA, 2012, p. 77).

Tais mudanças prometiam uma maior eficiência administrativa e transparência política, o que acarretou na incorporação de conceitos corporativos como sustentabilidade e responsabilidade social.

A Carta Olímpica é a principal codificação dos princípios fundamentais do Olimpismo e das regras adotadas pelo COI, segundo o próprio texto (IOC, 2013). Ela regula e controla a organização, as ações e todo o funcionamento do Movimento Olímpico em todo o mundo, além de estabelecer as condições necessárias para a realização dos Jogos. Em outras palavras, funciona como um estatuto para o Comitê Olímpico Internacional. Sua primeira publicação deu-se no ano de 1908 sob o título de *Anuaire du Comité International Olympique*, ainda que algumas regras ali presentes já tivessem sido escritas por Pierre de Coubertin por volta de 1898. Tal regulamento sofreu algumas mudanças pequena, mas bem importantes, nas suas edições publicadas entre os anos de 1991 e 2003:

⁶⁷ Iremos tratar sobre este assunto de forma mais detalhada mais adiante, neste capítulo.

⁶⁸ PAYNE, Michael. A virada olímpica: como os Jogos Olímpicos tornaram-se a marca mais valorizada do mundo. Rio de Janeiro: Casa da palavra; COB, 2006.

Alguns acréscimos referentes a novos discursos também estão incorporados, como o meio ambiente a partir de 1991 (IOC, 1991)⁶⁹, o desenvolvimento sustentável a partir de 1996 (IOC, 1996)⁷⁰, que repercutem mais fortemente apenas a partir dos Jogos Olímpicos de 2008, em Pequim, ou o **legado (IOC, 2004)**⁷¹ cujos reflexos a partir dos documentos de candidatura para os Jogos Olímpicos de 2012 (OLIVEIRA, 2015, p. 114 – grifos nossos).

De forma bem clara, na Carta Olímpica de 2003, no capítulo 1, artigo 2 – que trata da função do Comitê Olímpico Internacional – é acrescentada uma nova definição do papel desta entidade: a obrigatoriedade do “legado”.

13. tomar medidas para promover um legado positivo dos Jogos Olímpicos à cidade sede e ao país sede, incluindo um controle razoável do tamanho e do custo dos Jogos Olímpicos, e encorajar os Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos (COJO's), autoridades públicas do país e pessoas ou organizações pertencentes ao Movimento Olímpico a agir da mesma maneira⁷² (IOC, 2003, p. 12).

Tal “controle razoável do tamanho e do custo” das Olimpíadas não apareceu em Londres, maior e mais cara edição dos Jogos Olímpicos de Verão até então⁷³, que gastou 15 bilhões de dólares somente em gastos diretos (que representam despesas para realização dos jogos, como transporte, pessoal, segurança, cerimônias entre outros) (FLYVBJERG et al, 2016).

Na realidade, esta invenção de um “legado olímpico”, na carta olímpica de 2003, vinha enalçada à orientação de padronizar e explicitar a separação dos custos das Olimpíadas entre os custos do Comitê Organizador dos Jogos (COJO) – os tais gastos diretos – e os outros custos (como instalações e infraestruturas), que não deveriam mais ser vinculados ao COJO e que passariam então a ser apurados como legados à cidade/país anfitrião. Ou seja, o ideário do legado vai sendo incorporado na tentativa de justificar os altos valores investidos na realização dos jogos e resolver as contradições que estão postas (crescentes investimentos e endividamento público, seguidos de corrupção, superfaturamento

⁶⁹ IOC. **Olympic Charter**: In force as from 16th June 1991. Lausanne: IOC, 1991a. Disponível em: <http://www.olympic.org/olympiccharters?tab=1>.

⁷⁰ IOC. **Olympic Charter**: In force as from 18th July 1996. Lausanne: IOC, 1996. Disponível em: <http://www.olympic.org/olympiccharters?tab=1>.

⁷¹ IOC. **Olympic Charter**: In force as from 1 September 2004. Lausanne: IOC, 2004a. Disponível em: <http://www.olympic.org/olympiccharters?tab=1>.

⁷² Original em inglês, tradução nossa.

⁷³ O gasto total da edição de 2016 somente será apresentado em junho de 2017, porém até janeiro deste ano (2016) estava estimado em 4,6 bilhões de dólares (FLYVBJERG et al, 2016).

de obras, obras que serão subutilizadas posteriormente – “elefantes brancos”, ameaças à soberania nacional, entre outras).

Tendo percebido que a relação megaevento esportivo – legado tem funcionado para melhorar a imagem do COI perante os cidadãos das cidades e países anfitriões, a FIFA também passou a se utilizar desse subterfúgio. Diferentemente do COI, esta não tem o legado como uma exigência (nem nenhum regulamento oficial no qual diz buscar uma diminuição no tamanho e nos custos de seus eventos), mas utiliza a ideia de “herança positiva” para minimizar os transtornos causados pela realização da Copa do Mundo.

Só é possível compreender a maneira que um conceito como o “legado dos megaeventos esportivos” é utilizado para melhorar a imagem de entidades como a FIFA e o COI, entendendo de que forma funciona a ideologia.

Ao se impor, a ideologia dominante naturaliza a origem e o desenvolvimento dos fenômenos sociais na medida em arbitra sobre as vontades e ações humanas. Nesta direção é possível verificar um processo de personificação dos discursos, das ideias e das ações dominantes participando, diretamente e/ou indiretamente, da produção dos comportamentos. Historicamente este tem sido um ciclo vital à manutenção do capital, o que significa, em outras palavras, um constante estado de alerta que anseia por providências que garantam a sua reprodução e expansão (PENNA, 2010, p. 3).

Conforme o exposto no capítulo anterior, estamos vivendo em uma sociedade capitalista dividida em classes antagônicas; isto posto é dedutível que a ideologia dominante é também a ideologia da classe dominante, ou seja, a ideologia burguesa. Ideologia é um termo que pode ter duas conotações distintas, aliás. A primeira, mais corriqueira, considera ideologia como um conjunto de ideias, pensamentos, de doutrinas ou de visões de mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado para suas ações sociais e, principalmente, políticas. A segunda, que condiz com o referencial teórico aqui utilizado, considera que ideologia é a totalidade das formas de consciência social, o que abrange o sistema de ideias que legitima o poder econômico da classe dominante (ideologia burguesa) ou o que expressa os interesses revolucionários da classe dominada (ideologia proletária).

Segundo os escritos de Marx e Engels sobre ideologia:

As ideias dominantes nada mais são que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõe a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Temos então que, além de ser o conjunto de ideias da classe dominante, a ideologia também é um instrumento de dominação que age por meio de convencimento (persuasão ou dissuasão) de forma prescritiva, alienando a consciência humana. Mézáros nos traz um alerta: “fica claro, então, que o poder da ideologia não pode ser superestimado. Ele afeta tanto os que negam a sua existência quanto os que reconhecem abertamente os interesses e os valores intrínsecos às várias ideologias” (MÉSZÁROS, 2004, p. 64).

Percebe-se a utilização de manobras de discurso ideológico, com generalização de casos particulares exitosos – como as Olimpíadas de Barcelona, para justificar e legitimar o acolhimento dos megaeventos esportivos como solução dos problemas urbanos. O esporte, com predominância do futebol, entra nesta dinâmica como um elemento mediador que intensifica os discursos ideológicos da burguesia, catalisando desejos e valores na direção dos seus interesses de classe, operando inversões da realidade, desenvolvendo processos de fetichizações e, com tudo isso, promovendo a alienação das massas. Este papel do esporte tem seu valor potencializado quando este se torna esporte espetáculo, com os megaeventos esportivos.

Os agentes do capital não querem apenas um ambiente de trocas mercantis garantido pelo Estado, eles também demandam políticas estatais que lhe sejam mais favoráveis. E isso ocorre com relação à Copa do Mundo de Futebol e com relação às Olimpíadas. Aliás, **quanto maior a expressão econômica do evento, maior poder político envolvido**. Não é à toa que João Havelange, no final de seu longo reinado na FIFA, considerava-se o homem mais poderoso do mundo e se gabava de que os chefes de Estado se curvavam diante dele. Se o Estado não é algo externo ao processo de reprodução do capital e se os eventos

esportivos estão integrados a ele, o Estado inevitavelmente se torna partícipe das iniciativas esporte-mercadoria, inclusive propiciando aquilo que seja de melhor interesse do capital. Uma vez que há a participação estatal por meio de financiamentos, a Copa e as Olimpíadas deixam de ser apenas um evento recreativo e da esfera privada e se tornam questão de ordem pública (CALDAS, 2014, s/p – grifos nossos).

Baseados nas ideias de Coakley⁷⁴, temos esta outra possibilidade da utilização do esporte e dos megaeventos para disseminação ideológica:

Os governos também se utilizam do esporte para promover determinadas ideologias e valores entre seus cidadãos. As narrativas enfatizadas no esporte são propícias, por exemplo, para a afirmação do sistema capitalista de produção que enfatizam que a competição é a melhor forma de se conseguir sucesso pessoal e recompensas. No contexto de megaeventos esportivos, os governos também se utilizam do esporte para promover suas ideologias (DE SOUZA et al, 2013, p. 108).

Faz sentido afirmar que não é o esporte um aparelho ideológico, mas que pode ser (e vem sendo) utilizado como tal. Assim como a palavra “legado”, isoladamente, também não tem a ideologia como um fim. Porém, o termo “legado” vem servindo à classe dominante - no seu domínio ideológico (o que, ao fim e ao cabo, convém à manutenção do sistema capitalista) – ao ser constantemente associado aos megaeventos esportivos de forma a criar um ideário de que vale a pena todo o investimento para sediá-los. Reafirmando o referencial teórico deste trabalho, iremos analisar os impactos da Copa em Porto Alegre exatamente como o são – impactos.

O Brasil está vivendo a chamada “década de ouro” (segundo os mais assistidos canais da televisão aberta) dos megaeventos esportivos ao sediar os Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos, 2007, na cidade do Rio de Janeiro, os Jogos Mundiais Militares, 2011, Rio de Janeiro, a Copa das Confederações, 2013, a Copa do Mundo FIFA, 2014, e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão, 2016, no Rio de Janeiro. Para além dos megaeventos esportivos, neste íterim, também sediou a Rio+20⁷⁵, 2012, e a Jornada Mundial

⁷⁴ COAKLEY, J. Sports and Politics: How Do Governments and Global Political Processes Influence Sports? In: **Sport in society: issues and controversies**. New York: McGraw-Hill, 2009. p. 352-469.

⁷⁵ A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, foi realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. A Rio+20 foi assim conhecida porque marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

da Juventude, 2013 – ambos na cidade do Rio de Janeiro. Todos estes eventos fizeram com que o foco das lentes mundiais se voltasse ao território brasileiro e suas peculiaridades – como política, cultura, economia.

Desde a última década do século XX é visível a demonstração do governo brasileiro em empenhar-se para atrair e realizar grandes competições (e eventos) internacionais. É indiscutível que organizar megaeventos tornou-se um objetivo explícito de política pública interna e externa do Brasil, causando profundo impacto sobre a gestão e a qualidade (ou falta dela) de vida nas cidades. Precisamos entender do que realmente se tratam estes eventos para compreender de que forma eles atuam no nosso cotidiano.

3.2.2 HISTÓRICO, ATUALIDADE E COMO SER “MEGA”

Desde a Roma Antiga encontramos tipos de “megaeventos” (classificação dada levando-se em consideração as especificidades à época) sendo utilizados de forma a contribuir para a alienação da população diante dos inúmeros problemas enfrentados por esta, tais como miséria, fome, doenças. Naquela época, escravos entravam em arenas para lutar, até a exaustão, contra animais selvagens ou entre si e deleitar os que tinham o privilégio de assistir o “circo” da política romana.

Há autores que citam o intuito pedagógico dos sangrentos espetáculos das arenas romanas: acostumar o povo, a massa romana, à política imposta pelos cézares, à política de coerção e repressão que o Império Romano impunha sobre os povos a quem dominava (SCHILLING, 1999)⁷⁶. Ainda no tempo antigo é difícil encontrarmos outros eventos que possam traçar parâmetros com os megaeventos que hoje nós conhecemos.

Desenvolvimento (Rio-92) e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

⁷⁶ O autor complementa que, ao assistir a tais duelos, o povo tornava-se cúmplice das ações dos cézares e, com isso, acabava treinando para atividades nas quais não poderia haver piedade durante sua execução.

Hoje temos a Copa do Mundo FIFA e Jogos Olímpicos⁷⁷ como megaeventos esportivos consolidados, apesar das edições iniciais não terem sido “mega”- ambos foram se transformando em megaeventos ao longo da segunda metade do século XX (PRONI, 2008). É inegável a existência de contrastantes diferenças entre as primeiras edições dos Jogos Olímpicos e Copa do Mundo de Futebol para as que são realizadas atualmente. Já em 1992, Simson e Jennings traziam que:

[...] um ex-presidente olímpico declarou: ‘As Olimpíadas não são um negócio, e aqueles que almejam ganhar dinheiro com o esporte não são bem-vindos. É isso e pronto!’ Aqueles que desejam ganhar dinheiro com o esporte, hoje em dia, são recebidos de braços abertos (SIMSON; JENNINGS, 1992, p. 23).

As Olimpíadas modernas foram criadas ao final do século XIX - a primeira edição deu-se em 1896 em Atenas, na Grécia. As primeiras edições possuíam um tamanho muito reduzido comparado às que temos atualmente. Conforme já foi dito, Pierre de Coubertin enfatizava o amadorismo e seu repúdio a quaisquer relações comerciais (por exemplo, era proibido o patrocínio a equipes ou à organização do evento). Os governos não tinham ligações com a realização dos eventos – o discurso também não permitia influências políticas –, e estes recebiam contribuições de aristocratas para a preparação dos locais de competição. “A ideia era que fosse uma confraternização entre os povos mais civilizados, sem a interferência de ideologias políticas, que possibilitasse levar para o campo esportivo a competição entre as nações” (PRONI, 2014, p. 94).

Os princípios da formação moral e da união entre os povos através do esporte foram sintetizados na concepção moderna do “Olimpismo” - apresentado na Carta Olímpica como uma filosofia de vida a serviço do desenvolvimento da “pessoa humana em vista de promover uma sociedade pacífica preocupada com a preservação da dignidade humana” (COI, 2011, p. 25). Porém, com o acirramento dos interesses políticos e econômicos, a conjuntura alterou-se. A Olimpíada de Berlim (1936) foi um marco nesta transição visto que foi utilizada de

⁷⁷ Apesar deste trabalho tratar exclusivamente dos impactos da realização da Copa do Mundo em Porto Alegre acreditamos que é importante trazer as relações, histórico e outras características dos Jogos Olímpicos visto que ambos são, hoje, os dois maiores megaeventos esportivos do mundo e também pela realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016 ter uma relação tão estreita com a realização da Copa do Mundo.

forma a divulgar e referenciar os ideais nazistas aos olhos do mundo que assistia à competição.

Quando a União Soviética começou a competir nos jogos (1952 em Helsinque, Finlândia) a disputa entre nações começou a ficar mais avolumada. Países socialistas como a União Soviética e a Alemanha Oriental utilizavam atletas profissionais – mas escalados oficialmente como amadores, e outros países começaram a, então, também fazê-lo. Com isso, é possível dizer que os ideais contidos na Carta Olímpica foram sendo, pouco a pouco, corroídos, mas ainda existia uma intenção de preservação do Olimpismo.

Esta postura permissiva do Comitê Olímpico Internacional ia ao encontro do desejo de autonomia financeira da entidade (externalizado pelos seus membros diretores à época). A solução encontrada foi comercializar exatamente o conjunto de valores relacionados ao Movimento Olímpico, altamente estimado pelo marketing empresarial, a saber: honra, integridade, determinação, competitividade e excelência, entre outros (OLIVEIRA, 2014, p. 28).

De modo menos institucionalizado, com regras menos claras e sem a “preocupação” com a defesa de valores morais pré-definidos vinculados a sua marca, a Copa do Mundo (e a FIFA) já nasceu com a utilização de atletas profissionais e participação dos Estados Nações para cobrir os gastos de realização do evento – por exemplo a *necessidade* de construção de estádios para as Copas de 1930 (Estádio Centenário, em Montevideú, Uruguai) e 1950 (Estádio Maracanã, no Rio de Janeiro, Brasil) foi patrocinada pelo poder público.

É inegável que os megaeventos esportivos – em especial a Copa do Mundo – foram largamente utilizados com o objetivo ideológico de difundir um status de povo feliz, nação bem-sucedida – muitas vezes realizando divulgação “gratuita” de regimes ditatoriais como exemplos de sucesso e poder (BORIN, 2013). Além do já mencionado exemplo dos Jogos Olímpicos de Berlim (1936), o escritor Eduardo Galeano vem ao encontro desta afirmação ao trazer um relato sobre a Copa do Mundo de 1934⁷⁸, na Itália:

Os cartazes do campeonato mostravam Hércules que fazia a saudação fascista com uma bola a seus pés. O Mundial de 34 em

⁷⁸ Já sob o domínio de Benito Mussolini, o fascismo começava a ganhar força no país.

Roma foi, para *Il Duce*, uma **grande operação de propaganda**. Mussolini assistiu a todas as partidas da tribuna de honra, o queixo erguido para as bancadas repletas de camisas negras, e os onze jogadores da equipe italiana lhe dedicaram suas vitórias com a palma estendida (GALEANO, 2010, p. 67 – grifos nossos).

Ainda a respeito das Copas do Mundo, com relação à de 1978⁷⁹, o uruguaio escreve:

O Papa mandou sua bênção de Roma. Ao som de uma marcha militar, o general Videla condecorou Havelange na cerimônia de inauguração, celebrada no Estádio Monumental de Buenos Aires. A poucos passos dali, estava em pleno funcionamento o Auschwitz argentino, o centro de tortura e extermínio da Escola Mecânica Armada. E alguns quilômetros além, os aviões lançavam prisioneiros vivos para o fundo do mar.

“Finalmente o mundo pôde ver a verdadeira imagem da Argentina”, celebrou o presidente da FIFA perante as câmeras da televisão. Henry Kissinger, convidado especial anunciou:

- Este país tem um grande futuro em todos os níveis.

E o capitão da equipe alemã, Berti Vogts, que deu o chute inicial, declarou dias depois:

- A Argentina é um país onde reina a ordem. Não vi nenhum preso político (GALEANO, 2010, p. 150).

Apesar do exposto, a FIFA enquanto entidade (diferente da atitude individual de seus membros) procurava manter certa distância e neutralidade em relação a interesses políticos e econômicos (reforçando: ao menos institucionalmente). Em 1974, quando João Havelange⁸⁰ assumiu a presidência da entidade, começamos a visualizar de forma mais explícita um ponto de inflexão nesta forma de agir/administrar.

Em troca de votos, Havelange prometeu aumentar o número de times na Copa do Mundo, de 16 para 24. Prometeu criar um Campeonato Mundial de Juniores. Prometeu dinheiro para os países construírem estádios, promoverem cursos para árbitros, médicos e técnicos, além de mais campeonatos interclubes no Terceiro Mundo (SIMSON; JENNINGS, 1992, p. 59).

⁷⁹ A Argentina viveu uma ditadura civil-militar no período compreendido entre 1976-1983 e seus dois primeiros anos (incluindo-se o período da realização da Copa do Mundo, foram considerados os mais violentos – onde a maior parte dos grupos opositores ao regime tiveram seus membros torturados e mortos).

⁸⁰ Havelange foi sétimo presidente da FIFA, de 1974 a 1998, precedido no cargo por Sir Stanley Rous e sucedido por Joseph Blatter. De 1963 a 2011, João Havelange foi membro do Comitê Olímpico Internacional. Em 1998, ele foi eleito Presidente de Honra da FIFA. Em abril de 2013, aos 96 anos de idade, renunciou à Presidência de Honra para escapar de qualquer punição por seu envolvimento em casos de corrupção naquela federação.

De forma a cumprir todas estas promessas, Havelange se viu obrigado a multiplicar o patrimônio da FIFA – à época em que ele assumiu a presidência, todo o patrimônio da entidade resumia-se a uma diminuta sede na Suíça (uma pequena casa com dois funcionários administrativos e uma faxineira). Além das promessas feitas durante a campanha, Havelange buscava a autonomia financeira da entidade e acabou por procurar uma solução semelhante à encontrada pelo COI: adoção de um programa de marketing global associado à grandes acordos comerciais. E é neste programa de marketing que está alicerçado um dos principais pontos que os governos dos países que desejam sediar os megaeventos alegam à sua população enquanto benefício de hospedar as competições: a visibilidade mundial que a (s) cidade (s) e o país pode alcançar (o que pode gerar renda com turismo e desenvolvimento local, por exemplo).

Não é preciso dizer que Havelange conseguiu pagar todas as suas promessas e alcançou com êxito a autonomia financeira da FIFA – e muito mais. Para isso, inicialmente rompeu com o processo de não comercialização dos jogos, em uma parceria com a Adidas® e Adolpho Dassler⁸¹. Dassler possuía um agente esportivo ligado à comercialização do esporte (Duning). Aliados, Duning e Havelange planejaram todo o processo de comercialização da Copa de 1978, na Argentina. Na época, “não existia no mundo comercial e empresarial nenhuma proposta global de um grande evento esportivo” (OURIQUES, 2014, p. 22). Após seis meses de discussão com Havelange e Duning, a Coca-Cola® assinou o primeiro contrato global de uma multinacional com o esporte, inaugurando uma nova fase dentro da FIFA.

Entre as décadas de 1980 e 1990, há um incremento muito forte com relação ao interesse das empresas de telecomunicação em transformar os eventos esportivos em ativo econômico (objetivando ampliar mercados e alavancar sua rentabilidade) (PRONI, 2014). A nova tendência de gestão da FIFA, e também a do COI, estavam em completa harmonia com o processo incipiente de globalização econômica. Com o decorrer dos anos aumentou-se, gradativamente, o número de modalidades e/ou países participantes. Isto acabou

⁸¹ Dono da empresa Adidas® e que, muito antes de Havelange assumir o poder, já atuava com práticas consideradas antidesportivas como suborno de atletas e patrocínios ilegais.

gerando um boom na procura por direito de transmissões exclusivas e contratos de marketing pelas empresas globais.

Já a procura dos países interessados em sediar os megaeventos teve uma significativa queda a partir de 1976, visto que os Jogos Olímpicos de Montreal realizados neste ano geraram um prejuízo financeiro muito grande.

[...] os Jogos tinham crescido a tal ponto que o modelo de organização e financiamento baseado em dinheiro público encontrava grande resistência em países democráticos, ainda mais numa época de retração de economia mundial. Assim, estava em risco a continuidade na realização das edições dos Jogos Olímpicos (PRONI, 2014, p. 96).

A situação resolveu-se quando os EUA assumiram a responsabilidade de sediar os jogos de 1984. As Olimpíadas de Los Angeles geraram um significativo lucro⁸² ao comitê organizador que adotou um projeto de marketing para financiar os custos de preparação das instalações. Em 1988, os Jogos Olímpicos foram sediados em Seul⁸³, Coreia do Sul. Esta edição inaugurou uma nova postura com relação a utilização dos megaeventos esportivos: a ditadura quis mostrar o país ao mundo, propagandear sua política e economia. Os custos envolvidos em sediar um megaevento foram vistos como investimento na imagem da nação – estes trariam retorno econômico a curto e médio prazo.

O economista Marcelo Proni traz uma afirmação a respeito das Olimpíadas, mas a qual pode, sem sombra de dúvidas, ser transferida para as sedes da Copa do Mundo:

[...] na era da globalização, sediar os Jogos Olímpicos contribui não apenas para afirmar o valor de um povo, sua capacidade de realização no campo esportivo, mas também para alavancar negócios e alcançar um novo status no circuito de cidades que nucleiam os fluxos de capital e mercadoria (PRONI, 2014, p. 97).

O lucro dos megaeventos resulta em ganhos surpreendentes para as instituições organizadoras. O evento por si só já gera muito capital circulante com a venda dos ingressos, direitos televisivos, de publicidade e imagem e a utilização de muito trabalho voluntário (de forma a diminuir os custos de organização).

⁸² Estima-se o lucro em 250 milhões de dólares (BEIJING, 2004).

⁸³ Aqui o lucro ficou em, aproximadamente, 300 milhões de dólares – o que foi considerado um recorde para uma edição dos Jogos custeada pelo Estado (BEIJING, 2004).

A despeito do discurso referido a ideais universalistas, o campo econômico sempre interagiu de forma marcante com o campo de produção do espetáculo esportivo, mesmo quando este ainda não havia se constituído como campo autônomo. [...] Destaca-se nesse processo o papel assumido pela transmissão televisiva como elemento viabilizador da espetacularização, por conseguinte, da constituição de um campo autônomo em que se produz espetáculo esportivo e da configuração que adquire hoje em suas relações com a cidade (OLIVEIRA, 2015, pp. 70-71).

A despeito de tudo que foi dito, a FIFA sempre resguarda o próprio direito ao lucro - o risco fica com os patrocinadores e com a sede. Por exemplo, na Copa do Mundo de 2014, no contrato assinado entre FIFA e Governo Federal, havia uma cláusula⁸⁴ falando a respeito da divisão dos lucros e outra advertindo que, se houvesse prejuízo, os cofres públicos (e dos patrocinadores privados) arcariam com este custo.

3.2.3 OS BOICOTES E OS ESCÂNDALOS

Como se faz perceber, nem só de glória, vitórias e entregas de medalhas faz-se a história da FIFA e do COI. Apesar das constantes tentativas de manter-se à parte do mundo político e de disputas nacionalistas e/ou econômicas, houve momentos de conflitos e acirramento político – dentro e fora das entidades, e também dos temidos escândalos.

Desde a primeira edição dos Jogos olímpicos da Era Moderna, eles acontecem regularmente de quatro em quatro anos – as únicas ocasiões em que isso não ocorreu foi no período durante as duas Grandes Guerras. Porém, não foram estes os únicos conflitos que abalaram o território terrestre e ocasionaram reações no campo esportivo. Houve pequenos boicotes: a Irlanda não compareceu aos Jogos Olímpicos de 1936 pelo COI restringir sua delegação a representar somente o Estado Livre Irlandês e não toda a ilha da Irlanda; em 1956 (Melbourne) dois motivos causaram os boicotes – Países Baixos, Espanha e

⁸⁴ Este ponto será melhor explicado no capítulo 4, onde analisaremos as garantias à FIFA e a Lei Geral da Copa.

Suíça por causa da repressão da revolta húngara pela União Soviética e Camboja, Egito, Iraque e Líbano em consequência da crise de Suez.

Em 1972 e 1976, Munique (Alemanha) e Montreal (Canadá) respectivamente, presenciaram um boicote de um grande número de países africanos. O COI havia sido ameaçado do boicote caso não proibisse a participação da África do Sul e Rodésia (atual Zimbábue) nos jogos devido aos regimes segregacionistas vigentes. Como o Comitê não cedeu, vinte países africanos cumpriram a ameaça, juntaram-se ao Iraque e a Guiana (liderada pela Tanzânia) e saíram a partir dos jogos de Montreal, inclusive depois que alguns dos seus atletas já haviam competido. Taiwan também boicotou esta edição (voltando somente em 1984 sob o nome de “Taipé Chinês”) visto que a organização dos Jogos concedeu à República Popular da China o “direito” de manter sua delegação com o nome de República da China.

Apesar destes conflitos, o maior boicote aos Jogos Olímpicos deveu-se aos desdobramentos da Guerra Fria. Em 1980, nos Jogos de Moscou (antiga União Soviética), além dos EUA, outras sessenta e cinco nações boicotaram devido à invasão realizada pelo país sede ao Afeganistão⁸⁵. Com isso, somente oitenta e uma nações participaram desta edição dos jogos – o menor número desde 1956. A respeito dos gastos desta edição (levando-se em conta que a edição anterior havia deixado uma dívida que Montreal⁸⁶ demorou mais de 20 anos para quitar) há evidências de que a União Soviética não poupou esforços financeiros, pois desejava demonstrar força, eficiência e passar uma imagem positiva aos outros países (o custo total desta edição ficou próximo dos nove bilhões de dólares). Como houve o boicote, na cerimônia de encerramento nem

⁸⁵ Esta é a versão oficial encontrada em livros e websites que versam sobre a história dos Jogos Olímpicos. De forma não oficial é muito mais simples entender que houve um boicote à edição dos Jogos realizada em Moscou como um ato decorrente da Guerra Fria – os EUA e seus países aliados/dependentes não quiseram abrir possibilidades de reconhecer que uma nação pertencente à antiga URSS pudesse sediar/organizar bem um evento mundial. Outro fato que corrobora com tal ideia é que, no mesmo momento em que protestavam contra a invasão ao Afeganistão, os EUA estavam intervindo na Guerra Civil Libanesa.

⁸⁶ Há inúmeros registros de uma grande dívida decorrente dos Jogos Olímpicos de Montreal (1976) mas raros os que citam cifras. O único número que encontramos sobre esta edição, relata que a dívida ultrapassa a marca de 1 bilhão de dólares (BEIJING, 2004).

se hasteou a bandeira e nem foi tocado o hino dos EUA⁸⁷ – que seriam a próxima sede.

De forma a responder ao boicote da edição dos Jogos realizada em Moscou, em 1984 a União Soviética (que começara a participar das Olimpíadas somente em 1952) e mais catorze países do Bloco do Leste (tendo apenas a Romênia como exceção) boicotaram os Jogos em Los Angeles ao alegar não poder garantir a segurança de seus atletas⁸⁸. Neste caso, o bloqueio dos Jogos não foi uma ação isolada – além dele houve a organização de Jogos paralelos (os “Jogos da Amizade”). Na figura 2 temos destacados os países que realizaram os boicotes de 1976, 1980 e 1984.

A Copa do Mundo até a sua última edição não apresentou boicotes - provavelmente devido a sua forma de organização: somente as seleções classificadas nas fases eliminatórias têm a chance de participar do campeonato. Porém, é a FIFA que determina quantas seleções de cada uma das confederações continentais (CONCACAF – América do Norte, Central e Caribe, CONMEBOL – Sul-Americana, UEFA – Europeia, AFC – Asiática, CAF – Africana e OFC – Oceania) irão participar do torneio. Ressalta-se o caráter independente de cada região quando as eliminatórias possuem formatos que variam de acordo com cada confederação.

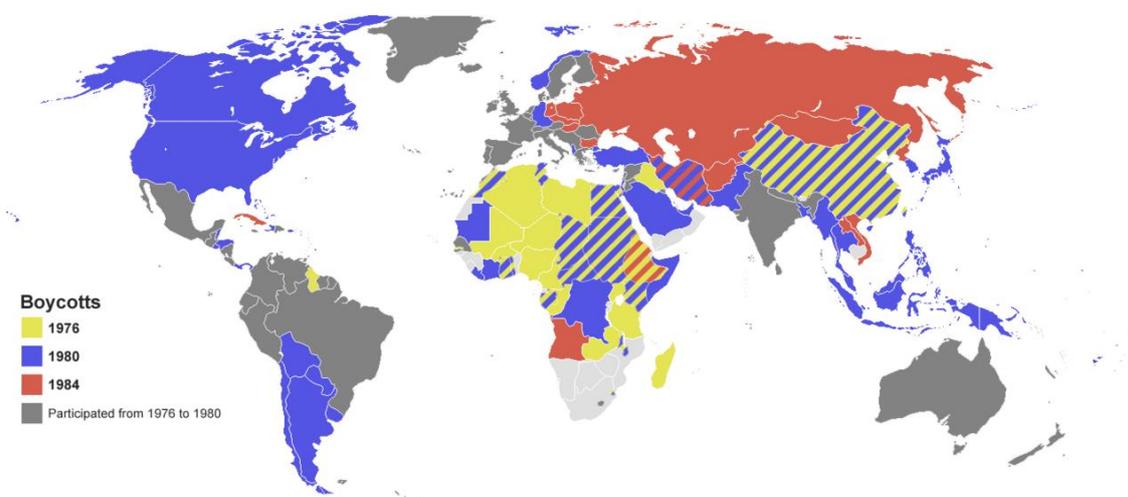
Em 1998, o COI vivenciou um dos maiores escândalos da sua história: vieram à tona denúncias de dirigentes da entidade aceitarem subornos (os quais englobavam terrenos, bolsas em universidades, tratamentos médicos e outros) para garantir que a sede dos Jogos de Inverno de 2002 fosse a cidade de Salt Lake City, nos EUA. A cidade já havia tentado outras quatro vezes sediar os jogos de inverno do COI e a denúncia partiu de um dos membros do próprio Comitê Olímpico, o suíço Marc Hodler. Como forma a dar resposta, o Comitê criou quatro comissões de investigação que resultaram na expulsão de dez membros da instituição e suspensão de outros dez. Para além disso, modificou-se todo o processo de candidatura para sediar os Jogos (e outras alterações administrativas

⁸⁷ No lugar da bandeira norte americana foi hasteada a bandeira da cidade de Los Angeles; o hino executado ao invés do hino dos EUA, foi o hino olímpico.

⁸⁸ Novamente explicitamos que esta é a versão oficial registrada nos livros e relatos históricos. Claramente o boicote soviético se deu não só como resposta ao boicote ocidental como também para não dar reconhecimento à edição norte-americana das Olimpíadas.

também foram incorporadas, conforme já relatado). Já existiam duas etapas de seleção – uma dentro de cada país interessado e outra à âmbito do COI, eis que a Carta Olímpica de 1999 (publicada em dezembro) (IOC, 1999) estabelece mais uma etapa a ser realizada em uma Sessão Geral do COI (que deve acontecer em um país que não tenha candidatas a sede) – modelo que está vigente até os dias atuais.

FIGURA 2 - MAPA DOS PAÍSES QUE BOICOTARAM OS JOGOS OLÍMPICOS DE 1976, 1980 E 1984



Fonte: Wikimedia Commons.⁸⁹

Legenda:

- Países que boicotaram no ano de 1976
- Países que boicotaram no ano de 1980
- Países que boicotaram no ano de 1984
- Países que participaram de 1976 e 1980

Pouco depois, no ano 2000, foi aberta uma CPI no Brasil para investigar o contrato da Nike com a CBF (federação que era então presidida por Ricardo Teixeira). A relatoria solicitava o indiciamento de Teixeira e mais trinta e três nomes ligados à CBF e Nike. O relatório não foi aprovado⁹⁰, sofreu arquivamento, voltando à tona em 2015 quando a FIFA é surpreendida por inúmeras prisões de seus principais líderes. Este foi, sem sombra de dúvida, o maior escândalo que a federação já passou até o presente momento.

⁸⁹

Disponível

em:

<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/65/Olympic_boycotts_1976_1980_1984.PNG>

⁹⁰ O relatório acabou tornando-se um livro publicado em 2001 que teve sua venda proibida em livrarias por causa de uma ação movida pelo próprio Ricardo Teixeira. Em junho de 2016 saiu a decisão da Justiça indeferindo as ações de Teixeira e permitindo que o livro voltasse a ser vendido.

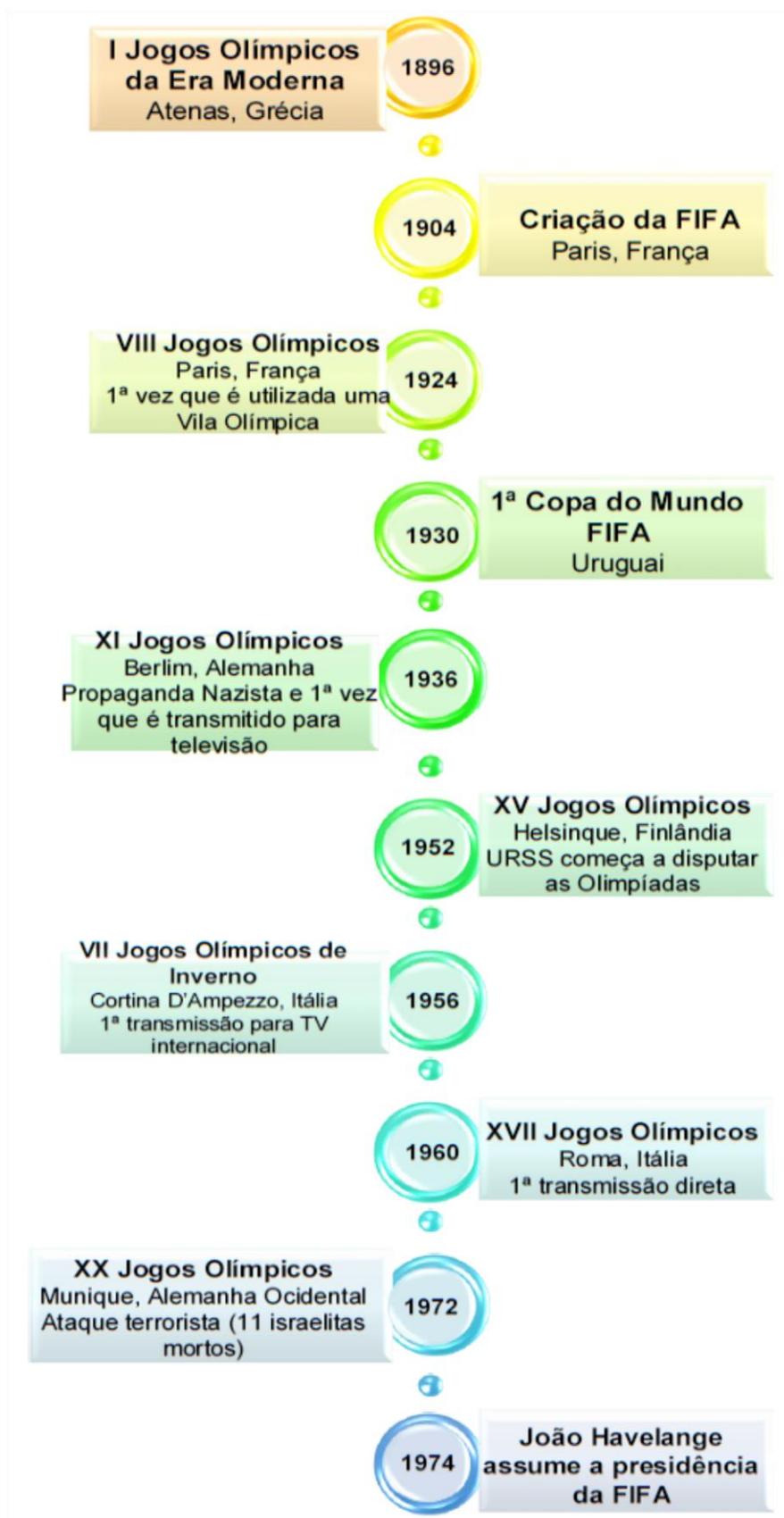
Sempre houve inúmeras denúncias de corrupção envolvendo a FIFA, porém, em 2015 o a polícia federal dos EUA (FBI) e a receita federal dos EUA (IRS) divulgaram uma investigação envolvendo crimes como lavagem de dinheiro, extorsão e fraude financeira (REDAÇÃO, 2015) que ficou conhecido como “*Fifagate*”, em alusão ao caso Watergate. Vários dirigentes foram presos, outros se desligaram da entidade e outros, ainda, foram banidos do esporte.

Há outros escândalos envolvendo o COI, um bem recente: o caso de doping da delegação russa nos Jogos Olímpicos de Londres (2012), onde pelo menos seiscentos e quarenta e três exames positivos foram reclassificados como negativos pelo Ministério dos Esportes da Rússia (RELATÓRIO, 2016). Tal “mancha” no esporte russo foi descoberta poucos meses antes do início dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro (em 2016) e ocasionou no banimento dos atletas russos de levantamento de peso e atletismo - que já estavam classificados à esta edição - e de toda a delegação que viria às Paralimpíadas (UOL, 2016).

Com todas estas informações sobre escândalos e boicotes gostaríamos de legitimar a hipótese de que o esporte de alto rendimento, o esporte com sua roupagem de espetáculo, está intimamente ligado a questões políticas e econômicas – não porque a manifestação cultural tenha se constituído desta forma, mas porque ela encaixou-se perfeitamente aos interesses colocados sobre ela. O COI e a FIFA agem de forma distinta com relação à política e economia, mas ambos (e aqui incluem-se seus dirigentes) beneficiam-se dos poderes do esporte já elencados anteriormente.

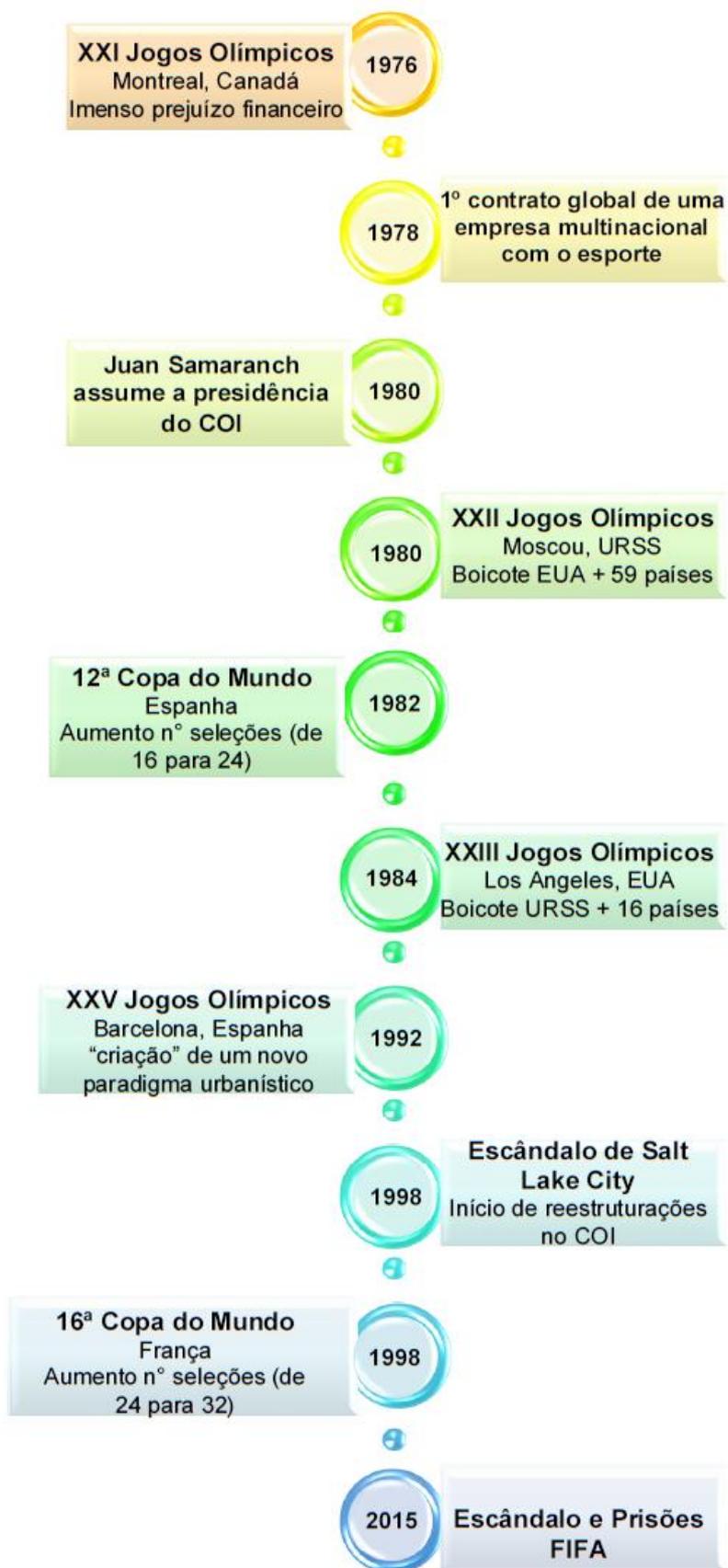
Nas páginas que seguem, fizemos uma linha do tempo resumida (apresentada nas figuras 3A e 3B), trazendo os episódios principais relacionados à FIFA e ao COI, os quais acabamos de relatar.

FIGURA 3 A – CRONOLOGIA RESUMIDA DOS MEGAEVENTOS



Fonte: elaborado pela autora com base em documentos oficiais de FIFA e COI.

FIGURA 3 B – CRONOLOGIA RESUMIDA DOS MEGAEVENTOS



Fonte: elaborado pela autora com base em documentos oficiais de FIFA e COI.

3.3 O ESPORTE UTILIZADO ENQUANTO INSTRUMENTO PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO

Harvey (1992) ao analisar a profunda reestruturação da economia global da década de 1970 traz destaque à incessante busca de aceleração do tempo de giro do capital, com uma implicação bem importante: a intensificação da produção e do consumo dos bens de serviço, especialmente aqueles de caráter efêmero, como os ligados à diversão e ao espetáculo. Além disso o autor ainda salienta: “o controle de fluxo de informações e dos veículos de propagação do gosto e da cultura populares também se converteu em arma vital na batalha competitiva” (HARVEY, 1992, p. 152). Constitui-se aí uma força de atração praticamente irresistível: o esporte-mercadoria (procurando financiamento e com potencial de consumo quase que imediato) e um mercado ávido por investir em imagem e publicidade.

Conforme vimos, o esporte tem se adequado perfeitamente aos interesses do capital visto que satisfaz urgências que, ao serem contempladas, acabam desenvolvendo infinitas novas necessidades dentro da lógica fetichista de consumismo perpetuada nos dias atuais. Este aspecto acentua sua contribuição ao infindo ciclo de vida do capital: produção, reprodução e expansão contínuas.

A partir da compreensão das mudanças radicais que o universo esportivo vem passando nas últimas décadas, Proni (1998, p. 5) nos diz que “tais transformações são consequência de mudanças da economia mundial, da conversão do esporte em produto da indústria do entretenimento, que vem se globalizando”. Este mesmo autor ainda salienta tal percepção dizendo que:

[...] as competições se converteram em espetáculos altamente valorizados pela bilionária indústria do entretenimento. Especialmente a partir dos anos oitenta, uma lógica eminentemente capitalista (baseada no monopólio dos direitos de exploração e nas expectativas positivas de expansão desse setor econômico) se tornaria cada vez mais presente na organização do esporte-espetáculo (PRONI, 1998, p. 89).

Portanto, a partir do exposto por estes autores, podemos inferir que os dias atuais confirmam a existência de uma indústria do entretenimento na qual o esporte

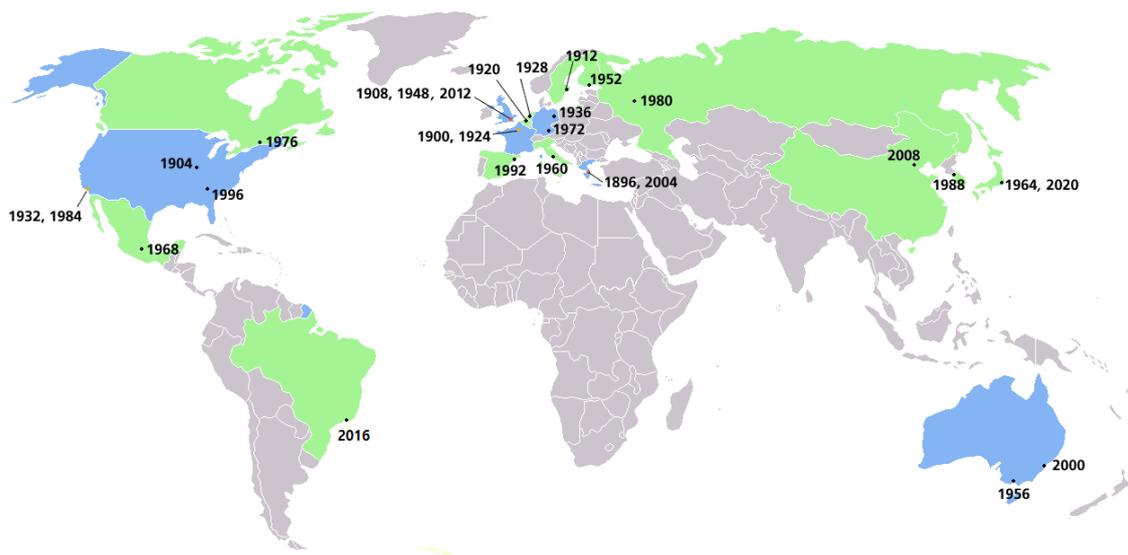
espetáculo é o produto principal – ou uma nova ferramenta para manutenção do capitalismo:

O esporte – e especificamente o futebol, o mais popular de todos, tornou-se uma arma essencial na **criação de novos mercados globais** e na penetração de identidades nacionais discretas e às vezes resistentes. O conceito de esportes altamente competitivos “universais”, alimentado nas nações capitalistas avançadas, foi implantado para **transcender barreiras culturais e regulatórias** em nível mundial. O comércio acolheu as organizações desportivas e seus produtos para dar-lhes legitimidade, diversão e uma camuflagem (JENNINGS, 2010⁹¹ apud MCKINLEY, 2014, p. 55 – grifos nossos).

O esporte-espetáculo é a evolução (por assim dizer) neoliberal do esporte-mercadoria, sobre o qual discutimos anteriormente. É importante fazer a conexão desta evolução neoliberal que, dentro do setor econômico, é associada à desregulamentação financeira e que, por sua vez, ganha sentido ao vir acompanhada de uma busca por novos espaços nos quais sejam facilitados o escoamento do capital acumulado (seja sob forma de mercadoria ou do próprio capital).

Estes novos espaços representam novos mercados, ávidos por receber atenção dos componentes centrais do universo capitalista como, por exemplo, as grandes empresas multinacionais. Esta é uma das explicações que temos para a atual migração dos megaeventos para países periféricos ou em desenvolvimento como China, África do Sul e Brasil. Se olharmos a figura 4, podemos ver como os Jogos Olímpicos nunca chegaram ao continente africano – e demoraram mais de um século (cento e vinte anos) para vir à América do Sul. Já com relação à Copa do Mundo, conforme figura 5, há um predomínio de anfitriões na América do Sul e Europa (das vinte edições já realizadas, dez se deram no continente europeu e cinco no sul-americano) – o que se deve muito pelo apelo público do futebol nestes lugares.

⁹¹ JENNINGS, Andrew. How FIFA corruption empowers global capital. In: **Player and Referee: Conflicting Interests and the FIFA 2010 World Cup**. Collette Schultz Herzenberg (editora), Cidade do Cabo: Institute for Security Studies, p. 91, 2010.

FIGURA 4 – MAPA DAS SEDES DE JOGOS OLÍMPICOS ATÉ 2016

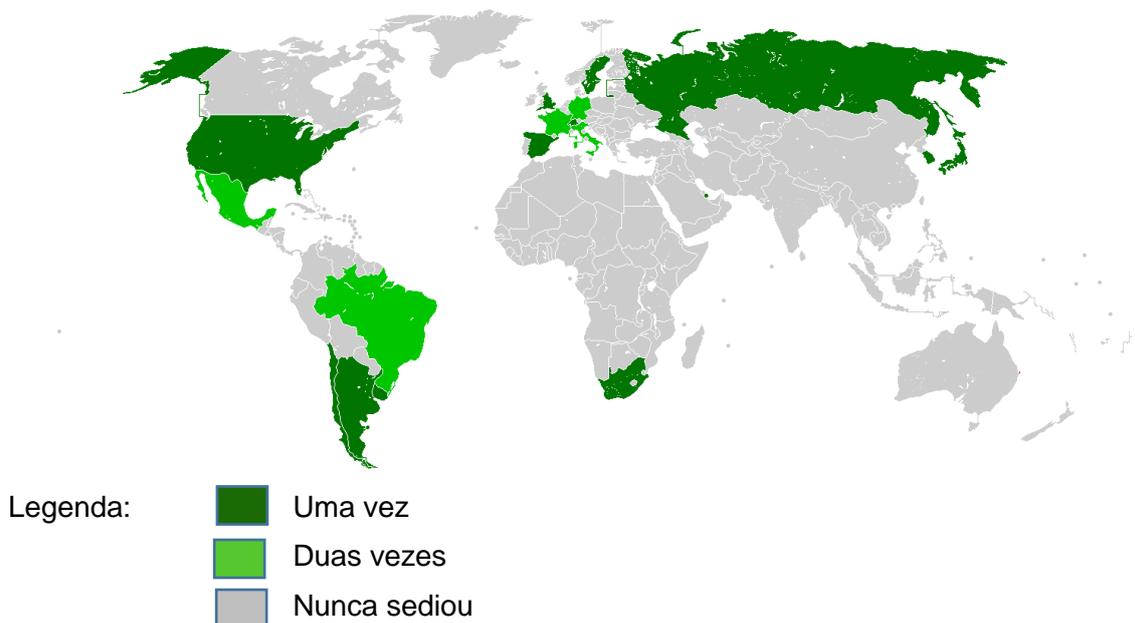
Legenda: ■ Países que já sediaram duas vezes os Jogos Olímpicos.
■ Países que sediaram os Jogos Olímpicos apenas uma vez.

Fonte: Wikipédia Commons.⁹²

A Organização das Nações Unidas (ONU), publicou em 2003, um relatório denominado “Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em Direção à Realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio”. Este documento “analisa em detalhe a contribuição potencial que o esporte pode oferecer para a realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (MDMs)” (ONU, 2003, p. 3). Também objetivou ofertar uma “visão geral do crescente papel das atividades esportivas em muitos programas das Nações Unidas” (ONU, 2003, p. 3). Especialmente, propôs “recomendações que visam a maximização do uso do esporte e sua utilização de maneira sistemática” (ONU, 2003, p. 3), ou seja, métodos mais eficientes de utilizar o esporte dos que os já postos em prática até então.

⁹²Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b4/Winter_olympics_all_cities.PNG.

FIGURA 5 – MAPA DOS PAÍSES ANFITRIÕES DA COPA DO MUNDO FIFA



Fonte: Wikipedia Commons.⁹³

No ponto “Esporte e desenvolvimento econômico”, o relatório traz luz ao fato de que o esporte, “além de essencial ao desenvolvimento humano” (ONU, 2003, p. 8) também traz contribuições ao desenvolvimento econômico. Explica que o potencial econômico do esporte é atribuído, entre outros aspectos, ao estímulo à fabricação de produtos esportivos, promoção de eventos de grande porte, à ampliação do setor de serviços e o grande interesse despertado por ele nas corporações midiáticas (ONU, 2003, p. 8).

O documento ainda enfatiza que o esporte cumpre o papel de catalisador para desenvolver a infraestrutura local, sobretudo com recursos públicos – e aqui temos um dos principais pontos alegados pela mídia e governo como legado herdado dos megaeventos esportivos.

O desenvolvimento econômico pode ser estimulado através da **construção ou reabilitação de infraestrutura esportiva**, seja através de **grandes instalações** ou de pequenos projetos, tais como nivelar um espaço para torná-lo seguro e apropriado para jogos. Conseqüentemente, os espaços abertos e o desenvolvimento da infraestrutura esportiva são importantes no **planejamento urbano**. Os benefícios econômicos da infraestrutura incluem o emprego e o investimento durante a obra,

⁹³

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Copa_do_Mundo_FIFA#/media/File:Pays_organisateurs_de_la_Coupe_du_monde_de_football.png.

assim como emprego continuado na administração das instalações e das atividades que nelas ocorram. Uma vez construídas, algumas instalações esportivas podem ser usadas para finalidades múltiplas, incluindo a utilização por escolas e grupos comunitários para atividades culturais, sociais e outras (ONU, 2003, p. 21 – grifos nossos).

Podemos vislumbrar então que inclusive a ONU reforça a ideia de que mudanças na infraestrutura e (re) planejamentos urbanos *devem* ser tratados como legados (ou impactos positivos ao Capital) dos megaeventos esportivos. Curi enfatiza:

Os organizadores desses eventos, como representantes das federações esportivas ou membros dos governos, tendem a ficar bastante eufóricos com a situação. Eles apresentam os megaeventos como automaticamente benéficos para o país e sua população. Os megaeventos esportivos são entendidos como um meio de desenvolvimento acelerado do país anfitrião. **Essa visão do legado positivo automático está sendo questionada nas ciências sociais há um bom tempo** (CURI, 2013, p. 66 – grifos nossos).

Em grande parte das análises sobre os legados dos megaeventos esportivos, o principal ponto avaliado é a infraestrutura construída (ou projetada) em consequência das exigências contratuais. As obras alavancadas são consideradas como “minas de ouro”. É possível compreender que esta ideia parta tanto dos donos de grandes construtoras como dos governantes - que enxergam os megaeventos como ideais para tirar do papel obras extremamente desejadas⁹⁴. Todavia, alguns países ainda sofrem muito com a corrupção e, para estas muitas obras que devem ser construídas, há participação das entidades esportivas “apadrinhando” empresas para os projetos de engenharia, interferindo nas escolhas de empreiteiras e pressionando o governo a abrir pesadas linhas de financiamento.

Nos países desenvolvidos, entretanto, tais procedimentos não passam despercebidos. A dificuldade em equacionar os investimentos públicos e os lucros eventuais, o déficit estrondoso de alguns eventos e as acusações de corrupção começam a mobilizar a sociedade civil, que protesta cada vez mais veementemente – vide a desistência de Estocolmo em concorrer para os Jogos Olímpicos de Inverno de 2022 (FERREIRA, 2014, p. 11).

A despeito de não sermos um país desenvolvido (política e economicamente) como a Suécia, a população brasileira também demonstrou

⁹⁴ O metrô de Porto Alegre é um ótimo exemplo referente à afirmação – e abordaremos o caso mais adiante neste estudo.

descontentamento com a forma como vinham sendo realizadas as obras e a destinação de subsídio público. Em junho de 2013, a população tomou as ruas e exigiu que o “Padrão FIFA” também fosse utilizado como referência para serviços públicos básicos, tais como saúde e educação.

Como a realização da Copa do Mundo no Brasil foi um ato, além de político, eleitoral (o pleito presidencial deu-se poucos meses após a realização do evento), o Governo Federal respondeu como pôde às manifestações. Ponderou que o dinheiro público investido vinha, sobretudo, dos estados que aceitaram sediar a Copa. Ferreira avalia as manifestações:

Com isso, a Pátria do Futebol, ironicamente, deu uma lição ao resto do mundo na Copa das Confederações: **nunca havia se visto tamanha mobilização de protesto contra um evento cuja popularidade ainda é tão dominante**. Repercutia no mundo que o povo brasileiro, cuja identidade se confunde com o futebol, era contra a Copa (FERREIRA, 2014, p. 14 – grifos nossos).

Após a final da Copa das Confederações (o evento encerrou-se no dia 30 de junho de 2013) a maioria das manifestações já tinham alcançado seu objetivo inicial (a redução do valor da passagem do transporte coletivo municipal) e as pautas agregadas (como a discussão dos recursos para a Copa) acabaram por ser deixadas de lado – pelo menos pela grande massa que fez parte dos atos até então⁹⁵. Apesar da distância temporal, concordamos com Curi quando ele disserta a respeito dos resultados dos megaeventos no Brasil:

Tanto os Jogos Pan-Americanos de 2007, a Copa do Mundo de 2014, quanto os Jogos Olímpicos de 2016 são eventos periódicos fora da rotina da vida econômica. Políticos, dirigentes esportivos e outros interessados se mostraram bastante empenhados em enfatizar a sua participação no evento. Além de questões econômicas e urbanísticas estão em disputa também a definição de categorias como modernidade, progresso, democracia, mas também corrupção. Ainda não conhecemos os resultados dessa disputa, que serão parte do legado do evento em nível local (CURI, 2013, p. 68-69).

Com a realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos as discussões acirram-se e, tanto os defensores quanto os opositores aos megaeventos ganham adeptos. Há argumentos a respeito da geração de

⁹⁵ Importante ressaltar que, apesar de não contar mais com os milhares de participantes dos atos anteriores e nem com a mesma periodicidade, as manifestações continuaram a ocorrer até, aproximadamente, junho de 2014.

empregos, aumento da indústria de turismo, melhora da imagem do Brasil perante o mundo. Do outro lado há denúncias sobre regimes de trabalho análogos à escravidão nas obras de forma a conseguir cumprir os prazos, falta de clareza quanto aos gastos, estímulo ao turismo sexual e desvios de verbas públicas para o setor privado sem a compensação necessária. Temos as declarações do governo, dos órgãos como FIFA e CBF, de estudiosos especializados no assunto, mas priorizamos saber qual a ótica da população⁹⁶ que vive/viveu e transita/transitou nas áreas das obras, da população que recebeu a Copa na sua cidade – acreditamos que estes são os protagonistas dos legados da Copa.

3.4 A TRAMA QUE TROUXE A COPA AO BRASIL

Para entendermos quais foram os legados que a Copa deixou à Porto Alegre acreditamos ser importante fazer o caminho inverso e entender, inicialmente, de que forma a Copa chegou à capital gaúcha.

Conforme vimos anteriormente, já existia um interesse nas terras do sul global tanto pela FIFA quanto pelo COI, e este interesse começou a ser explicitado de maneira mais contundente com a instalação de um rodízio entre os continentes para ser sede da Copa do Mundo.

O processo de escolha da sede da Copa do Mundo que temos hoje foi estabelecido na década de 90, quando a Federação Internacional de Futebol (FIFA) instituiu que seria feito um processo de rotação continental entre as seis confederações de futebol: Confederação Asiática de Futebol (AFC), Confederação Africana de Futebol (CAF), Confederation of North, Central American and Caribbean Association Football (CONCACAF), Union of European Football Associations (UEFA), Oceania Football Confederation e Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) (PARANÁ, 2010, s/p).

Nas entrevistas e publicações oficiais o interesse manifestado pela Federação de futebol com a introdução deste rodízio como escolha do país sede

⁹⁶ Para obter as informações através desta ótica priorizamos as informações obtidas através das entrevistas com nossos colaboradores e das conversas com os/as moradores(as) que fizemos durante as observações de campo.

foi a de poder dar visibilidade e uma *chance maior* aos países que não dispõem de expressão mundial para bancar a proposta de sediar um evento deste porte. Conforme já expusemos, também há o interesse de fazer o capital girar em continentes onde o esporte (e o futebol) são pontos de culturais estruturantes. Porém, interesses mais escusos também tiveram lugar nessa nova metodologia adotada pela FIFA:

Durante doze anos, **Ricardo Teixeira articulou um grande acordo para se fazer a Copa na África do Sul e, em seguida, no Brasil.** Com conversas, promessas e jogadas políticas, em 2000, quando da votação do país anfitrião para 2006, ele tinha nas mãos os votos de pelo menos doze dos 23 países garantidos para a África do Sul. De certa maneira, era o **pagamento do apoio dado 26 anos antes**, pelos africanos, à eleição do seu sogro, João Havelange, para a presidência da FIFA. Propositamente, o Brasil se candidatou para sediar o mundial de 2006, para depois voltar atrás, o que **reforçou o alinhamento** dos africanos para os brasileiros na eleição seguinte.

Na última hora, porém, numa iniciativa muitíssimo suspeita, o representante da Nova Zelândia votou em branco, e **a África do Sul perdeu por esse voto para a Alemanha.** Foi preciso reelaborar a estratégia. Assim, a FIFA decidiu adotar, a partir de 2010, um **rodízio de continentes.** O africano era o primeiro da lista. Como o país mais rico, a África do Sul não tinha como perder. No torneio seguinte, pelas regras do rodízio, o país organizador viria da América do Sul. O apoio de todos os países do bloco ao Brasil já estava costurado (PINHEIRO, 2010, p. 54 – grifos nossos).

Diante disso podemos perceber que o plano de trazer a Copa tanto para o Brasil quanto para o continente africano – na África do Sul, em específico – era bastante antigo. E é interessante avaliar o poder do jogo político embrenhado neste processo, visto que conseguiu não só a realização das Copas nos países desejados, mas também, alterar a sistemática de escolha de sede do evento mais importante da FIFA.

É possível pensar que todo o escândalo que veio à tona em 2015 é apenas a ponta desse iceberg no qual a FIFA se encontra. Nem todos os planos fluíram como esperavam/desejavam Ricardo Teixeira e seus partidários, e alguns imprevistos ocorreram durante a corrida do Brasil à sede da Copa de 2014. Em 29 de outubro de 2003, o vice-presidente da Federação Chinesa de Futebol (Zhan Jilong) anunciou que seu país também iria concorrer (CRONOLOGIA, 2007) – e ele não foi o único. O senador chileno Jaime Naranjo defendeu, em seis de maio

de 2004, que Chile e Argentina apresentassem uma candidatura conjunta à sede de 2014 - nos mesmos moldes que fizeram Japão e Coréia do Sul em 2002. Porém, no natal de 2004, o então presidente da Conmebol – Nicolás Leoz – afirmou à imprensa que a Copa do Mundo de 2014 seria no Brasil (CRONOLOGIA, 2007).

Em Porto Alegre, no mesmo ano, ocorriam eleições municipais para prefeitos e vereadores. O ex-professor de literatura José Fogaça, então pertencente ao Partido Popular Socialista (PPS), elege-se no segundo turno com 53,32% dos votos válidos – acabando com um período de dezesseis anos nos quais o Partido dos Trabalhadores (PT) permaneceu no poder do município.

Apesar de continuarem surgindo países interessados em sediar a Copa de 2014 (em 2006 Álvaro Uribe, presidente da Colômbia, afirmou que também iria apresentar candidatura) em 24 de setembro de 2006 a CBF (que era então presidida por Ricardo Teixeira) convidou o Pelé⁹⁷ para ser o presidente do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014 quando a competição tivesse o Brasil confirmado enquanto sede – o convite, obviamente, foi aceito (CRONOLOGIA, 2007). Pelé (que se tornaria embaixador da Copa do Mundo de 2014 tempos adiante) teve sua figura marcada pelas inúmeras manifestações polêmicas que fez ao defender a realização da Copa, sendo a mais icônica no ano de 2013. Ao dar uma entrevista, pediu aos brasileiros que “esquecessem as manifestações” (que então tomavam as ruas brasileiras) para apoiar, incondicionalmente, a seleção⁹⁸. Nas palavras dele: “Vamos esquecer toda essa confusão que está acontecendo no Brasil, todas essas manifestações, e vamos pensar que a seleção brasileira é o nosso país, é o nosso sangue. Não vamos vaiar a seleção. Vamos apoiar até o final” (UOL, 2013).

Nas suas manifestações oficiais, a FIFA ainda colocava dúvidas sobre a sede da Copa de 2014. Nos últimos dias do mês de setembro de 2006, os presidentes da FIFA e do Brasil, respectivamente, Joseph Blatter e Luís Inácio

⁹⁷ Édson Arantes do Nascimento, considerado por muitos como o “rei do futebol”, foi um importante jogador brasileiro e que, vez ou outra, aparece em eventos políticos relacionados ao esporte.

⁹⁸ É interessante perceber que Pelé foi um grande beneficiado da Lei Geral da Copa – um dos pontos citados em inúmeras manifestações – visto que, enquanto jogador das seleções campeãs de 1958, 1962 e 1970, estava apto a receber a bonificação financeira estipulada na Lei. Iremos adentrar melhor nesse assunto no próximo capítulo.

Lula da Silva, reuniram-se e aquele reafirmou sua vontade de que o país “provasse sua capacidade” antes que a FIFA tomasse a decisão final. O Ministro do Esporte, Orlando Silva Jr. (Partido Comunista do Brasil, PCdoB), naquele momento afirmou que o Brasil possuía apenas um estádio com potencial para se adaptar aos moldes exigidos pela entidade (no caso, Arena da Baixada, do Clube Atlético Paranaense, em Curitiba) (CRONOLOGIA, 2007). Tendo este dado e o histórico da FIFA utilizar, em média, dez cidades-sede já era possível prever que a construção da Copa seria bastante onerosa aos cofres brasileiros.

Um novo período eleitoral ocorreu no Brasil entre outubro e novembro de 2006 – desta vez deveríamos eleger governadores, senadores, deputados federais e estaduais e quem iria ocupar a presidência da República. No Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (Partido Social Democrata do Brasil, PSDB) elegeu-se no segundo turno, em uma eleição disputada contra o ex-governador (1999 e 2002) Olívio Dutra – a candidata venceu com 53,94% dos votos válidos.

A nível federal, Lula (PT) foi reeleito, no segundo turno, com quase 61% dos votos válidos. À época já estavam sendo investigadas inúmeras denúncias sobre o mensalão⁹⁹ – fenômeno que abalara muito a base política do PT. Porém, o resultado das eleições federais demonstrou que as recorrentes denúncias de corrupção não afetaram a confiança da população brasileira no presidente (e no partido). A avaliação para os resultados das eleições no Rio Grande do Sul demonstra um descontentamento da população gaúcha ao PT – visto que este já havia perdido a hegemonia sobre a capital dois anos antes.

Continuando suas declarações acerca do Brasil e da Copa do Mundo, em novembro de 2006 Joseph Blatter afirmou que o país deveria preparar bem sua proposta de candidatura, deveria agir “como se houvessem outros três ou quatro candidatos” disputando (CRONOLOGIA, 2007). Em resposta a este conselho, o Governo Federal criou um grupo de trabalho interministerial contando com representantes dos Ministérios do Esporte, Planejamento, Relações Exteriores,

⁹⁹ O mensalão é o nome do principal escândalo que atingiu o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2005 - durante o primeiro mandato - e que consistia em um esquema de pagamento de propina a parlamentares para que votassem a favor de projetos do governo. Entre os 39 acusados, estão parlamentares, ex-ministros, dirigentes do Banco Rural e o empresário e publicitário Marcos Valério. O ex-chefe da Casa Civil José Dirceu era apontado como chefe do esquema.

Casa Civil, Fazenda, Cidades, Justiça e Turismo, que seria responsável por elaborar o projeto de candidatura do Brasil (CRONOLOGIA, 2007). A CBF fora colocada como “participante permanente” das reuniões deste grupo. Ricardo Teixeira era um grande entusiasta da Copa “e anunciou: ‘O povo brasileiro merece este **presente**. Prometo que vou me empenhar até o último momento para trazer a Copa do Mundo para o Brasil’” (LULA, 2006, s/p – grifo nosso).

A candidatura brasileira foi oficializada, junto à FIFA, em 13 de dezembro de 2006, pelo presidente da CBF. Apesar do prazo final ter sido antecipado de fevereiro para dezembro, a Confederação Colombiana de Futebol cumpriu com suas declarações e também oficializou sua candidatura junto à FIFA. Em 2007, a Federação de Futebol dos Estados Unidos ofereceu-se como opção para o caso de Brasil ou Colômbia não conseguirem acumular as condições básicas para realização da Copa do Mundo (CRONOLOGIA, 2007). Apesar da “boa vontade” demonstrada, se EUA tivesse realmente sediado a Copa, o rodízio instituído pela FIFA não teria se cumprido.

A desistência da Federação Colombiana se deu em 11 de abril de 2007, por “não ter condições de arcar com os **altos custos** para adequar o país aos **encargos que a FIFA exige**” (CRONOLOGIA, 2007 – grifos nossos). A partir deste momento, o único concorrente que se apresentava ao Brasil eram as muitas exigências da FIFA – às cidades e aos estádios. De forma a lidar com isso, em 15 de junho de 2007, o presidente brasileiro assinou um documento no qual realizava o comprometimento do Governo Brasileiro em cumprir os onze aspectos exigidos pela FIFA¹⁰⁰ para realização do mundial (CRONOLOGIA, 2007). Tal documento versava sobre muitos âmbitos, entre eles: acordos sobre proteção e exploração dos direitos comerciais, tratamento preferencial para membros da FIFA em aeroportos, eventos e outras ocasiões, aceleração da liberação dos vistos de trabalho, garantias de segurança, etc. Também nesta certidão constavam garantias acerca dos custos (políticos e/ou econômicos) do evento, salvaguardas que visavam isentar a FIFA de arcar com aqueles (Garantia número dez – Indenizações):

¹⁰⁰ Tal documento e exigências serão esmiuçados no próximo capítulo.

Afirmamos e garantimos, ainda, à FIFA que proporemos ao **governo nacional que aprove** (ou solicite ao Congresso, às autoridades estaduais ou locais que aprove) as leis, portarias, decretos e outros regulamentos especiais necessários ao cumprimento desta Garantia, a fim de serem promulgadas e executadas com a **maior brevidade possível**. Esta Garantia deverá ser obrigatória, válida e executável contra o Brasil e seu governo, bem como todas as autoridades estaduais e locais, desde a data desta Garantia até 31 de dezembro de 2014 [...] (GOVERNO, 2007 – grifos nossos).

Neste mesmo momento acontecia na cidade do Rio de Janeiro o megaevento que inauguraria a *década de ouro* do Brasil. Os XV Jogos Pan-Americanos realizaram-se de 13 a 29 de julho e contaram com mais de 5630 atletas, que representavam 42 países, competindo em 47 modalidades esportivas diferentes (RIO, 2007). Os Jogos Parapan-Americanos ocorreram logo após, em agosto, e tiveram 1300 atletas de 26 países na disputa de dez modalidades (RIO, 2007). Aqui visualizamos um dos lados mais controversos do esporte de alto rendimento: não há incentivo (financeiro e político) – ou, quando existe, é ínfimo – para preparação e participação de atletas em modalidades adaptadas. O esporte de alto rendimento mostra-se como nos ideais societários: belo, forte e “sem defeitos”.

Os Jogos Pan-Americanos inauguraram não só a sequência de megaeventos sediados no Brasil, mas também a sequência de denúncias de mau uso de dinheiro público relacionado a estes eventos. Foi a edição mais cara dentre as quinze já realizadas.

A Prefeitura publicou no Diário Oficial que o gasto público total do Município com os Jogos Pan-Americanos ficou em cerca de R\$ 1,2 bilhão, mas a oposição garante que foi muito mais: “O custo inicialmente estipulado para o Pan, de R\$ 400 milhões, pode ter saído até dez vezes maior, o que é um absurdo”, afirma a vereadora Andréa Gouvêa Vieira (PSDB).

Proponente e presidente da CPI do Pan, Eliomar Coelho (PSOL) também afirma acreditar que o gasto público foi maior que o anunciado pela Prefeitura. O vereador faz uma interessante ressalva: “Mesmo que o gasto tivesse sido esse de R\$ 1,2 bilhão, já seria motivo para investigação. Os últimos cinco Jogos Pan-Americanos antes do nosso, somados, custaram cerca de R\$ 2 bilhões”, afirma (THUSWOHL, 2007a).

Em agosto de 2007, além do Parapan, também ocorreram visitas da Comissão de Inspeção da FIFA (a qual avalia as cidades candidatas) às cidades

que concorriam a sede da Copa de 2014. Havia dezoito cidades candidatas: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Maceió, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife e Olinda (que concorriam “em dupla”), Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Quando a Comissão esteve em Brasília, mais uma vez o presidente destacou que faria o que fosse preciso para receber o Mundial.

Blatter manifestou novamente seu descontentamento com a existência de uma candidatura única para a Copa de 2014, mas em 30 de outubro de 2007 a FIFA ratificou o Brasil como o país sede da Copa de 2014 (CRONOLOGIA, 2007). Neste interim, divulgou-se o relatório da Comissão de Inspeção e, segundo estes avaliadores: “o Brasil tem condições de organizar uma Copa do Mundo **excepcional**” (FIFA, 2007, p. 9 – grifo nosso). Apesar desta afirmação, também dizia o relatório que nenhum dos estádios brasileiros visitados tinha condições de receber as partidas da Copa, na fase em que se encontravam à época e salientou:

No entanto, a equipe de inspeção deseja salientar que se o Brasil viesse a ser escolhido para a Copa do Mundo FIFA 2014™, a FIFA deveria colocar atenção especial nos projetos em geral e, especificamente, nos planos para a mídia, camarotes e outras áreas de hospitalidade, estacionamento e áreas dos jogadores (FIFA, 2007, p. 25).¹⁰¹

E aqui, de novo visualizamos que a realização da Copa do Mundo no Brasil era um projeto que custaria muito caro – mesmo que levássemos em conta somente a recuperação dos estádios já existentes.

Para Orlando Silva, que era Ministro dos Esportes à época, sediar a copa do Mundo seria a oportunidade de desenvolvimento que o Brasil precisava, tanto em relação à modernização dos estádios de futebol quanto para a infraestrutura dos municípios (CRONOLOGIA, 2007). A festa pela escolha do Brasil como sede espalhou-se pelo país, a comemoração era generalizada – ou pelo menos era isso que nos mostravam os canais midiáticos.

As cidades que sediaram os jogos foram escolhidas somente um ano e meio após a divulgação do país, por parte da FIFA – o anúncio ocorreu durante o 59º Congresso da Federação, em Bahamas (SEM, 2009, s/p). Apesar do

¹⁰¹ Traduzido do original em inglês pela autora.

costumeiro ser dez cidades, o governo brasileiro, devido à dimensão continental¹⁰² do país, garantiu que doze cidades sediassem o evento – das inicialmente candidatas ficaram de fora Florianópolis, Goiânia, Campo Grande, Maceió, Rio Branco e Belém.

¹⁰² O discurso oficial divulgado com relação ao número de cidades foi justamente este: a dimensão geográfica do país. Porém, é possível deduzir que, quanto mais cidades-sede, maior o investimento a ser realizado (aumentando também as possibilidades de ganhos de capital direto e indireto para grandes construtoras, grupos políticos e outros).

4 ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA COPA EM PORTO ALEGRE

Iniciaremos nossa análise acerca dos impactos sociais que a Copa trouxe à Porto Alegre explicitando a forma como categorizamos os dados – e quais foram estas categorias. Dentre todos os materiais que coletamos, decidimos utilizar apenas as entrevistas, observações de campo e dossiês para a obtenção das categorias de análise. Esta decisão baseou-se na intenção de criar categorias que representassem mais fielmente a visão da Copa partindo dos agentes diretamente afetados, e não em cima de relatórios oficiais do - e ligados ao - Estado.

Trazemos novamente à tona a discussão dos impactos a partir de um trecho dos escritos de Nelma Gusmão de Oliveira, onde ela reafirma que esta disputa por sediar os megaeventos esportivos – e por seus tão divulgados legados - tem objetivos muito específicos por trás:

No mundo contemporâneo, onde uma agenda determinada pela lógica de mercado tem dominado as teorias e práticas do planejamento, impulsionando cidades a uma verdadeira guerra competitiva por investimentos, a retórica dos “legados” tem se mostrado conveniente como **elemento legitimador para a disputa pelo direito de sediar megaeventos**. Protagonizada por “coalizões pró-crescimento”, compostas principalmente por políticos, empresários, mídia e instituições esportivas, essa disputa tem ocupado papel de destaque nas políticas urbanas das cidades contemporâneas que, geridas como empresas, aspiram inserção no mercado mundial (OLIVEIRA, 2016, p. 103 – grifos nossos).

Para averiguar todos estes impactos¹⁰³ deixados à Porto Alegre, chegamos a inúmeras categorias de análise como habitação, saúde, educação, legislação, consciência política, mobilidade urbana, entre outras. Doravante, de acordo com a metodologia já explicitada anteriormente, decidimos elencar duas grandes categorias (as quais irão abranger algumas subcategorias) sendo elas: reestruturação urbana e política/legislação. Estas categorias de análise foram

¹⁰³ Devido ao caráter ideológico contido na palavra “legado” enquanto associada aos megaeventos esportivos, reafirmamos aqui que utilizaremos o termo “impacto”.

escolhidas pelo maior investimento de capital político e monetário que abarcaram, em comparação às demais. As subcategorias serão apresentadas dentro de cada uma das categorias já expostas.

4.1 REESTRUTURAÇÃO URBANA

Dentro das categorias analisadas, esta é a que abrange um universo maior de subcategorias como: moradia/remoções, gentrificação, mobilidade urbana, entre outras. Iniciaremos destacando todas as obras relacionadas à Copa previstas¹⁰⁴ para Porto Alegre. São elas:

- Corredor da Avenida Tronco (projeto contemplado no Plano Diretor de Porto Alegre há mais quatro décadas. Contempla: implantação de ciclovia e corredor de ônibus, além do projeto paisagístico);
- Corredor da 3ª perimetral (construção de cinco obras nos cruzamentos da 3ª perimetral: passagens subterrâneas na Av. Ceará sob Av. Farrapos, na Rua Anita Garibaldi sob Av. Carlos Gomes e na Av. Cristóvão Colombo sob Av. Dom Pedro II e viadutos na Rua Salvador França / Av. Aparício Borges com a Avenida Bento Gonçalves e na Av. Augusto Meyer / Av. Carlos Gomes com a Av. Plínio Brasil Milano);
- Corredor Av. Padre Cacique/Beira Rio (Construção de corredor exclusivo para ônibus na Av. Borges de Medeiros, duplicação da Av. Edvaldo Pereira Paiva e construção de um viaduto ligando a Av. Pinheiro Borda à Av. Edvaldo Pereira Paiva (sentido sul-norte));
- BRT – Protásio Alves e Terminal Manoel Elias (adequação e qualificação de catorze estações de embarque e desembarque de passageiros ao padrão BRT e implantação de uma estação de integração na Av. Manoel Elias);

¹⁰⁴ As apresentações de obras aqui detalhadas e o que elas contemplam/contemplavam foram feitas através dos projetos oficiais iniciais de cada uma delas.

- BRT – João Pessoa e Terminal Azenha (adequação e qualificação de oito estações de embarque e desembarque ao padrão BRT e construção de uma estação de integração multimodal);
 - Corredor Rua Voluntários da Pátria e Estação São Pedro (Duplicação da Rua Voluntários da Pátria e construção do Terminal de ônibus São Pedro);
 - Prolongamento Severo Dullius (complemento da Av. Severo Dullius, ligando a Av. dos Estados e Av. Sertório através da rua Dona Alzira);
 - Complexo da Rodoviária (construção de um viaduto sobre a Rua da Conceição e de uma estação de ônibus defronte à Estação Rodoviária);
 - BRT – Av. Bento Gonçalves e Terminal Antônio de Carvalho (adequação e qualificação de doze estações de embarque e desembarque ao padrão BRT e readequação do Terminal Antônio de Carvalho);
 - **BRT – Padre Cacique e Terminal Cristal** (construção de 2,1 km de corredor duplo na Av. Padre Cacique e mais 2,6 km de corredor simples para implantação de treze estações de embarque e desembarque e implantação do terminal de integração Cristal);
 - Três vias de acesso ao Estádio Beira-Rio (a primeira faz a conexão entre a Av. Beira Rio e a Av. Padre Cacique e as outras vias serão onde ficavam os campos suplementares e o estacionamento do Sport Clube Internacional);
 - Aeroporto Salgado Filho (ampliação da pista de pouso e decolagem, reforma e ampliação do terminal de passageiros e implantação do módulo operacional);
 - **Aeromóvel** (trajeto em via elevada ligando o Aeroporto Salgado Filho à Estação Aeroporto do Trensurb);
 - **Metrô Linha 2** (projeto de implantação do sistema de transporte via metrô compreendendo treze estações entre as proximidades da Esquina Democrática e a Fiergs);
 - Gigante Para Sempre – Estádio Beira-Rio (Reforma do Estádio Beira Rio para adequação às exigências da FIFA);
 - **Arena do Grêmio** (construção de um novo estádio para o time Grêmio Futebol Porto Alegre contendo com centro de convenções, hotel, centro empresarial, área residencial, shopping center e estacionamento);

- **Cais Mauá** (revitalização de uma área de 2,5 km de extensão compreendendo a reforma dos armazéns, implantação de lojas, bares, restaurantes, duas torres comerciais, um hotel de luxo entre outros empreendimentos);
- **Orla do Guaíba** (revitalização de 5,9 km incluindo terminal turístico para barcos de passeio, calçada, ciclovia, banheiros, quadras esportivas, instalação de bancos e quiosques).

As obras destacadas em negrito não constavam em nenhuma das versões da Matriz de Responsabilidades assinada junto à FIFA, porém são obras que possuíam forte ligação com a realização da Copa. De forma a tornar um pouco mais ilustrativo, na figura 6 é possível visualizar estas obras e seus trajetos dentro do mapa da cidade de Porto Alegre¹⁰⁵ e já podemos notar um aspecto importante: a localização das obras centrada em torno dos estádios da cidade (tanto o oficial da Copa, quanto o que não a sediou). As obras estão concentradas nesses dois pontos: um eixo que liga o Aeroporto Internacional Salgado Filho ao centro (Arena do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense) e outro que liga o centro à zona sul da cidade (Estádio Beira Rio – Sport Club Internacional).

Em 2010 foi assinada a primeira versão da Matriz de Responsabilidades (BRASIL, 2010a), sendo firmada entre os governos federal, estadual e municipal (e também o Sport Clube Internacional). Segundo o Portal da Copa 2014:

Conceitualmente, a Matriz de Responsabilidades é um **plano estratégico de investimento no desenvolvimento do país**. São investimentos que já seriam necessários e que acabaram sendo antecipados e priorizados nas 12 sedes pela oportunidade de realizar uma Copa do Mundo no Brasil (MATRIZ, 2014 – grifos nossos).

Neste documento consta a responsabilidade diante de cada padrão de obra a ser realizada para viabilização da Copa: as obras referentes à mobilidade urbana e entorno de estádios, aeroportos e terminais turísticos portuários seriam de competência do estado ou município. Já as obras em aeroportos (terminais de passageiros, pistas e pátios) e terminais turísticos de portos seriam de competência da União.

¹⁰⁵ Devido ao espaço disponível, o mapa foi reduzido. É possível acessar sua versão completa que permite, inclusive, dar zoom nas obras e localidades através do endereço eletrônico: <<https://drive.google.com/open?id=1iiT0t86DSfNPHVKAGy0KaZkCdDQ&usp=sharing>>.

FIGURA 6 – MAPA DE PORTO ALEGRE COM AS OBRAS RELACIONADAS À COPA DO MUNDO DE 2014

Fonte: Elaborado pela autora com base em CPC-POA, 2015.

A Matriz de Responsabilidades assinada entre Governo Federal e FIFA em 26 de dezembro de 2012 traz sete categorias de investimentos (a saber: Anexo A – Mobilidade Urbana; Anexo B – Estádios; Anexo C – Aeroportos; Anexo D – Portos; Anexo E – Telecomunicações; Anexo F – Segurança e Anexo G – Turismo) (BRASIL, 2012b). Destas, a cidade de Porto Alegre só não consta no Anexo D (Portos). Porém, apesar de estar presente em quase todos os pontos, conforme já havíamos dito, as obras angariadas pelos organizadores para Porto Alegre por conta da realização da Copa são, em sua maioria, direcionadas à mobilidade urbana – visto que a cidade (e a maior parte de sua população – principalmente a mais periférica) sofre há muitos anos com problemas relacionados a esta questão.

Também pudemos perceber que nem todas as obras em andamento em Porto Alegre estavam diretamente ligadas à Copa. Mesmo dois anos após o encerramento do evento, ainda há uma discussão acerca do que seria, afinal, uma “obra da Copa”.

Há critérios à disposição, como a **inclusão oficial do empreendimento na Matriz de Responsabilidades** assinada em 2010, a **adoção do Regime Diferenciado de Contratação até 2011** e, menos oficial, obras incorporadas em peças publicitárias estatais como sendo vinculadas à realização do Mundial, com antecipação da data prevista de entrega para mesmo prazo das obras incluídas nos critérios oficiais anteriores, mesmo que já constassem em planejamentos anteriores à candidatura da cidade para sediar os jogos (CPC-POA, 2015, p. 10 – grifos nossos).

A despeito de todos estes critérios, utilizaremos como marco regulatório a Matriz de Responsabilidade firmada em 2010. As obras constantes na Matriz serão consideradas “Obras da Copa”; as outras obras que citarmos (e não constarem na Matriz observada) terão sua relação explicitada de forma mais detalhada. Na próxima página, a figura 7 traz um mapa de Porto Alegre apenas com as obras vinculadas à Copa através da Matriz firmada em 2010¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Devido ao espaço disponível, o mapa foi reduzido. É possível acessar sua versão completa que permite, inclusive, dar zoom nas obras e localidades através do endereço eletrônico: <<https://drive.google.com/open?id=1Ci2jc4OZBrMFwYDEBCJ0wFGdSSk&usp=sharing>>.

FIGURA 7 – MAPA DE PORTO ALEGRE COM AS OBRAS VINCULADAS À COPA DO MUNDO DE 2014 ATRAVÉS DA MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

Fonte: Elaborado pela autora com base em BRASIL. 2010a.

Voltando à questão mais ampla de reestruturação urbana, já explicitamos aqui a íntima relação que os megaeventos esportivos têm com essa forma de revitalização do capital. David Harvey, avaliando os megaeventos no Brasil traz:

O interesse que o capital tem na construção da cidade é **semelhante à lógica de uma empresa que visa ao lucro**. Isso foi um aspecto importante no surgimento do capitalismo. E continua a ser. Após Segunda Guerra, por exemplo, os Estados Unidos construíram os subúrbios de uma maneira muito rentável. O que temos visto, nos últimos 30 anos, é a **reocupação da maioria dos centros urbanos com megaprojetos**. Muitos desses projetos associam a urbanização ao espetáculo. E fazem um retorno à descrição de **Guy Debord sobre a sociedade do espetáculo**. Faz todo sentido na diretriz da realização dos megaeventos como as Olimpíadas e a Copa do Mundo. **O capital precisa que o estado assegure essa dinâmica**. Assim, pode usar esses eventos como instrumentos de investimentos e mais lucratividade (HARVEY, 2013, s/p – grifos nossos).

Voltando o foco na capital gaúcha, podemos observar diversas obras em Porto Alegre que cumprem o papel mencionado por Harvey. Aliás, esta intenção já vem apresentada desde o projeto das obras em si: por exemplo, com relação aos estádios da Copa, a FIFA traz - no seu caderno de encargos - que não é recomendável que o estádio esteja localizado em um local com pouca área livre para expansão em um próximo período. Caso o estádio já exista e esteja em um local pouco urbanizado ou com pouca infraestrutura de mobilidade, o conselho é que haja uma área maior de estacionamento (DELMONT; BOTTA; REDDY, 2011). Ou seja, a intenção da entidade é que a ampliação dos locais (no caso, os estádios) seja sempre possível em vista de viabilizar o aumento de ganhos sobre uma mesma obra. Tal visão vai ao encontro com a perspectiva dos gestores da cidade de Porto Alegre à época da candidatura à cidade-sede:

Desde o início, o poder público municipal vislumbrou a Copa do Mundo de 2014 como uma “janela de oportunidades” para consolidar o seu projeto de cidade. Ressaltemos que este projeto já vinha sendo desenvolvido desde 2005 quando se encerrou o ciclo das chamadas “administrações populares” (1989 – 2004) em Porto Alegre (SOARES, 2015, p. 23).

E, ao tratar deste “projeto de cidade” já preexistente à Copa, voltamos à localização das obras. Com facilidade conseguimos traçar uma linha sobre a terceira perimetral¹⁰⁷ e visualizar que as obras se localizam no seu entorno. Esta

¹⁰⁷ Via rápida de Porto Alegre, contando com 12,5 km de extensão abrange as avenidas Dom Pedro II, Carlos Gomes, Senador Tarso Dutra, Salvador França e Aparício Borges. Apesar de ter

via, principalmente no seu trecho referente à Avenida Carlos Gomes, forma a nova centralidade de Porto Alegre. Suas adjacências englobam bairros nobres e altamente valorizados da cidade (como Auxiliadora, Boa Vista, Mont'Serrat, Três Figueiras e Jardim Botânico), além de englobar o Centro Histórico, os entornos dos dois estádios da cidade (Beira Rio e Arena do Grêmio Porto-Alegrense) e a área próxima aeroporto.

As obras concentram-se em dois trechos importantes: o primeiro, que faz a ligação entre o Aeroporto Internacional Salgado Filho e o centro histórico da cidade, e o outro, onde estão a maior parte das obras, na verdade, sendo o que faz a ligação do centro com a zona sul. A relação das obras com a área total da cidade de Porto Alegre pode ser melhor observada na figura 8. Percebemos então que a prioridade das obras foi concentrada em uma área que já possuía infraestrutura e serviços urbanos – não visando melhorias para a população de Porto Alegre, mas o turismo durante a Copa.

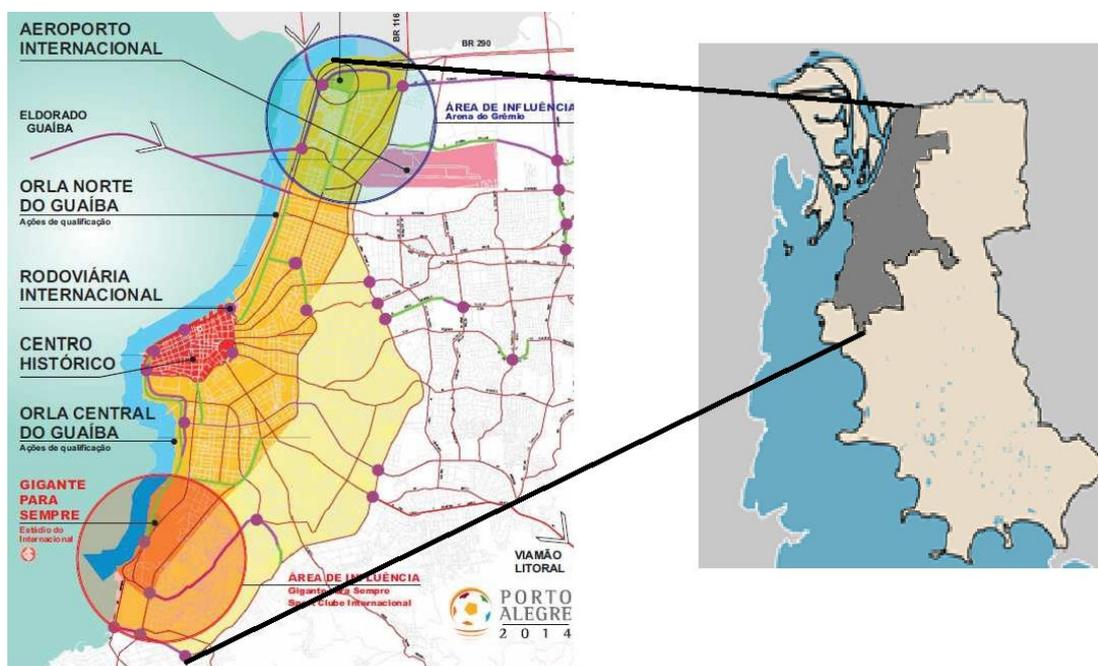
A Zona Sul sempre teve apelo de área nobre – principalmente pela proximidade com o Rio Guaíba, porém seu difícil acesso (pelo diminuto número de vias e opções de transporte público destinadas a este local) causava transtornos a quem lá decidia investir. As obras da Copa foram usadas para solucionar parte deste problema. Sobre esta localização, afirma Soares: “[...] o Beira-Rio, pois situa-se na ‘porta de entrada’ para a Zona Sul da cidade, um dos novos setores de valorização imobiliária [...]. Próximo ao Beira-Rio situa-se o BarraShopping Sul, um dos maiores centros comerciais da cidade” (SOARES, 2015, p. 25).

Até o ano de 2000, Porto Alegre apresentava um crescimento populacional de cerca de 1% ao ano. Entre 2000 e 2010, o crescimento foi de apenas 3,7% (uma média de 0,37% ao ano) – tornando-se a capital brasileira com a menor taxa de crescimento da década (IBGE, 2010a). Este poderia ser um motivo de alavanca para que o poder público investisse em um planejamento urbano adequado e condizente às condições da cidade, minimizando os vazios

sido projetada no primeiro Plano Diretor de Porto Alegre (1959), somente teve seu trecho principal concluído e entregue em 2004.

urbanos próximos à região central, por exemplo, mas não foi possível perceber tal enfoque.

FIGURA 8 – RELAÇÃO DAS OBRAS DA COPA COM MAPA DA ÁREA DE PORTO ALEGRE



Fonte: Elaborado a partir de Observatório do Trabalho. DIEESE. Porto Alegre.¹⁰⁸

Porto Alegre tem sua urbanização concentrada no centro em direção às zonas leste e norte principalmente por causa das condições geográficas dos locais – há inúmeros morros (localizados, sobretudo, nas regiões sul e extremo sul da capital) que dificultaram a instalação de habitantes e acabaram por propiciar que uma boa parcela geográfica do município mantivesse suas características rurais¹⁰⁹. Isso também propiciou a permanência de amplas áreas de ambientes naturais – que podem ser visualizadas nos mapas (figuras 6 e 7).

Esse Cinturão Verde constitui cerca de um terço do território do município, formado por áreas produtivas, nascentes e arroios, além de áreas de florestas e de campo nativo com rica biodiversidade. Boa parte dessa região era considerada zona rural, e com o advento do PDDUA (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental) de 2000, a região passou a ser considerada como área rururbana, adquirindo assim regime

¹⁰⁸ Disponível em: <<http://geo.dieese.org.br/poa/variaveis.php#mapa.>>

¹⁰⁹ Nesta referida região, além dos hábitos típicos de uma área rural, é possível encontrar diversificadas plantações que propiciam, inclusive, feiras e festas típicas da capital, como a Festa do Pêssego, por exemplo.

urbanístico e ficando suscetível a uma urbanização com pequenos sítios.

Para promover uma urbanização mais adensada, o poder público vem retalhando o PDDUA com aval do respectivo Conselho, transformando áreas de produção de alimentos em AEIS (Área Especial de Interesse Social). Prova disso é que das trinta áreas gravadas recentemente, vinte e duas são na região Extremo Sul, ficando assim clara a segregação socioespacial e higienização dos centros das cidades imposta pelo poder público. (CPC-POA, 2015, p. 55)

Através destes mecanismos, a urbanização chega à zona Extremo Sul e expulsa seus moradores de lá. Eles encontrarão outras moradias e continuarão plantando, a questão toda reside-se no fato de que a maioria dos produtores mantém a área de mata nativa adjacente às suas propriedades – o que não é possível assegurar que continue acontecendo com a venda desses locais. Em entrevista ao Jornal do Comércio, Cléber Vieira (do Sindicato Rural de Porto Alegre) trouxe dados de que a cidade possui 8 mil hectares aptos ao plantio e 9 mil, que são destinados à preservação ambiental (SOARES, 2013). Apesar de constantemente alegada – principalmente na época destinada às campanhas eleitorais – a gestão ambiental da cidade é sempre preterida aos interesses do Capital. É possível inferir que esta área de preservação vai diminuir em concorrência com a crescente urbanização e a especulação imobiliária.

Aproveitando o assunto preservação ambiental e embasando nossa afirmação a respeito do aparente descaso¹¹⁰ dos gestores públicos para com este, temos o exemplo emblemático do ex-prefeito José Fortunatti¹¹¹, que em 2013 se manifestou a respeito do corte de inúmeras árvores na praça defronte à Usina do Gasômetro – ação necessária para a duplicação da Av. Edvaldo Pereira Paiva, uma das obras vinculadas à Copa – de forma bastante polêmica. “[...] José Fortunati, salientou que os **vegetais tinham pouca utilização pela população** da Capital. ‘As pessoas não utilizam estas árvores no Gasômetro’, sustentou” (KLEIN, 2013, s/p – grifos nossos).

¹¹⁰ Afirmamos mais uma vez: o descaso aparente esconde interesses ideológicos da classe dominante, a qual não tem interesse com a preservação ambiental caso esta prejudique ou diminua a rentabilidade dos seus negócios.

¹¹¹ Filiado ao PDT, manteve-se no cargo de chefia do município entre os anos de 2012 e 2016, atuando na maior parte das ações que envolveram a Copa do Mundo na cidade.

Para compreender como tem se dado todo esse processo de reestruturação urbana, dividiremos esta grande categoria em subitens, começando pela questão que tanto aflige a população de Porto Alegre e da região metropolitana: a mobilidade urbana.

4.1.1 MOBILIDADE URBANA

Decidimos iniciar o debate dos subitens especificamente por este para podermos continuar na discussão sobre política ambiental da classe dominante. Os estudos trazem que o meio de transporte mais utilizado pela população é na seguinte ordem: a pé, transporte público (ônibus e trens), transporte motorizado individual, bicicleta e outros. Entre as pessoas que estudam a mobilidade urbana (arquitetos, engenheiros, etc.) de forma mais aprofundada já é consenso que o sistema mais proveitoso para uma cidade é a não priorização de um modal, mas possuir um grande leque de modais que se interliguem, deixando a mobilidade mais efetiva e barata possível. Isso faz com que para cada distância a ser transcorrida, exista um modal mais apropriado.

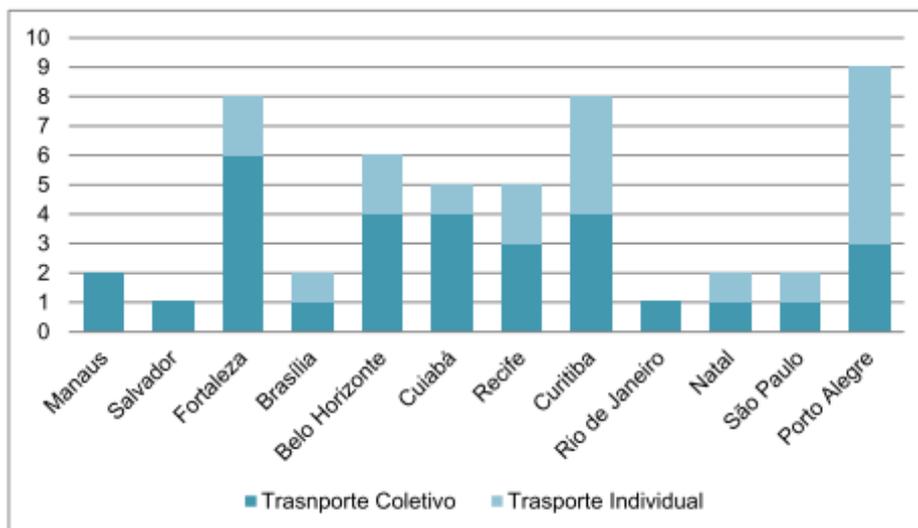
A maior parte das obras da Copa, tanto em Porto Alegre quanto nas outras cidades-sede promoveram um aumento ambientalmente insustentável da malha urbana – trazendo os já conhecidos efeitos de impermeabilização do solo e aumento da queima de combustíveis fósseis.

Com relação especificamente em Porto Alegre, temos a cidade que menos investiu em transporte coletivo dentre todas as sedes da Copa de 2014, conforme pode ser visto nos gráficos 1 e 2. Essa realidade não condiz com o que é relatado pelo nosso entrevistado Bruno (gerente do Programa Copa) acerca da prioridade das obras em Porto Alegre:

[...] o principal critério usado tanto pelo município quanto pelo Ministério das Cidades foi a questão de **obras que tivessem relação direta com o transporte coletivo** ou que tivessem algum impacto, no mínimo, indireto dentro dessa perspectiva. Com exceção da Severo Dullius e da Edvaldo Pereira Paiva que tinham interesse específico tanto de circulação no entorno do Aeroporto

na zona norte quanto na chegada ao Estádio. (Entrevista com Bruno (gerente do Programa Copa em Porto Alegre), 2016, s/p – grifo nosso)

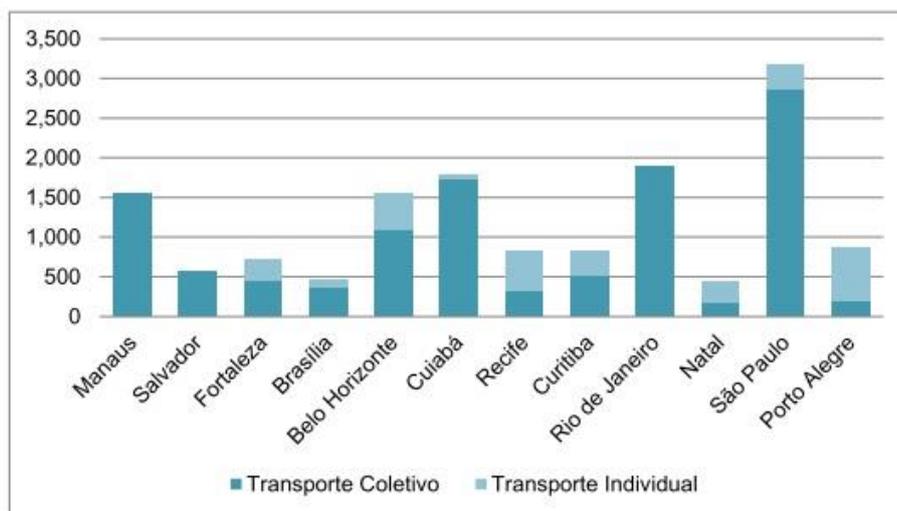
GRÁFICO 1 – PROJETOS DE MOBILIDADE URBANA DA MATRIZ DE RESPONSABILIDADES



Fonte: OLIVEIRA, 2013, p. 112.

O investimento prioritário em transporte individual vai ao encontro da

GRÁFICO 2 – VALORES (R\$ MILHÕES) DAS OBRAS DE MOBILIDADE URBANA DA MATRIZ DE RESPONSABILIDADES



Fonte: OLIVEIRA, 2013, p. 113.

política que estamos vivenciando até hoje na cidade. Das nove obras de mobilidade urbana previstas na Matriz de Responsabilidades, três relacionam-se com o transporte coletivo de passageiros e as outras seis priorizam o transporte

individual – incluindo a construção de viadutos e alargamento de vias. Nestas, apenas uma delas conta com a construção de uma ciclovia – mais uma vez desconectada com o sistema cicloviário do município (retornaremos a este ponto mais adiante, neste mesmo tópico).

Com relação ao Sistema de *Bus Rapid Transit* (BRT), segundo as declarações dadas pelas autoridades municipais, este deve ser priorizado, em relação aos demais, tendo em vista o conforto dos passageiros e a eficiência do transporte. O manual do BRT, elaborado pelo Ministério das Cidades, traz que o BRT:

[...] é um sistema de transporte de ônibus que proporciona **mobilidade urbana rápida, confortável e com custo eficiente** através da provisão de infraestrutura segregada **com prioridade de passagem, operação rápida** e frequente e excelência em marketing e serviço ao usuário. (BRASIL, 2008, p. 1 – grifos nossos)

A velocidade e o conforto do BRT resultam de fatores como a utilização de via única para o ônibus (já existente em Porto Alegre) – preferencialmente com espaço para ultrapassagem; estações altas para embarque e desembarque (também existentes em alguns pontos de Porto Alegre como na Av. Sertório) – estrutura que viabiliza a utilização de ônibus com motor de rápida propulsão, proporcionando uma maior rapidez nesta etapa das viagens; veículo biarticulado (os tradicionais “Romeu e Julieta” que estão em desuso em Porto Alegre) e um sistema fechado, semelhante ao utilizado em metrô, para que o ônibus nunca saia do corredor. Esta é a ilustração de um sistema de BRT ideal, mas as cidades (e seus gestores) podem fazer as variações que desejarem para melhor se adaptar ao perfil de cada município.

Em Porto Alegre, a implementação do sistema acontecerá pela **substituição** dos corredores de ônibus da Av. João Pessoa, Av. Bento Gonçalves e Av. Protásio Alves, **sem trechos para ultrapassagem**. Atualmente, muitas linhas de ônibus saem do corredor, em algum momento, para circular nos bairros. Por conta deste fato, o sistema BRT a ser implantado em Porto Alegre será o de **estação baixa, o que diminui a potência de arranque do BRT** por se tratar de modelo de ônibus com motor baixo, de sistema aberto. O escritório MetrôPoA e a Metroplan trabalham, entretanto, numa otimização das linhas para que muitos ônibus não circulem até o centro, contribuindo para uma melhor eficiência do sistema. Porém, é necessário observar que, como **a cidade já conta com a bilhetagem eletrônica**, esta otimização poderia ter

sido feita independentemente da implantação do sistema BRT. A PMPA ainda busca uma solução para a questão dos ônibus da região metropolitana que vão até o centro da capital por causa da cobrança de valores da passagem diferentes (OLIVEIRA, 2013, p. 111 – grifos nossos).

A partir do exposto percebemos que o sistema BRT não irá contribuir para a melhoria do transporte público de Porto Alegre. Apenas 2,6km de BRT serão acrescentados ao sistema já existente. Segundo o projeto da prefeitura, a maior parte das linhas irá diminuir seu trajeto – não chegando mais até o centro, encaminhando-se apenas até as avenidas radiais onde estarão os BRTs.

Até o fim da escrita deste estudo (fevereiro de 2017) as obras relacionadas ao BRT não haviam sido concluídas ainda e mais um problema somou-se aos tantos já enfrentados pela população de Porto Alegre quando o assunto é transporte público: o aumento da passagem e o fim da segunda passagem gratuita.

O projeto de diminuição dos trajetos das linhas de ônibus de Porto Alegre não oneraria financeiramente os usuários desta modalidade de transporte visto que o município conta com a segunda passagem gratuita - quando da utilização da bilhetagem eletrônica. Isto está prestes a mudar: o atual prefeito, Nelson Marchezan Júnior (PSDB), afirmou nos meses iniciais de sua gestão que irá remodelar o sistema de cobrança de passagens e rever as gratuidades. Segundo ele, apenas 13%¹¹² da população utiliza o benefício da segunda passagem gratuita e, por isso, é possível que essa gratuidade caia (JUSTINO, 2017). A questão toda é que, mesmo que este dado esteja correto, caso o sistema de transporte se modifique (para o sistema BRT), o percentual de pessoas que precisarão de duas linhas de ônibus para se deslocar irá aumentar copiosamente - e a maioria delas não tem condições financeiras para dobrar o valor gasto com transporte. Faz-se mister lembrar que Porto Alegre não possui uma área muito extensa a ser percorrida pelos ônibus, nem um sistema de transporte minimamente satisfatório - por exemplo, em 2015 somente 23,78% da frota possuía ar condicionado e 51,67% eram veículos adaptados para pessoas com deficiência física (EPTC, 2016). Apesar disto, Porto Alegre tem hoje a terceira

¹¹² O prefeito apresentou este índice em inúmeras entrevistas e discussões sem, contudo, apresentar os dados que comprovem tal afirmação.

tarifa mais cara do Brasil: R\$3,75 (somente ficando atrás de São Paulo e Rio de Janeiro – megalópoles com longos percursos em suas linhas de ônibus), preço esse que deve sofrer novo reajuste em 2017¹¹³.

Discutindo sob o enfoque do transporte cicloviário, apesar da prefeitura ter incluído ciclovias nas obras de mobilidade, estas ações estão muito aquém para o cumprimento do Plano Cicloviário, aprovado em 2009. Tal plano prevê a vinculação de 20% das verbas arrecadadas através das multas de trânsito para a construção de ciclovias e campanhas educativas – porém, mesmo nunca tendo cumprido tal determinação, a prefeitura tem o intuito de acabar com essa obrigação. O projeto de alteração do plano cicloviário (PLC 10/13) pede o fim desta vinculação de verbas – a fim de evitar uma possível condenação por improbidade administrativa, visto que até 2011 o Ministério Público constatou que cerca de R\$ 6,3 milhões deixaram de ser aplicados em ciclovias e ações de educação no trânsito (CPC-POA, 2015).

O sistema cicloviário de Porto Alegre conta com pouco mais de 40km construídos de ciclovias (sendo a sétima capital com a menor estrutura cicloviária dentre as dezenove capitais avaliadas). Outro fator que dificulta muito o uso da bicicleta como meio de transporte efetivo e seguro, é o fato de que todas as ciclovias existentes em Porto Alegre se encontram bastante desconectadas umas das outras.

É importante trazer que o debate de mobilidade urbana está intimamente relacionado ao direito ao uso da cidade, pois quanto maior o custo de locomoção, mais difícil se torna a mobilidade das populações periféricas (em geral mais pobres) e a possibilidade de alocação empregatícia, lazer e outros na região central da cidade. Ainda temos outra preocupação inerente a este ponto: a privatização dos espaços públicos para assegurar espaços aos automóveis.

¹¹³ Para não fugir muito do tema, preferimos não adentrar nas peculiaridades do sistema de transporte de Porto Alegre, o qual tem sofrido inúmeras ações na justiça e questionamentos devido às suas muitas irregularidades na prestação do serviço e na forma de calcular a tarifa. Para maiores informações recomendamos os estudos de André Augustin, economista da (agora extinta) Fundação de Economia e Estatística, que tem se dedicado a estudar os por menores do cálculo da passagem e do sistema de transporte público em Porto Alegre. Seu último texto encontra-se disponível em: <<https://enquantoseluta.wordpress.com/2017/02/09/ao-contrario-do-que-a-campanha-da-prefeitura-diz-os-culpados-pelo-aumento-da-passagem-nao-sao-os-rodoviario-nem-os-isentos/>>.

GRÁFICO 3 – ESTRUTURA CICLOVIÁRIA COMPARADA EM CIDADES DO BRASIL

Fonte: Produzido por Ricky Ribeiro e Regina Rocha, Portal Mobilize, 2017.¹¹⁴

Muitas vezes os ônus do transporte motorizado individual são vistos como um preço a se pagar pela modernização, como se não pudessem ser evitados. Além disso, à medida que a renda per capita cresce, o volume de deslocamentos motorizados também aumenta. Assim, a opção pelo transporte coletivo, para um país em desenvolvimento, pode parecer um passo atrás, e é reforçada pela ideia da má qualidade do serviço público. No entanto, o grande crescimento econômico sem a efetivação de políticas públicas de mobilidade urbana à altura leva a simples substituição do transporte não motorizado e do motorizado coletivo pelo motorizado individual [...] (CPC-POA, 2015, pp. 56-57).

Um último ponto que gostaríamos de trazer faz referência a um antigo desejo/necessidade dos moradores porto-alegrenses e da região metropolitana: a linha de metrô para Porto Alegre. Alegado como um dos benefícios que aqui chegariam junto com a realização da Copa, a construção desta forma de transporte sequer entrou na Matriz de Responsabilidades assinada em 2010. Apesar disso, as negociações seguiam acontecendo para que finalmente saísse esta obra. Marcelo (nosso colaborador) relatou durante a sua entrevista: “O projeto já está pronto. E aquela assessoria do metrô de Madri está avaliando ele” (Entrevista com Marcelo (integrante da SECOPA em Porto Alegre), 2016). Apesar

¹¹⁴ Disponível em: <<http://www.mobilize.org.br/estatisticas/28/estrutura-cicloviaria-em-cidades-do-brasil-km.html>>.

disso, no início de 2017 saíram notícias de que o Governo Federal cortara o repasse de verbas para a construção do metrô, alegando que a cidade não cumpriu os requisitos necessários para tal. Quando questionado sobre o tema, o prefeito Marchezan Júnior declarou que a obra não estava nos planos da gestão e que não haveria recursos para tal (UNIÃO, 2017).

Através do que foi exposto, podemos perceber que, apesar de ser a cidade-sede que mais recebeu obras de mobilidade urbana, Porto Alegre as utilizou para melhorar prioritariamente o sistema de transporte motorizado individual - o qual (apesar de ter crescido abundantemente no último período) ainda não atinge a maior parte da população. Além do transporte cicloviário ter sido deixado de lado (já que não faz parte das mudanças urbanas que interessam ao Capital) na maior parte das obras, o transporte coletivo também não teve preponderância¹¹⁵. O que fica evidente com a análise destes dados é que o objetivo não é reurbanizar para tornar a cidade sustentável – em termos ambientais, mas sim, uma cidade motorizada (e que só verá aumentar os congestionamentos e as horas gastas em deslocamentos por seus habitantes). Também é evidente que o direito ao uso/ ao viver a cidade não entrou nos planos dos gestores – já que os projetos dificultam ainda mais a locomoção das pessoas oriundas da periferia.

4.1.2 MORADIA E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Um dos pontos mais polêmicos, e assunto mais comentado em todas as entrevistas que tivemos, é a questão da moradia. As remoções para a realização das obras da Copa parecem ser, realmente, o “calcanhar de Aquiles” dos megaeventos. Mike Davis traz no início de um de seus textos:

¹¹⁵ Tal modo de gerir está de acordo com o que traz uma pesquisa do IPEA a qual demonstra que a cada 1 real aplicado em transporte coletivo, R\$12 são investidos no transporte individual. Este dado pode ser conferido em: <<http://noticias.r7.com/cidades/noticias/a-cada-r-1-investido-em-transporte-publico-governo-da-r-12-em-incentivo-para-carro-e-moto-20110527.html>>.

No Terceiro Mundo urbano, **os pobres temem os eventos internacionais de alto nível** – conferências, visitas de dignitários, eventos esportivos, concursos de beleza e festivais internacionais –, que levam as autoridades a iniciar **cruzadas de limpeza da cidade**: os favelados sabem que são a “sujeira” ou a “praga” que seus governos preferem que o mundo não veja. (DAVIS, 2014, s/p – grifos nossos).

Uma moradora sul africana, corrobora com o exposto por Davis e traduz suas assertivas em realidade:

“O governo temia que os turistas vissem como as pessoas aqui vivem, sob quais condições. Isso o governo tentou evitar de todas as maneiras. **Um pouco antes da Copa houve uma grande limpeza.** O governo não queria que os turistas vissem os moradores de rua, as pessoas que viviam em barracos”, denuncia Bern.

A sul-africana classifica como deplorável a situação de vida no assentamento provisório, conhecido popularmente como Blikkiesdorp. Antes de ter sido levada para o assentamento com o marido e a filha, Bern diz que morava num barraco construído pela própria família numa rua de grande circulação (POPPENDIECK; PONTES, 2012, s/p – grifos nossos).

A Copa da África do Sul já demonstrava o destino das famílias removidas para a construção dos estádios, porém, a maioria das notícias acerca da “cidade de lata” (local para onde foram levadas as famílias removidas na Cidade do Cabo para viverem em contêineres) não chegaram à grande mídia (por falta de interesse desta em demonstrar a realidade dos legados na África do Sul), e, conseqüentemente, aos olhos da população em geral.

A moradia é, antes de tudo, um direito humano. Direito, também, de todo cidadão brasileiro, garantido pelo artigo sexto da Constituição promulgada em 1988, e, mais que isso, o direito à moradia adequada é reconhecido por diversas Normas Internacionais de Direitos Humanos das quais o Brasil é signatário - portanto com poder de lei. Direito à moradia não compreende apenas a instalação domiciliar em si, mas também o “direito de toda pessoa ter acesso a um lar e uma comunidade seguros para viver em paz, com dignidade e saúde física e mental” (COP-RJ, 2012, p. 32).

Acerca do déficit habitacional da capital, Ilha traz alguns dados:

Os últimos dados disponíveis sobre Porto Alegre, de 2009, indicavam um *déficit* habitacional de 53 mil unidades – traduzindo para famílias, chega-se à cifra média de 280 mil pessoas. Mas isso há seis, sete anos. Hoje, a previsão de déficit chega a 75 mil

casas ou cerca de 400 mil habitantes, de acordo com a CDES. Praticamente um terço da população da cidade (ILHA, 2016, s/p).

Ou seja, em termos de moradia adequada, além dos dados apresentados acima, temos, segundo a divulgação do DEMHAB, que em 2009 a cidade possuía 486 ocupações irregulares, totalizando 75.656 domicílios – mais de 20% da população de Porto Alegre (BRUNO, 2014). E o número de pessoas sem moradia adequada fica ainda maior quando levamos em conta as condições das moradias existentes: das quase 575 mil moradias em Porto Alegre, há mais de 24.300 com esgoto a céu aberto; mais de 28.400 com lixo acumulado nos logradouros; mais de 56.900 sem pavimentação e quase 1.500 sem banheiro ou sanitário (IBGE, 2010b).

Sobre a relação dos megaeventos com esse direito à moradia, denúncias eclodem com uma frequência extremamente alta.

As denúncias de que a realização de grandes eventos realizados em outros países desencadeara violações ao direito à moradia já haviam sido publicadas e faziam parte das ações de algumas organizações internacionais que atuavam na defesa dos direitos humanos antes mesmo do Brasil se candidatar a sediar a Copa do Mundo (SIQUEIRA, 2015, pp. 65-66).

Segundo nosso entrevistado Lucas, a questão de luta pela moradia em Porto Alegre também já é travada há muito tempo:

Então quando a gente chegou aqui, a principal obra que impactava diretamente essas comunidades em áreas irregulares era, é o (continua a ser) Projeto Integrado Socioambiental - que é o PISA. Que é um projeto que não se resume aqui só no Cristal, mas que no Cristal tem a característica de afetar a área de moradia de, naquele momento, aproximadamente 1500 famílias - que moram às margens do Arroio Cavalhada e que estão na faixa não edificável do Arroio. **E este projeto teve origem lá em 2000, 2001, né?** (Entrevista com Lucas (representante comunitário), 2016 – grifos nossos)

Inclusive, a questão de luta pela moradia não é apenas em Porto Alegre, como é possível imaginar. O Brasil, como um todo, sofre muito com relação aos déficits habitacionais e vem, há muito tempo, travando lutas pela moradia:

A luta pelo direito à cidade - e pelo direito à moradia, um de seus componentes centrais – emergiu como contraposição a um modelo de urbanização excludente e espoliativo, que ao longo de décadas de urbanização acelerada, absorveu em poucas e grandes cidades – sem jamais integrá-los – grandes contingentes

de pobres migrantes de zonas rurais e pequenas cidades do país.
(ROLNIK, 2012, p. 89)

Então, segundo a revisão de literatura que realizamos, temos um processo de reurbanização das cidades em curso e tal processo tem uma relação dialética com o direito à moradia: ao mesmo tempo que piora ou exclui as condições de moradia da população mais pobre, propicia as condições para uma luta mais ampla: o direito à cidade. Como este enfrento acontece há muito tempo, em termos legais foram surgindo alguns arcabouços para que o direito à moradia fosse tratado com maior respeito:

Em 2001, a criação do Estatuto da Cidade reuniu o arcabouço jurídico mais progressista de toda a história do país que garante o direito à cidade e à moradia da população pobre. Já havia desde 2004 a Política Nacional de Habitação, a qual traçou as diretrizes mais fundamentais para garantia do direito à moradia digna. Em 2005, foi sancionado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (principal instrumento da Política Nacional de Habitação de Interesse Social) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, resultados diretos da atuação dos movimentos sociais de moradia que elaboraram a proposta e subscreveram com mais de um milhão de assinaturas. Não se trata, portanto, de ações isoladas de governos, mas de uma construção com forte participação popular (SIQUEIRA, 2015, p. 71).

Voltando ao caso específico das obras da Copa em Porto Alegre, temos pelo menos três obras impactando diretamente grandes comunidades – as melhorias/adequações no Aeroporto Salgado Filho, o corredor da Avenida Tronco e as melhorias/adequações do entorno do Estádio Beira Rio. Ressalta-se que as duas principais zonas de interesse da FIFA (pelo intenso fluxo de turistas e espectadores dos jogos) deram-se em áreas e terrenos com alto valor mercadológicos – os quais são habitados, em grande parte, por famílias em assentamentos irregulares. Temos então a concretização da disputa dos interesses mercadológicos (aqui representados pelos mercados imobiliário, de construção civil, do comércio, de bens e serviços, entre outros) com famílias/comunidades com alta vulnerabilidade social.

[...] os programas e ações destinados à política de habitação de interesse social têm sido implementados numa visão reducionista de cidade, com caráter emergencial e em desconformidade com a legislação da política urbana, bem como com os direitos humanos. Com a desculpa da Copa, a política habitacional é invertida: utiliza-se dela para possibilitar o projeto de infraestrutura e não

para garantir o direito à moradia, vigorando a sua instrumentalização. Os instrumentos previstos perdem sua eficácia, deixando as famílias reféns dos interesses dos poderosos (CPC-POA, 2015, p. 77).

Falando a respeito do que considerava ser “impacto negativo” da Copa (provavelmente para a população de Porto Alegre), Marcelo (que era integrante da SECOPA) elencou a questão da obra da Avenida Tronco, mas ponderou que em Porto Alegre as ações tinham sido realizadas de forma mais branda que no restante do país:

Tinha todo este procedimento, que em geral a gente não leva em conta, mas que em comparação com a forma que este tipo de empreendimento é executado tradicionalmente no Brasil, ele já é bem mais avançado que em outros lugares. Mas de fato tem um impacto social ali que foi inevitável em virtude da ocupação irregular em cima do gravame (Entrevista com Marcelo (integrante da SECOPA em Porto Alegre), 2016, s/p).

O procedimento a que ele se refere é o que deve ser realizado com relação às políticas de compensação dadas às famílias removidas, elucidado de forma mais abrangente por Bruno (na tabela 2 é explicado, resumidamente, como funciona cada uma das formas de compensação):

No caso do Minha Casa, Minha Vida originalmente o programa é composto: terreno e infraestrutura são contrapartida do município, a Caixa executa o projeto e o beneficiado paga uma parcela (que na época era 50 ou 80 reais) por um determinado período e financia o restante. O governo Federal dá um subsídio de 18 mil, o governo Municipal dá todo o terreno, loteamento, infraestrutura e, no caso dessas obras da Copa, a Prefeitura também assume essa prestação do proprietário. Então a Prefeitura: infraestrutura e a prestação; o governo Federal, o subsídio; a Caixa constrói e ele recebe a moradia. No caso da Avenida Tronco, que foi o maior impacto dessas obras da Copa – das 1487 famílias no cadastro inicial, 700 delas já receberam a casa (então já têm a propriedade da casa no Minha Casa, Minha Vida). Algumas dessas famílias, eu não saberia te dizer agora o número – faz algum tempo que eu já estou afastado desse projeto de mobilidade, mas algumas delas continuam com o aluguel social e muitas optaram pelo Bônus Moradia - que era uma indenização (mesmo toda essa área da Avenida Tronco já estar traçada em gravame, mesmo se tratando de uma invasão sobre área pública, na verdade), essas pessoas receberam este benefício. Ele era atualizado anualmente, mas o valor inicial, em 2010, era de 56 mil reais (Entrevista com Bruno (gerente do Programa Copa em Porto Alegre), 2016, s/p).

A partir de dados obtidos pelo dossiê da Copa em Porto Alegre (CPC-POA, 2015) e pelo relatório do Observatório das Metrôpoles acerca dos impactos

da Copa do Mundo em Porto Alegre, é possível visualizar de forma explícita as obras da Av. Tronco não foram as únicas que trouxeram impactos negativos à população (especialmente a mais pobre) vinculados à remoção e ao direito à moradia. As tabelas 3 e 4 apresentam os impactos à moradia ocasionados pelas obras da Copa, o número de famílias atingidas e qual a situação mais atualizada (dados do ano de 2015) sobre o andamento dos processos de remoção.

TABELA 2 – FORMAS DE COMPENSAÇÕES ÀS FAMÍLIAS REMOVIDAS

Forma de Compensação	O que é
Reassentamento via Programa Minha Casa, Minha Vida	Disponibiliza recursos públicos para a construção de unidades habitacionais visando combater o déficit habitacional das cidades. (*)
Aluguel Social	É um subsídio concedido por seis meses. A família beneficiada recebe uma quantia equivalente ao custo de um aluguel popular (R\$500,00)
Bônus Moradia	Valor de R\$52340,00 que a família cadastrada pelo DEMHAB recebe, representando o custo final para a construção de uma unidade habitacional popular. O imóvel adquirido só poderá ser vendido a terceiros após 5 anos de escrituração do mesmo. Se o valor acordado para compra do imóvel for inferior aos R\$52340,00 esta diferença não será disponibilizada.

Fonte: Elaborado a partir de CPC-POA, 2015, p. 78 e Site da PMPA, 2016.

(*) Visto que a PMPA não priorizou a construção das moradias, os moradores que irão para os empreendimentos do PMCMV tiveram que aderir ao aluguel social – desta forma a PMPA pôde seguir a obra viária sem concluir os reassentamentos.

Apesar de tudo que foi exposto aqui, é importante elencar o fato de que a maior parte das famílias não eram contra as obras da Copa (algumas até disseram – em conversas informais - que as obras, quando ficassem prontas, deixariam a cidade mais bonita), mas desejavam que o processo fosse justo e digno, como relata nossa entrevistada, Camila:

Então, por exemplo, na Avenida Tronco, as famílias não eram contra a obra, mas **elas eram a favor de que o processo de reassentamento fosse chave por chave**. E nesse processo muita luta teve, muita denúncia teve. Nós atrasamos muito a obra, do ponto de vista de ficar batendo no martelo, mas até hoje o fato

é que **nenhuma unidade habitacional foi comprada, nenhuma foi construída, nenhuma solução foi dada**. Hoje a maioria das famílias estão em aluguel social ou pegaram bônus moradia, estão morando no interior ou no litoral - então foram embora e a perspectiva é que agora, fechando cinco anos, que saia o título que elas voltem, né? As pessoas não vão ficar morando no litoral, não tem nada para comer lá, tem um monte de gente passando fome, na verdade (Entrevista com Camila (integrante do CPC-POA), 2016, s/p – grifos nossos).

TABELA 3 – IMPACTOS NA MORADIA DAS OBRAS DA COPA EM PORTO ALEGRE

Obras	Descrição	Comunidades	Nº de famílias atingidas	Ações públicas
Aeroporto	Ampliação da pista do aeroporto	Vila Dique	1476	Remoção/ reassentamento
Aeroporto	Instalação de equipamento ILS2	Vila Nazaré	1291	Remoção/ reassentamento
Corredor da Av. Tronco	Ligar o estádio oficial à região central, aeroporto, rodoviária e região hoteleira	Vila Cristal, Vila Divisa, Vila Cruzeiro, Vila Tronco, Gaston Mazon, Vila Maria	1525	PMCMV, Bônus Moradia e Aluguel Social
Entorno do estádio	Vias de acesso ao estádio oficial	Ocupação 20 de novembro	50	Bônus Moradia, Aluguel Social
Entorno do estádio	Perímetro de segurança da zona FIFA	Morro Santa Teresa	4000	Comunidades resistiram ao processo de remoção, foram cadastradas e aguardam há 4 anos a regularização fundiária
PISA	Ações para o saneamento como requisito a cidade sede da Copa 2014	Vila Foz, Campo Velho, Pantanal, Upamoroti, Vila Nossa Senhora das Graças, Vila Ângelo Corso, Vila Barbosa Neto, Vilas Icará I e II, Vila Hípica	1680	Remoção/ reassentamento, Bônus Moradia, Aluguel Social, Regularização Fundiária

Fonte: CPC-POA, 2015, p. 77.

Muitas pessoas, ao debater as políticas de compensação nas remoções, argumentam que o Bônus Moradia equivale ao processo “Chave por chave”, porém alguns aspectos precisam ser levados em conta:

[...] o Bônus Moradia é uma indenização que foi aprovada e transformada em Lei. Já o valor de R\$52.340,00 foi um critério adotado em gabinete. Essa segunda afirmação serve para dizer que **é possível discutir e ampliar o valor do Bônus Moradia**.

Uma pesquisa ao mercado de imóveis na região do Cristal, onde vivem as famílias atingidas pelas obras, comprova que o **valor correspondente ao Bônus Moradia não corresponde às necessidades dos moradores**. Uma avaliação feita como método comparativo já dá conta que o valor do bônus não é suficiente para os moradores garantirem a moradia na mesma região.

O fato de a Prefeitura desconsiderar a posse como direito do morador torna **inviável a mudança das famílias para locais próximos onde vivem**, pois está indenizando somente a benfeitoria e não a terra, a localização (SIQUEIRA, 2015, p. 101 – grifos nossos).

TABELA 4 – DADOS ATUALIZADOS (2015) SOBRE OS PROCESSOS DE REMOÇÃO

Comunidades	Total de famílias atingidas	Nº de famílias já removidas/ reassentadas	Ações Públicas
Vila Dique	1476	922	Remoção/ reassentamento para o Conjunto Habitacional Porto Novo
Vila Nazaré	1291	Nenhuma até o momento	Remoção/ reassentamento
Atingidas pela duplicação da Av. Tronco	1525	420 180 108	Bônus Moradia Aluguel Social Indenizações
TOTAL		708	
Ocupação 20 de Novembro	50	50	Bônus Moradia/ Aluguel Social
Atingidas pelo PISA	1680	188 600 122	Remoção/ Reassentamento Bônus Moradia Regularização Fundiária
TOTAL		910	
TOTAL	6022	2590	

Fonte: CPC-POA, 2015, p. 78.

Na entrevista com Lucas, também foram comentadas questões a respeito do Bônus Moradia:

Se ingressou a partir daquele momento, em 2007 inclusive, a modalidade do bônus moradia. Passou o ano de 2006 inteiro, em discussão fortíssima com as comunidades - que os valores eram

muito baixos em relação ao que eles poderiam adquirir em outro local. Independente da condição de moradia que eles tinham no Arroio, a moradia não é só a casa - tem toda uma série de coisas e isso faz parte da avaliação e parte da condição de permanência: se havia uma mudança e que iria gerar uma espécie de crédito e não mais edificar algo, a pessoa que tinha optado por permanecer teria que ter um crédito condizente com uma área, por exemplo que viria a ser construída, sei lá, um apartamento de quarenta metros quadrados,... O crédito para adquirir um imóvel na região, no entorno próximo como a Legislação que tinha em Porto Alegre - na área de entorno ou em um diâmetro de 2 Km, ali dentro a pessoa teria que conseguir adquirir solo e edificação com algo em torno de 40 ou 50m² de área construída para poder ser atendido aquilo que tinha sido combinado (Entrevista com Lucas (representante comunitário), 2016, s/p).

A partir daí é viável compreender que o valor oferecido enquanto Bônus Moradia não condiz com a realidade das famílias removidas. Não permite a compra de um imóvel nas imediações da antiga moradia – o que desfaz inúmeros vínculos cotidianos (como escola dos filhos e posto de saúde, por exemplo) e propicia o encarecimento do custo de vida destas pessoas (ao serem obrigadas a morar em locais mais distantes, terão que gastar mais dinheiro - e tempo - em transporte e locomoção).

Seu Zé (conhecido morador da Vila Tronco e líder comunitário das comunidades atingidas neste entorno) ao ser entrevistado, falou sobre as formas de compensação oferecidas e o sentimento de insegurança que ainda os atingia em 2013:

Não temos segurança do que acontecerá. Com o aluguel social (R\$ 500), o contrato é feito no nome do morador. A Prefeitura diz que irá pagar enquanto não ficar pronto o imóvel do Minha Casa, Minha Vida. Mas vai saber se será feito. E, se escolhermos o bônus moradia (R\$ 52 mil), não achamos imóveis com este valor na região. Temos que ir para outro lugar. É o que aconteceu com quem já pegou. Foram para Viamão ou litoral norte (DUARTE, 2013, s/p).

Temos então um processo de retirada de direitos (no caso, à moradia e à cidade), sem compensações à contento. A relatora especial da ONU pela moradia adequada, Raquel Rolnik, expõe que as remoções das famílias devem seguir alguns importantes critérios:

Quando os despejos são justificados, devem-se levar a cabo com estrito cumprimento das disposições pertinentes dos instrumentos internacionais de direitos humanos e em conformidade com os princípios gerais de sensatez e proporcionalidade. Em particular,

devem se aplicar as seguintes proteções processuais: a) dar a oportunidade de autênticas consultas aos afetados; b) notificar de maneira adequada e razoável todas as pessoas afetadas, antes da data prevista para o despejo; c) proporcionar informação, no momento oportuno e a todos os afetados, sobre os despejos propostos, e quando se o proceda, sobre a finalidade para a qual se quer utilizar determinada terra ou moradia; d) devem estar presentes funcionários governamentais ou seus representantes durante os despejos, especialmente quando se trate de grupos de pessoas; e) todas as pessoas que levem a cabo um despejo devem estar adequadamente identificadas; f) os despejos não devem se realizar em más condições climáticas ou à noite, a menos que assim concordem as pessoas afetadas; g) devem ser proporcionados recursos legais; h) deve ser fornecida, quando for possível, assistência letrada às pessoas que a necessitem para pedir reparação aos tribunais. Mesmo quando os despejos sejam justificados e sejam efetuados conforme as proteções processuais apropriadas, não devem ter como consequência deixar as pessoas sem teto, e cabe ao Estado adotar medidas adequadas, dentro do máximo de recursos de que dispõe, para proporcionar moradia, reassentamento ou acesso à terra produtiva (AG-UN, 2009, p. 12-13)¹¹⁶.

Apesar destes critérios existirem desde antes da oficialização das cidades-sedes (e, obviamente, muito antes de começarem as obras em Porto Alegre), temos o relato da nossa entrevistada Camila, que afirma que não foi assim que ocorreram as remoções em Porto Alegre. Sobre as obras da Tronco ela descreve:

Aí a obra começou a avançar, e aí começou a sair mais e mais gente. Um cenário de guerra, iam demolindo as casas, deixavam os canos abertos, deixavam o esgoto aberto, era rato passando e aí, uma casa já é construída em cima da outra, e aí tu quebra uma e a outra cai por cima, as pessoas se machucam, ficam aqueles escombros, o tráfico toma conta dos lugares - então fica mais violento. Há guerra de tráfico, dá aquela sensação de insegurança, assim. Então foi um processo bem complicado, mas a comunidade se mobilizou, resistiu ao cadastro durante muito tempo sem ter uma solução. Hoje tem esses terrenos marcados que estão direcionados para as pessoas, mas a prefeitura até hoje não construiu nada (Entrevista com Camila (integrante do CPC-POA), 2016, s/p).

Conforme vimos, a Av. Tronco não foi a única obra que teve famílias removidas em Porto Alegre. O relato sobre as remoções da Vila Dique para a realização da obra do aeroporto é o seguinte:

Aí a Dique foi um reassentamento, bizarro. Imagina, eram 1800 e tantas famílias também ao longo de todo o negócio. Aí eles

¹¹⁶ Tradução livre e não oficial realizada pela ONG Fase, em novembro de 2010.

precisavam liberar a caixa da pista do aeroporto, aí pegaram uma grana do PAC para começar a fazer o aeroporto novo. Aí assim, em um mês estavam prontas as casas. O concreto não tinha nem curado e eles já estavam pintando. Deu dois dias e começou a rachar tudo. O esgoto começou a subir para fora. As pessoas foram tiradas de lá para cá - aqui não tinha escola, aqui não tinha creche, aqui não tinha posto de saúde... as pessoas tinham que voltar com recursos próprios para acessar, na vila antiga, os equipamentos. E assim foi durante quatro anos. E aí foram tirando as partes das famílias, a mesma coisa: cenário de guerra, etc etc. Aí chegou no final, levaram três ou quatro levas de pessoas para lá, e aí a parte de cima onde ia ser feita teve um problema geotécnico no solo e parou a obra. A empresa faliu, não conseguiram uma nova licitação. Aí a segunda parte começou a ser feita pelo Minha Casa, Minha Vida. Ficou pronta as obras: a escola, a creche... foi tirado tudo da comunidade onde ficou, destruíram clube de mães, tiraram posto de saúde, ... e ainda ficaram 400 famílias abandonadas sem nenhuma atenção do estado - e estão lá até hoje. Agora as casas do novo empreendimento ficaram prontas - e as pessoas não querem ir para lá. E estão resistindo para ficar lá (Entrevista com Camila (integrante CPC-POA), 2016, s/p).

Além do fato das proteções processuais que o relatório da ONU para moradia adequada não terem sido cumpridas conforme os relatos citados, outros processos legais também não foram formalizados. Com relação aos processos decisórios, os dados da pesquisa sobre os impactos das obras da Copa na percepção das comunidades afetadas, expressam que: das 134 pessoas que responderam à pesquisa, 108 não participaram dos processos públicos de decisão da sua moradia por conta das obras da Copa e 97 pessoas (dos 129 questionários respondidos) afirmaram conhecer alguém da comunidade que tenha sido removido por conta das obras da Copa (GRAEFF et al, 2015, pp. 20-21).

Já é possível conceber que o planejamento urbano que originou as decisões sobre as obras da Copa é o mesmo planejamento urbano expresso no capítulo dois, voltado aos interesses do mercado e do capital. Também é bastante explícita a exclusão da população diretamente atingida dos debates decisórios acerca da sua própria área de moradia. Em um dos seus capítulos, o relatório dos impactos da Copa em Porto Alegre, produzido pelo Observatório das Metrópoles, nos relata a posição da PMPA sobre tal exclusão:

[...] episódio ocorrido durante uma reunião realizada em Porto Alegre¹¹⁷ ainda em 2010. Perguntado sobre como seria feita a **gestão democrática** das obras e de que forma o município pretendia incorporar a participação popular na preparação da cidade para a Copa do Mundo, um representante da Prefeitura Municipal declarou em alto e bom som que “[...] o Zé Mané [sic] **não entende nada de planejamento urbano**. Esse é um assunto técnico e **não vamos debater com a população**” (ALFONSIN, 2015, p. 242 – grifos nossos).

Para uma cidade como Porto Alegre, com uma longa trajetória política de avanço na gestão democrática - via orçamento participativo e outras frentes, esta postura do governo municipal (que pode ou não ter sido pressionada pela FIFA) que está manifesta não somente na fala relatada acima, mas também na forma como vem ignorando os processos democráticos, representou um ponto de inflexão na linha política da cidade e um momento de absurdo retrocesso.

É interessante também ter em mente que o processo de expulsão das famílias pobres de áreas importantes da cidade não se dá apenas pela remoção – este processo de “limpeza” atua também de outra forma, como nos explica nosso colaborador Bernardo:

A lógica é emprestada pela sanha do mercado imobiliário combinada com a sanha empresarial ou das construtoras e dos arranjos que as construtoras têm com, tanto as elites das cidades, países ou estados, quanto a elite política, quanto a elite econômica. Tem sido frequentemente identificado, um grupo que lidera essas iniciativas que envolve políticos, líderes empresariais sobretudo ligados a construtoras e outras áreas próximas à construção civil, que identificam o **potencial comercial** de algumas dessas iniciativas e quase sempre isso significa transformar áreas de moradias populares ou irregulares em áreas de altíssimo custo, tanto em termos de moradia quanto em termos de serviços que serão oferecidos. Então, além do aluguel dos imóveis existentes ficarem muito mais caros, são expulsas famílias que não têm consolidada sua posse do terreno e moradia, são construídos condomínios e prédios de luxo, que **trazem então uma população diferente para aquela região**, uma população que vai ter acesso a um conjunto de serviços diferenciados, como: shoppings centers, restaurantes, mercados,... e vão ter custos elevadíssimos com relação aos custos dos empreendimentos que existiam naquele local anteriormente. **Isso vai causar uma segunda expulsão - a língua inglesa trata esse fenômeno como "gentrificação", é um encarecimento** (eu tenho traduzido assim para o português), o encarecimento da vida acaba

¹¹⁷ Segundo nota presente na obra, o evento a que se refere é a Conferência “Direito Urbanístico: as modificações de Porto Alegre para a Copa”, realizada no dia 22 de outubro de 2010, durante a I Semana Acadêmica da FMP: novos caminhos do direito.

expulsando as pessoas daquela determinada região. Enfim, eu tenho identificado essas diversas iniciativas, tanto em Porto Alegre quanto em outras cidades do Brasil [...] (Entrevista com Bernardo (doutorando que pesquisa a economia política da Copa), 2016, s/p – grifos nossos).

Temos, então, duas formas de expulsão em processo: as remoções forçadas para realização das obras e o encarecimento de determinadas regiões – sempre as que tiverem valor e possibilidade de especulação de acordo com o mercado imobiliário. De forma não coincidente, este mesmo ramo da economia foi considerado um dos maiores *vencedores* da Copa por boa parte dos nossos entrevistados.

O processo de elitização de Porto Alegre explicitado anteriormente foi comprovado através de um estudo do Observatório das Metrôpoles (que também faz uma ligação entre o PMCMV e as construtoras). O professor Paulo Roberto Rodrigo Soares, vinculado ao departamento de geografia da UFRGS, explica esta relação na reportagem feita por Gomes:

[...] a elitização de Porto Alegre é a “liberalização da produção das cidades” e do mercado imobiliário. “Mesmo as políticas habitacionais, como o Minha Casa, Minha Vida, foram muito **orientadas pelo mercado, especialmente no que toca a questão da localização**”, diz Soares. “O MCMV recuperou um padrão de localização de conjuntos habitacionais na periferia que era padrão nos anos 1970, como as Cohabs. Se percebeu uma **periferização da política habitacional. Isso foi muito orientado pelo mercado**”, pondera.

Mesmo com investimentos e liberações de recursos por parte do governo federal, Soares salienta que a **decisão sobre a localização recaiu, na maioria dos casos, para as próprias construtoras**, que escolhiam os lugares distantes do Centro, por apresentarem terrenos mais baratos. Por outro lado, a partir do MCMV, em toda a região metropolitana o preço da terra subiu significativamente. “Essas políticas habitacionais e esses projetos de infraestrutura acabaram reforçando a segregação. As melhores áreas foram destinadas a grandes empreendimentos privados voltados à classe média e à classe alta”, salienta Soares (GOMES, 2016, s/p – grifos nossos).

Hoje, passados mais de dois anos do encerramento da Copa, várias obras seguem acontecendo em Porto Alegre¹¹⁸. A maior parte delas foi retirada da Matriz de Responsabilidades a partir do momento no qual se percebeu que não

¹¹⁸ Nem todas as obras não finalizadas da Copa estão em efetivo funcionamento atualmente (2017) – o complexo da rodoviária e o prolongamento da Severio Dullius, por exemplo, estão paradas sob a alegação de falta de verbas da prefeitura.

findariam a tempo do início do evento – na Matriz Consolidada de 2013 constam apenas as obras do Entorno do Beira-Rio (as três vias de acesso e o projeto de pavimentação do entorno do Estádio) e as do Aeroporto Salgado Filho (terminal de passageiros e área de desembarque, pátios e módulos operacionais) (CPC-POA, 2015). A obra da Avenida Tronco segue acontecendo, com inúmeros desvios, sem nenhuma arborização do local e várias máquinas na pista, oferecendo riscos à saúde e segurança dos moradores. Apesar de ter acontecido a remoção dos moradores da Vila Dique, as obras de ampliação da pista do aeroporto também não ficaram prontas para o evento – e a população de Porto Alegre (especialmente os moradores daquela região) segue com dúvidas se irá mesmo finalizá-las.

Identificamos que as obras da Copa cumpriram um papel fundamental na questão da reestruturação urbana, e que este papel não serviu aos interesses da população como um todo, mas da especulação imobiliária e das grandes construtoras (que seguem ganhando seu dinheiro já que as obras ainda precisam ser finalizadas). A cidade ganhou ruas mais largas e viadutos que facilitaram o trânsito de veículos automotores. Apesar disto, com o estrondoso aumento da venda de carros individuais¹¹⁹, o trânsito está cada dia mais lento – fazendo com que a perda de tempo (e dinheiro) nos trajetos pela cidade só tenha crescido.

4.2 POLÍTICA/LEGISLAÇÃO

Que a realização dos megaeventos esportivos tem íntima relação com a política nós já deixamos de forma inequívoca ao explicitar o processo que precedeu a escolha do Brasil como sede da Copa. O que iremos avaliar, a partir de agora, é a relação política que existiu após a escolha do Brasil como sede: as

¹¹⁹ No período de 2009 a 2013 o Governo Federal, em uma política de estímulo ao consumo, desonerou o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos veículos automotores. Tal política ocasionou em um crescimento de 16,65% na indústria automotiva nacional, que passou de 3 milhões de unidades produzidas por ano, em 2008, para 3,5 milhões de unidades em 2013.

mudanças legislativas brasileiras, a relação com os mecanismos de repressão e se houve mudança na forma de se fazer política no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre.

4.2.1 GARANTIAS À FIFA E LEI GERAL DA COPA

A primeira alteração legislativa (esta de maneira extraoficial) que ocorreu devido a realização da Copa do Mundo foi a assinatura de um contrato com onze garantias pelo Governo Federal, caso a FIFA decidisse oficialmente realizar a Copa no Brasil (GOVERNO, 2007). Este contrato, assinado em 2007 foi o precursor da Lei Geral da Copa – da qual iremos tratar mais adiante neste item. A seguir discorreremos sobre cada uma das onze garantias inicialmente acordadas (todos os nomes de ministros que constam como signatários das garantias e também os ministérios em questão se relacionam à composição ministerial à época, sob mandado do ex-presidente Lula).

Garantia nº 01 – Vistos de Entrada e Saída. Foi assinada pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Assegurou vistos de entrada e saída do Brasil de forma incondicional, sem restrições, a todos os membros e delegações da FIFA, equipes de afiliados comerciais e espectadores em posse de ingressos válidos (GOVERNO, 2007). Aqui temos uma manifesta afronta a qualquer sistema de segurança do país e também à soberania nacional, visto que bastava a posse de um ingresso válido para assegurar a entrada no país.

Garantia nº 02 – Vistos de Trabalho. Foi assinada pelo ministro suplente do Trabalho e Emprego, Ronaldo Lessa. Garantiu, caso houvesse necessidade, vistos de trabalhos de acordo com a legislação local para permitir que estrangeiros pudessem trabalhar no Brasil. Tais vistos seriam emitidos incondicionalmente e sem demora. Também garantiu a regulamentação que com base em horas de trabalho ou no uso de força de trabalho não sindicalizada não impediria o trabalho por estes grupos de pessoas (GOVERNO, 2007). Logo,

grande parte da legislação trabalhista duramente conquistada no Brasil, seria ignorada a partir desta garantia.

Garantia nº 03 – Direitos e Impostos Aduaneiros. Foi assinada por Guido Mantega, ministro da Fazenda. Assegurou que as importações do Brasil e as reexportações subsequentes (se aplicável) de quaisquer bens importados para o uso relacionado às competições pertencentes aos indivíduos e entidades corporativas estrangeiros e não residentes identificados pela FIFA ficariam livres de todos os impostos. A carga tributária, tão alta aos trabalhadores brasileiros e sempre tão questionada do Brasil, não se mostrou presente para a FIFA – e para todos que esta identificasse (e aqui começa-se a questionar também de que forma se daria o lucro brasileiro com a realização da Copa).

Garantia nº 04 – Isenção Fiscal Geral. Também assinada por Guido Mantega. Garantiu que nenhuma autoridade federal cobraria impostos, taxas ou outras cobranças direta ou indiretamente relacionadas à Copa das Confederações e/ou à Copa do Mundo. Deixava claro a impossibilidade de cobrança à FIFA, aos subsidiários da FIFA, às delegações da FIFA, às equipes, aos oficiais de jogos, às Confederações da FIFA, às associações de membros participativos, à emissora anfitriã e aos membros não residentes, à equipe e aos funcionários (indivíduos) de todas estas partes. “Eles deverão ser tratados como pessoas/entidades isentos de impostos” (GOVERNO, 2007). Aqui, novamente nos perguntamos: por que pagamos tantos impostos se toda a FIFA (e pessoas a ela relacionadas) é isenta? A isenção ou redução de impostos não deveria ser amplamente discutida com a sociedade que tem obrigação de pagá-los na íntegra?

Garantia nº 05 – Proteção e Segurança. Assinada por Tarso Genro, ministro da Justiça. Aqui, além de assegurar todas as medidas necessárias para garantir, no maior grau possível, a segurança, ainda aceitava a responsabilidade por quaisquer incidentes e/ou acidentes com a proteção e/ou segurança relacionados à competição e indenizava e isentava a FIFA e todos os seus subsidiários contra todas as responsabilidades, obrigações, estragos, perdas, etc. que tais partes pudessem sofrer (GOVERNO, 2007). Assim como as remoções são o elo mais fraco dos megaeventos, a segurança é (aos olhos do restante do mundo, ao menos) o elo mais fraco do Brasil. A partir dessa garantia o governo

brasileiro assume total responsabilidade por todas as coisas que pudessem vir a ocorrer no evento – não nos parece uma medida simples a ser cumprida.

Garantia nº 06 – Câmbio estrangeiro e bancário. Assinada por Guido Mantega. Assegurou a importação e exportação irrestritas de todas as moedas estrangeiras de e para o Brasil, assim como a conversão e câmbio irrestrito destas moedas para dólares americanos, euros ou francos suíços para as entidades ou indivíduos estrangeiros ligados a FIFA e não residentes (GOVERNO, 2007).

Garantia nº 07 – Imigração, Alfândega e procedimentos de Check-in. Assinada por um trio de ministros: Guido Mantega (Fazenda), Tarso Genro (Justiça) e Waldir Pires (Defesa). Garantiu prioridade a todos os membros da delegação da FIFA, aos oficiais de Confederação da FIFA e aos Oficiais da Associação de Membros participantes (GOVERNO, 2007). Em épocas de caos nos aeroportos, atrasos de voos, de atendimento, e outros contratemplos bastante comuns no sistema aeroviário brasileiro, a FIFA garante que seu tempo desperdiçado será mínimo.

Garantia nº 08 – Proteção e Exploração dos direitos comerciais. Foi assinada pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Miguel Jorge), pelo ministro da Justiça (Tarso Genro), pelo ministro da Cultura (João Luis Ferreira) e pelo ministro de Ciência e Tecnologia (Sérgio Machado Resende). A mais extensa das garantias (tendo reservadas quatro páginas de contrato apenas para suas infundáveis alíneas). Assegurou que as medidas a serem implementadas teriam vigência pelo menos doze meses antes do início da Copa das Confederações (2013). As medidas eram: marketing de emboscada por associação e por intrusão em relação à competição e/ou à FIFA será proibido por lei; proibido o uso não autorizado de propriedade intelectual da FIFA; proibido todo e qualquer ato de concorrência desleal; implantação de procedimentos de exame expedido e registro para as marcas registradas, desenho e aplicações de direitos autorais da FIFA; implementação de procedimentos de execução judicial; criação de um status de protegido oficial para os direitos de propriedade intelectual da FIFA; proibição do registro e o uso comercial ou promocional de nomes de domínio que consistem ou mantêm marcas registradas da FIFA;

proibida revenda, distribuição ou uso dos ingressos para os jogos ou ingressos para eventos auxiliares (a não ser se expressamente autorizados pela FIFA); obrigatório mudar o nome do estádio (se solicitado) para todos os efeitos relativos à competição e proibido uso do nome oficial pelas autoridades, times e seus associados; criação de um comitê de programa de proteção de direitos que se reunirá semestralmente com o objetivo de implementar melhorias e iniciativas e proteger a propriedade intelectual da FIFA; implementação e execução de uma zona de comércio de rua e publicidade dentro de 2km da zona de exclusão em torno de cada local oficial, na qual o direito de atividades comerciais é reservado à FIFA e seus indicados.

Há ainda a garantia de criação de uma infração para quaisquer das infrações listadas de forma a desencorajar os ilícitos. Conceder poderes especiais aos oficiais locais que aplicam as leis para reforçar a proibição e zonas de exclusão mencionadas, permitindo a eles entrar nas premissas sem mandado, buscar e prender qualquer pessoa suspeita de violação, confiscar quais materiais suspeitos, e eliminar e destruir materiais usados e criados em relação à violação. Foi assegurada também a permissão irrestrita à venda, publicidade ou distribuição dos produtos dos afiliados comerciais, inclusive comidas e bebidas, nos estádios ou outros locais durante as competições (GOVERNO, 2007).

Também nesta garantia a que, provavelmente, é a medida que gerou maior polêmica e/ou atenção midiática: determinou a garantia de venda de bebida alcoólica dentro dos estádios (a qual é proibida desde 2003 com a promulgação do Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003)). Além disso, estabeleceu a proibição de vendedores ambulantes nas proximidades do estádio bem como a venda de produtos concorrentes aos patrocinadores oficiais. Garantiu também o poder de oficiais prenderem, entrar em locais sem mandado e confiscar materiais suspeitos.

A oitava garantia estipula muitas coisas de variados aspectos. Desde a escolha de novos nomes aos estádios (provavelmente para uso em estádios que têm no nome uma marca patrocinadora como acontece com a Arena Palmeira, a Allianz Parque) – os quais deverão ser adotados por autoridades, times e seus associados – até a criação de tipos penais para as infrações ali listadas.

Garantia nº 09 – Hinos e Bandeiras. Assinada por Celso Amorim, ministro de Relações exteriores. Garantiu que os hinos e bandeiras serão hasteados e tocados para qualquer nação. (GOVERNO, 2007). Garantia problemática para países que possuem relações conflituosas com outras nações, mas não gerou transtornos maiores ao Brasil.

Garantia nº 10 – Indenização. Assinada por José Antônio Dias Toffoli, ministro da Advocacia Geral da União. Assegurou indenização à FIFA e seus representantes, empregados e consultores, bem como defende-los e colocá-los à salvo de todos os custos com processos, reivindicações e custos afins que possam ser incorridos ou sofridos ou ameaçados por outros contra a FIFA e seus representantes, empregados e consultores com relação à organização e preparação da Copa do Mundo da FIFA (GOVERNO, 2007). Por exemplo, nos casos que houve morte na construção dos estádios para a Copa, se as famílias das vítimas solicitarem indenizações ou entrarem com processos, esta garantia aponta que a responsabilidade é do Estado Brasileiro e não da FIFA.

Garantia nº 11 – Telecomunicações e Tecnologia da Informação. Assinada por Hélio Costa, ministro das Comunicações. Garantiu um padrão de alta tecnologia para transmissão de dados, disponibilização de uma infraestrutura de telecomunicações, todas as redes necessárias, hardware de rede associado, codecs necessários que permitissem toda as formas de comunicação (GOVERNO, 2007). Provavelmente um dos pontos mais importantes para a FIFA, tendo em vista que o montante principal de lucro da entidade é obtido através dos milionários contratos de transmissão.

Ao ter conhecimento de todas estas exigências de garantias feitas pela FIFA, nos parece minimamente insensato um país aceitar tamanha submissão a uma entidade privada e “sem fins lucrativos” – fato bem contraditório, inclusive, dado o enorme número de concessões financeiras e tributárias que esta exige. Ao final de 2011 foi criado o Projeto de Lei Geral da Copa, baseado nestas garantias já declaradas pelo governo brasileiro. A conclusão a que chegou o CPC-POA resume a situação: “é a maior parceria público-privada já presenciada no Brasil democrático, em que **o poder público brasileiro entra com os recursos**

materiais e humanos e com a suspensão da própria soberania, e sua parceira privada fica com os lucros” (CPC-POA, 2015, p. 24 - grifos nossos).

A Lei Geral da Copa (nº 12.663/2012) foi sancionada em maio de 2012 pela então presidente da República, Dilma Roussef (PT) e dispôs sobre medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, Copa do Mundo FIFA 2014 e Jornada Mundial da Juventude 2013. Sendo um desdobramento das garantias acima elencadas, contrariando seu próprio título, é uma lei bem específica, que garantiu que os negócios da FIFA acontecessem sem entraves burocráticos e/ou financeiros.

A lei acaba por criar todo um cenário de exceção, onde a soberania de um país inteiro fica submissa às vontades e interesses de uma entidade privada internacional. Nossa colaboradora Camila citou esta questão ao elencar os impactos sociais da realização da Copa em Porto Alegre:

[...] perda de direitos, perda da liberdade de imprensa, perda da liberdade de ir e vir, demarcação de Estado de exceção, leis que funcionam especificamente para aquele período, enfim, uma série de violações. Todo um momento ímpar que chega no país e quem rege é uma empresa privada que se chama FIFA e que vai dizer como o país vai se organizar naquele momento. Isso é um grande absurdo. (Entrevista com Camila (integrante do CPC-POA), 2016, s/p)

Para entender melhor o que representou tal lei, vejamos alguns dos seus pontos polêmicos:

- Proteção da Propriedade Industrial (Seção I) – trata dos pedidos, de registro de marcas, emblemas e demais “símbolos oficiais” da FIFA junto ao INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) (BRASIL, 2012a). A priori não há problema nenhum com relação à proteção dos símbolos de uma entidade, a questão central encontra-se no fato de que a lei não possui qualquer restrição ou definição sobre o que ou quais seriam os “símbolos oficiais” – abrindo um imenso leque de opções, todos sob o interesse da FIFA. “Vale lembrar que a FIFA requereu registro de **mais de mil itens**, entre eles o **nome das cidades-sede** e até o **numeral ‘2014’**” (CPC-POA, 2015, pp. 24-25 – grifos nossos). Este ponto também foi o central da polêmica do uso da palavra “pagode” – uma das marcas registradas pela FIFA e que, segundo a lei, não poderia ser utilizada em nada que tivesse relação com o evento (GANDRA, 2014).

- Áreas de Restrição Comercial e Vias de Acesso (Seção II) – proíbe a venda ou exposição de quaisquer mercadorias que não possuam permissão expressa da FIFA, em uma área de 2km de raio a partir dos estádios (BRASIL, 2012a). Este é um ponto que já constava nas garantias e, conforme afirmamos antes, gera um forte impacto no comércio local e nos vendedores ambulantes. A defesa do consumidor, que prevê variedade de ofertas e a livre concorrência são deixadas de lado em proteção à FIFA.

- Direitos de Imagem, Som e Radiodifusão (Seção III) – a FIFA é considerada “titular exclusiva” de todos os direitos relacionados a estes, ferindo a liberdade de imprensa e a comunicação social, que são garantidas pela legislação brasileira.

- Vistos de Entrada e Permissões de Trabalho (Capítulo III) – outro ponto constante na lista de garantias. Reiteramos que a simples posse de um ingresso garantir visto de entrada em um país é uma situação que coloca sob sérios riscos a segurança e a soberania nacional.

- Venda de Ingressos (Capítulo V) – aqui houve uma tentativa frustrada de ignorar completamente os direitos do consumidor (Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990). A proposta de lei oferecia amplos poderes à FIFA para determinar preço e regras de compra e venda, alterações e cancelamentos de ingressos. Houve uma tentativa, também neste capítulo, de suspender parte dos Estatutos do Torcedor e do Idoso (Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003) além do Código de Defesa do Consumidor, “na tentativa de anular o direito da meia entrada para estudantes e idosos” (CPC-POA, 2015, p. 25). Estes artigos foram vetados e garantiu-se a meia entrada, porém esta somente era válida para ingressos da categoria 4 (disponibilizados apenas para pessoas que comprovassem residir do Brasil).

- Condições de Acesso e Permanência nos Locais Oficiais de Competição (Capítulo VI) – neste capítulo fala-se sobre “acesso aos locais oficiais de competição”. Porém, em Porto Alegre, houve a demarcação de uma área ao redor do estádio (conforme figura 9) onde os pedestres não tinham livre circulação (não poderiam nem entrar em tal área sem a posse de um ingresso) – e os carros de moradores deveriam ser cadastrados anteriormente para garantir sua circulação, nos dias de jogos (RABIN, 2014). Aqui temos uma limitação clara do

direito de ir e vir (garantido pela Constituição de 1988) que com certeza atrapalhou moradores da área que, por exemplo, oferecem serviços profissionais em suas residências.

FIGURA 9 – ÁREA DE RESTRIÇÃO DO ENTORNO DO BEIRA-RIO PARA OS DIAS DE JOGOS EM PORTO ALEGRE



Fonte: Zero Hora¹²⁰.

- Disposições Penais (Capítulo VIII) – aqui criou-se penalizações e tipos penais específicos como “utilização indevida dos símbolos oficiais”, “marketing de emboscada por associação” e “marketing de emboscada por intrusão”, que tiveram validade até 31 de dezembro de 2014 (BRASIL, 2012a). As penas vinculadas a estes crimes eram de detenção e multa. Conforme dito anteriormente, um estado de exceção que contempla, inclusive, algo como a criação de um sistema de justiça paralelo e com duração determinada.

- Disposições Finais (Capítulo X) – aqui queremos chamar a atenção a dois pontos em específico: o primeiro é relacionado à legalização do trabalho voluntário para a FIFA (artigo 57) – ou seja, uma empresa internacional, que já garantiu inúmeras isenções tributárias e monopolização de serviços, além dos inúmeros contratos milionários que possui com patrocinadores e direitos de

¹²⁰ Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/05/pedestres-terao-circulacao-restrita-na-regiao-do-beira-rio-4504661.html>>.

transmissões garante, mais uma vez, lucro máximo visto que não pagará salário a maior parte dos colaboradores que atuarão no evento. Souto Maior ainda explicita outra questão sobre o mesmo assunto:

[...] faz letra-morta das normas constitucionais, inseridas na órbita dos direitos fundamentais de proteção ao trabalhador, ao permitir o trabalho voluntário nas atividades ligadas à Copa, fazendo-o de modo, isto sim, a institucionalizar o trabalho em condições análogas às de escravidão, uma vez que o que se pretende, concretamente, é o desprezo aos direitos trabalhistas, contrariando inclusive o próprio compromisso público assumido pelo governo e pela FIFA no que se refere ao trabalho decente, conforme consta no artigo 29 da própria Lei Geral da Copa.

Ora, o trabalho decente é um conceito difundido pela própria Organização Internacional do Trabalho exatamente para impedir a execução de trabalho sem as garantias trabalhistas (SOUTO MAIOR, 2014, p. 36).

Durante a realização da Copa houve inúmeros relatos em redes sociais e outros meios de comunicação sobre voluntários que estavam deixando o seu posto visto que o trabalho era extenuante, dava-se por inúmeras horas a fio e o valor dado para cobrir a alimentação muitas vezes não era suficiente para tal finalidade.

O segundo ponto que queremos destacar neste capítulo é o que fere diretamente a autonomia (garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9394/1996) de todo o sistema escolar brasileiro. Institui feriados (artigo 56) em dias de jogos da Seleção Brasileira e também estipula que os sistemas de ensino deverão regular seus calendários de maneira que as férias escolares coincidam com o período de competição (artigo 61). É fácil visualizar que temos interesses antagônicos em jogo e que a educação não é prioritária quando do outro lado temos a FIFA e a Copa do Mundo.

A Lei Geral da Copa ainda versa sobre o pagamento de um “bônus” no valor de cem mil reais para os “jogadores titulares ou reservas das seleções brasileiras campeãs das copas mundiais masculinas da FIFA nos anos de 1958, 1962 e 1970” (BRASIL, 2012a) a partir de recursos do Tesouro Nacional. Caso o jogador em questão já tivesse ido à óbito, o bônus seria pago aos seus sucessores. Com a grave crise financeira pela qual passa o país, conceder um “bônus” em um valor tão exorbitante a jogadores da seleção – que recebiam

normalmente seus rendimentos e bônus à época que jogavam – é, no mínimo injusto com todos os outros trabalhadores. Parece-nos que não há qualquer critério em onde é inserido o dinheiro público. Também cabe aqui perguntar por que os jogadores de futebol masculino “merecem” receber tal bônus e todos os outros atletas brasileiros, inclusive as jogadoras da seleção feminina de futebol, não merecem. Há um julgamento que determina qual esporte – e gênero – é mais importante, e este deve receber todas as honrarias disponíveis.

Por último, mas não menos importante, o capítulo IV, que versa sobre a Responsabilidade Civil, previa que a União assumia qualquer responsabilidade por danos e prejuízos causados à FIFA. “Ou seja: o Estado brasileiro torna-se o fiador da FIFA e dos negócios particulares dela” (CPC-POA, 2015, p. 25).

Concordamos com a análise de Joyce Souza quando esta traz que:

[...] a FIFA criou um grande monopólio econômico, político e jurídico, abrindo caminho para abusos e privatização do espaço público. Fica clara, portanto, a situação de exceção e violência imposta ao Estado brasileiro para a realização do evento futebolístico” (SOUZA, 2013, p. 2).

Resumidamente, tivemos um Estado de exceção (nos moldes apresentados na revisão de literatura) comandado por uma empresa privada internacional, que anulou diversas garantias constitucionais e desprezou inúmeras leis – muitas das quais somente estão em vigor pois foram fruto de muita luta (como o caso do Estatuto do Idoso e Código de Defesa do Consumidor) - conforme fora demonstrado. Percebemos que os interesses do Capital estiveram presentes em cada uma das onze garantias e foram legislados através da Lei Geral da Copa.

4.2.2 VIOLÊNCIA E SEGURANÇA

Decidimos tratar da segurança como um subitem da categoria política, visto o Estado de exceção que se criou no Brasil durante a Copa – o qual foi explicado e exemplificado no subitem anterior.

“De acordo com as declarações oficiais, outro dos grandes ‘legados’ que a Copa prometia deixar se referia à ‘segurança pública’. Foram feitos grandes investimentos em novas tecnologias, equipamentos e conhecimento técnico nesta área” (CPC-POA, 2015, 34). Conforme já foi dito neste estudo, a segurança é um dos serviços públicos mais problemáticos do Brasil aos olhos do mundo – e qualquer pessoa que more nas metrópoles brasileiras pode elencar, sem dificuldades, diversas situações de violência vividas por si ou algum parente/amigo. Enfim, a violência atinge a todos e todas, de forma distinta evidentemente, e se a Copa prometia um legado de melhoria neste quesito, parece-nos fundamental avaliar o que aconteceu.

Conforme já foi falado aqui, em junho de 2013 a população, principalmente os jovens, tomou as ruas do Brasil em protestos que, inicialmente tinham como o foco a diminuição do valor das passagens de ônibus. Com a continuidade das manifestações, somaram-se à luta pela diminuição da tarifa questões como corrupção, investimento do dinheiro público em áreas como saúde e educação (em uma crítica contra o investimento de dinheiro público nos estádios da Copa) e inúmeros movimentos sociais – principalmente os ligados ao direito pela moradia. A violência policial contra manifestantes que estavam agindo de forma pacífica foi recorrente – e o despreparo (ou até mesmo a truculência) dos agentes da polícia e do Estado para tratar com pessoas ficou evidente.

Apesar de toda essa violência demonstrada – utilização de bombas de efeito moral, balas de borracha, animais de porte (como cavalos) contra pessoas desarmadas, entre outras violações, a SESGE (Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos) – que fora criada pelo Governo Federal em 2011 e com ligação ao Ministério da Justiça, declarou ter considerado satisfatória a “contenção” (na palavra utilizada por eles) dos protestos durante a Copa das confederações de 2013. Inclusive, as declarações feitas pelo secretário, Valdinho Caetano, expressam bem qual era o foco e interesse das ações policiais:

“O Brasil talvez seja o único país do mundo que, mesmo passando por momento de convulsão social em dezenas de cidades, conseguiu manter um evento com a envergadura da Copa das Confederações, sem incidentes de segurança pública que **comprometessem o torneio.**” [...] “A polícia **jamais perdeu o controle da situação**, no que se refere à **segurança da Copa**

das Confederações. Em nenhum momento, foi necessário empenhar contingente das Forças Armadas na contenção das manifestações ou em ações de policiamento. ” (SESGE, sem data, s/p – grifos nossos)

Motivados pela tomada das ruas pelas manifestações, somado ao aumento da violência policial e pela intensa repressão que vinham sofrendo os movimentos sociais, em Porto Alegre o Bloco de Lutas pelo Transporte¹²¹ decidiu organizar um evento de discussão sobre o assunto, conforme explica nosso colaborador Bernardo:

Em 2013, logo após as jornadas de junho e durante a Copa das Confederações, a repressão e as forças repressivas do Estado contra os manifestantes, que tinham entre outros pontos de pauta, os gastos públicos com os megaeventos no Brasil, essa repressão aumentou muito. O uso da violência passou a ser banalizado, o uso de equipamentos muito agressivos que cegaram e mataram pessoas nas ruas brasileiras. Também teve uma expressão no Legislativo que foi um projeto de lei que visava criminalizar os movimentos sociais e as suas formas de manifestação e pressão popular. Esse destribunal discutiu então estas iniciativas do Estado para tentar fazer com que os atores que estavam do nosso lado pudessem se articular de forma a dar um enfrentamento mais imediato às coisas que estavam acontecendo: as pessoas que estavam presas, a perspectiva de que a nossa liberdade de ir e vir e também o direito à manifestação fosse cerceada, mas também da gente se preparar para dar um combate mais qualificado em outras esferas como, por exemplo, no legislativo, em função dessas iniciativas das forças conservadoras, para que a gente pudesse apresentar também ideias que visassem a dirimir essa concatenação que estava levando a um Estado extremamente opressivo se articular em função dessas iniciativas legais. [...] O Comitê Popular chamou junto com o Bloco de Lutas pelo Transporte uma reunião para tratar especificamente do tema da criminalização do movimento social, uma pauta de diversas atividades foi tirada e, entre elas, a realização do destribunal (Entrevista com Bernardo (doutorando que pesquisa a economia política da Copa), 2016, s/p).

O destribunal citado foi importante para as ações que o Boco de Lutas pelo Transporte tirou a seguir, como a ocupação da Câmara dos Vereadores em Porto Alegre, mas evidentemente não causou melhorias na forma de tratamento dispensado pela polícia aos manifestantes.

Enquanto as pessoas de Porto Alegre debatiam acerca da criminalização de movimentos sociais e formas de diminuir o valor da passagem de ônibus, a

¹²¹ Grupo composto por pessoas, partidos políticos, entidades estudantis e movimentos sociais que foi responsável por organizar as manifestações de Junho de 2013, inclusive a ocupação da Câmara dos Vereadores de Porto Alegre (no mês de julho deste mesmo ano).

classe dominante preparava a polícia para atuar de forma mais eficiente. O dossiê do Comitê Popular da Copa em Porto Alegre (2015) explica de que forma se deram as assessorias e reforço de equipamentos e efetivos humanos:

O treinamento do efetivo disponibilizado pelas diversas polícias foi feito pelo FBI (polícia federal dos Estados Unidos) e por outras agências norte-americanas. O efetivo foi composto por 837 policiais das doze cidades-sedes, o que coloca em suspeita um possível interesse dos Estados Unidos no armamento das polícias brasileiras e no controle da ordem no país. O curso de “Controle de Distúrbios Civis”, ministrado pela CIA a estes policiais tinha como tema gestão e controle de multidões, distúrbios civis, planejamento operacional, uso da força, relação com a mídia e uso da inteligência e de informações para auxiliar na identificação de possíveis atos e atores de vandalismo. Foi um extenso programa de treinamento financiado pelo governo dos EUA para a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Também, de acordo com uma lista obtida pela Agência Pública de Jornalismo Investigativo¹²², por meio de um Pedido de Acesso à Informação, mostra detalhadamente o treinamento de 799 policiais brasileiros aqui e no exterior, em especial no Centro de Treinamento Regional em Lima, no Peru, e na ILEA (Academia Internacional para Cumprimento da Lei), em El Salvador – ambos os centros são financiados pelo Departamento Norte-Americano. Outros 38 policiais foram treinados em Maio, totalizando o efetivo de 837 integrantes. Todos os custos, incluindo viagens internacionais, foram bancados pelos EUA (CPC-POA, 2015, p. 34).

A partir da revisão de literatura que fizemos e da forma como se dá a relação da polícia com a população – principalmente a pobre e periférica – é possível denotar que tal treinamento tinha como base fortalecer as ações do Estado que, ao fim e ao cabo, age para manter o sistema. Ou seja, há os que defendem que todos estes recursos que foram investidos em preparação e armamento poderiam tornar-se um impacto positivo à população em geral, porém tal ideia não se sustenta visto que não é esse o interesse dominante. A pesquisa interinstitucional realizada em comunidades de Porto Alegre (GRAEFF et al, 2015) demonstra a percepção da população sobre diversos temas, na tabela 5 apresentamos os resultados relativos às seis perguntas relacionadas à segurança:

¹²² Documento disponível em: <<http://apublica.org/wp-content/uploads/2014/06/Resposta-SIC-08850001475201428-7-1.pdf>>. Ver reportagem “EUA treinaram policiais para conter manifestantes na Copa”, disponível em: <<http://apublica.org/2014/06/eua-treinaram-policiais-para-conter-manifestacoes-na-copa/>>.

TABELA 5 – RESULTADO DAS PERGUNTAS SOBRE SEGURANÇA DA PESQUISA INTERINSTITUCIONAL SOBRE A COPA

	SIM	NÃO	Observações
Tua sensação de segurança se alterou no período das obras da Copa?	66	68	Se sim: Aumentou (27) Diminuiu (34)
A presença de Policiais e/ou Seguranças Privados se alterou no período das obras da Copa?	69	65	Não sei (4) Aumentou (40) Diminuiu (14)
Sentiu-se mais ou menos seguro com presença de Policiais e Seguranças Privados no período das obras da Copa?	63	61	Não sei (8) Se sim: mais (36) menos (14)
Notou qualquer ameaça à segurança individual ou coletiva durante as obras da Copa? Total = 132 – um formulário com o item em branco.	17	115	Não sei (2)
Sentiu-se ameaçado pela presença ou ação da Polícia e/ou de Seguranças privados por conta das obras da Copa?	7	127	
Existe diálogo entre sua comunidade e a Polícia ou a Segurança Privada?	13	111	

Fonte: Elaborado a partir de GRAEFF et al, 2015, pp. 24-25

A partir destes resultados, podemos inferir que não houve um aumento da sensação de segurança nem durante as obras da Copa, nem durante os jogos – mesmo com todo o discurso presente de que o investimento em armamentos iria “melhorar a vida nas cidades”:

A área de segurança pública para os megaeventos recebeu cerca de R\$2,32 bilhões em investimentos federais: R\$ 1,17 bilhão para as Copas do Mundo e das Confederações, além de R\$ 1,15 bilhão para os Jogos Olímpicos. Até maio de 2014, quase R\$ 50 milhões já haviam sido gastos com armamentos “não-letal” para os dois eventos. (CPC-POA, 2015, p. 36)

Os armamentos comprados estão explicitados na tabela 6.

Com relação à segurança de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul o investimento consta na tabela 7, obtida através dos dados presentes no termo aditivo à Matriz de Responsabilidades para a Copa, assinada em abril de 2013¹²³.

¹²³ O Termo aditivo completo pode ser verificado no Anexo B deste estudo. Não encontramos os dados sobre a consolidação destes valores, somente a matriz com os valores a serem investidos.

Infelizmente não tivemos como apurar quanto foi gasto especificamente em Porto Alegre visto que a matriz consolidada de dezembro de 2014 consta com os valores referentes ao anexo de segurança de todas as cidades-sedes (e não em separado conforme os outros anexos).

TABELA 6 – RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE “SEGURANÇA” COMPRADOS PARA USO DA PM

Quantidade	Equipamento
2,2 mil kits	Kits com sprays de pimenta e de espuma de pimenta, granadas lacrimogênicas com chip de rastreabilidade, granadas de efeito moral para uso externo e indoors, granadas explosivas de luz e som
8,3 mil	Granadas de efeito moral
8,3 mil	Granadas de luz e som
8,3 mil	Granadas de gás lacrimogênico fumígena tríplice
449 kits	Kits com cartuchos de balas de borracha e cartuchos de impacto expansível
1,8 mil	Armas elétricas
50 mil	Sprays de pimenta

Fonte: CPC-POA, 2015, p. 36.

TABELA 7 – INVESTIMENTOS EM SEGURANÇA PARA A COPA DO MUNDO (PORTO ALEGRE)

O que	Valor (em milhões de reais)
Ações de Segurança Pública – Integração de Instituições e Sistemas	782
Ações de Segurança Pública – Controle dos pontos de entrada do país	158,2
Ações de Segurança Pública – Segurança do evento	230
Ações de Defesa - Aeronáutica	252,9
Ações de Defesa - Exército	247,4
Ações de Defesa - Marinha	207,7
Ações de Controle – Conjunto das Forças Armadas	0,9
TOTAL	1.879,1

Fonte: Elaborado a partir de BRASIL, 2013.

Especificamente neste ponto, em que há um emprego de enorme verba estatal na indústria bélica é necessário levar em conta a dependência que este setor encontra nas compras realizadas pelo Estado para realização de um consumo destrutivo. Meszáros inclusive apresenta, em alguns dos seus escritos sobre o complexo militar-industrial, que o Estado tem funções de ajuste das “imperfeições” do sistema do Capital atuando no processo de reprodução

econômica, inclusive exercendo papel de consumidor direto de forma a facilitar a expansão monopolista das empresas dominantes.

Além do altíssimo valor investido em equipamentos e treinamentos policiais outro fator tem sido importante neste item: a crise na segurança em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul tem tomado rumos bastante drásticos no último período. Em 20 de novembro de 2016 tínhamos a seguinte redação em uma notícia sobre a crise de segurança, publicada em um jornal de grande circulação em Porto Alegre: “O déficit de 10 mil vagas para detentos se reflete na insegurança enfrentada pela população, pelo aumento de crimes com emprego de violência por parte dos bandidos e por atos extremos na tentativa de manter suspeitos de crimes detidos” (KERVALT, 2016). A notícia referia-se aos inúmeros episódios de presos algemados em lixeiras e corrimãos que explicitaram a superlotação dos presídios e delegacias do estado.

A crise de segurança pela qual passa o estado é, em parte, decorrente de uma crise de finanças do Rio Grande do Sul, cujo governador (José Ivo Sartori – PMDB) vem atrasando e parcelando os salários dos seus servidores (incluindo a Brigada Militar) desde julho de 2015 - “o número de policiais aposentados saltou de 768 em 2013 para 1.888 em 2015. A estimativa é que 3.000 policiais se aposentem” em 2016 (SPERB; URIBE, 2016). Para Sartori, porém, o parcelamento de salários não tem influência na crise de segurança, que “vem de longo tempo, de outras circunstâncias” (SPERB; URIBE, 2016).

Em 25 de agosto de 2016, a crise teve sua primeira “baixa”: “o secretário de Segurança, Waltuir Jacini, deixou o cargo depois de mais um latrocínio em Porto Alegre, tipo de crime que subiu 35% no primeiro semestre deste ano em relação a igual período de 2015 —de 66 para 89” (SPERB; URIBE, 2016). Porém, não é apenas o índice de latrocínios (roubo seguido de morte) que tem avançado no estado, roubos em geral aumentaram 20%, roubos de veículos, 16% e homicídios, 6%.

No final de 2016, soldados da Força Nacional desembarcaram no estado para tentar diminuir a crise de segurança. Porém sabemos que aumentar o efetivo policial só fará com que as ações da polícia sejam mais efetivas no que interessa ao Estado – por exemplo, se considerarmos a ação ocorrido no fim do ano de

2016 durante uma sessão na Câmara dos Deputados que votava o fim de seis fundações estatais gaúchas. Neste dia inúmeros servidores das referidas fundações sofreram com a violência e as ações desproporcionais da polícia, demonstrando que o efetivo existe para os interesses dominantes.

5 ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DA COPA EM PORTO ALEGRE

Iniciamos esta análise com a certeza de que a tarefa à qual nos propusemos é bastante complexa: a profunda dificuldade de mensurar os impactos econômicos (em especial os de médio e longo prazo) da realização de um megaevento – já que é praticamente impossível especificar, por exemplo, o percentual de turistas que visitam determinada cidade em função do megaevento do percentual que visitaria a mesma cidade independentemente de que este não tivesse ocorrido. Outra questão a ser levada em conta quando queremos analisar os impactos econômicos é o fato de que se utiliza as projeções feitas para este evento que apenas consideram o cenário otimista em prol da agenda dos setores diretamente beneficiados. Dadas como certas as dificuldades, iniciemos a discussão.

Uma das fontes de legitimidade para que os governos possam se candidatar a sediar megaeventos esportivos são os legados econômicos, que **são considerados quase automáticos** à realização de um megaevento esportivo. Os discursos dos governantes, defensores da realização das competições em seus territórios, apoiam-se em textos de consultorias especializadas em previsões desse tipo. As pesquisas divulgadas tentam, por meio de metodologias múltiplas, apontar as expectativas dos impactos econômicos que os megaeventos esportivos terão na economia de um país ou de uma cidade ao longo de alguns anos, seja antes, seja durante ou mesmo após a sua realização. No entanto, essas pesquisas não passam incólumes a críticas dentro da própria Economia, já que, de várias formas, são questionadas quanto a seus resultados e à criação de expectativas (OLIVEIRA JÚNIOR, 2015, p. 10 – grifo nosso).

Começaremos reafirmando nossa posição de tratar a discussão com o termo impactos ou consequências, visto que legados carrega uma carga ideológica importante. Nosso colaborador Marcelo fez uma crítica a esta questão dos impactos econômicos:

As pessoas muito discutiam isso aí na época da Copa e eu, sinceramente, tenho um pouco de contrariedade com essa obrigatoriedade. Parece que as pessoas só querem hospedar a Copa do Mundo ou um megaevento qualquer justamente para ganhar com isso, ganhar dinheiro em cima da realização de um

evento externo. Na verdade, não é esse o intuito. O intuito, na verdade é integrar, trazer um evento para as pessoas e fazer a cidade ter essa experiência. (Entrevista com Marcelo (integrante da SECOPA), 2016, s/p)

Apesar da contrariedade apresentada, por aplicar uma grande reserva de recursos públicos na realização de um evento privado, nos parece justa a vontade da população de querer que tal investimento traga retornos também financeiros. Nossa análise vai se dar justamente nesta linha: quanto foi investido, onde e de que forma foi gasto e se houve algum retorno (ou ainda, se há esta possibilidade a longo prazo).

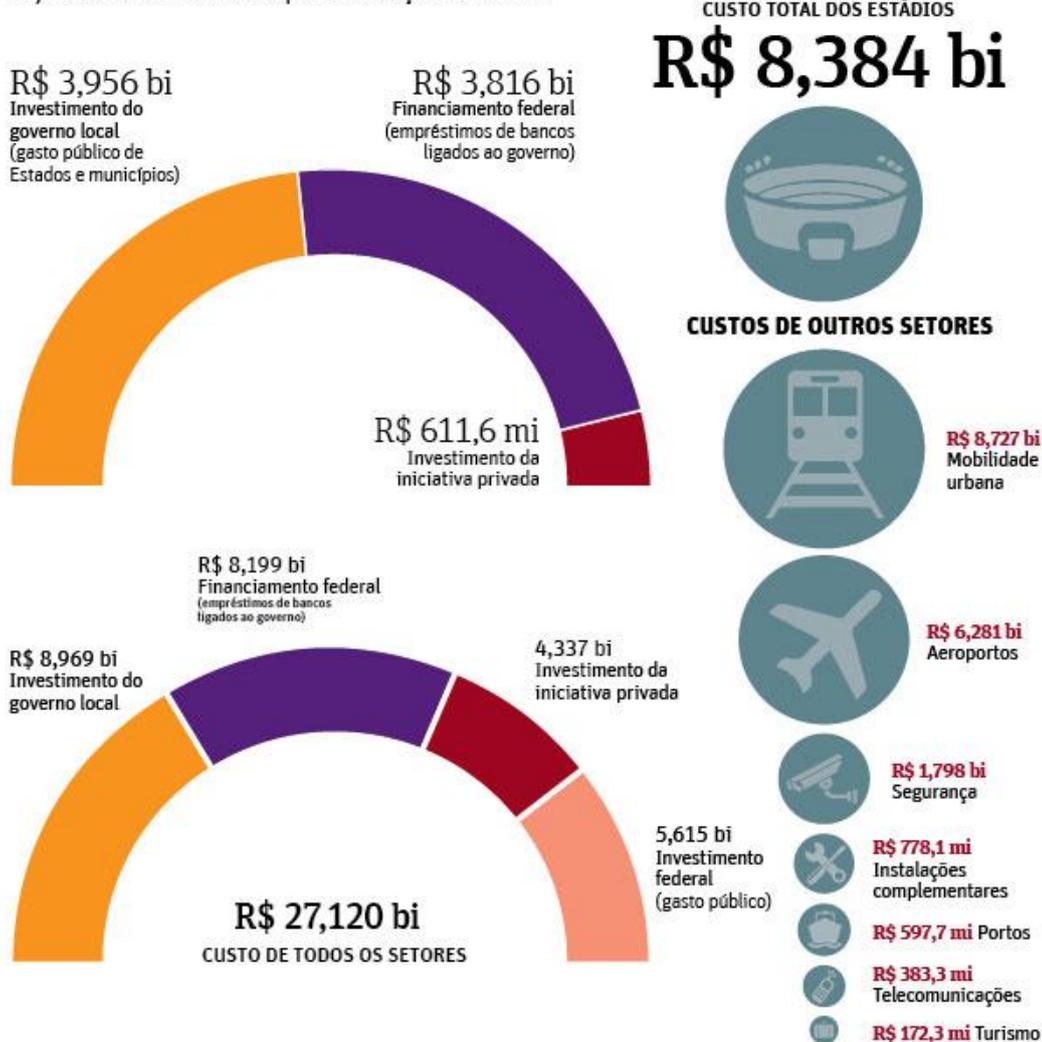
5.1 O CUSTO TOTAL E A ORIGEM DOS RECURSOS

"A Copa do Mundo será **melhor quanto menos dinheiro público for investido**. Essa equação é que norteia o projeto desde o início. Ao governo, em todos os seus níveis, caberá os gastos com obras que lhe dizem respeito. **O investimento maior terá de vir da iniciativa privada**", disse Ricardo Teixeira, em nota divulgada em maio de 2009. (RIZZO; PASSOS, 2015b, s/p – grifos nossos)

Ao receber a confirmação da FIFA de que o Brasil seria a sede da Copa de 2014, Ricardo Teixeira, então presidente da CBF, afirmou que esta seria a "Copa da iniciativa privada" – o que seria excelente para o país, que receberia investimentos privados e as benesses que estes trazem. O relatório da comissão da FIFA, em 2007, dizia que "o modelo de construção e reforma dos estádios daria **prioridade ao financiamento privado** por meio de concessões de largo prazo e, só eventualmente, usaria as PPP's" (RIZZO; PASSOS, 2015b). Com o passar dos anos estas promessas foram "esquecidas" e o que aconteceu foi justamente o contrário. Dos R\$ 8,3 bilhões gastos em estádios, R\$ 6,9 bilhões (83,09%) saíram dos cofres de prefeituras, governos estaduais e federal (RIZZO; PASSOS, 2015b). A figura 10 demonstra como foram divididos os gastos da Copa e a figura 11, como foram divididos e a evolução de custos dos estádios, comparando os dados da matriz de 2010 com a matriz de 2014.

FIGURA 10 – DIVISÃO DOS CUSTOS DAS OBRAS DA COPA DE 2014**QUEM PAGOU OS ESTÁDIOS**

Veja de onde veio o dinheiro para construção das arenas

Fonte: Jornal Folha de São Paulo¹²⁴.

O BNDES criou uma linha de crédito especial para financiar a construção e reforma dos estádios e “garantir a realização da Copa”, através da qual foram repassados R\$ 3,8 bilhões para clubes, prefeituras e governos estaduais – destes, R\$806 milhões (pouco mais de 21%) foram empréstimos tomados pelos três estádios privados da Copa: Itaquerão (Arena Corinthians, em São Paulo), Arena da Baixada (estádio pertencente ao Clube Atlético Paranaense, em Curitiba) e o Beira-Rio (estádio do Sport Club Internacional, em Porto Alegre) (RIZZO; PASSOS, 2015b).

¹²⁴ Disponível em RIZZO; PASSOS, 2015a.

FIGURA 11 – EVOLUÇÃO E DIVISÃO DOS CUSTOS EM REFORMA E CONSTRUÇÃO DE ESTÁDIOS

COMPARAÇÃO DE CUSTOS DOS ESTÁDIOS

Em R\$ milhões

	Valor na primeira matriz de responsabilidade (janeiro/2010)*	Valor na matriz de responsabilidade versão final (dezembro/2014)	Investimento governo local	Financiamento federal	Investimento iniciativa privada
Mineirão (Belo Horizonte)	554,65	695	295	400	-
Mané Garrincha (Brasília)	969,98	1.403,3	1.403,3	-	-
Arena Pantanal (Cuiabá)	591,10	596,4	258,5	337,9	-
Arena da Baixada (Curitiba)	179,67	391,5	-	131,2	260,3
Castelão (Fortaleza)	811,14	518,6	167	351,6	-
Arena da Amazônia (Manaus)	670,52	660,5	260,5	400	-
Arena das Dunas (Natal)	455,70	400	3,4	396,6	-
Beira-Rio (Porto Alegre)	169,26	366,3	-	275,1	91,2
Arena Pernambuco (Recife)	688,75	532,6	132,6	400	-
Maracanã (Rio)	781,19	1.050	650	400	-
Fonte Nova (Salvador)	770,78	689,4	365,8	323,6	-
Morumbi (2010)/ Itaquerão (2014) (São Paulo)	312,48	1.080	420	400	260
TOTAL	R\$ 6,955 bi	8,384 bi	3,956 bi	3,816 bi	611,6 mi

*Valores reajustados de acordo com a variação do IPCA

Fonte: Jornal Folha de São Paulo¹²⁴.

Não foi só a origem dos recursos que se alterou com o tempo: a matriz de responsabilidades de 2014 mostra um aumento real de 20% no custo da reforma e construção dos estádios para a Copa do Mundo quando comparada a versão inicial, de abril de 2010.

Partindo dos dados oficiais do governo (retirados das matrizes de responsabilidades), a obra mais “barata” foi a reforma do Beira-Rio, que custou 366,3 milhões de reais (divididos entre financiamento do governo federal - R\$ 275,1 milhões – e o investimento da iniciativa privada arcou com os outros R\$ 91,2 milhões) (BRASIL, 2014).

Apesar do aumento real do custo dos estádios, como muitas obras saíram da matriz de responsabilidade (e Porto Alegre é um ótimo exemplo, conforme já explicado anteriormente), os governantes e a mídia divulgaram que “o valor total da Copa diminuiu”. É uma evidência de matemática básica que os R\$ 27,1 bilhões investidos nas obras representam um valor menor que os R\$ 33 bilhões previstos inicialmente em janeiro de 2010 (a redução está na faixa dos 18%) – porém esta diminuição é somente ficcional. As obras que forma iniciadas terão que ser terminadas em algum momento, desvinculá-las da Matriz de Responsabilidades

não faz com que a Copa fique mais barata, somente maquia tais dados. A avaliação de Gil Castello Branco, representante da ONG Contas Abertas é de que "a população terá estádios caros, alguns deles elefantes brancos, que pouco serão usados, mas as obras de mobilidade urbana eram mais importantes, e muitas delas não saíram do papel" (RIZZO; PASSOS, 2015a).

Com relação especificamente a Porto Alegre, a matriz consolidada de 2014 traz, além do custo da reforma do Beira-Rio, o valor das reformas feitas no aeroporto, a construção das três vias de acesso ao Beira-Rio, a pavimentação do entorno do estádio, as estruturas temporárias do estádio e ações de infraestrutura e turismo. Os valores finais de cada obra e quem arcou com elas podem ser visualizados na tabela 8. Os valores relativos à segurança (1.797,7 milhões de reais) já foram expostos anteriormente neste trabalho e correspondem ao investimento feito neste setor para todas as doze cidades-sedes, não havendo o valor específico de cada uma. O mesmo ocorreu com o empreendimento "Modernização da Infraestrutura e serviços e suporte às competições" do anexo de telecomunicações (o qual representou um investimento de R\$ 383,3 milhões) (BRASIL, 2014).

O valor inicial, contido na Matriz de Responsabilidades de 2010 nos apresentava um total de R\$ 654 milhões, dividido entre as onze obras que lá constavam. Destas onze, apenas a reforma do Beira-Rio foi concluída (o custo apresentado na Matriz de 2010 era de 130 milhões de reais). A primeira fase da reforma e ampliação do terminal de passageiros do aeroporto entrou no aditivo de julho de 2010, apresentando um valor de R\$ 345,8 milhões (BRASIL, 2010b). A implantação do Módulo Operacional do Aeroporto, com previsão de custo no valor de R\$ 5,2 milhões e o anexo de telecomunicações (valor de R\$ 371,22 milhões) entraram no aditivo de maio de 2012 (BRASIL, 2012c). As ações de infraestrutura de turismo, com custo projetado de R\$25,7 milhões, foram apresentadas no aditivo de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012d).

TABELA 8 – CUSTOS FINAIS POR CATEGORIA DAS OBRAS DA COPA EM PORTO ALEGRE

Empreendimento	Invest. Global (R\$ mi)	Financ. Federal (R\$ mi)	Invest. Federal (R\$ mi)	Invest. Governo Local (R\$)	Invest. Iniciativa Privada (R\$ mi)
Obras das 3 Vias de Acesso ao Estádio Beira-Rio	8	-	-	8	-
Projeto de Pavimentação do Entorno do Estádio Beira-Rio	8,7	-	7,1	1,6	-
Reforma do Estádio Beira Rio	366,3	275,1	-	-	91,2
Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros	59	-	59	-	-
Reforma e Ampliação do Pátio de Aeronaves (1ª Fase)	23,8	-	23,8	-	-
Implantação do Módulo Operacional	5	-	5	-	-
Ações de Infraestrutura do Turismo	12,8	-	11,3	1,5	-
Construção de instalações complementares (*)	25	-	-	25	-
TOTAL	508,6	275,1	106,2	36,1	91,2

Legenda: Invest. = Investimento
Financ. = Financiamento

Fonte: Elaborado com base em BRASIL, 2014.

(*) Conforme *Stadium Agreement* firmado com a FIFA, a responsabilidade da montagem das estruturas temporárias é dos titulares dos estádios de cada cidade-sede.

Temos então um aumento no valor final das obras e uma diminuição do número total de obras entregues à população – o que representa um gasto público extremamente direcionado aos interesses do evento e da FIFA e que não visou a população de Porto Alegre. Não só, conforme já foi explanado anteriormente, muitas destas obras seguem sendo realizadas (e outras encontram-se paradas) mesmo quase dois anos após a finalização do evento. Este atraso, além de trazer ônus à população (já que causam transtornos no trânsito e aumentam a insegurança das áreas onde se encontram), ocasiona um

gasto a mais à administração pública (para além da inflação que está incluída) já que novas licitações terão que ser realizadas – e todo estes processos administrativos geram custos.

5.1.1 A POLÊMICA DAS ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS DO BEIRA-RIO

Conforme observação constante na tabela 8 (retirada de BRASIL, 2014) as estruturas temporárias ou instalações complementares eram parte do contrato do estádio, documento necessário para que a cidade pudesse concorrer à sede da Copa. Como Porto Alegre é sede de um dos únicos três estádios privados utilizados na Copa de 2014, este ponto acabou gerando muita polêmica – que segue até hoje, inclusive.

As instalações envolvem desde geradores de energia elétrica e estrutura de telecomunicações até os centros de mídia e de voluntários, passando por áreas dedicadas à interação entre patrocinadores oficiais do evento e o público. Nossos colaboradores ligados à PMPA explicaram o caso:

A FIFA tem um contrato padrão com as cidades-sedes e com os estádios. Em geral, todas as cidades sedes, com exceção de Porto Alegre, Curitiba e São Paulo, o estádio é público. Então, nesses casos de exceção, quem assinava o contrato do estádio era o clube que era dono do estádio. Naquele contrato, que também pode ter, inclusive, sua legitimidade questionada, quem se comprometia em fazer as estruturas temporárias era o signatário, que naquele caso era o estádio. Com a participação solidária da cidade sede, no caso de o responsável não executar. E com a possibilidade facultar de a FIFA realizar, cobrando oficialmente do signatário. Aqui em Porto Alegre quem assinou esse contrato foi o Vitório Píffero, pelo Internacional, em 2009. Só que a assinatura deste contrato é um pré-requisito para tu enviar a tua candidatura à FIFA, então, na verdade, ele é um contrato de intenções, em que já são firmados compromissos e depois ele é aditivado com algumas outras especificações. Então tá, claro que quando o Internacional queria receber a Copa do Mundo, assinaram contrato, a cidade-sede assina também. E no final é uma bronca que todas as cidades sedes receberam, um pacote que tu não tens dimensionado quando tu assinas o contrato, e tu tem que realizar. O entendimento era que era uma responsabilidade compartilhada, de fato, fazer, porque tu não tens

um evento dessa magnitude que tu consigas executar sem esse tipo de infraestrutura. Então elas são necessárias para a realização do evento. Ou tu tens elas ou tu não executa um evento daquele tamanho sem essa estrutura tecnológica (Entrevista com Marcelo (integrante da SECOPA de Porto Alegre), 2016, s/p).

O que aconteceu é que houve, sim, uma decisão política e de governo, de não colocar recursos próprios. Conhecendo o problema, enfim, que o Internacional alegou que não tinha responsabilidade de arcar com essas estruturas temporárias, tanto a Prefeitura quanto o Governo do Estado se posicionaram por não colocar recursos públicos diretamente nas estruturas temporárias. Como o impasse foi chegando até muito próximo do evento, a solução então buscada pelo Internacional e pelo governo foi de aplicar uma lei que na verdade já existia. [...]

Daí abriu-se a possibilidade de adequação de uma lei que já existia no Estado. O que acontece: são créditos que as empresas - e agora eu já não sou mais da área fazendária, eu não saberia te explicar especificamente com os termos corretos - mas, são créditos que as empresas e os empreendedores têm que receber do Estado e entram na fila, enfim, não sei qual é o sistema. Essas empresas abrem mão desse recebimento para que ele seja aplicado em um projeto esportivo. Então foi isso que aconteceu na verdade. Essas empresas, que eu não lembro exatamente quais são, mas enfim, Zaffari, Paquetá e outras, abriram mão de receber esses recursos do Estado e esses recursos foram aplicados para que o Internacional entrasse com projeto e fizesse as estruturas temporárias. O caso que a gente teve recentemente foi uma interpretação do Ministério Público, porque neste contrato que o Inter assinou dizia que se a sede, no caso o Beira Rio, o Inter, não executasse, a FIFA deveria executar e cobrar do estádio. Então o que o Ministério Público alega é que a FIFA coagiu o Inter a achar outra solução, ao invés dela executar e cobrar depois. E essa é a polêmica que surgiu agora, neste ano. (Entrevista com Bruno (gerente do Programa Copa de Porto Alegre), 2016, s/p)

Ou seja, a partir do relato dos nossos colaboradores, podemos inferir que a FIFA acabou repassando sua responsabilidade, a qual está lavrada em um contrato que ela mesmo elaborou, para o clube – que, por sua vez, colocou-a para o Estado. Este acabou arcando com os custos, conforme o quadro visto anteriormente – custos que, notoriamente, foram pagos através da alta carga de impostos paga pela população.

O Ministério Público entrou com a referida ação em junho de 2016. Segundo seu entendimento:

[...] as circunstâncias da assinatura evidenciam a prática de abuso de direito pela FIFA, já que, além da exigência de reformas e construções de estádios no Brasil, a **entidade exigiu de forma**

autoritária que os estados arcassem com milionários valores para as estruturas temporárias (MP, 2016, s/p – grifos nossos).

A ação diz ainda que “mesmo não sendo do poder público a obrigação, tanto FIFA quanto Internacional se negaram a tanto, obrigando o Estado a assumir o encargo sob pena de dano irreparável, consistente na não realização dos jogos em Porto Alegre” (MP, 2016, s/p).

A ação ainda está correndo, mas levando-se em consideração que há uma garantia de indenização à FIFA de quaisquer acidentes ou incidentes que pudessem vir a acontecer com relação à organização da Copa, é inviável prever qual parte ganhará.

5.2 OS LUCROS DA COPA

A Copa proporcionou alguns importantes impactos em nossa cidade. Nosso colaborador Marcelo, cita um deles:

Todas essas obras com recurso federal, tem que fazer uma comparação na verdade com cidades que não receberam a Copa, né? Qual foi a cidade que recebeu 1 milhão de investimento federal para mobilidade? Eu acho que não houve, mas com certeza nenhuma que não recebeu a Copa. Então, querendo ou não, ela teve um impacto no direcionamento dos recursos federais – então isso tem que ser considerado como algo que é legado, que deveria acontecer, obviamente, com ou sem evento, mas que o evento foi um catalisador (Entrevista com Marcelo (integrante da SECOPA de Porto Alegre), 2016, s/p).

Temos que concordar com o dado que ele traz, porém também é necessário colocar que a maioria das obras ainda não foram entregues por terem saído (ou até nem ter entrado) da Matriz de Responsabilidade – sem a pressão do evento para finalizá-las é bem possível que elas se arrastem por anos. Outra questão com relação a isso, é como e onde se aplica este dinheiro investido: em uma entrevista à revista Carta Capital, o geógrafo norte-americano Christopher Gaffney, (especialista em legado urbano de grandes eventos esportivos) criticou a organização da Copa e das Olimpíadas no Brasil: "O planejamento urbano está

sendo dirigido pelos grandes eventos e não usando os grandes eventos para melhorar as cidades. É uma oportunidade única de usar um investimento federal imenso, mas que está sendo mal pensado e mal-usado" (GAFFNEY, 2011). Ou seja, Gaffney corrobora com o que trouxemos na revisão de literatura – que os megaeventos vem sendo utilizados para reproduzir o capital e garantir que os interesses deste sejam sempre atendidos.

Os dados disponíveis para que se possa fazer uma mensuração mais específica com relação aos resultados econômicos da Copa são muito ralos – e até dúbios. Por exemplo, enquanto diversas agências de notícias e fontes de mídias (principalmente as com ligações mais próximas ao governo) alardeiam o sucesso internacional estrondoso da “Copa das Copas” e do legado histórico que esta deixou ao nosso país, outras trazem informações sobre uma repercussão de imagem negativa do Brasil aos olhos da imprensa internacional e de um impacto vergonhoso.

O Brasil vem passando por uma crise econômica muito forte, principalmente no período entre os anos de 2015 a 2017. Como qualquer crise, esta também não afeta da mesma maneira todos os setores da economia, nem todas as unidades da federação - nem as classes de forma equitativa. Ao fim do ano de 2016, os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais pediram socorro financeiro do governo federal para conseguir fechar um pacote de medidas econômicas de forma a aliviar suas finanças – já que todos estes já haviam decretado calamidade financeira. Já foi relatado que o governo estadual não paga em dia os salários dos servidores executivos desde 2015. Nelson Marchezan Júnior (PSDB), o novo prefeito de Porto Alegre, também já anunciou que haverá parcelamento de salários aos servidores do executivo ainda no primeiro semestre deste ano. Para estes setores, os impactos que a Copa pode ter causado na economia não foram relevantes para que a crise não os atingisse em cheio.

O que podemos constatar, inegavelmente, é que houve alguns setores que ganharam muito com a vinda da Copa – e não é porque houve ganhos, que isso necessariamente representa algo bom. As grandes empreiteiras, em especial aquelas conhecidas como “as quatro irmãs” (Odebrecht, Camargo Correia,

Andrade Gutierrez e OAS) podem ser consideradas grande ganhadoras com a vinda dos megaeventos esportivos. Juntas, elas ganharam boa parte dos processos licitatórios para construção das obras da Copa – desde estádios a obras de mobilidade, conforme os trechos que seguem:

Entre os dez maiores projetos relacionados à Copa e Olimpíadas no Rio de Janeiro, **a Andrade Gutierrez foi a segunda maior beneficiada**. A empresa garantiu seu quinhão nos orçamentos para a reforma do Maracanã (R\$ 1,2 bilhão), Transolímpica (R\$ 1,6 bilhão), Parque Olímpico (R\$ 2,1 bilhões), VLT do Centro do Rio (R\$ 1,2 bilhão), Transcarioca (R\$ 1,9 bilhão) e Reabilitação da Bacia de Jacarepaguá (R\$ 673 milhões). Na maior parte deles, **a Andrade Gutierrez tem a Odebrecht como parceira no negócio**. São exceções apenas as duas últimas obras. [...]

A família Odebrecht tem muito a comemorar no aniversário deste ano de 70 anos de empresa. Maior beneficiada direta com os recursos investidos em obras ligadas à Copa e Olimpíadas no Rio de Janeiro, ela é hoje a **líder no setor de construção civil** no Brasil e uma multinacional de peso (BELISÁRIO, 2014, s/p – grifos nossos).

Todas estas grandes “vitórias” nas licitações de tais projetos foram, inclusive, relatadas pelo nosso colaborador Bernardo que trouxe, ainda, alguns outros elementos:

Em relação ao encarecimento, eu tenho elementos para afirmar que o encarecimento das obras não foi um acidente, foi um recurso utilizado, pelas partes interessadas, para conseguir fazer as obras custarem mais caro. Um elemento bastante simples é o seguinte: as **mesmas empresas que estavam atrasadas ganharam a licitação para terminar as obras que elas não tinham terminado antes**, dizem por argumento que a legislação tinha facilitado, mas então eles não precisariam fazer uma nova licitação, eles poderiam só flexibilizar a legislação - mas eles preferiram fazer uma nova licitação para poder cobrar mais e ganhar mais dinheiro, e isso provavelmente também envolve uma esfera do poder público que provavelmente também deve ter lucrado de maneira ilícita, e eu falo isso sem nenhum medo de ser leviano por conta do fato de que **os quatro presidentes, das quatro maiores empresas de construção brasileira - as quatro irmãs - estão, hoje, presos**, estão na cadeia, ameaçando delatar atores públicos, do poder público, que participaram das suas jogadas ilegais para ganhar mais dinheiro. E também evidências que começaram a ser levantadas agora e que provavelmente vão desencadear em processos específicos de que **o dinheiro público utilizado na construção ou reforma de estádios para a Copa do Mundo foi mal administrado e administrado de maneira criminal**. Um exemplo disso é um desdobramento da Operação Lava Jato em relação à construção do Estádio do Corinthians, em São Paulo (o Itaquerão), que vai provavelmente

desencadear uma série de novas prisões e de descobertas de desvios de recursos públicos. (Entrevista com Bernardo (doutorando que pesquisa a economia política da Copa), 2016, s/p – grifos nossos).

As prisões a que ele se refere fazem parte da operação Lava Jato e investigam o pagamento de propina (corrupção ativa), lavagem de dinheiro e fraude de licitações. A Andrade Gutierrez, inclusive, em acordo de leniência firmado com o Cade, fez uma denúncia a respeito de um cartel nas obras de pelo menos cinco estádios da Copa do Mundo, segundo as informações que seguem:

Entre as obras que estão sob investigação do conselho estão a Arena Pernambuco, em Recife (PE), o Estádio Maracanã, no Rio de Janeiro (RJ) e o Mineirão em Belo Horizonte (MG). Outras duas arenas estão mantidas em sigilo pelo Cade em benefício das investigações do Ministério Público. Outros três estádios possivelmente foram objeto de conluio: Arena Castelão, em Fortaleza (CE), Arena das Dunas, em Natal (RN) e Fonte Nova, em Salvador (BA). [...]

As principais organizadoras do cartel teriam sido a Andrade Gutierrez e a Odebrecht. Também são investigadas outras quatro empresas: OAS; Carioca Engenharia; Queiroz Galvão; e Camargo Corrêa. Vinte e cinco pessoas físicas, entre executivos e ex-executivos das empresas, também estão no processo. Segundo a investigação, essas empresas teriam tido encontros preliminares em que cada uma indicou interesse nas futuras obras da Copa do Mundo, que não haviam sido sequer indicadas ainda. As concorrentes teriam ainda fixado preços, condições e vantagens para as licitações (NASCIMENTO, 2016, s/p).

Outro grupo que ganhou muito com a vinda da Copa foi a elite política – principalmente a ligada a setores como esporte e construção civil, que conseguiu alavancar seus interesses a partir de obras, nomeações a cargos especiais e visibilidade – por exemplo, inúmeras nomeações para cargos de comissões ocorreram por conta da Copa e suas obras. Vinculados também com a política, a grande elite do futebol ganhou muito com a realização da Copa no Brasil.

Nesta análise sobre os vencedores da Copa, é preciso lembrar um dado que o colaborador Bernardo mencionou na sua entrevista:

[...] a FIFA bateu o recorde de lucro com a edição da Copa do Mundo no Brasil e é importante lembrar que a África já tinha batido, a Copa da África do Sul também bateu recorde, que tinha sido batido pela Alemanha, quatro anos antes. Então **nos últimos oito a doze anos a FIFA vem aumentando significativamente seus lucros** (Entrevista com Bernardo (doutorando que pesquisa a economia política da Copa), 2016, s/p – grifos nossos).

A elite do futebol, a FIFA e seus mandatários não foram os únicos a ganhar. Outro exemplo é o de Joana Teixeira (filha de Ricardo Teixeira) que trabalhou no Comitê Olímpico Local (COL). Joana foi dispensada em dezembro 2016 do COL e recebeu R\$ 800 mil a título de FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Em 2012, também segundo um colunista da revista Veja, Ricardo Teixeira havia saído do comitê com uma quantia de R\$ 869 mil de FGTS (FILHA, 2015).

A última pergunta das entrevistas realizadas era: na visão de cada um dos nossos colaboradores, quem foi/foram o(s) ganhador(es) da Copa do Mundo. A baixo reproduzimos as respostas de cada um deles.

Em termos gerais eu diria que a **elite burguesa** saiu ganhando, em suas diversas expressões. Eu já citei alguns grupos específicos: a **elite política** - algumas elites políticas - conseguiram se valer dos jogos para catapultar seus interesses assim como também suas posições; **algumas elites econômicas** ligadas a poderes municipais, estaduais, regionais e nacionais também, apesar de nós termos aí gente presa e coisa assim, eles tiveram bastante lucro e alguns casos específicos, bastantes vantagens. Por outro lado, com os problemas e com a politização do debate em relação ao esporte no Brasil a partir das Jornadas de Junho, eu tendo a crer que aqueles que queriam se beneficiar dos jogos tiveram muito mais a perder do que a ganhar (Entrevista com Bernardo (doutorando que pesquisa a economia política da Copa), 2016, s/p – grifos nossos).

Eu acredito que quando essas obras de mobilidade todas, principalmente essas que tem um corredor exclusivo de transporte coletivo, quando elas ficarem prontas, **toda a população que usa o transporte coletivo** (ou então que se sinta convidado a usar) vai conseguir ter um ganho de tempo nas suas viagens. A gente nunca consegue traduzir isso economicamente, mas na vida das pessoas é uma economia, é um ganho muito grande (Entrevista com Bruno (Gerente do Programa Copa de Porto Alegre), 2016, s/p – grifos nossos)

A FIFA, os patrocinadores, estes dois, só. Nem a FIFA, né? Porque aí nós conseguimos desgastar os caras tanto que começaram a desmontar todo o esquema de corrupção dos caras e agora acho que nem o Joseph Blatter saiu ganhando com essa Copa (Entrevista com Camila (integrante do CPC-POA), 2016, s/p – grifos nossos)

[...] o **futebol - clubes de futebol**, as **empreiteiras**, o **mercado publicitário**, as **teles** - de um modo geral, a **FIFA**, a **CBF**... é isso aí. (Entrevista com Lucas (representante comunitário), 2016, s/p – grifos nossos)

Apesar das respostas divergirem bastante entre si, englobando diferentes impressões e opiniões a partir da ótica e vivência de cada um deles, é importante perceber que nenhuma delas citou a cidade de Porto Alegre ou seus habitantes em geral como vencedores da Copa do Mundo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da Copa do Mundo 2014 em Porto Alegre e no Brasil alterou o cotidiano dos seus habitantes desde o momento da escolha da sede pela FIFA e segue alterando até hoje. Por todas as cidades-sedes encontram-se inúmeras obras ainda em andamento – obras que prometem melhorar bastante a qualidade de vida da população. É triste, mas é preciso citar aqui, para que nunca nos esqueçamos, que pessoas perderam a vida nestas obras: José Afonso de Oliveira Rodrigues, de 21 anos, caiu em 11 de junho de 2012 nas obras do estádio Mané Garrincha (em Brasília); Raimundo Nonato Lima Costa, de 49 anos, caiu em 28 de março de 2013 quando circulava por uma passarela de concreto na laje (em Manaus); Fábio Luiz Pereira, de 42 anos e Ronaldo Oliveira dos Santos, de 44 anos morreram quando um guindaste que içava uma peça de 420 toneladas tombou em 27 de novembro de 2013, na Arena Corinthians (São Paulo); José Antônio da Silva Nascimento, de 49 anos, sofreu um infarto no dia 14 de dezembro de 2013, enquanto trabalhava na construção da Arena Amazonas (Manaus); Marcleudo de Melo Ferreira, de 22 anos, caiu no dia 14 de dezembro às 4h da manhã – dez horas depois de ter iniciado seu turno, às 18h do dia anterior, na Arena Amazonas (Manaus); Antônio José Pita Martins, de 55 anos, foi atingido na cabeça por um mancal de rolos pesando cerca de 1,6 mil kg enquanto desmontava um guindaste, no dia 7 de fevereiro de 2014, na Arena Amazonas (Manaus); Fábio Hamilton da Cruz, de 23 anos, caiu por uma das diversas aberturas no piso da plataforma onde trabalhava na Arena Corinthians (São Paulo) no dia 30 de março de 2014 e Muhammad Ali Maciel Afonso, de 32 anos, foi eletrocutado no canteiro de obras da Arena Pantanal (Cuiabá) no dia 8 de maio de 2014. A estes nove homens somam-se também Hanna Cristina dos Santos, de 26 anos, e Charlys Frederico Moreira do Nascimento, de 25 anos, que morreram e os outros 23 que ficaram feridos, dia 03 de julho de 2014, quando um viaduto em construção para a Copa caiu sobre o ônibus e o carro nos quais estavam, na região da Pampulha (Minas Gerais).

As políticas urbanas oriundas da designação de Porto Alegre como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014 estão servindo ao amplo processo de reestruturação urbana na cidade – o que serve aos interesses dominantes por completar o ciclo de valorização do Capital. Invariavelmente, entre as consequências dos megaeventos estão as remoções de pessoas de algumas áreas – eles dependem disso para poderem ser realizados. As obras e o projeto de reestruturação urbana não foram debatidos com nenhum setor representativo da população – nem em reuniões distritais, nem com representantes comunitários e nem mesmo com grupos de estudo voltados a este campo, como o Núcleo de Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da UFRGS. Percebemos que o horizonte que norteia estes projetos é a renovação do capital e que este objetivo não pode ser desfocado por outros fatores que venham a surgir (como a vida das pessoas de baixa renda que moram nos locais de interesse imobiliário).

As obras de mobilidade urbana não foram todas concluídas e muitas saíram da Matriz de Responsabilidades da Copa – porém, quando forem entregues, certamente serão “re”vinculadas à Copa. Vimos que estas condizem com os interesses de uma cidade cada vez mais motorizada e menos verde/ambientalmente sustentável (e viva).

A “luta contra a violência” transformou-se em uma disputa sobre quem é mais violento. A polícia se armou, em equipamentos e conhecimentos, para conseguir atacar todos e todas que lutam pelo direito à cidade, pelo direito ao serviço de transporte de qualidade, pelo direito à moradia, pelos direitos que nos constituem cidadãos.

O Brasil deixou sua soberania de lado para servir de forma mais obediente e proveitosa à uma empresa internacional “sem fins lucrativos”. O estado de exceção instaurou-se e jogou “para fora do campo” a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto do Torcedor entre outras leis tão importantes e que tanto luta exigiram para que saíssem do papel.

Ricardo Teixeira falara a verdade: a Copa do Mundo de 2014 foi a Copa da iniciativa privada. Não em termos de investimentos para que as obras fossem realizadas, mas em termos de ganhos. A iniciativa privada atingiu altas taxas de lucro com a vinda da Copa.

O lucro da FIFA também foi alto – porém não tão alto que conseguisse livrá-la de todos os processos de corrupção e lavagem de dinheiro que estouraram no ano seguinte à Copa do Mundo do Brasil. Toda uma reformulação foi necessária, mas, infelizmente, a entidade continua corrupta e corrompida – só que agora com novos líderes.

Os processos de corrupção também ajudaram a demonstrar todas as atividades impróprias feitas com dinheiro público - as quais assistíamos sem poder fazer efetivamente nada. Os donos das quatro irmãs estão sob processo judicial e prometem levar muitos mais para junto deles.

Nem só de problemas se faz uma Copa do Mundo: a festa foi realmente muito bonita, a troca cultural proporcionada por pessoas de todos os lugares do mundo, a torcida, as seleções menores que obtiveram total simpatia dos outros torcedores. De forma a tornar isso ainda melhor, o futebol ainda precisa se livrar de inúmeras raízes machistas que incentivaram, por exemplo, o turismo sexual em muitas partes do país.

Não entramos a fundo nesta discussão durante o texto, mas surgiu em algumas das entrevistas e consideramos importante trazer que a experiência de construção dos Comitês Populares da Copa (seja de forma descentralizada como em Porto Alegre ou da forma como se deu na maioria das outras cidades) é um grande legado positivo da Copa. Foram formados por diferentes grupos com objetivos distintos, mas que conseguiram reunir-se e pensar formas de atenuar os efeitos negativos da Copa, os quais vinham sendo verificados dentro das comunidades e nas próprias obras, e de denunciar as inúmeras violações de direitos humanos ocorridas. Acreditamos que tal construção popular e democrática ajudou muito a maior parte da população que era atingida e não tinha qualquer conhecimento do que estava acontecendo e do que poderia ser feito a partir de então. Diante disso, colocamos como um grande exemplo a ser seguido pelas próximas sedes de megaeventos desportivos.

O esporte encontrou uma forma de servir aos interesses do capital e transfigurou-se em espetáculo, em megaeventos – mas não é por isso que todas as suas consequências têm obrigação de ser desastrosas. É possível pensar uma outra forma de realizar a Copa do Mundo – e quisemos propor isso a cada um de

nossos entrevistados: questionamos “de que forma poderíamos atenuar os efeitos negativos e exaltar os efeitos positivos da realização da Copa” e surgiram inúmeras propostas e ideias. O foco que nos pareceu unânime foi a necessidade de mais diálogo, da priorização das necessidades públicas e não privadas, de forma a promover melhorias estruturais e ambientais nas cidades e gerando, assim, um verdadeiro sentimento de pertencimento, de construção do processo. Acreditamos que todo o processo de gestão democrática que Porto Alegre teve durante décadas deveria ter sido levado em conta para a promoção deste diálogo e de uma Copa mais “popular”. Nós queremos celebrar o esporte e a cultura, mas queremos ter mais motivos para comemorar além do que nos propõe o já tradicional “pão e circo”.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALFONSIN, Betânia de Moraes. Resgatando o processo de preparação da Copa de 2014 em Porto Alegre e problematizando os “legados”. *In*: SOARES, Paulo Roberto Rodrigues (Org.). **Porto Alegre: os impactos da Copa do Mundo 2014**. p. 237 – 254. Porto Alegre: Deriva, 2015.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal – a cultura nas novas gestões urbanas. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Hermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. p. 11 - 74. 8. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- ASAMBLEA GENERAL DE LAS NACIONES UNIDAS (AG-NU). **Informe de la Relatora Especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a un nivel de vida adecuado y sobre el derecho de no discriminación a este respecto, Sra. Raquel Rolnik**. Consejo de Derechos Humanos, 13º período de sesiones. Geneva, 18 de dezembro de 2009.
- BALBO, Marcello. Urban planning and the fragmented city of developing countries. **Third World Planning Review**, v. 15, n. 1, p. 23, 1993.
- BEIJING Olympiad: Profit or Loss? *In*: **China Today**, Sport Focus, 5 de novembro de 2004. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/sports/111340.htm>>. Acesso em 23 de outubro de 2015.
- BELISÁRIO, Adriano. Quatro irmãs: assim atua o capitalismo brasileiro. **Revista Carta Capital**, Política – 3 de julho de 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/quatro-irmas-assim-atua-capitalismo-brasileiro-8489.html>>. Acesso em 5 de setembro de 2015.
- BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? *In*: **Questões de sociologia**. p. 136-153. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.
- BORIN, Tatiana. **Megaeventos Esportivos no Rio de Janeiro: Continuará a Cidade, Maravilhosa?** 65f. Monografia (conclusão de graduação em Educação Física) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.
- BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3.ed. — (Coleção educação física) — Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Manual do BRT Bus Rapid Transit**. Guia de Planejamento. Brasília, DF, 2008. Disponível em

<http://www.sedhab.df.gov.br/mapas_sicad/conferencias/manual_de_brt.pdf>. Acesso em 4 de setembro de 2016.

_____. Ministério do Esporte. **Matriz de Responsabilidade Consolidada - Estado do Rio Grande do Sul**. Brasília, janeiro de 2010a. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobre-a-copa/matriz-de-responsabilidades/rs/matrizResponsabilidade2.pdf>>. Acesso em 15 de junho de 2015.

_____. Ministério do Esporte. **Termo aditivo: Aeroporto**. Brasília, julho de 2010b. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/sobre-a-copa/matriz-de-responsabilidades/rs/termoAditivoll.pdf>>. Acesso em 15 de junho de 2015.

_____. Casa Civil. **Lei Geral da Copa**, nº 12.663 de 5 de junho de 2012a. Brasília, 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm>. Acesso em 27 de outubro de 2016.

_____. GECOPA, Ministério do Esporte. **Resolução número 22**. Brasília, 21 de dezembro de 2012b. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/copa2014/arquivos/Resolucao22-GECOPA.pdf>>. Acesso em 16 de junho de 2015.

_____. Ministério do Esporte. **Termo aditivo: Mobilidade Urbana, Estádio, Aeroporto e Telecomunicações**. Brasília, maio de 2012c. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/07022012_matriz_poa_aditivo_16_maio_2012.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2015.

_____. Ministério do Esporte. **Termo aditivo: Turismo**. Brasília, dezembro de 2012d. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/2012-12-18_matriz_rio_grande_do_sul_-_turismo.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2015.

_____. Ministério dos Esportes. **Termo aditivo: Segurança**. Matriz de Responsabilidade Consolidada - Estado do Rio Grande do Sul. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/04152013_matriz_seguranca_rs.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2014.

_____. GECOPA, Ministério do Esporte. **Matriz de Responsabilidades Consolidada - Brasil**. Brasília, dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecialFutebol/copa2014/Matriz_consolidada_dez_2014.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2016.

BROUDEHOX, Anne Marie. A construção da imagem urbana orientada por grandes eventos: potemkismo, a mídia e a periferia. *In*: SÁNCHEZ, Fernanda;

OLIVEIRA, Fabrício Leal de; NOVAIS, Pedro (Orgs.). **A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências**. p. 19-34. Niterói: Editora da UFF, 2014.

BRUNO, Jézica. Luta pela moradia gera impasse no Rio Grande do Sul. **Jornal Correio do Povo**, Geral. 13 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/543974/Luta-pela-moradia-gera-impasse-no-Rio-Grande-do-Sul>>. Acesso em 27 de julho de 2016.

CALDAS, Camilo Onoda. Política e Megaeventos Esportivos. **Blog da Boitempo**. 27 de junho de 2014. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/06/27/politica-e-megaeventos-esportivos/>>. Acesso em 18 de novembro de 2016.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Metodologia Qualitativa e Método Clínico Qualitativo: um panorama geral de seus conceitos e fundamentos. *In*: Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2., 2004, Bauru. **Anais...** Bauru: SEPQ, 2004. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/poster1/05.pdf>>. Acesso em: 16 de maio de 2015.

CARDOSO, Adauto. Copa 2014 e Olimpíadas 2016: um legado de mitos. **Boletim UFRJ Plural**, Entrevista - 15/novembro a 29/novembro de 2012. Entrevista concedida a Coryntho Baldez. Disponível em: <http://www.plural.ufrj.br/plural/index.php?id_edicao=002&codigo=1>. Acesso em 25 de outubro de 2016.

CASTELLS, Manuel e BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. Tradução de Omar Ribeiro Thomaz. **Novos Estudos Cebrap**. n. 45, p. 152-166. Julho, 1996.

CAVALCANTI, Kátia Brandão. Tendência crítica e revolucionária da educação física brasileira. **Revista Sprint**, RJ, Ano 5, nº especial, vol. 3, 1985, p. 25-32.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. 1. ed. – São Paulo: Cortez, 1992.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL (COI). **Carta Olímpica**. Tradução: Alexandre Miguel Mestre e Filipa Saldanha Lopes. Lisboa: Instituto Português do Desporto e Juventude, 2011.

COMITÊ POPULAR DA COPA DE PORTO ALEGRE (CPC-POA). Introdução. **Copa do Mundo FIFA 2014 e as Violações de Direitos Humanos em Porto Alegre**. p. 8-14. Porto Alegre: Henrich Bolls Stiftung – Brasil, ONG CIDADE e Amigos da Terra Brasil, 2015.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLÍMPIADAS DO RIO DE JANEIRO (COP-RJ). **Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de**

Janeiro. 92f. Rio de Janeiro, junho de 2012. Disponível em: <<http://comitepopulario.wordpress.com/2012/04/20/baixe-agora-dossie-megaeventos-e-violacoes-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro/#comments>>. Acesso em 13 de agosto de 2016.

CRONOLOGIA da candidatura do Brasil à Copa do Mundo de 2014. **Zero Hora.** Porto Alegre, 30 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2007/10/cronologia-da-candidatura-do-brasil-a-copa-do-mundo-de-2014-1662987.html>>. Acesso em 23 de março de 2016.

CURI, Martin. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. **Horizontes antropológicos [online]**. 2013, vol.19, n.40, pp. 65-88.

DAMO, Arlei Sander; OLIVEN, Ruben George. **Megaeventos esportivos no Brasil: um olhar antropológico**. – Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2014.

DAVIS, Mike. **O belo da cidade. Mike Davis sobre megaeventos**. 03 de junho de 2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/06/03/o-belo-da-cidade-mike-davis-sobre-megaeventos/>>. Acesso em 26 de julho de 2014.

DELMONT, R., BOTTA, C., REDDY, R. **Estádios de Futebol – Recomendações e Exigências Técnicas**. 5ª Edição. Fédération Internationale de Football Association, 2011.

DE SOUZA, Ana Paula Prestes et al. Megaeventos Esportivos: competições esportivas ou políticas/econômicas?. **Motrivivência**, n. 41, p. 101-114, 2013.

DUARTE, Rachel. Moradores da Av. Tronco apostam em protesto para acelerar reassentamento. **Sul 21**. 04 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/moradores-da-avenida-tronco-apostam-no-protesto-de-quinta-para-acelerar-reassentamento/>>. Acesso em 28 de novembro de 2016.

Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC). PMPA. **Evolução da qualidade da frota de ônibus – Indicadores Operacionais**. Período de 2002 a 2015. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/eptc/usu_doc/evolucao_da_qualidade_da_frota_de_onibus.pdf>. Acesso em 14 de agosto de 2016.

ESPORTE. *In*: **DICIONÁRIO Michaelis**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=esporte>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION (FIFA). **Inspection Report for the 2014 FIFA World Cup™: Brazil Bid**. [s.l.] 2007. Disponível em:

<<http://www.fifa.com/mm/document/affederation/mission/fwc2014%5fbrazil%5fbid%5finspection%5freport%5fen%5f24491.pdf>> Acesso em 28 de outubro de 2015.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Apresentação: Um teatro Milionário. *In*: JENNIGS, Andrew et al. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** p. 7-15. 1. ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

FILHA de Ricardo Teixeira saiu do Comitê Organizador da Copa com “prêmio” de R\$800 mil. **ESPN – UOL**. 17 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/475662_colunista-filha-de-ricardo-teixeira-saiu-do-comite-organizador-da-copa-com-premio-de-r-800-mil>. Acesso em 14 de julho de 2016.

GAFFNEY, Christopher. Copa do Mundo e Olimpíada: investimento público, lucro privado. **Revista Carta Capital**, Sociedade, 26 de julho de 2011. Entrevista concedida a Fernando Vives. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/copa-do-mundo-e-olimpiada-investimento-publico-lucro-privado>>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. 1. ed. atual. Porto Alegre: LP&M, 2010.

GANDRA, Alana. FIFA registra o uso da marca pagode e gera polêmica. **Empresa Brasil de Comunicação S/A**, Geral, 21 de maio de 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/marcas-protegidas-da-fifa-para-copa-pelo-inpi-levantam-polemica>>. Acesso em 6 de novembro de 2015.

GAWRYSZEWSKI, Bruno. **CONFEEF: organizador da mercantilização do campo da Educação Física**. 2008. 225f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Políticas de Educação, Hegemonia e Territórios Pacificados: estratégias contemporâneas para a gestão da governabilidade**. 2013. 283f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

GOMES, Luís Eduardo. Estudo aponta elitização no centro da Capital e aumento das periferias na Região Metropolitana. **Sul21**. 17 de agosto de 2016. Disponível em: < <http://www.sul21.com.br/jornal/estudo-aponta-elitizacao-no-centro-da-capital-e-aumento-das-periferias-na-regiao-metropolitana/>>. Acesso em 19 de outubro de 2016.

GOMES, Talitha et al. Disputas simbólicas no projeto Rio 2016: a (des)construção da cidade-marca. *In*: **XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Ciência e Ação Política: por uma abordagem crítica, Rio de Janeiro, 2013.

GOVERNO da República Federativa do Brasil. **Documento de comprometimento do Governo para com as exigências da FIFA para**

realização da Copa do Mundo de 2014. Brasília, 15 de junho de 2007. Disponível em: <<http://fernandomanica.com.br/wp-content/uploads/2012/04/Contrato-Copa-do-Mundo.pdf>>. Acesso em 20 de novembro de 2015.

GRAEFF, Billy et al. **Relatório de Pesquisa: O impacto da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 na Cidade de Porto Alegre: A percepção de comunidades afetadas.** Porto Alegre: Centro de Estudos Olímpicos/EsEFID/UFRGS, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ceo/arquivos/IMPACTO%20DA%20COPA%202014%20-%20Relatorio%20da%20Pesquisa%20Interinstitucional.pdf>. Acesso em 27 de dezembro de 2015.

FLYVBJERG, Bent; STEWART, Allison; BUDZIER, Alexander. **The Oxford Olympics Study 2016: Cost and Cost Overrun at the Games.** Working Paper, Saïd Business School, University of Oxford, Julho, 2016.

HALL, Colin Michael. Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events. **The Sociological Review**, v. 54, p.59-70, 2006.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 24. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. Reestruturação capitalista e socialismo. **Revista Novos Rumos.** Tradução: Dina Lida Kinoshita. Marília, número 21, ano 8, pp. 9-14. 1993.

_____. El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión. **Socialist Register 2004:** el nuevo desafío imperial. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **David Harvey: “Urbanização Incompleta é estratégia do capital”.** [Rio de Janeiro]: Jornal Brasil de Fato, 25 de novembro de 2013. Entrevista concedida a Camila Nobrega e Rogério Daflon (Canal Ibase). Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/26691/>>. Acesso em 26 de outubro de 2016.

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** Tradução: Jeferson Camargo. – São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014a.

_____. **O Neoliberalismo: história e implicações.** Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

HOBBSAWN, Eric John Ernest. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914 - 1991.** Tradução Mascos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORNE, John. A construção dos BRICs por meio da construção de estádios: reflexões preliminares sobre os recentes e futuros megaeventos

esportivos em quatro economias emergentes. *In*: SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; NOVAIS, Pedro (Orgs.). **A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências**. p. 35-44. Niterói: Editora da UFF, 2014.

IBGE. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Censo Demográfico 2010**. Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_grande_do_sul.pdf>. Acesso em 27 de julho de 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Censo Demográfico 2010**. Características Urbanísticas do entorno dos domicílios do Censo demográfico de 2010 – Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431490&idtema=89&search=rio-grande-do-sul|porto-alegre|censo-demografico-2010:-caracteristicas-urbanisticas-do-entorno-dos-domicilios->>>. Acesso em 28 de janeiro de 2017.

ILHA, Flávio. Déficit de moradias na Capital atinge quase meio milhão. **Extraclasse.org.br**, movimento, exclusivo!WEB, fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://www.extraclasse.org.br/exclusivoweb/2016/02/deficit-de-moradias-na-capital-atinge-quase-meio-milhao/>>. Acesso em 27 de janeiro de 2017.

INTERNACIONAL OLYMPIC COMMITTEE (IOC). **Olympic Charter: Provisional edition**. Lausanne: IOC, 1999. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Olympic-Studies-Centre/List-of-Resources/Official-Publications/Olympic-Charters/EN-1999-Olympic-Charter-December.pdf#_ga=1.95660700.1687226913.1487048968>. Acesso em: 25 de maio de 2016.

_____. **Olympic Charter: Provisional edition**. Lausanne: IOC, 2013. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Olympic-Studies-Centre/List-of-Resources/Official-Publications/Olympic-Charters/EN-2013-Olympic-Charter.pdf#_ga=2.208439890.1920011717.1497752667-399579488.1497752667>. Acesso em: 15 de mai. de 2016.

JUSTINO, Guilherme. Tarifa de ônibus será definida após revisão de gratuidades, diz prefeito. **Jornal Zero Hora**, Transporte, 07 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2017/02/tarifa-de-onibus-sera-definida-apos-revisao-de-gratuidades-diz-prefeito-9715571.html>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

KERVALT, Marcelo. Da superlotação em cadeias a van da Brigada depredada, entenda o caos prisional do RS. **Jornal Zero Hora**, Sistema Carcerário. Porto Alegre, 20 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/policia/noticia/2016/11/da-superlotacao-em->>

cadeias-a-van-da-brigada-depredada-entenda-o-caos-prisional-do-rs-8407495.html>. Acesso em 16 de dezembro de 2016.

KLEIN, Samantha. Pessoas não utilizam as árvores no Gasômetro, diz Fortunati. **Jornal Correio do Povo**, Geral, 06 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=487650>>. Acesso em 29 de dezembro de 2015.

LEE-MEDDI, Jeocaz. Copa de 1970 e a Ditadura Militar. **Virtuália – O manifesto Digital**. s/l, 30 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://virtualiaomanifesto.blogspot.com.br/2010/01/copa-de-1970-e-ditadura-militar.html>>. Acesso em 29 de maio de 2015.

LEGADO. *In*: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010. p. 461.

LENIN, Vladimir. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. 3. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **O imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. Tradução: José Eudes Baima Bezerra. Brasília: Nova Palavra, 2007.

LESSA, Sérgio e TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LULA institui Grupo de Trabalho para a candidatura do Brasil em 2014. **Esporte Candango**. 07 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.esportecandango.com.br/site/index.php?view=article&catid=31%3Asele-brasileira&id=2486%3Alula-institui-grupo-de-trabalho-para-a-candidatura-do-brasil-em-2014&format=pdf&option=com_content&Itemid=132>. Acesso em 25 de julho de 2014.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARICATO, Hermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In*: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Hermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. p. 121-192. 8. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. Apresentação. *In*: SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; NOVAIS, Pedro (Org.). **A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências**. p. 7-13. Niterói: Editora da UFF, 2014.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845 – 1846)**.

Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano – São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifesto comunista**. – Tradução: Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1.ed. revista – São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro 1. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARENHAS, Gilmar. Globalização e espetáculo: o Brasil dos megaeventos esportivos. *In*: DEL PRIORE, Mary; DE MELO, Victor Andrade (Org.). **História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. Capítulo 17, p. 505-533. Editora Unesp, 2009.

MATRIZ de Responsabilidade. **Portal da Copa 2014**. Ministério dos Esportes, Governo Federal, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades>>. Acesso em 15 jul. 2015.

MCKINLEY, Dale T. FIFA e o complexo desportivo de acumulação. *In*: COTTLE, Eddie (Org.). **Copa do Mundo da África do Sul – Um legado para quem?** Tradução de Lara Freitas. p. 51-78. Florianópolis: Insular, 2014.

MELO, Victor Andrade de. Das touradas às corridas de cavalo e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil. *In*: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de (Org.). **História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. p. 35-70. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MOLINA, Rosane Maria Kreuzburg. O enfoque teórico metodológico qualitativo e o estudo de caso: uma reflexão introdutória. *In*: MOLINA NETO, Vicente e TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva (Org.). **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas**. – 2. Ed. p. 101-112. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Sulina, 2004.

MP quer que Inter e FIFA devolvam gastos com estruturas temporárias. **Rádio Gaúcha**, Polêmica. 13 de junho de 2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/inter/noticia/2016/06/mp-quer-que-inter-e-fifa-devolvam-gastos-com-estruturas-temporarias-5980552.html>>. Acesso em 14 de dezembro de 2015.

NASCIMENTO, Bárbara. **Andrade Gutierrez delata cartel em obras da Copa do Mundo**. Jornal O Globo, 06 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/andrade-gutierrez-delata-cartel-em-obras-da-copa-do-mundo-20592087?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo>. Acesso em 27 de dezembro de 2016.

NOZAKI, Hajime Takeuchi; PENNA, Adriana Machado. O novo papel do Esporte no contexto da ofensiva imperialista recolonizadora. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 9, n.º. 16, p. 201-218, 2.º. semestre 2007.

OBRAS do Viaduto e Estação de transporte coletivo. **Obras de mobilidade urbana**. Portal PMPA. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.obrasdemobilidadeurbana.com.br/obras/viaduto-e-estacao-de-transporte-coletivo-complexo-da-rodoviaria/88>>. Acesso em 29 de dezembro de 2016.

OLIVEIRA, Clarice Misoczky de. **Empreendedorismo urbano e práticas de planejamento: a Copa do Mundo e os grandes projetos urbanos em Porto Alegre**. 2013. 230f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. **O poder dos jogos e os jogos de poder: interesses em campo na produção da cidade para o espetáculo esportivo**. 2012. 308f. - Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, 2012.

_____. Jogo espetáculo, jogo negócio. *In*: JENNIGS, Andrew et al. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1. ed. p. 25-31. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

_____. **O poder dos jogos e os jogos de poder: interesses em campo na produção da cidade para o espetáculo esportivo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Anpur, 2015.

_____. Os megaeventos esportivos e a retórica do legado: uma operação contábil que se converte em discurso. *In*: VAINER, Carlos et al. **Os megaeventos e a cidade: perspectivas críticas**. 1. ed. p. 100-127. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

OLIVEIRA JÚNIOR, Ricardo César Gadelha de. **Megaeventos esportivos: aspectos econômicos, urbanísticos e simbólicos**. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Textos Para Discussão FEE - Texto n.º 132. Porto Alegre, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório da força tarefa entre agências das nações unidas sobre o esporte para o desenvolvimento e a paz: em direção às metas de desenvolvimento do milênio**. 2003. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/esporteParaDesenvolvimentoPa z.pdf>> Acesso em: 15 de julho de 2015.

OURIQUES, Nilso. Megaeventos no Brasil, o desenvolvimento do subdesenvolvimento e o assalto ao Estado. *In*: CAPELA, Paulo; TAVARES, Elaine (Orgs.). **Megaeventos Esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina**. p. 13-44. Florianópolis: Insular, 2014.

PARANÁ, Governo do Estado. Secretaria de Educação. **Escolha do País-Sede e do Mascote**. [s.l.] 2010. Disponível em: <<http://www.educacaofisica.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=305>>. Acesso em 03 de agosto de 2014.

PENNA, Adriana Machado. Megaeventos esportivos: novo templo do capitalismo contemporâneo. *In*: Conferência Internacional Megaeventos e a Cidade, 2010, Niterói. **Anais...**, Niterói, 2010.

_____. **Esporte contemporâneo: um novo templo do capital monopolista**. 2011. 172f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

_____. Megaeventos Esportivos no Brasil: políticas públicas para a expansão do Capital. *In*: Colóquio Internacional Marx & Engels, 7., 2012, Campinas. **Anais...** Campinas: CEMARX, IFCH, 2012.

PINHEIRO, Daniela. A Copa do Cabo ao Rio. **Revista Piauí**, São Paulo, Edição 44, p. 42-55, maio, 2010. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-44/questoes-economico-ludopedicas/a-copa-do-cabo-ao-rio>>. Acesso em 24 de maio de 2015.

POPPEndieck, Jörg; PONTES, Nádia. Sul africanos removidos antes da Copa até hoje não ganharam moradia. **Deutsche Welle**, mundo. 04 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/sul-africanos-removidos-antes-da-copa-at%C3%A9-hoje-n%C3%A3o-ganharam-moradia/a-15644932>>. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (PMPA). **Lei Ordinária 12.112 de 22 de agosto de 2016**. Cria, extingue e delimita os bairros que integram o território do Município de Porto Alegre e dá outras providências. Diário Oficial de Porto Alegre, Porto Alegre – RS, 28 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2016/1212/12112/lei-ordinaria-n-12112-2016-cria-extingue-denomina-e-delimita-os-bairros-que-integram-o-territorio-do-municipio-de-porto-alegre-e-revoga-as-leis-nos-1762-de-23-de-julho-de-1957-2022-de-7-de-dezembro-de-1959-2681-de-21-de-dezembro-de-1963-2688-de-26-de-dezembro-de-1963-3159-de-9-de-julho-de-1968-3193-a-de-29-de-outubro-de-1968-3671-de-19-de-julho-de-1972-4166-de-21-de-setembro-de-1976-4249-de-27-de-dezembro-de-1976-4685-de-21-de-dezembro-de-1979-4686-de-21-de-dezembro-de-1979-4876-de-24-de-dezembro-de-1980-5799-de-19-de-novembro-de-1986-6218-de-17-de-outubro-de-1988-6571-de-8-de-janeiro-de-1990-6572-de-8-de-janeiro-de-1990-6594-de-31-de-janeiro-de-1990-6704-de-19-de-novembro-de-1990-6720-de-21-de-novembro>>

de-1990-6893-de-12-de-setembro-de-1991-6911-de-17-de-outubro-de-1991-7155-de-1-de-outubro-de-1992-7954-de-8-de-janeiro-de-1997-8258-de-22-de-dezembro-de-1998-9993-de-16-de-junho-de-2006-10364-de-22-de-janeiro-de-2008-10724-de-9-de-julho-de-2009-11058-de-11-de-marco-de-2011-e-11787-de-23-de-janeiro-de-2015?q=12112>. Acesso em: 28 de outubro de 2016.

PREUSS, H. **Lasting effects of major sporting events**. Institute of Sport Science, Johannes Gutenberg-Universität Mainz, Germany, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea), FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). IDH por município e estado. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **Esporte-espetáculo e Futebol-empresa**. 262f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

_____. A reinvenção dos Jogos Olímpicos: um projeto de marketing. **Esporte e Sociedade**, ano 3, n. 9, jul-out. 2008

_____. Megaeventos esportivos e acumulação de capital. In: CAPELA, Paulo; TAVARES, Elaine (Orgs.). **Megaeventos Esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina**. p. 91-108. Florianópolis: Insular, 2014.

RABIN, Cláudio Goldberg. Pedestres terão circulação restrita na região do Beira-Rio. **Jornal Zero Hora**, Esquema para a Copa. 19 de maio de 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/05/pedestres-terao-circulacao-restrita-na-regiao-do-beira-rio-4504661.html>>. Acesso em 19 de maio de 2016.

REDAÇÃO. Entenda o escândalo da FIFA e da CBF. **Revista Carta Capital**. Sociedade. 27 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/entenda-o-escandalo-da-fifa-e-da-cbf-4139.html>>. Acesso em 16 de setembro de 2016.

RELATÓRIO afirma que esquema de doping russo teve controle estatal. **Jornal Folha de São Paulo**. Seção esporte – Especial Rio 2016. São Paulo, 18 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1792810-relatorio-afirma-que-esquema-de-doping-russo-teve-controle-estatal.shtml>>. Acesso em 19 de outubro de 2016.

REPPOLD FILHO, Alberto Reinaldo. Megaeventos esportivos e ciências do esporte no Brasil. In: 11. Seminário Nacional de Políticas Públicas e Esporte e Lazer, Canoas, 31 de maio a 01 de junho de 2013. **Anais...** Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013.

RIO de Janeiro é sede dos Jogos Pan-Americanos. **Linha do Tempo - Brasil**, [s.l.] 2007. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/linhadotempo/epocas/2007/rio-de-janeiro-e-sede-dos-jogos-pan-americanos>>. Acesso em 10 de dezembro de 2015.

RIZZO, Marcel e PASSOS, Paulo. Com desistência de obras previstas no início, custo total da Copa fica menor. **Jornal Folha de São Paulo**, Esporte. São Paulo, 07 de janeiro de 2015a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2015/01/1571495-com-desistencia-de-obras-previstas-no-inicio-custo-total-da-copa-fica-menor.shtml>>. Acesso em 10 de julho de 2016.

_____. Iniciativa privada bancou 17% dos estádios da Copa do Mundo. **Jornal Folha de São Paulo**, Esporte. São Paulo, 07 de janeiro de 2015b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2015/01/1571494-iniciativa-privada-bancou-apenas-7-dos-estadios-da-copa-do-mundo.shtml?cmpid#>>. Acesso em 10 de julho de 2016.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1995. - - (Coleção Primeiros Passos; 203)

_____. **Dez anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo**. In: RIBEIRO, Ana Clara T.; VAZ, Lilian V.; SILVA, Maria Lais P. (Org.). **Leituras da cidade**. Rio de Janeiro: ANPUR; Letra Capital, 2012. p. 87-104.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 16, p. 31-49, jun. 2001.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; LIMA, Caio Guimarães Rocha. Impactos Econômicos dos Megaeventos no Brasil: investimento público, participação privada e difusão do empreendedorismo urbano neoliberal. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. p. 57-78. 1. ed. – Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território – Globalização e Fragmentação**. p. 15-20. 4. ed. – São Paulo: Editora HUCITEC e ANPUR, 1998.

_____. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHILLING, Voltaire. **O Conflito das Ideias**. Porto Alegre, RS: Editora Age, 1999.

SEM surpresas, FIFA anuncia sedes de 2014. **Folha Online – Esporte**. [s.l.], 31 de maio de 2009. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u574234.shtml>>. Acesso em 17 de outubro de 2015.

Secretária Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE). Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Reforço de efetivo e integração garantem a segurança do Brasil na Copa das Integrações**. Agência MJ de Notícias. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/reforco-de-efetivo-e-integracao-garantem-seguranca-do-brasil-na-copa-das-confederacoes-1>>. Acesso em 27 de maio de 2016.

SILVA, Leonardo Oliveira da. **Impactos Econômicos e Legados de Megaeventos Esportivos: uma visão crítica da Copa de 2014**. 62f. Monografia (conclusão de graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

SIMSON, Vyx e JENNINGS, Andrew. **Os Senhores dos Anéis**. Tradução: Celso Nogueira. – São Paulo: Editora Best Seller - Círculo do Livro, 1992.

SIQUEIRA, Lucimar Fátima. A questão da moradia em tempos de Copa do Mundo em Porto Alegre. *In*: SOARES, Paulo Roberto Rodrigues (Org.). **Porto Alegre: os impactos da Copa do Mundo 2014**. p. 65 – 112. Porto Alegre: Deriva, 2015.

SOARES, Carmem. **Imagens da educação no corpo: estudos a partir da ginástica francesa no século XIX**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SOARES, Fernando. O lado rural de Porto Alegre perde espaço. **Jornal do Comércio**, Mercado Imobiliário. Porto Alegre: 04 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=115372>>. Acesso em 04 de julho de 2016.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. A Copa do Mundo 2014 e a Reestruturação Urbana em Porto Alegre: o megaevento em três tempos. *In*: SOARES, Paulo Roberto Rodrigues (Org.). **Porto Alegre: os impactos da Copa do Mundo 2014**. p. 13 – 18. Porto Alegre: Deriva, 2015.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Lei Geral da Copa: explicitação do estado de exceção permanente. *In*: JENNINGS, Andrew et al. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** p. 33-40. 1. ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

SOUZA, Ana Márcia De. **Esporte espetáculo: a mercadorização do movimento corporal humano**. 152f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991.

SOUZA, Doralice Lange de; CASTRO, Suelen Barbosa Eiras de. Legados esportivos de megaeventos esportivos. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências Do Esporte, 18 [E] Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 5. 2013, Brasília. **Anais...** Brasília, CBCE, 2013.

SOUZA, Joyce Karine de Sá. Lei Geral da Copa: a violência da exceção – desenvolvimento de investigação em curso. *In*: Congresso ALAS, 29: Crise e Emergências Sociais na América Latina. 2013, Santiago do Chile, **Anais...** Santiago do Chile, 2013.

SPERB, Paula e URIBE, Gustavo. Com crise de segurança, governador do RS quer Força Nacional no Estado. **Jornal Folha de São Paulo**, cotidiano. 26 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/08/1807182-com-cri-se-de-seguranca-governador-do-rs-quer-forca-nacional-no-estado.shtml>>. Acesso em 29 de setembro de 2016.

TAVARES, Otávio. Megaeventos Esportivos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 11-35, jul/set de 2011.

THUSWOHL, Maurício. Denúncias de irregularidades no mais caro Pan da história. **Carta Maior**. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2007 a. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14592>. Acesso em 11 de novembro de 2015.

_____. Cesar Maia consegue evitar CPI do Pan mais uma vez. **Carta Maior**. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2007b. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14729>. Acesso em 11 de dezembro de 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2007.

UNIÃO cancela o repasse de verba para obra de metrô em Porto Alegre. **Site G1 – RS**. 09 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2017/02/uniao-cancela-repasse-de-verba-para-obra-de-metro-em-porto-alegre.html>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

UOL. Pelé pede para brasileiros esquecerem a manifestação e apoiarem a seleção. **UOL Copa**. 19 de junho de 2013. Disponível em: <<https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/19/pele-pede-para-brasileiros-esquecerem-a-manifestacao-e-apoiarem-a-selecao.htm>>. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

_____. COI mantém suspensão da Rússia por escândalo de doping. **Jornal Folha de São Paulo**. Seção esporte. 07 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2016/12/1839259-coi-mantem-suspensao-da-russia-por-escandalo-de-doping.shtml>>. Acesso em 18 de dezembro de 2016.

VAINER, Carlos Bernardo. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *In*: XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR). 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, ANPUR, 2011.

_____. Pátria, empresa e mercadoria - Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Hermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. p. 75-104. 8. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

XAVIER, Fernando Weiss. **O planejamento estratégico da cidade de Porto Alegre na conjuntura prévia à Copa do Mundo de 2014**. 288f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Descrição do entrevistado.

1. Você acompanhou/assistiu os jogos da Copa do Mundo 2014?
2. Qual sua relação com a realização da Copa em Porto Alegre?
3. O que o motivou/quais fatos te levaram a estudar/trabalhar/militar com este tema?
4. No seu entendimento, quais as principais mudanças decorrentes da realização da Copa em Porto Alegre?
5. O que você/sua organização tem feito/fez com relação a estas mudanças?
6. Dentro do âmbito social, quais são os principais legados e/ou impactos que você credita à realização da Copa do Mundo em Porto Alegre?
7. E no âmbito econômico?
8. Você tem alguma sugestão de ações que poderiam atenuar ou eliminar os efeitos negativos da realização dos megaeventos?
9. E para ressaltar os positivos?
10. Quem saiu ganhando com a Copa de 2014?
11. Você tem algo a mais que gostaria de deixar registrado para esta pesquisa?

APÊNDICE B - ENTREVISTA CAMILA – COMITÊ POPULAR DA COPA

[E] Não serão muitas perguntas e a ideia é fazer uma conversa a partir do roteiro que já está esboçado.

[Camila] Ok. Tu está gravando, já?

[E] Sim. A primeira pergunta é referente à apresentação do entrevistado: tu era participante do Comitê Popular da Copa, correto? Quando que tu ingressou no comitê?

[C] Eu criei o comitê, na verdade, aqui em Porto Alegre. Então eu estou desde o início. Na realidade, na ANCOP também, eu estava na primeira reunião que criou os comitês populares da Copa a nível nacional.

[E] Isso foi em 2011?

[C] Não, em 2011 já tinha. Em 2011 foi criada a ANCOP, o comitê da copa foi criado em 2010.

[E] E aí ele ficou até o final da Copa?

[C] Sim, até o final da Copa.

[E] E tu continuou indo nas ações que aconteciam? Porque eu lembro de tu ter comentado que tinha saído, ou algo assim.

[C] Não, eu acompanhei o comitê desde o início até o final. E ele tinha data para terminar, sim. Depois eu entrei para o MTST aqui, depois que eu saí do Comitê.

[E] E como está a ocupação do DEMHAB agora?

[C] Está uma função. [risos] Estamos já no décimo sexto dia de ocupação.

[E] E já ocorreu alguma negociação?

[C] Nada, até agora nada.

[E] Tu acompanhou os jogos da Copa de 2014? Acompanhar no sentido de estar próximo, assistindo ou fazendo alguma ação?

[C] Então, eu me lembro de ter visto o primeiro jogo da Copa. Aquele que o Brasil tomou um gol contra. Então eu lembro que eu estava voltando da manifestação, cheguei em casa, liguei a TV e o Brasil tinha tomado um gol contra. E aí eu comemorei muito, assim. Depois eu me lembro de ter visto todo o jogo do 7 a 1, que foi o último e só. E só. Também me recusei a ir no espaço FIFA, não fui.

[E] Na Fanfest?

[C] Nem para ver como tinha sido, como estava... O Fernando que foi, eu nem cheguei perto.

[E] Fernando é o teu companheiro?

[C] Não, Fernando é do comitê popular da Copa também, que representava os amigos da terra e agora constrói com a gente o MTST.

[E] Tá, a relação com a realização era que tu fazia parte do Comitê Popular da Copa. O que te motivou ou que fatos te levaram a militar ou trabalhar com este tema?

[C] Então, na verdade, enfim, sou arquiteta e urbanista, me formei e fui trabalhar com o Movimento Sem Terra. Trabalhei seis anos na área de habitação popular rural. Então, fazendo habitação nos assentamentos da reforma agrária. O MST é um movimento social, um dos maiores movimentos sociais da América Latina, teve um papel muito forte nas lutas do país durante muito tempo embora tenha sido cooptado em um certo momento pela relação com o governo, tem e sempre teve uma força política considerável. Em 2008, aqui em Porto Alegre, já na verdade desde 2007 quando teve aquela coisa do Estaleiro Só, da tentativa de venda da área lá, e depois teve aquela coisa da Lima e Silva - dos prédios e das casas tombadas que foram demolidas, aí depois, mas mais especificamente quando deu a questão do Morro Santa Tereza - que foi a tentativa da Yeda de alienar a área do Morro Santa Teresa que ficava na frente do Estádio Beira-Rio. Isso foi em 2008, então foi depois do Brasil ter sido escolhido como sede e um ano antes de Porto Alegre ter sido escolhida como cidade-sede. Então já tinha ali um direcionamento do que seria a Copa e qual o impacto da escolha do país como sede. Enfim foi um projeto de lei que ela colocou na Assembleia Legislativa que removeria 4000 famílias sem dar nenhum destino. Nessa luta o MST se envolveu e eu passei a compor uma brigada urbana que atuou naquela experiência ali. E aí, a partir dali eu passei a compor essa brigada urbana e a trabalhar com essa questão das remoções forçadas. Aí em 2009, em setembro ou agosto de 2009, a gente derrubou o PL 388 e conseguiu uma vitória ali que as famílias pudessem permanecer naquele local ali. Logo depois, saiu a Matriz de Responsabilidades, acho que em novembro (se não me engano), e aí estava ali as obras da Avenida Tronco – que é muito próximo ali ao Morro Santa Teresa. Já tinha a experiência do PISA – que é o Projeto Integrado Socioambiental, que é um projeto do BIRD e tal, que também estava removendo 1980 famílias sem nenhum destino habitacional. Então nós enxergamos ali um, digamos assim, conflito urbano direto, claro e que tinha um significado muito importante do ponto de vista da luta de classes e que estava acontecendo na cidade. Nessa perspectiva do Capital se apropriando das áreas públicas, entregas de enormes quantidades de áreas públicas à iniciativa privada – seja para as grandes construtoras, seja para os times de futebol, enfim. E nessa inquietação toda eu comecei a fazer uma especialização, nessa época, em cidades na Unisinos, e aí isso tudo se embolou: essa coisa de eu trabalhar com moradia, a coisa do MST me dar a tarefa de participar dessa brigada urbana, o fato de começar a trabalhar com essa política de remoção e com esse empoderamento de direitos, me tornar de fato uma

defensora de direitos humanos, e enfim... E aí aconteceu em 2010, ainda me lembro, no final de 2010, uma reunião em São Paulo que foi convocada pelo Diretório Acadêmico da USP e pela professora Raquel Rolnik, que foi a primeira vez onde sentaram numa mesma mesa diversos movimentos sociais urbanos de várias cidades do país pra discutir os impactos da Copa. E aí vieram alguns professores de Londres, veio um cara da Grécia, veio um cara da África do Sul, ... pra dar aí várias visões do que tinha acontecido e diversos acadêmicos que estudam impactos de megaeventos. E daí, daquela reunião que saiu a determinação, digamos assim, de se criarem comitês populares da Copa nas várias cidades, né? Na verdade, o primeiro que foi criado foi em Fortaleza - que já tinha o nome de Comitê Popular da Copa de Fortaleza, inspirado nesse comitê que se formaram os demais. Voltando pra cá, imediatamente nós criamos o Comitê Popular da Copa em uma perspectiva um pouco diferente dos demais comitês: nós tínhamos os comitês de base, nas comunidades (então era o Comitê da Dique, o Comitê da Tronco, o Comitê do Morro Santa Teresa, ...), então era menos acadêmico e mais de base do que nos outros estados. E aí que eu comecei de fato a me envolver com essa coisa da Copa do Mundo.

[E] E nos comitês, quais as comunidades se destacaram em termos de participação e envolvimento?

[C] Era uma coalisão de movimentos sociais e organizações políticas, né? Então quem compunha o comitê, basicamente, era o MST, o Levante Popular da Juventude, o Amigos da Terra, o Quilombo do Sopapo, a ONG Cidade, o Fórum Estadual de Reforma Urbana, os geógrafos e tinha as comunidades diretamente atingidas. A primeira reunião aconteceu na Vila Barracão, onde era a sede da União de Vilas. Foi, digamos assim, a fundação do Comitê. Depois disso aconteciam reuniões nos bairros mesmo, nas igrejas, no Quilombo do Sopapo... vários lugares.

[E] E dessas comunidades, as mais atingidas com remoções e as obras foram a Tronco e a Dique?

[C] A Tronco, a Dique, a Chocolatão,... e a Nazaré também. Que embora não tenham conseguido remover até então, a obra do aeroporto era sempre colocada como certa.

[E] No teu entendimento, quais foram as principais mudanças decorrentes da realização da Copa aqui?

[C] As mudanças na cidade?

[E] É. Mudança política, mudança na cidade, mudança social...

[C] Bom, num primeiro ponto de vista, uma visualização mais clara do que é a segregação e a gentrificação, né? Tipo as coisas se explicitaram. Acho que outra mudança foi o armamento, a militarização da cidade, né? O controle, o panóptico como uma forma de segurança - incutir na cabeça das pessoas que

quanto mais controladas elas estiverem, mais seguras elas vão estar. E essa coisa muito forte da militarização. Outra coisa que acho que mudou muito com a Copa foi o aumento da insatisfação popular com o neodesenvolvimentismo e com a política das grandes obras. Acho que, claro, também muito acumulado com a luta das passagens que acabou estourando e trazendo também essa pauta da Copa depois - veio junto, na verdade, era tudo junto, não teve uma coisa antes e uma coisa depois. E aí foi o primeiro momento de uma mobilização de massas onde tu teve o questionamento de fato da política que estava sendo aplicada no país. Embora, claro, que tivesse um viés de melhoria para o pobre, que tivesse um viés social que hoje a gente identifica mais claramente a diferença, né? Na época havia um descontentamento muito grande justamente pelo governo não ter feito o que tinha se proposto, no sentido de construir de fato uma nova sociedade e romper com paradigmas que são pilares do sistema capitalista, né? E, na verdade, reproduziu mais do mesmo. Então acho que isso mudou com a Copa. O que mais que acho que mudou com a Copa? Eu acho que assim, a forma de se mover da especulação imobiliária - essa coisa de identificar a terra como um ativo econômico mesmo. A terra urbana ela valorizou muito com essas grandes obras, essa expulsão dos pobres para a periferia assim, de uma forma: "É isso mesmo, entendeu?! Varre daqui, joga para longe que tá tudo dominado!".

[E] E é uma periferia muito específica, né? Porque, por exemplo, o Humaitá era periferia até a Copa.

[C] Exatamente.

[E] Então são determinadas periferias.

[E] E o que que tu tem feito, ou enfim, a ANCOP, o MST, o que fizeram com relação a estas coisas que tu me colocou agora?

[C] Eu trabalhava muito na luta pelos direitos. Então, por exemplo, na Avenida Tronco, as famílias não eram contra a obra, mas elas eram a favor de que o processo de reassentamento fosse chave por chave. E nesse processo muita luta teve, muita denúncia teve. Nós atrasamos muito a obra, do ponto de vista de ficar batendo no martelo, mas até hoje o fato é que nenhuma unidade habitacional foi comprada, nenhuma foi construída, nenhuma solução foi dada. Hoje a maioria das famílias estão em aluguel social ou pegaram bônus moradia, estão morando no interior ou no litoral - então foram embora e a perspectiva é que agora, fechando cinco anos, que saia o título que elas voltem, né? As pessoas não vão ficar morando no litoral, não tem nada para comer lá, tem um monte de gente passando fome, na verdade. O MST assim como o Levante Popular da Juventude, os setores do PT que faziam parte ao longo do tempo saíram, né? Deixaram o comitê. Justamente por conta da perspectiva da estourada das Jornadas de junho de 2013, a crise política que o governo se envolveu, uma dificuldade de fazer interlocução com outro setor do movimento social que não era e não tinha a mesma perspectiva de forma de organização que os movimentos

sociais tradicionais tinham, então uma dificuldade de fazer esse diálogo e de assumir mesmo a ratiada que foi ter proposto trazer esta Copa do Mundo, desta forma para o Brasil. E daí o PT pulou fora e nós seguimos fazendo a luta. Claro que em 2014 isso acirrou muito, a criminalização foi muito forte, perseguição de militantes,... Foi um bagulho muito foda, assim. E claro que em 2014 as mobilizações não foram como foi em 2013. Mas assim, ascendeu uma semente que hoje tu não pode dizer que a gente vive no marasmo, como a gente vivia antes - acostumado com tudo, vendo tudo pela televisão e achando tudo ótimo. Hoje estoura mobilização em cada esquina, quando tu vê tem alguém descontente - já se movimenta, já faz um estardalhaço,...

[E] E tu acha que este ascenso ele tem respostas, tipo do governo? Tu acha que, por exemplo, existe uma resposta dos órgãos dominantes com relação a este ascenso? Porque o discenso, há análises que o discenso foi provocado muito pela mídia e pela questão do descrédito que as pessoas tinham com a política e tal, e esse ascenso - e aí é minha análise e quero saber a tua, me parece que apesar de haver um ascenso há uma criminalização e uma forma de ocultar cada vez mais isso. A gente vê, por exemplo, todo um estardalhaço da passagem da Tocha Olímpica, do revezamento dela, mas todas as ações que tiveram em protesto a isso - Angra recentemente apagou a tocha - nada disso foi noticiado. Então, uma forma de esconder que me parece que é uma resposta a este ascenso, também.

[C] É, eu acho que sim, né? Eu acho que essencialmente este ascenso que teve seja,... Mesmo nas jornadas de junho, com o ascenso da direita - porque não foi só a esquerda que ascendeu, tem um viés anticapitalista nisso tudo assim. E a mídia, o sistema, o governo, o Estado vão sempre tentar barrar isso, né? Qualquer perspectiva, qualquer fagulha de transformação das esferas de poder, né? De ter que abrir mão dos seus privilégios - e os caras não querem. Então, resposta mesmo do governo acho que não teve e não é a tendência de ter no próximo período - pelo contrário. A tendência é acirrar mesmo. A gente viu depois quem foi que pagou a conta. Em 2014 ela deu as pedaladas, em 2015 começou o ajuste fiscal, e aí segura as contas que as calças estão caindo e não tem dinheiro, não tem dinheiro, não tem dinheiro. É isso.

[E] E tu acha que o fato do governador, do Tarso, ser do PT teve alguma relação? Facilitou as coisas, dificultou as coisas com os movimentos sociais, pela questão também do MST, do Levante terem essa ligação com o partido...?

[C] Acho que não, acho que o governo Tarso foi extremamente intransigente no diálogo, acho que não fez o diálogo como deveria ter feito, embora tenha tentado - tarde demais com aquele gabinete digital lá, não sei o quê, não sei o quê. Bom, o governo Sartori nunca impediu manifestante de chegar na frente do Palácio, né? O Tarso colocava as grades e a polícia lá em baixo para a gente não chega no Palácio. Diálogo mesmo não houve nenhum. Lá pelas tantas ele

percebeu que “essa Copa foi uma merda mesmo, que está desgastando o governo, inclusive o meu”. E um dia, em um debate que fiz com ele, ele disse mesmo que “a Copa era uma furada”, entende? Teve que admitir. E foi isso, né? No final do ano de 2014 o governo do estado gastou 25 milhões de reais com as estruturas móveis da FIFA e, no ano seguinte assumiu o novo governo e aí ficou para funcionários,... Então tem uma origem, né? Tem escolhas que são feitas no meio disso tudo.

[E] Dentro do âmbito social, quais foram os principais legados ou impactos que tu credita à realização da Copa?

[C] De impactos sociais? Nossa, muitas violações de direitos humanos. Violação do direito da mulher, exposição do corpo da mulher como comércio, o tráfico de pessoas, tráfico social, remoções forçadas, militarização, perda de direitos, perda da liberdade de imprensa, perda da liberdade de ir e vir, demarcação de Estado de exceção, leis que funcionam especificamente para aquele período, enfim, uma série de violações. Todo um momento ímpar que chega no país e quem rege é uma empresa privada que se chama FIFA e que vai dizer como o país vai se organizar naquele momento. Isso é um grande absurdo.

[E] E tu acha que teve algum legado social?

[C] Não, não acho.

[E] E econômico?

[C] Também acho que não.

[E] E impactos econômicos?

[C] Impactos econômicos de perdas? Impactos bons, ruins? Não sei, por que tudo que eu li depois é que não girou o comércio como deveria girar, a maioria das pessoas que vieram para a Copa eram pessoas de perto daqui - os argentinos tomaram conta da cidade nos seus trailers e coisas e não girou os hotéis. Eles compravam as bebidas no mercado, gelavam e a cidade não estava preparada para receber esse tipo de turista também. Então ou era a burguesia que vinha para ficar em hotel chique e blá blá blá ou não tinha estrutura - a cidade não estava preparada para isso na forma como aconteceu. E aí aconteceu autonomamente. E aí conversando com taxistas também, eles disseram que o movimento foi menor que o Fórum Social Mundial, então acho que não teve nada tão significativo. Pelo menos comparado a toda propaganda que foi feita.

[E] Então tu acha que pode ter tido impactos mas nada que valesse o desgaste que teve?

[C] É, isso.

[E] Aqueles cursos que teve até naquela pesquisa que a gente fez junto com o Billy, que falava dos cursos de profissionalização assim, tu ficou sabendo - tu que estava mais envolvida dentro das comunidades, ficou sabendo de pessoas

nas comunidades fazendo estes cursos, eles sendo oferecidos, o que aconteceu depois disso...?

[C] Não os caras continuam dependendo das carroças que estão sendo tiradas agora no mês que vem e pronto, teve o curso mas não tem trabalho.

[E] Então as pessoas fizeram os cursos mas nem durante a Copa conseguiram qualquer bico ou algo assim?

[C] É, não.

[E] Alguma sugestão de ações que poderiam atenuar ou eliminar os efeitos negativos da realização da Copa e dos megaeventos?

[C] Democracia, né? Diálogo. Construção de base. Uma consulta: quer ou não quer a Copa? Mas apesar de que, se em 2007 tivessem perguntado para o povo brasileiro se queríamos receber a Copa, todo mundo teria dito que sim - acho que até eu. Não tínhamos noção do que era isso.

[E] Com a Copa aqui, já dada, tu acha que teria alguma coisa que pudesse diminuir esta questão ou dentro disso mesmo, com a Copa aqui também ter democracia, diálogo,.. já ajudaria a diminuir?

[C] Daí eu acho que teria que ser uma Copa sem a FIFA, né? Porque com a Fifa não tem como, porque é uma robalheira, é um comércio,.. não tem como. Só se não for uma Copa com a FIFA. Se for uma Copa feita pelo país, né? O país que faz a Copa: do seu jeito, com a sua estrutura, com a sua cultura, com as suas coisas, respeitando as questões locais, né? A Copa como um comércio como ela é colocada hoje ela não faz bem a lugar nenhum, nem para o esporte.

[E] E tu tem alguma sugestão para ressaltar os efeitos positivos?

[C] Sugestão para ressaltar os efeitos positivos? Eu acho que não teve nenhum efeito positivo - olha a situação que está o país hoje.

[E] Quem saiu ganhando com a Copa de 2014?

[C] A FIFA, os patrocinadores, estes dois, só. Nem a FIFA, né? Porque aí nós conseguimos desgastar os caras tanto que começaram a desmontar todo o esquema de corrupção dos caras e agora acho que nem o Joseph Blatter saiu ganhando com essa Copa.

[E] Alguma coisa a mais que tu queira deixar registrado para este trabalho?

[C] Não, tudo bem.

[E] E como é que está essa questão das remoções? Porque eu tenho pesquisado muitos documentos do governo, é muito vazio, os dados são sempre muito bonitos. E como que era isso, se a família tinha o acessoramento de alguém, dizia quais eram as opções, se as famílias tinham tempo para fazer essa escolha...?

[C] Então, na Tronco o processo foi totalmente com falta de informação desde o início - as pessoas ficaram sabendo pela imprensa que iam sair. A prefeitura nunca foi lá para apresentar o projeto. Até o natal de 2011, as pessoas passaram num desespero gigante. Em 2012, a mesma coisa. O que que, ao longo do tempo, foi sendo oferecido: o aluguel social de quinhentos reais (que a pessoa tinha que alugar o imóvel no seu nome, ter um fiador, pagar o seguro fiança e sair da sua casa sem a alternativa de uma moradia - o aluguel social não te leva a uma moradia, em um primeiro momento) ou o bônus moradia de 52 mil reais, que era vinculado ao valor do Minha Casa, Minha Vida, mas que tu não achava na região nada por aquele valor. Conforme o tempo foi passando, as pessoas não iam negociando, estava todo mundo naquele processo de resistência e tal, nós fazendo uma campanha muito forte contra o aluguel social - porque as pessoas estavam lá há 40 anos, então elas tinham o direito à posse.

[E] E essa questão da realocação para as habitações do Minha Casa, Minha Vida, ela não aconteceu?

[C] Nós conseguimos, com muita luta, indicara para desapropriar dezessete terrenos que até hoje estão vazios.

[E] Então nenhuma das famílias conseguiu esta opção?

[C] Não.

[E] E o aluguel social, a lógica dele: o parâmetro do aluguel é 500 reais, enfim, mas ele tem algum plano a longo prazo?

[C] Não.

[E] Então tipo, tu perde tua casa, tu ganha um aluguel por um tempo...

[C] Quando a prefeitura quiser parar de pagar... Bom, e aí a obra começou a avançar. E quando chegou perto da Copa, nós começamos a ser combatidos pelo PT também e a luta meio que morreu. Aí a obra começou a avançar, e aí começou a sair mais e mais gente. Um cenário de guerra, iam demolindo as casas, deixavam os canos abertos, deixavam o esgoto aberto, era rato passando e aí uma casa já é construída em cima da outra e aí tu quebra uma e a outra cai por cima, as pessoas se machucam, ficam aqueles escombros, o tráfico toma conta dos lugares, então fica mais violento. Há guerra de tráfico, dá aquela sensação de insegurança, assim. Então foi um processo bem complicado, mas a comunidade se mobilizou, resistiu ao cadastro durante muito tempo sem ter uma solução. Hoje tem esses terrenos marcados que estão direcionados para as pessoas, mas a prefeitura até hoje não construiu nada. Foram lá 2000 e tantas famílias, 1800 e tantas famílias, nem me lembro mais qual é o número certo.

[E] Aquele dado do último dossiê é o dado final?

[C] Uhum, final. Aí a Dique foi um reassentamento, bizarro. Imagina, eram 1800 e tantas famílias também ao longo de todo o negócio. Aí eles precisavam

liberar a caixa da pista do aeroporto, aí pegaram uma grana do PAC para começar a fazer o aeroporto novo. Aí assim, em um mês estavam prontas as casas. O concreto não tinham nem curado e eles já tavam pintando. Deu dois dias e começou a rachar tudo. O esgoto começou a subir pra fora. As pessoas foram tiradas de lá para cá - aqui não tinha escola, aqui não tinha creche, aqui não tinha posto de saúde... as pessoas tinham que voltar com recursos próprios para acessar na vila antiga os equipamentos. E assim foi durante quatro anos. E aí foram tirando as partes das famílias, a mesma coisa: cenário de guerra, etc etc. Aí chegou no final, levaram três ou quatro levas de pessoas para lá, e aí a parte de cima onde ia ser feita teve um problema geotécnico no solo e parou a obra. A empresa faliu, não conseguiram uma nova licitação. Aí a segunda parte começou a ser feita pelo Minha Casa, Minha Vida. Ficou pronta as obras: a escola, a creche... foi tirado tudo da comunidade onde ficou, destruíram clube de mães, tiraram posto de saúde,... e ainda ficaram 400 famílias abandonadas sem nenhuma atenção do estado - e estão lá até hoje. Agora as casas do novo empreendimento ficaram prontas - e as pessoas não querem ir para lá. E estão resistindo para ficar lá. A maioria trabalha com carroça ou vive dos alimentos da CEASA - então, tipo assim, uma coisa é tu ter um teto e quatro paredes pintadinhos e bonitos, outra coisa é tu ter comida na panela. E lá não tem emprego. Tipo, morrem seis jovens por semana na guerra do tráfico. Então ninguém quer ir pra lá. Quem tem filho jovem, quem não está empregado, principalmente nessa crise econômica, não quer ir, porque sabe que vai morrer de fome lá. Não houve nenhum debate sobre reassentamento: quem ia primeiro, quem ia depois; tu nunca sabia quem ia, tudo ficava na mão do DEMHAB; DEMHAB enganado as pessoas; compravam lideranças - bom, a liderança da Dique antiga hoje tem dois carro,s 6 apartamentos, sabe? Uma coisa assim, fora do normal. E foi isso, né? Durante nove anos a prefeitura removeu 9000 pessoas e construiu 3 mil casas. Então, que política habitacional é essa? Justamente no período em que mais se investiu em habitação no país, com o Minha Casa, Minha Vida.

[E] E o Minha Casa, Minha Vida está parado?

[C] Não ele está seguindo só que agora o Michel Temer disse que o Minha Casa, Minha Vida não é para os pobres, é só para os ricos. Daí acabou com o Minha Casa, Minha Vida Entidades.

[E] Acho que era mais ou menos isso, te agradecer novamente pela participação e pela disponibilidade. Qualquer coisa, entramos em contato!

APÊNDICE C - ENTREVISTA BRUNO E MARCELO - VINCULADOS À PMPA

[ENTREVISTADORA]: Então a ideia é assim: tem um roteiro de entrevista e, a partir dele, nós vamos conversando. Pode ser?

(Acenos positivos de cabeça)

[E]: Vocês dois estavam na Secretaria da Copa, é isso?

[MARCELO]: Mais ou menos. O Bruno começou trabalhando na Secretaria da Copa e depois virou gerente do Programa Copa, que não é dentro da Secretaria da Copa é na SMPEO (Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento). E eu trabalhava na Secopa e era coordenador de alguns dos projetos do programa Copa.

[E] E quando que tu ficaste gerente do Programa?

[BRUNO] 2013 e 2014.

[E] Até o fim da Copa?

[B] Sim, até o final.

[E] E você? Entrou na Secopa quando?

[M] Também, de 2013 até o fim da Copa.

[E] A primeira pergunta é se vocês acompanharam os jogos da Copa de 2014?

[B] No Estádio eu assisti um jogo e trabalhando, todos os outros. Mas não dava tempo de parar para assistir os jogos, eu estava envolvido com a organização.

[M] É, eu acompanhei um pouco mais. Teve dois jogos, na verdade trabalhando eu fui a dois jogos...

[B] Em todos os jogos, por causa do caminho do gol.

[M] Tá, eu estou falando dentro do estádio. Nós estamos falando de dentro do estádio ou em geral?

[E] Em geral.

[M] É, trabalhar a gente trabalhou em todos os jogos da Copa porque a Fanfest tinha todos os dias, independente se o Brasil jogasse ou não, e o caminho do gol em todos os jogos que teve em Porto Alegre, nós estávamos trabalhando lá. E teve um jogo que a gente foi junto, né? E teve mais dois que eu fui a convite, meio que fazendo um relacionamento com a galera que conheci no caminho do gol, os holandeses, ...

[E] Foram seis jogos aqui, né?

[M] Cinco.

[E] Que você fazia na Secopa?

[M] Então, o Programa Copa ele abarcava todos os projetos da prefeitura que tivessem ligação com o evento. Na Secretaria da Copa tinham alguns desses projetos que eram mais ligados com a realização do megaevento em si. E daí desses projetos eu coordenava o Projeto Caminho do Gol, coordenei a implementação do Ticket Center (da FIFA), auxiliava o Bruno nos assuntos relacionados às estruturas temporárias e ajudava na organização da Fanfest também.

[E] De qual Fanfest? Aqui do Anfiteatro pôr do Sol?

[M] Cada cidade sede tinha apenas uma Fanfest.

[E] Mas não teve Fanfest descentralizadas?

[B] Isso eram exposições públicas.

[M] É, isso a gente chama de exposições públicas, é uma confusão que é normal. Assim, cada cidade sede tem uma Fanfest só que como Porto Alegre queria também que tivessem exposições públicas descentralizadas daí criaram isso que chamava "Viva a Copa", que eram as exposições públicas nas cinco regiões do OP (Orçamento Participativo).

[B] Mas as apresentações não eram concomitantes, cada jogo passava em duas comunidades diferentes do OP.

[E] E isso era um projeto da prefeitura? Quem era responsável?

[M] Sim, um projeto dentro do programa Copa. A organização ficava dentro da Secopa junto com a Secretaria da Cultura. A cultura ficava responsável pela contratação dos artistas, porque além dos jogos tinha algumas bandas, com shows e tal.

[B] Na verdade a ideia surgiu do próprio gabinete do Prefeito na Secopa, para envolver e ampliar o clima de Copa para as mais diversas comunidades da cidade. E isso também foi uma das diretrizes que a gente recebeu, que era de valorizar mais os artistas locais em detrimento de trazer tantas atrações nacionais. Então essas exposições públicas nas comunidades além de propiciar que as comunidades também se envolvessem, quem porventura não quisesse se deslocar até o centro para acompanhar o evento pudesse fazer lá esse acompanhamento. Mas eles também tinham ali, previamente, duas horas e meia antes da transmissão e uma hora depois, eles tinham o show com bandas locais para o entretenimento da comunidade. Isso além de facilitar a operação de mobilidade da cidade nos dias de jogos especificamente aqui em Porto Alegre e contra o Brasil, dava essa oportunidade de envolver mais a comunidade tanto o público bem como os artistas locais.

[E] E o Projeto Copa era filiado à FIFA?

[M] Tudo que a gente está falando é no âmbito da prefeitura – o Programa Copa. A gente está tratando aqui do Programa como um conjunto de projetos menores. E a Copa inteira era organizada, na real, basicamente numa relação entre Estado e FIFA. Existia essa relação no nível federal para alguns temas, no nível estadual para outros e no nível municipal para outros. Cada cidade sede tinha um comitê organizador local da FIFA que se relacionava com o comitê organizador local central do Rio de Janeiro. Então esse comitê local que organizava umas coisas específicas da sede que também se relacionava com Estado e com Município.

[B] Em termos de prefeitura o modelo de gestão se organiza por meio de programas. Hoje a gente tem doze programas: tem programa de serviço, programa de atendimento à saúde, programa de esporte e lazer, ... e em 2011 a prefeitura então criou o Programa da Copa e dentro desse programa, então, na verdade, ele vai fazer a relação entre todas as secretarias, todos os projetos e o vínculo orçamentário institucional, enfim, que é necessário.

[M] Depois que acabou a Copa o Bruno trabalhou no programa...

[B] Fiquei dois anos na coordenação do Programa dos doze programas aproveitando a experiência da Copa. Que de certa forma demandava uma maior agilidade, um tempo de resposta menor em relação às outras opções que a gente era acostumado a ter e quando eu assumi de novo minha área de formação, eu entrei no programa de obras da cidade.

[M] Isso tudo tem no site da SMPEO se tu quiseres ir atrás. Essa organização do planejamento estratégico e os documentos antigos também estão lá.

[B] Também estão lá os documentos da Copa, as ações que houveram durante a Copa...

[E] Eu já dei uma olhada. Quais fatos ou o que que motivou vocês a trabalhar na Secopa ou no Programa da Copa?

[B] Eu ingressei na prefeitura em 2009 por indicação política, né? Era para trabalhar na equipe da assessoria técnica da Secopa. Neste primeiro momento a gente trabalhava, na verdade, como a gente estava ainda na expectativa de que Porto Alegre fosse anunciada como sede da Copa, então nos primeiros meses a gente trabalhou em cima de apresentação do projeto, enfim, todo um diagnóstico da cidade para enviar, para catalogar para poder concorrer, na verdade, a ser uma das cidades sede. Depois que Porto Alegre foi definida como sede, as primeiras definições que a gente teve foram as obras de mobilidade. Por ser engenheiro eu caí direto na equipe técnica e a gente passou a trabalhar em cima dessa possibilidade de conseguir recursos, financiamento para realizar alguma coisa na parte de mobilidade urbana. Como a gente dependia de recurso externo

e a primeira linha do PAC que abriu foi a de mobilidade urbana, esse foi o processo que iniciou, primeiro assim, da Copa na cidade.

[E] Isso foi em 2010, né? O termo de responsabilidade foi assinado em 2010, é isso?

[B] Não. As doze sedes foram escolhidas em maio de 2009, a matriz de responsabilidade de mobilidade urbana foi assinada em 2010 ou 11.

[E] Abril de 2010 e aí teve seus adendos, eu acho.

[B] É, e depois o último terminou em junho de 2011, eu acho.

[M] Tu fala da matriz de responsabilidade com o Ministério ou dos contratos da Copa?

[E] Da matriz de responsabilidade. É que o projeto do mestrado é baseado, assim as obras que estou estudando são as que constam na matriz de responsabilidades. Na realidade poderia estudar a cidade inteira, mas...

[B] Estas são as do estádio, aeroporto, entorno e as 10 obras de mobilidade de 3 contratos.

[M] Que acabaram saindo da matriz.

[E] É, na realidade estou estudando todas as que constavam desde o início na matriz.

[B] Espero que tu já tenhas terminado o trabalho até a obra da Linha 2 do metrô sair do papel.

[E] Eu espero também!

[B] O edital do projeto do metrô ele é indicador do contrato de gestão deste ano. Então, a princípio o edital ele consegue ser, a documentação para lançar a licitação ela é concluída....

[E] O edital é lançado antes do fim da gestão?

[B] Não, o edital já está pronto para licitação.

[M] Eles estão decidindo, mas é que agora tem que ser discutido as questões de participação do governo federal e estadual.

[E] Então teoricamente está pronto o edital?

[B] Hoje ele está em andamento.

[M] O projeto já está pronto. E aquela assessoria do metrô de Madri está avaliando ele.

[B] Isso eles não concluíram os documentos complementares para fechar o edital.

[E] E tu, Marcelo? O que te levou a trabalhar na Secopa?

[M] Eu trabalhava antes na Secretaria de Infraestrutura do Estado, já coordenando alguns projetos mais ligados à área de infraestrutura hidroviária, rodoviária. Aí eu estava saindo de lá, na verdade também fazendo o mestrado, quando eu fui convidado para ir pra Secopa para ajudar eles no planejamento e execução de alguns projetos no Rio Grande do Sul.

[E] Tu é formado em relações internacionais, né?

[M] Sim.

[E] Aí no entendimento de vocês quais foram as principais mudanças decorrentes da realização da Copa aqui em Porto Alegre?

[M] Se a gente for pensar nos termos de o que a gente estava pensando inicialmente, o legado que era para acontecer se aconteceu... Primeiro a gente tem que separar o que é de legado que se tem falado bastante, de tangível do intangível. Mas só dessa parte do legado tangível. Todas essas obras com recurso federal, tem que fazer uma comparação na verdade com cidades que não receberam a Copa, né? Qual foi a cidade que recebeu 1 milhão de investimento federal para mobilidade? Eu acho que não houve, mas com certeza nenhuma que não recebeu a Copa. Então, querendo ou não, ela teve um impacto no direcionamento dos recursos federais – então isso tem que ser considerado como algo que é legado, que deveria acontecer, obviamente, com ou sem evento, mas que o evento foi um catalisador. Mas principalmente uma coisa que eu acho que a gente não fala, que a gente discutia na época, que eu acho que é: duas coisas são muito importantes no evento que era ter uma data limite, que era, digamos, 13 de junho, 12 de junho, para as coisas estarem acontecendo. E muitas das ações que ocorriam, das obras que ocorriam e principalmente das articulações entre os poderes que era uma coisa muito importante, que é um legado especialmente para as áreas de segurança, mobilidade, protocolos de saúde... Só a existência desta data já causou uma dinâmica de cooperação entre as pessoas de diferentes poderes para trabalhar em função disso. Então, na verdade, são mecanismos de funcionamento de políticas públicas, de serviço público que não iam existir sem o evento. Isso para começar, mas teria um monte de coisa para se falar.

[B] O Marcelo deixou pouca coisa para falar, mas basicamente foi isso. A Copa funcionou, o evento Copa serviu como mote, serviu como catalisador para gente buscar recursos e até, pudesse entregar algumas coisas em conjunto com a parceria privada, como foi o Caminho do Gol, que deu muito certo. A gente pode citar dentro do próprio projeto do Caminho do Gol, a gente conseguiu neste período de 2012 até 2014 revitalizar e reformar todas as praças do Centro Histórico, na frente do Estádio Beira-Rio.

[M] As quadras do Marinha.

[B] A gente conseguiu implantar um projeto de sinalização política que já era debatido há bastante tempo no município e que a gente aproveitou recursos do Ministério do Turismo - e o evento Copa conseguiu dar uma acelerada diferente. Essas obras de mobilidade urbana, com todos os problemas que elas tenham, se a gente pegar os últimos 10 anos, o que a gente recebeu de investimento e a própria entrega, as próprias obras que já foram entregues. É difícil a gente achar outro período com os mesmos 10 anos, ou até mais, que a gente tenha conseguido entregar tantas obras de infraestrutura. Neste meio tempo a gente também conseguiu finalizar grande parte da obra de infraestrutura do PISA, né que já vinha sendo executado desde 2005. Acho que enquanto prefeitura este foi, na verdade a oportunidade de buscar essa estrutura, acho foi o maior ganho, né?

[M] Tem uma parte que eu acho que não está visível ainda como um legado, mas é uma coisa que a gente falava na época. Sempre se falou da reaproximação de Porto Alegre com o Rio, né? Deste eixo central da cidade como espaço de convivência das pessoas com o Rio. Tá, o Cais Mauá está uma polêmica até agora sobre qual vai ser o modelo de exploração dele, mas principalmente a revitalização da Orla que demorou um pouco mais, mas que está saindo agora – ela dialoga diretamente com estas obras viárias e se complementa com a aproximação de Porto Alegre com o Rio.

[B] A possibilidade de fazer a duplicação da Beira Rio e fazer toda essa qualificação da via, com certeza ela ajudou muito a Prefeitura a conseguir um parceiro para fazer o investimento nesta parte pública – desde o Gasômetro até o campo principal próximo ao Beira Rio que está sendo feito agora.

[E] Esta obra que está sendo feita ali agora é uma obra pública?

[B] É, com financiamento do Banco Americano de Desenvolvimento.

[E] E aí é revitalização da Orla, só ali? É que estes dias eu passei por ali e vi tudo fechado e achei estranho.

[B] É o projeto de revitalização e reurbanização da Orla, da parte principal do Rio.

[E] É que está fechada a Orla e aquela praça da frente, que não sei o nome.

[B] A praça faz parte do projeto também. Praça Júlio Mesquita.

[M] Mas não é só este trecho ali, é que ela está sendo dividida em lotes, né? Tem o primeiro trecho que está sendo feito mas vai até depois do Barra.

[B] Mas o financiado pela CAP, a primeira parte vai até o Pôr do Sol, e depois o segundo trecho, que também vai ser financiado pela CAP, é da Ipiranga em direção ao até o Parque Gigante. Que pega os campinhos de futebol, a parte esportiva da Orla.

[E] E estas obras, elas estão definidas na Matriz de Responsabilidade e tal, mas quem é que definiu que seriam estas obras que deveriam ser feitas em Porto Alegre ou como foram definidas?

[B] Assim desde 2008, quando Porto Alegre se lançou como candidata, os técnicos da SPM, na época que era Secretaria onde atuava o prefeito Fortunati, fizeram um levantamento a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento de 1974. Todas estas obras de mobilidade que estão sendo realizadas agora já estavam previstas no Plano de 1974. Foram feitas consultas técnicas à EPTC, Secretaria de Gestão. Em um momento posterior a Secretaria de Gestão assumiu o controle desse projeto de mobilidade urbana. Foi definido um eixo preferencial que ligava os dois estádios: a Arena do Grêmio e o Estádio Beira Rio e o Centro Histórico. Dentro desse eixo principal foram ouvidos os técnicos das Secretarias para decidir quais daquelas obras teriam uma melhor oportunidade de ser realizada no momento. Foi feito, na verdade, uma lista de projetos bastante extensa e a gente trabalhou com a Matriz de Cooperação Técnica atribuindo critérios de atendimento, fez um ranqueamento entre elas. Depois elas foram validadas pelo Governo e enviadas ao Ministério das Cidades, que era o gestor do PAC PRO-MOBILIDADE. Houveram algumas alterações, saiu de Porto Alegre uma lista com vinte obras e elas foram selecionadas pelo Ministério das Cidades.

[E] E aí dentro daquela lógica das letras da Matriz de Responsabilidades geral, isso?

[B] Isso, mas o principal critério usado tanto pelo município quanto pelo Ministério das Cidades foi a questão de obras que tivessem relação direta com o transporte coletivo ou que tivessem algum impacto, no mínimo, indireto dentro dessa perspectiva. Com exceção da Severo Dullius e da Edvaldo Pereira Paiva que tinham interesse específico tanto de circulação no entorno do Aeroporto na zona norte quanto na chegada ao Estádio.

[E] E aí, a prioridade era a ligação dos dois estádios ao centro. Os estádios sede foram escolhidos em 2010, né?

[B] Quando Porto Alegre se candidatou à sede, a FIFA veio fazer uma análise e casou uma indicação da sede com um entendimento da FIFA que seria o estádio adequado – e a partir daí, pelo menos nós técnicos nas relações com a FIFA nunca tivemos outra orientação possível. Quando surgiu a história dos Centros de Treinamentos de Seleções, a Arena do Grêmio já estava num estágio avançado de obras e ela entrou como Centro de Treinamento. Mas dentro disso, do Projeto Copa, lá em 2009, isso já era uma diretriz alinhada entre a sede e a FIFA – sem muita discussão.

[E] Dentro do âmbito social, quais foram os principais legados ou impactos que vocês atribuem à realização da Copa em Porto Alegre?

[M] De impacto negativo, temos uma obra que foi mais de luta com a prefeitura – e está sendo ainda – que foi a Avenida Tronco. Mas uma coisa que Porto Alegre não sabe discutir bem abertamente ainda é comparativamente com outros lugares quais são os processos que acontecem na remoção de famílias. Outras cidades brasileiras são conhecidas por, simplesmente, patrolar as casas das famílias e depois buscar uma solução, se é que vai ter uma solução durante a apropriação das áreas que muitas vezes são irregulares e nem deviam ser feitas como remoção das famílias, simplesmente. Porto Alegre não fez assim. Porto Alegre teve um programa de realocação das famílias que é bem avançado, até. São três componentes: ou uma realocação das famílias em casas construídas em bairros, o aluguel social, ...

[B] No caso do Minha Casa, Minha Vida originalmente o programa é composto: terreno e infraestrutura são contrapartida do município, a Caixa executa o projeto e o beneficiado paga uma parcela, que na época era 50 ou 80 reais, por um determinado período e financia o restante. O governo Federal dá um subsídio de 18 mil, o governo Municipal dá todo o terreno, loteamento, infraestrutura e, no caso dessas obras da Copa, a Prefeitura também assume essa prestação do proprietário. Então a Prefeitura: infraestrutura e a prestação; o governo Federal, o subsídio; a Caixa constrói e ele recebe a moradia. No caso da Avenida Tronco que foi o maior impacto dessas obras da Copa – 1487 famílias no cadastro inicial, 700 delas já receberam a casa (então já têm a propriedade da casa no Minha Casa, Minha Vida). Algumas dessas famílias, eu não saberia te dizer agora o número – faz algum tempo que eu já estou afastado desse projeto de mobilidade, mas algumas delas continuam com o aluguel social e muitas optaram pelo Bônus Moradia - que era uma indenização (mesmo toda essa área da Avenida Tronco já estar traçada em gravame, mesmo se tratando de uma invasão sobre área pública, na verdade), essas pessoas receberam este benefício. Ele era atualizado anualmente, mas o valor inicial, em 2010, era de 56 mil reais.

[M] Tinha todo este procedimento, que em geral a gente não leva em conta, mas que em comparação com a forma que este tipo de empreendimento é executado tradicionalmente no Brasil, ele já bem mais avançado que em outros lugares. Mas de fato tem um impacto social ali que foi inevitável em virtude da ocupação irregular em cima do gravame.

[B] E em qualquer um destes projetos, seja do DEMHAB seja do Governo Federal, a partir do momento que a pessoa entra neste programa, ela tem todo o acompanhamento social, assistencial, por um período de quatro anos após a mudança. Tem toda a parte de infraestrutura: a gente não pode colocar os loteamentos em entorno que não tenha creches, posto de saúde, ... Muitos destes projetos da Copa, a gente realizou essas obras de posto de saúde, de praças, de creches... Eu diria assim que a um primeiro momento parece que a gente está alterando muito o quadro de vida das pessoas, causa um impacto negativo à

primeira vista. Mas eu diria que a longo prazo, com a conclusão do projeto, com todos os loteamentos entregues... Eu trabalhei algum tempo na coordenação ... quando as pessoas procuravam o escritório lá, na obra da Tronco, que era na verdade uma “mini Prefeitura”, uma prefeitura na comunidade que foi feita para fazer este tipo de registro...

[M] Era uma mitigação do impacto também, né?

[B] Isso. No início elas procuravam bravas, assim: “Pô, vocês vão fazer uma obra bem na minha casa?”. Mas aconteceu de pessoas até que decidiram se mudar e dizer assim: “Olha, eu sempre quis morar na praia ou sempre quis morar no interior.”. No início elas tinham muita aversão ao projeto, mas depois, com o desfecho, elas ficaram bastante recompensadas, bastante contentes.

[E] Tu tens, mais ou menos, o número de famílias envolvidas no geral?

[B] O número inicial era 1420 e a última vez que eu vi uma atualização...

[E] Isso em Porto Alegre ou na Tronco?

[B] Isso geral, 1420 e depois...

[M] As outras obras elas não tinham tanto impacto de remoção.

[E] A Vila Nazaré teve bastante, do lado do Aeroporto, não?

[B] A Nazaré, na verdade, foi um processo que foi interrompido. Eram duas vias que seriam afetadas.

[E] Ali daquelas saídas do aeroporto, né?

[B] Isso, isso.

[M] Era a Vila Dique, mas a nova Vila Dique acabou de ser concluída agora, então eu acho que todo mundo já foi realocado. Mas a obra não saiu, no fim.

[E] Mais ou menos 1500 famílias, é isso?

[B] Sim, mais ou menos 1500. Faltam ainda 200 destas 1500 que ainda não têm sua situação resolvida.

[E] Isso as que foram cadastradas em 2011?

[B] Foi em 2011 o cadastro, é.

[M] Agora sobre o legado social tem duas coisas que acho valem ser mencionadas: primeiro que teve uma preparação para o evento ela é, na verdade, ela é mais, digamos de “empatia” para o evento, de aceitação. Por exemplo teve vários treinamentos de profissionalização do pessoal dos serviços, de hotelaria, de capacitação em línguas... na verdade tu sabe que vai estar treinando muito mais pessoas do que o número que, de fato, irá trabalhar no evento. Mas como tu tem uma pré-disposição social para a capacitação tu acaba aproveitando este momento para colocar estes cursos na rua. Então foram muitas capacitações

realizadas num programa da Secretaria Municipal do Trabalho, em conjunto com o SENAC e o Governo Federal – também o Instituto Federal. Capacitaram muita gente, eu não sei agora os números mas pode buscar que a gente tem tudo isso de legado.

[E] E essas pessoas buscavam isso ou era oferecido para algum grupo em específico? Como se dava este processo?

[M] Como nos nossos processos normais da prefeitura, que a gente já tem isso no SINE – a oferta de vagas, vagas para capacitação...

[E] O vínculo é com o SINE?

[M] Isso.

[B] Foi aproveitado como capacitação de servidores também. A SECOPA também conseguiu estabelecer, em 2013, uma parceria com o SENAC. Então durante três meses os cursos foram ofertados, tinha um stand do SENAC na sede da SECOPA com ofertas de cursos para os servidores se cadastrarem. Isso era divulgado também no site da prefeitura.

[M] E a outra parte que acho que vale destacar, principalmente por conta do Caminho do Gol e da Fanfest, que é essa tendência de ocupação do espaço público (que já era uma tendência, mas que aumentou). Esses dois eventos meio que sacramentaram como uma marca de Porto Alegre o fato das pessoas confraternizarem nos espaços públicos da cidade, no centro histórico de Porto Alegre. Tanto que o Caminho do Gol ele acabou se consolidando depois da Copa. O Internacional procurou a Prefeitura, mais de uma vez, para tentar continuar realizando. Foi uma coisa muito bem aceita pela população – o pessoal queria fazer. Os eventos que a gente promoveu na Cidade Baixa, meio que espontaneamente ali. A gente teve que trabalhar para prover a estrutura durante a Copa – e depois também se consolidaram. Teve um exemplo na Copa de ocupação da Rua da República, que agora até deu um problema com o Ministério Público, mas que depois já ocorreram vários eventos de ocupação popular. Enfim, tem essa parte de percepção do centro da cidade como um espaço de convivência das pessoas.

[E] Sobre essa questão dos acompanhamentos das famílias. Isso é um acompanhamento para as famílias de quaisquer um dos três tipos de compensação ou para algum tipo em específico, do aluguel social por exemplo?

[B] Não. O aluguel social eles têm acompanhamento normal já num prazo de até dois anos, e a questão dos loteamentos é que tem um prazo maior, que é de quatro anos.

[E] E quem faz este acompanhamento? É alguma secretaria específica?

[B] O DEMHAB é a secretaria responsável, mas normalmente esse trabalho é contratado. A prefeitura faz um investimento e contrata uma consultoria ou uma empresa para realizar este acompanhamento.

[M] Tem outra coisa que é um âmbito social que perceptível hoje em dia, que é a preparação para um megaevento. Precisa fazer todas as ações de operação de um megaevento em conjunto entre os órgãos. Então teve muita preparação anterior, entre segurança, saúde, mobilidade... agindo em conjunto, fazendo simulações e tal. Isso é um legado para a cidade que fica. Nesses últimos episódios que a gente teve que conviver, principalmente em virtude de desastres naturais, essas conexões feitas entre os órgãos e os protocolos firmados eles foram então reativados e a Prefeitura, junto com o Estado, teve uma resposta muito mais rápida para resolver estes eventos justamente por essa preparação de operação conjunta que a Copa ofereceu.

[E] Tá, a gente está falando de legados sociais... e no âmbito econômico? Para além dessa captação de recursos que vocês já falaram, vocês vêm algum outro impacto ou legado?

[M] As pessoas muito discutiam isso aí na época da Copa e eu sinceramente tenho um pouco de contrariedade com essa obrigatoriedade. Parece que as pessoas só querem hospedar a Copa do Mundo ou um megaevento qualquer justamente para ganhar com isso, ganhar dinheiro em cima da realização de um evento externo. Na verdade, não é esse o intuito. O intuito, na verdade é integrar, trazer um evento para as pessoas e fazer a cidade ter essa experiência. Mas, apesar disso, uma das coisas que é inegável é que vários setores durante a Copa tiveram aumento de demanda em si, e até a preparação de infraestrutura. Hoje, por exemplo, a hotelaria de Porto Alegre se transformou desde a Copa do Mundo. Boa parte dos serviços criados também se transformaram em questão de turismo, principalmente profissionalização e ampliação de setores turísticos tanto em Porto Alegre, quanto na serra e litoral em função da expectativa do megaevento. Agora ao passo que tu tens alguns setores que se beneficiaram muito, tem outros também que em função da agenda bastante apertada durante o evento, foram prejudicados durante aquele mês ou dois. Tem uma queda principalmente no comércio de bens duráveis na cidade que a gente notou à época. Mas também, são os impactos de se receber um megaevento. E Porto Alegre não era uma cidade preparada para um grande evento, que é uma coisa importante de se ter em mente. O Rio de Janeiro se molda muito melhor a esses grandes eventos porque a população já está mais habituada a conviver com isso. Foi uma novidade para Porto Alegre, então prova que os empreendedores reagiram de forma diferente a isso: alguns tentaram explorar e conseguiram explorar bem isso, e outros, retraíram.

[E] Tu tens algo a acrescentar sobre isso?

[B] Na verdade, pós evento, houveram instituições mais apropriadas que fizeram alguns apontamentos. A FIERGS lançou alguns dados, outras também fizeram isso. Mas nós, como município, a gente não estava preparado adequadamente para desenvolver algum estudo mais profundo que pudesse mensurar realmente índices, ganhos principalmente econômicos, pós evento. Quando a gente fala em turismo, a gente deveria pegar um histórico de anos anteriores, e logicamente que houve um pico, mas este acompanhamento teria que ser feito ao longo dos anos seguintes para a gente conseguir ver se realmente, comparar então....

[E] ...se houve realmente um impacto ou se foi só naquela época.

[B] Isso. A gente não tem um acompanhamento, uma estrutura, para seguir monitorando isso. Foi uma parte que a gente não planejou.

[M] Mas a Embratur tinha uma pesquisa logo após o evento que tentava quantificar isso, se não me engano.

[B] É, a tendência é que estes grupos...

[E] A FEE fez alguns levantamentos, mas eram bem específicos. Eu lembro que tinha um da Arena do Grêmio... eram bem específicos sobre algumas áreas.

[B] Eu não estou conseguindo acompanhar todos, mas o sentimento é que a própria iniciativa de fazer esse controle, este acompanhamento, ela vai se desfazer ao longo do tempo e a gente não vai conseguir ter esse dado concreto.

[E] E essa dificuldade, ela se encontra mais em que momento? Porque, teoricamente, se tu for fazer um estudo sobre custos/lucros de alguma coisa tu só precisa dos dados oficiais e lançar num levantamento. Teoricamente todos os dados oficiais estão no Portal de Transparência da Copa. Tu acreditas que este portal estava sendo alimentado de forma correta?

[B] Em relação à Copa e, principalmente, em relação a estes projetos da Matriz de Responsabilidades que tu vais procurar, todos os que são responsabilidade do Município (então isso exclui o Aeromóvel, exclui a obra do estádio, o aeroporto...). Todas as obras de mobilidade urbana, através do site da Prefeitura, o portal da Transparência, muitas vezes eu fui demandado e muitas vezes eu recorri a ele para pegar informações, então a experiência que eu tive, posso te dizer que é tranquilo e que os dados são os dados verídicos.

[M] Porto Alegre recebeu pela quarta vez seguida, eu acho, o Prêmio Nota 10 de Transparência pela análise do TCU, e é considerada a capital mais transparente. Essa questão não é só da Copa, começou até em virtude da Copa, mas não é exclusividade.

[B] Como dica, até, se tu entrar no site da prefeitura, através da Secretaria de Gestão, hoje mudou o nome até – o Governo Federal colocou essas obras no PAC pró transporte. Mas, no site da prefeitura, Secretaria de Gestão, tem um link

ali: “licitações estruturantes” – ali tu consegues ter acesso a todos os documentos e licitações dessas dez obras de mobilidade da matriz.

[M] Se tu colocar no google “comissão especial de licitações da Copa” vai aparecer direto.

[B] Hoje é comissão estruturante o nome, talvez já tenha caído o link.

[E] E ainda sobre essas licitações, com o atraso das obras – e eu não sei se este atraso estava previsto ou se houve algum acontecimento específico – houveram muitas decisões “por fora” do processo licitatório?

[B] Todas as obras foram licitadas em modalidade concorrência.

[M] Isso é uma coisa importante porque na Copa aquela lei do RDC tinha sido recém implantada, à nível federal, e era uma possibilidade licitar as obras da Copa em regime de RDC. Porto Alegre não licitou nenhuma.

[B] Aconteceram alguns pregões para execução de serviços de engenharia mais simples.

[B] Tem um valor máximo não? Que diferencia os pregões das licitações?

[M] Hoje meio que caiu em desuso isso, é observado mais o nível de complexidade da contratação a ser feita do que o valor em si.

[B] Hoje quando tu consegues enquadrar a contratação em algum determinado tipo de serviço, material de consumo, serviço de engenharia, tu não precisas seguir esses limites financeiros. É muito difícil para a gente falar sobre esses atrasos, principalmente para mim que sou o técnico, né? Se tu chegar até um engenheiro e ele fizer um cronograma de obras de uma obra que dura dois meses e ela durar sete meses, não é um erro técnico aceitável. A gente teve muitos condicionantes ao longo desse processo, posso te dizer que no início eu era um dos principais críticos dentro do corpo técnico com algumas decisões que a gente tomava. A gente apanhou muito e apanha até hoje com relação ao atraso das obras.

[E] Porque tu ainda estás ligado a isso.

[B] Mesmo eu, que sempre fui um crítico, eu entendo que se a gente não tivesse tomado essas decisões, se a gente não tivesse apanhado da opinião pública, da mídia, a gente não teria realizado isso que já fez e nem estaria com essas obras por terminar. Tecnicamente é bem complexo a gente dizer o quanto a gente atrasou ou não, mas grande parte dessa distorção até não se deu por imposições financeiras e políticas/legais. Por exemplo, quando o Governo Federal abriu a oportunidade de fazer o financiamento, para as outras sedes ele se restringia ao estádio e à obra de acesso ao estádio. Mas Porto Alegre conseguiu fazer uma negociação dizendo que “bom, nossos dois estádios são privados, a gente gostaria de aproveitar a oportunidade e ter um ganho de estrutura”. O primeiro grande desvio de todo esse cronograma, foram os prazos nos quais isso

aconteceu. Entre o cadastro das propostas, o aceite da proposta e a verdadeira assinatura do contrato e esses limites. O Ministério da Cidade só credenciava obras que tivessem com o projeto concluído. Então tu lançavas todos os cronogramas baseados nessa possibilidade de iniciar a obra no mês imediatamente seguinte. Só que legalmente tu tens estes prazos de assinatura de contratos, de licitação,... então isso tudo foi tomado uma decisão política institucional de se divulgar sempre esses cronogramas, e isso gerou essa defasagem de cronogramas. Logicamente que também aconteceram falhas e imprevistos técnicos ao longo desse processo, mas eu atribuiria um percentual bem pequeno com relação a todo esse passivo que a gente carrega e vai carregar por ainda um ou dois anos. Eu que era um grande crítico no início, acho que, hoje olhando para trás, se eu pudesse mudar minha posição lá em 2010, 2009, 2011, eu faria.

[E] Mas a minha questão é mais assim: houve um gasto a mais devido aos atrasos? E isso é um caso muito sério da Copa, e aí eu não sei se Porto Alegre está dentro disso ou não, mas houve uma previsão orçamentária inicial (que eu não vou lembrar quanto era) e esta previsão praticamente dobrou – e isso, claro, onera os cofres públicos.

[B] São duas coisas: com relação ao acréscimo ou ao prejuízo da obra levar dois ou três anos – tem um prejuízo técnico que são aqueles bens passíveis. Com relação às obras da Copa, o que teve algum impacto, uma parte de finalização temporária durante a execução de uma obra, que representa um percentual pequeno, de 1% em relação ao valor da obra, nem isso, logicamente faz diferença se a gente executa a obra em dois anos ou quatro anos. Fora isso, a obra é paga por serviço então a gente não tem esse custo da máquina estar parada por um tempo não previsto. O que tem nestes contratos da Copa, e em todos os contratos que o município firma, é o reajustamento anual.

[E] Reajustamento do projeto?

[B] Reajustamento de contrato. Quando tu fazes uma contratação, tu contratas 200mil este ano,... Mesmo que o contrato já preveja que a obra terá três anos, por exemplo, no segundo ano vai ter um reajuste natural. Esses reajustamentos todos foram negociados, a prefeitura conseguiu ter uma estratégia para acertar valores mais baixos, mas eles existiram/existem, enfim. Em relação ao sobre preço de obra não houve nenhum apontamento de sobre preço específico, a gente tinha um orçamento inicial dos projetos básicos que teve um valor final de contratação bastante superior, mas isso sempre esteve acompanhado a um acréscimo de objeto de escopo de projeto. No caso da Beira Rio, a gente fez um orçamento para executar um trecho até a Usina do Gasômetro e tecnicamente se mostrou necessário fazer todo o alargamento da Aureliano, a obra junto ao Gasômetro, enfim... Então todos os casos, houve lógico uma diferença de estimativa aceitável tecnicamente, na ordem de 5 a 10%

das estimativas iniciais, mas esse acréscimo se deve, na verdade, a novos objetos contratados e não ao objeto previsto inicialmente.

[E] Eu pergunto porque isso aconteceu muito no Rio de Janeiro, eu estava acompanhando na época...

[B] Não, mas isso aconteceu aqui também. O valor inicial era de...

[E] Não, mas eu me refiro a um aumento muito grande. Em várias obras momento chegou a 60, 70%.

[B] O que aconteceu aqui, que foi uma prática diferenciada também, foi a consulta aos órgãos de controle na fase de projeto antes da contratação. Isso também ficou como legado, foi repetido durante o projeto da Orla e em outros projetos. Essa iniciativa foi da prefeitura de levar ao Tribunal de Contas, e ao Ministério Público quando competia, para que isso fosse analisado antes de fazer a infração.

[M] E a própria comissão especial de licitações. Para projetos que são extraordinários para prefeitura é algo que dá um impacto muito grande. Na época da Copa havia projetos bem complexos e que em noventa dias estavam contratados.

[B] É isso segue, é um exemplo de legado que a gente tem.

[E] Essa comissão ela foi formada para a Copa e segue até hoje, é isso?

[B] É, como ela deu certo e conseguiu resultados bastante satisfatórios, ela segue hoje como licitação para projetos estruturantes. Na verdade, já tem todo o caminho, um projeto de lei, um decreto na Câmara dos Vereadores e tem uma condição especial: os projetos eles devem ser demandados/sugeridos pelo secretário de gestão e validados pelo centro de governo. Mas ela segue e a expectativa é de que ela seja aprovada.

[E] Vocês têm alguma sugestão de ação que poderia ajudar a atenuar ou eliminar os efeitos negativos e ressaltar os impactos positivos da realização da Copa?

[M] A pré-disposição política daquele período era complicada. E a prefeitura tem, na minha opinião, um problema crônico, um medo de se comunicar com a população, que é uma coisa que prejudicou um pouco a exploração/explicação principalmente do que era o evento, porque que estava sendo feito e o que que ia ficar para a cidade. Apesar da gente ter tentado deixar o mais claro possível, parece que algumas coisas passam ao lado, as pessoas não conseguem perceber. Então eu acho que a gente deveria ter trabalhado melhor a comunicação, mas, por outro lado, também o gasto público em comunicação é uma coisa muito tensionada. Então trabalhar com isso não é uma coisa muito simples. Então além das limitações legais, havia uma limitação, um constrangimento e um risco de que também teria que ganhar muitas contratações

públicas. Mas eu diria que, principalmente, a comunicação foi uma coisa que a gente poderia ter explorado melhor.

[B] O próprio ambiente foi muito desfavorável.

[M] É, bem hostil.

[B] É, bem hostil, pessimista. Propiciou que as pessoas não conseguiram, algumas, aproveitar tão bem quanto outras pessoas, que se engajaram, que participaram mais do momento. Um exemplo clássico, o caminho do Gol, a gente foi pessoalmente conversar com o clube dos comerciantes do eixo do Parque Marinha até o estádio, e a gente via já, na fala deles: “Não, eu não quero saber disso.”, “Quando a Copa tiver em Porto Alegre, eu vou fechar.”, “Não vai ter público para abrir.”,... E o Caminho do Gol foi um sucesso, passou mais gente no Caminho do Gol do que no estádio, e aquele comerciante que enfeitou o estabelecimento, que abriu nos dias de jogos conseguiu ter um retorno maior do que aquele que estava já dominado por esse espírito pessimista, enfim. E graças a Deus a gente conseguiu... se a gente não conseguiu reverter a tempo, na verdade dentro do evento, durante a realização do evento e, principalmente, com o início dos jogos em Porto Alegre, a gente conseguiu um pouco desmistificar.

[M] Isso foi perceptível no público do caminho do Gol, inclusive. Nós tivemos um público no primeiro jogo, eu posso te mandar os dados também, digamos que do primeiro para o segundo jogo já triplicou e assim foi até o final, crescimento constante. E na Fanfest também. As pessoas tinham medo, um pouco, da Copa, depois foi desmistificando, a participação foi crescendo. Mas nós conseguimos bastante público. Na verdade, teve uma coisa que nos prejudicou bastante, que foi a relação estabelecida com o COL. No início nós lidávamos com isso de uma forma, depois a gente foi aprendendo também a lidar. Mas se a gente tivesse tido a oportunidade, talvez aprendido melhor com a África do Sul, de como saber lidar com a FIFA, a gente teria passado por bem menos problemas do que passamos. Porque, no fim das contas, a FIFA tem milhares de exigências, mas para a gente, aquelas exigências, são mais caprichos de um ou outro que decidiu tocar aquilo lá no meio como uma exigência e que, na verdade, se tu não cumprir não faz a menor diferença. Ou se tu cumprir de uma forma mais apropriada para tua cidade, para eles tanto faz.

[B] Para mim que acompanhei a criação por um tempo mais longo, essa flexibilização ou essa possibilidade de diálogo ela melhorou bastante quando a estrutura oficial do evento FIFA foi aumentando. Isso porque, o que acontece, os contatos que a gente tinha em 2010, 2011 e 2012, era direto com pessoas do alto escalão e não com as pessoas que iriam operar aqui dentro do Estado, então a gente tinha sempre uma postura mais institucional: “Olha, a gente não pode falhar, a gente não pode ter queda de energia porque o jogo vai ser retransmitido para trezentos e poucos países, tantos milhões de pessoas...” e isso quando a gente passa para um nível de operação já mais próximo do evento, tem enfim um

contato do técnico dos locais e essa troca de informações vem de um jeito mais fácil. Na verdade, não houve uma falha de comunicação ou uma falta de engajamento, mas realmente, essa necessidade de operar e a proximidade do evento trouxe mais pessoas que iriam trabalhar de uma forma mais definitiva e operacional do que naquele nível institucional que se tinha antes.

[E] E aquela questão que deu com as estruturas temporárias do Beira-Rio: foi uma questão de falta de diálogo, ou uma decisão autoritária de um dos lados que decidiu simplesmente não fazer mais e que acabou gerando toda aquela confusão...? O que aconteceu naquele momento?

[B] O que acontece, né? Essa foi uma polêmica que até nasceu de novo no início deste ano, com uma cobrança do Ministério Público de que a FIFA deveria ressarcir o estado, enfim... Para nós que trabalhamos tecnicamente no evento existia realmente o contrato, as cláusulas estavam todas ali...

[E] No contrato o estado teria que bancar essas estruturas?

[M] Não, é que assim: a FIFA tem um contrato padrão com as cidades-sedes e com os estádios. Em geral, todas as cidades sedes, com exceção de Porto Alegre, Curitiba e São Paulo, o estádio é público. Então, nesses casos de exceção, quem assinava o contrato do estádio era o clube que era dono do estádio. Naquele contrato, que também pode ter, inclusive, sua legitimidade questionada, quem se comprometia em fazer as estruturas temporárias era o signatário, que naquele caso era o estádio. Com a participação solidária da cidade sede, no caso de o responsável não executar. E com a possibilidade facultar de a FIFA realizar, cobrando oficialmente do signatário. Aqui em Porto Alegre quem assinou esse contrato foi o Vitório Píffero, pelo Internacional, em 2009. Só que a assinatura deste contrato é um pré-requisito para tu enviar a tua candidatura à FIFA, então, na verdade, ele é um contrato de intenções, em que já são firmados compromissos e depois ele é aditivado com algumas outras especificações. Então tá, claro que quando o Internacional queria receber a Copa do Mundo, assinaram contrato, a cidade-sede assina também. E no final é uma bronca que todas as cidades sedes receberam, um pacote que tu não tens dimensionado quando tu assinas o contrato, e tu tem que realizar. O entendimento era que era uma responsabilidade compartilhada, de fato, fazer, porque tu não tens um evento dessa magnitude que tu consigas executar sem esse tipo de infraestrutura. Então elas são necessárias para a realização do evento. Ou tu tens elas ou tu não executa um evento daquele tamanho sem essa estrutura tecnológica.

[B] Na verdade, o que causou essa confusão toda, foi o fato de que nessas nove cidades o Estado era o proprietário do estádio e ele também tinha o encargo com as demandas da FIFA. Como aqui ficou diferente, a gente tinha dois contratos: o da cidade e o do estádio.

[M] E esses contratos também estão no Portal da Transparência, se não me engano.

[B] O que aconteceu é que houve, sim, uma decisão política e de governo, de não colocar recursos próprios. Conhecendo o problema, enfim, que o Internacional alegou que não tinha responsabilidade de arcar com essas estruturas temporárias, tanto a Prefeitura quanto o Governo do Estado se posicionaram por não colocar recursos públicos diretamente nas estruturas temporárias. Como o impasse foi chegando até muito próximo do evento, a solução então buscada pelo Internacional e pelo governo foi de aplicar uma lei que na verdade já existia.

[M] Na verdade, era um reconhecimento de que o Estado e Município gostariam de ajudar, mas não viam uma forma de conseguir disponibilizar esses recursos.

[B] Daí abriu-se a possibilidade de adequação de uma lei que já existia no Estado. O que acontece: são créditos que as empresas - e agora eu já não sou mais da área fazendária, eu não saberia te explicar especificamente com os termos corretos - mas, são créditos que as empresas e os empreendedores têm que receber do Estado e entram na fila, enfim, não sei qual é o sistema. Essas empresas abrem mão desse recebimento para que ele seja aplicado em um projeto esportivo. Então foi isso que aconteceu na verdade. Essas empresas, que eu não lembro exatamente quais são, mas enfim, Zaffari, Paquetá e outras, abriram mão de receber esses recursos do Estado e esses recursos foram aplicados para que o Internacional entrasse com projeto e fizesse as estruturas temporárias. O caso que a gente teve recentemente foi uma interpretação do Ministério Público, porque neste contrato que o Inter assinou dizia que se a sede, no caso o Beira Rio, o Inter, não executasse, a FIFA deveria executar e cobrar do estádio. Então o que o Ministério Público alega é que a FIFA coagiu o Inter a achar outra solução, ao invés dela executar e cobrar depois. E essa é a polêmica que surgiu agora, neste ano.

[E] Coitado do Ministério Público, eles estão querendo agora comprar uma briga com a FIFA.

[M] Mas se tem alguém que pode ganhar uma briga com a FIFA, é o Ministério Público.

[E] É, no Brasil certamente.

[M] Mas em comparação com as outras cidades sede, isso eu acho importante de dizer, Porto Alegre foi a cidade sede que menos investiu em nisto. Não construiu o estádio,...

[E] Em dinheiro municipal, tu diz?

[M] É estadual também. Não gastou com estádio, toda construção foi privada - e tem que contar também que com, digamos, o incentivo e o financiamento do BNDES.

[E] É, o BNDES acaba tornando todos os investimentos como públicos.

[M] É, mas daí todos os investimentos em infraestrutura são feitos através de financiamento do BNDES. Então não teve dinheiro direto do Estado nem do Município no estádio. O próprio Ticket center que custou, que era um prédio de 700 m² que outras sedes fizeram temporário por 30 dias para FIFA, que vai para cima de um milhão ou mais de reais, Porto Alegre também não fez, porque teve uma parceria privada com o Barra Shopping. O Caminho do Gol, que era um projeto da sede, realizado durante o período, foi realizado com 50% de investimento privado e a parte cultural foi paga com investimento público. Então tiveram todos esses fatores que tornaram Porto Alegre a sede que menos gastou com o evento em si. Não que não tenham gasto, porque realizar um megaevento sempre vai ter aquela mobilização de serviços, de operação,...

[E] E esses investimentos privados e o próprio Beira-Rio também, como é que fica o ressarcimento deles? Qual era a parte do lucro do Beira-Rio, por exemplo, eram os ingressos, era a venda de produtos - não, a venda de produtos era diretamente com a FIFA...?

[M] O ingresso é todo da FIFA, a bilheteria. Inclusive a operação do estádio também não era do Internacional, ela foi concedida durante 30 dias para FIFA operar. Então, na verdade, é mais o marketing do estádio, do Clube, a mídia espontânea, e o reconhecimento. E, de fato, a linha de crédito que eles puderam acessar por conta da Copa - e não é nada mal, mas que o Grêmio também acessou com a Arena.

[E] O Grêmio também acessou e algumas obras, eu não sei como é que está agora isso, mas eu tinha lido, que algumas obras que eram de responsabilidade do Grêmio por contrapartida pelo estádio, eles não estavam fazendo. Se bem que agora tem toda a questão da OAS estar envolvida nos escândalos e tal...

[M] Porque as obras da arena se confundiram um pouco com aquele viaduto, então talvez pudesse ser o entorno da Rodovia do Parque,... Elas foram mudadas as contrapartidas ao longo do processo, aí eles pediram para reduzir as contrapartidas,..., Mas eu não acompanhei diretamente esse processo.

[B] O que aconteceu, na verdade, não só nas obras da Copa, mas em muitas obras, aconteceu muito ano passado e esse ano a prefeitura está tentando corrigir foi o seguinte: quando um empreendedor apresenta um curso de viabilidade e a planilha, existe um grupo que analisa o projeto, e então elabora este termo de compromisso onde constam as contrapartidas que o empreendedor vai fazer. Acontece muito, principalmente na questão viária, de colocar o orçamento, enfim, o projeto funcional das vias na conta do empreendedor, mas a desapropriação ser

considerada um ônus da prefeitura. Então a gente tem umas algumas obras que estão com esse problema, com problema de caixa, problemas financeiros que a prefeitura enfrenta. Alguns empreendedores não conseguem executar essa contrapartida das vias porque a prefeitura não tem recursos para fazer essa desapropriação. Isso a gente já está corrigindo para os empreendimentos atuais, mas realmente tem esse ajuste a ser feito em alguns empreendimentos antigos.

[E] E as outras empresas que fizeram um investimento privado na Copa, o ganho que elas tiveram foi uma questão mais de marketing e reconhecimento?

[M] Na questão do Ticket Center, sim, e no Caminho do Gol, também. O reconhecimento de participar do evento Copa do Mundo.

[E] Quem vocês acham que saiu ganhando com a Copa em Porto Alegre? A cidade como um todo, alguma pessoa ou empresa específica, algum setor da economia...?

[B] Eu acredito que quando essas obras de mobilidade todas, principalmente essas que tem um corredor exclusivo de transporte coletivo, quando elas ficarem prontas, toda a população que usa o transporte coletivo (ou então que se sintam convidados a usar) vai conseguir ter um ganho de tempo nas suas viagens. A gente nunca consegue traduzir isso economicamente, mas na vida das pessoas é uma economia, é um ganho muito grande. Teve toda a exposição para o evento, principalmente projetos como o Caminho do Gol, que na verdade foi um projeto que existiu na Alemanha, mas que se consolidou aqui e que agora serve de exemplo para eventos como as Olimpíadas, para uma próxima Copa do Mundo,...

[M] O Rio de Janeiro criou um caminho perto do Museu do Amanhã, tu viste isso?

[E] O Rio de Janeiro está um verdadeiro canteiro de obras por conta das Olimpíadas - tem obras e eventos testes a todo momento, as mãos das ruas se confundem a cada dia... para a população está bem complicado.

[M] Mas Porto Alegre tem esse trauma também. Nos últimos quatro anos aumentou muito o número de obras na cidade e o pessoal não está acostumado com uma cidade em expansão, em aperfeiçoamento. Isso em qualquer cidade que tenha um programa de obras permanente é uma coisa normal, tu conviver na cidade com um canteiro de obras. O problema é que a gente passou um bom tempo, aqui na cidade, sem ter grandes obras de infraestrutura.

[E] Eu acho que também tem um problema aqui: há um grande ranço da população com obras muito demoradas.

[B] Esse é um peso que a gente teve que fazer, a gente fez obras grandes e não há um histórico de ter feito outra obra em dois anos e meio como se fez o Beira-Rio. E tem um ônus muito grande por ficar quatro, cinco, seis anos e há seis, sete anos em obras. Mas uma diferença que vai ter nesse processo, é que em oito anos vão ser concluídas dez obras estruturais gigantescas e que, se a

gente olhar por exemplo a perimetral, levou 15, 20 anos para ser concluída. Mesmo com toda essa confusão, a gente vai ter um ganho, em termos de escala, considerável, quando todas elas forem entregues. Uma coisa que a gente nunca vai ter como comparar, é o crescimento populacional que a gente teve e a gente não vai ter oportunidade de viver Porto Alegre depois que essas obras foram entregues, de apagar tudo e colocar todo mundo andando por aí, sem que elas tivessem causado o transtorno pelo tempo que causaram - e essa é uma resposta que a gente nunca vai poder dar.

Em termos de planejamento, a gente conseguiu se preparar muito bem para operar. O próprio Caminho do Gol a gente fala nele como um sucesso de posição, enfim, de entretenimento, mas na verdade ele foi um projeto técnico elaborado pela EPTC no qual a gente tinha um estádio junto à orla do rio, e a gente queria arrumar uma barreira física, e tinha uma necessidade dos organizadores do evento de ter acesso exclusivo para os times, para as delegações,... Então o Caminho do Gol nasceu originalmente como um projeto de mobilidade urbana e ele realmente foi um projeto de operação de mobilidade urbana para os dias de jogos. Se a gente não conseguisse concentrar as pessoas naquele eixo de chegada, a gente teria uma dificuldade muito maior devido aos bloqueios, enfim, e ao próprio controle da operação de trânsito - isso a gente conseguiu trabalhar muito bem quando comparado com outros lugares.

[M] Se tem uma coisa que ficou para mim, se tivesse que falar da coisa mais importante que ficou da Copa, na real, que foi a vivência que as pessoas tiveram do evento. No início todo mundo achava que ia ser uma coisa que ia ser distante das pessoas, mas não foi o que aconteceu, principalmente em Porto Alegre. No Rio, por exemplo, o Maracanã é meio fora de mão do resto dos eventos ali do centro, a Fanfest era na zona sul, a própria vida da cidade que já é corrida e aí não existiu uma conexão, uma... a gente foi lá na Copa das Confederações e não tinha aquele clima de estar dentro do evento. Porto Alegre foi meio diferente porque a gente conseguiu estabelecer um eixo de 6km que tinha os principais eventos da Copa, e era acessível para as pessoas poderem participar daquele evento. Sem contar também as exposições que ocorreram nas comunidades. Então tem coisas surreais que a gente presenciava por causa do convívio das pessoas. Por exemplo, vendo depois as fotos uma vez eu me deparei com uma Nigeriana rodeada de crianças brasileiras, e ela estava com uma camiseta que tinha um dizer político (Stop Boko Haran) e estava super feliz, achando que a gurizadinha queria tirar uma foto com ela e acreditando que eles também estavam na luta. Ou seja, traz uma possibilidade para a população, por exemplo, qual é a vez que uma criança de Porto Alegre vai poder brincar com uma pessoa da Nigéria? Ou da Coreia do Sul? Cem mil argentinos? Não vai, isso vai acontecer uma vez e a galera estava ali aproveitando... e outra, tinha gente que vinha para o caminho do Gol para ficar parado olhando os estrangeiros passar, como se fosse um zoológico. Assim, é porque, para nós, isso pode ser meio trivial isso aí porque o

cara pode ter oportunidade de viajar para outros lugares e conhecer outras culturas, mas tem gente que aquela vai ser a única vez que vai ter um contato com outra pessoa e poder ver: “Olha! Tem um jeito de viver que é diferente desse que a gente vive!”. Quem passava no Caminho do Gol, e apesar da gente passar todo dia na Borges e ser uma sujeira, passava pelo caminho do Gol inteiro e a Borges estava limpa. Porque as pessoas também se impregnavam da civilidade que estava acontecendo e tal. É um negócio diferente, sim. E esse negócio do convívio da cidade com o diferente é o principal.

[B] Esse dado a gente conseguiu apurar: o DMLU, durante um jogo de Copa do Mundo, recolhe 20% do lixo do que ele recolhe durante um grenal. Nas ruas, né? Não o descartado devidamente nas latas de lixo.

[E] E aí, a última pergunta é se vocês têm algo a mais que vocês gostariam de deixar registrado para essa pesquisa.

[M] Bom eu acho que a discussão de legados, e eu não sei como é que tu vais conduzir isso na tua pesquisa, é ela uma discussão bem difícil de ser feita. E essas coisas de legados, ninguém discutia isso até Barcelona. Agora é bonito ter legado, fazer um megaevento porque transforma a cidade.

[E] Na verdade Barcelona é utilizada como um marco nos megaeventos, e até para a lógica da FIFA, né? Porque a FIFA coloca os jogos,... FIFA e COI, na realidade, eles colocam os jogos como captadores de legados.

[M] Mas também porque ela transformou o jeito que o COI vê as Olimpíadas e também a forma que a FIFA vê a Copa do Mundo. Antes era um campeonato que eles tentavam organizar, a partir de Barcelona o negócio virou, de fato, um megaevento e uma fonte de captação para as instituições, que é gigantesca. A FIFA vive - tem uma lâmina lá que eles apresentaram - se não me engano, 97% dos recursos da FIFA vêm da Copa do Mundo e apenas 3% vêm de outros lugares. O COI deve ser semelhante. Então o troço tomou uma magnitude gigantesca. E a gente não consegue pegar e transformar, Barcelona que foi um exemplo muito específico, até pelas condições da cidade naquela época, e jogar para Porto Alegre em um evento diferente - guardadas as proporções para cidade. Por isso que eu digo que é um estudo complicado de fazer e tem que ter muito cuidado: tem que se pensar no que podia ser mesmo feito e no que foi feito. Talvez a gente não tenha todo legado que a gente gostaria, que a gente imaginou, mas com certeza, a gente conseguiu atingir várias coisas na cidade que são muito significativas e que só aconteceram por causa da Copa do Mundo. E foi em todos os setores: pode ser na sociedade, que teve transformações profundas; no setor público teve transformações que a gente vê até agora acontecendo; e na realização de megaeventos também, até na própria infraestrutura e essas transformações vão ficar aí para o futuro.

[B] Como um servidor público, como um membro da instituição, eu vejo o que a grande dificuldade que a gente teve, principalmente no início desse projeto, foi a

dificuldade de comunicação - tanto interna, quanto externa. Infelizmente nessa comunicação externa a gente não conseguiu atingir o nível de afinidade que a gente gostaria até o evento. Eu registraria essa como a maior dificuldade que eu enxerguei ao longo do processo: dificuldades da comunicação - tanto interna, quanto externa. Com relação ao legado, como o Marcelo falou, fica muito difícil da gente mensurar essa parte que é intangível. No meu ponto de vista nós, como ente público, o que a gente pode mensurar e que pode ter a convicção de que a gente cumpriu, é quando a gente faz essa comparação com as outras sedes. A gente consegue ver a exposição, o retorno, a satisfação das pessoas - tanto do público local, quanto do público externo, quanto aos organizadores do evento, a adequação que eles tiveram quanto ao desempenho de Porto Alegre. O nível de investimento público que a gente teve, e com certeza foi das 12 sedes a que teve o menor nível de investimento público. Nós em Porto Alegre fomos a única sede em que a prefeitura, então a comunidade local, nessa relação com a FIFA ela foi o principal condutor. Em todas as outras onze sedes o contato com o comitê ele era feito exclusivamente pelo Governo do Estado, ou majoritariamente pelo Governo do Estado. E aqui a gente atuou como protagonista ou em paralelo sempre ao Governo do Estado.

[M] Não, com certeza, a prefeitura aqui teve um papel destacado em relação às outras.

[B] Isso a gente notava em todos os eventos, enfim, em todas as reuniões de tomada de decisão, que era única prefeitura que conseguiu se apropriar e participar como protagonista - como sede sendo a prefeitura, e não o Governo do Estado.

[E] E vocês acham que essa foi uma questão de iniciativa da prefeitura, falta de iniciativa do Governo do Estado ou um pouco dos dois?

[B] Sendo bastante sincero, eu diria que as duas coisas. Desde o início a prefeitura foi protagonista neste contato e nesse interesse de ser sede.

[E] Isso é uma coisa interessante de se pensar porque o Governo do Estado e o Governo Federal são do mesmo partido e a Prefeitura não.

[M] É que apesar de ser do mesmo partido, o governador não era um entusiasta do evento. Ele não organizou e não presenciou nada da organização do evento, pelo contrário, era sempre o vice-governador que se fazia presente quando necessário. E não tinha uma estrutura dedicada ao evento como nas outras sedes, onde tinha uma Secopa estadual. Aqui teve uma parte da secretaria do esporte que se dedicou mais próxima à Copa.

[B] Um fato curioso que aconteceu, foi na chegada da comitiva da FIFA para presenciar os primeiros jogos, que foi então o primeiro evento oficial que contou com a presença do Governador. E os organizadores estranhavam, cumprimentavam naturalmente as outras pessoas que já estavam envolvidas no

projeto e perguntavam: “Quem é aquele rapaz?” E a gente respondia: “Não, aquele “rapaz” é o Governador do Estado”.

[M] Tem outra coisa que é importante, que essa organização tanto do legado, mas principalmente da organização da Copa, foi organizado dentro das câmaras temáticas - que em outros lugares elas funcionaram também mais no âmbito do Estado e aqui elas eram meio conjuntas, mas eram mais focadas dentro da prefeitura do que propriamente no âmbito do Estado. Então, dentro das câmaras temáticas a gente discutia estrutura, marketing... que mais?

[B] Turismo, protocolo, infraestrutura esportiva, mobilidade urbana,...

[E] Meninos, eu agradeço de verdade a disponibilidade, espero conseguir decifrar o áudio com todo este barulho em volta. Deixo claro que os nomes de vocês, caso sejam utilizados na dissertação, serão modificados para preservar a identidade. Eu vou redigir a entrevista após ouvir e encaminho para vocês corrigirem. Obrigada de novo.

APÊNDICE D - ENTREVISTA LUCAS – REPRESENTAÇÃO COMUNITÁRIA

[Entrevistadora] A dissertação em si é sobre os impactos sociais e econômicos da realização da Copa em Porto Alegre. Os dados foram obtidos através de análise de documentos, observações de campo e entrevistas. Esta é a quarta entrevista: foi feita uma com gestores da Secretaria da Copa da Prefeitura de Porto Alegre, uma com um doutorando que está estudando a economia política da Copa em Porto Alegre, uma com uma integrante do Comitê Popular da Copa em Porto Alegre e esta que seria com um representante comunitário da Vila Tronco, mas este não está concluindo as tentativas de contato, então me indicaram teu nome. Só para ter certeza: tu és representante comunitário, atuas neste campo?

[Lucas] Na verdade eu trabalho aqui no Cristal há dez anos neste espaço que é o ponto de cultura Quilombo do Sopapo. Que é um ponto de cultura, um centro cultural comunitário que abre todos os dias e faz uma atuação territorial focada nas áreas de irregularidade fundiária da região. Não sou um representante comunitário no sentido de ser representante de uma das comunidades afetadas, tampouco sou morador do Cristal - sou um trabalhador daqui, tenho dez anos trabalhando aqui - e também não sou um representante dos atingidos e coisa e tal. Na verdade, atuando, sim, durante todo o período antes da Copa, inclusive as situações que, na verdade, vieram a acontecer na Copa do Mundo eram situações que já eram de conhecimento nosso anterior por atuar em outras frentes comunitárias e que eram o modelo que ia ser aplicado aqui na época da Copa. Então na verdade é isso: sou um agente comunitário, educador popular aqui do Cristal e sim, um integrante do movimento comunitário.

[E] E tu acompanhou ou assistiu os jogos da Copa de 2014?

[L] No estádio?

[E] Não necessariamente.

[L] Sim, sim.

[E] E no estádio, foi em algum?

[L] Não. Para assistir um jogo, não.

[E] Chegou a ter ato no estádio? Chegaste a ir em algum ato público ou alguma manifestação que teve no estádio ou próximo?

[L] No estádio, acho que assim, na época da Copa, aqui em Porto Alegre, a questão do Movimento/do Comitê já estava desfeito. Na minha avaliação não tinha mais nenhuma força e também não tinha nenhum... claro que tu tinha as questões com relação ao perímetro do estádio, de acesso, a questão do direito de circulação das pessoas que não estavam envolvidas com o evento - no sentido que não eram credenciadas para fazer cobertura, ou credenciadas para estar

dentro daquela área com algum tipo de estrutura ou que enfim, que eram da imprensa ou que portavam ingresso para poder acessar o perímetro dos estádios na época dos jogos. Acho que antes disso acontecer teve alguma busca ainda, antecedendo aos jogos, exatamente para denunciar este tipo de situação que ameaçava e privava o direito das pessoas de circularem como elas circulam normalmente na cidade, no entorno próximo do Beira Rio - que é o estádio que sediou e que também tinha toda uma situação em locais de referência das delegações e coisa e tal que também haveria todo um aparato de segurança e uma privação do direito à cidade no sentido de circulação, de mobilidade. Com relação a uma coisa que se impactaria por algo que tinha uma negatividade com relação a todas as intervenções aqui - não houve um processo de relação comunitária para constituir esse perímetro, essa área como um espaço de convívio, mas que teria uma outra rotina - e que, credenciado ou não, tu também poderia ter acesso. Mas durante os jogos não houve manifestações. Na verdade, dentro do estádio, quem pôde acessar o estádio com algum tipo..., conseguiu burlar o processo para apresentar algum tipo de manifestação com faixas, isso sim. Mas isso foram ações bem pontuais e que, na grande maioria, ela não partiu efetivamente da organização comunitária - foram ações interessantes, muito importantes denunciando certas coisas, mas elas não foram efetivamente ações que tiveram origem e coisa e tal, daquilo que foi o Comitê Popular da Copa no Cristal, né? A gente não teve um Comitê Popular da Copa em Porto Alegre - até se buscou fazer em determinado momento, mas ele não aconteceu e depois houve um anúncio do Comitê Popular da Copa que, na minha opinião, ele saiu fora do tempo, não tinha essa condição mais de gerar. Então assim, com relação ao período dos jogos, o que aconteceu de mais impactante ou o que acabou tendo visibilidade - e foi muito pouco, acho que os lugares onde mais aconteceu isso não foi em Porto Alegre - foram iniciativas bem particulares.

[E] E tu sabe dizer qual tua relação com a realização dos jogos da Copa, se tu tens alguma relação com isso, se tu lutou contra ou a favor, se chegou a militar ou alguma coisa assim?

[L] A relação com a realização da Copa, primeiro que não foi feito nenhum trabalho em que eu tivesse participação anterior no qual dissessem: "olha, nós iremos receber uma Copa do Mundo aqui e achamos interessante." Então não houve essa pergunta, não tenho participação. A segunda coisa é que depois de anunciada a Copa, com relação ao evento e ao que ele vinha e iria a trazer de impactos, sejam positivos ou negativos, aí sim, o trabalho nosso foi de construção de um espaço de resistência articulado com todas as comunidades e sendo participante disso daí. O Quilombo do Sopapo foi a sede da maior parte das reuniões que tiveram do Comitê da Copa do Cristal. Então a Avenida Tronco aqui que tu tens a Vila Cristal que é a principal comunidade atingida pela duplicação - foi com ela que a gente se articulou e este espaço aqui acabou se tornando espaço de uma reunião comunitária que veio a se constituir no Comitê Popular da

Copa Cristal e que se manteve durante... iniciando suas atividades em 2010, em setembro de 2010 foi a primeira reunião articulada assim, de se falar sobre a questão da Copa do Mundo e o impacto que viria a ocorrer na Vila Cristal, porque antes disso acontecer tinham duas situações que são bem marcantes na construção desta relação. Nós aqui estamos desde 2007 neste espaço e com esse perfil de atuação junto, principalmente, a jovens que moram nessas áreas. Então quando a gente chegou aqui, a principal obra que impactava diretamente essas comunidades em áreas irregulares era, é o (continua a ser) Projeto Integrado Socioambiental - que é o PISA. Que é um projeto que não se resume aqui só no Cristal, mas que no Cristal tem a característica de afetar a área de moradia de, naquele momento, aproximadamente 1500 famílias - que moram às margens do Arroio Cavahada e que estão na faixa não edificável do Arroio. E este projeto teve origem lá em 2000, 2001, né? E quando a gente chegou aqui em 2007 estava tendo uma mudança de rumos da política que ia ser implementada, a política nacional de reassentamento, e questões que já tinham sido conquistadas e acordadas com a administração municipal (que tinha áreas que seriam edificadas as moradias que reassentariam a maior parte da população que queria ficar no Cristal). Essas áreas existiam, existia um projeto e existiam recursos disponíveis pelo Banco Mundial para o município. Com a mudança de administração do 2004 para 2005 paralisou-se isso, houve uma readequação e uma mudança completa naquilo que tinha sido historicamente acordado com as comunidades. Se ingressou a partir daquele momento, em 2007 inclusive, a modalidade do bônus moradia. Passou o ano de 2006 inteiro, em discussão fortíssima com as comunidades - que os valores eram muito baixos em relação ao que eles poderiam adquirir em outro local. Independente da condição de moradia que eles tinham no Arroio, a moradia não é só a casa - tem toda uma série de coisas e isso faz parte da avaliação e parte da condição de permanência: se havia uma mudança e que iria gerar uma espécie de crédito e não mais edificar algo, a pessoa que tinha optado por permanecer teria que ter um crédito condizente com uma área, por exemplo que viria a ser construída, sei lá, um apartamento de quarenta metros quadrados,... O crédito para adquirir um imóvel na região, no entorno próximo como a Legislação que tinha em Porto Alegre - na área de entorno ou em um diâmetro de 2 Km, ali dentro a pessoa teria que conseguir adquirir solo e edificação com algo em torno de 40 ou 50m² de área construída para poder ser atendido aquilo que tinha sido combinado. Então a gente viveu essa mudança, com o ingresso também do aluguel social, que também entrou por essa história do Arroio Cavahada. E as consequências que isso trouxe à unidade do movimento comunitário - que ainda tinha algum grau de força devido à trajetória dos OP's, do orçamento participativo. Então as comunidades tinham uma relação, um grau de confiança nos acordos com a administração porque viveram, por mais de uma década, uma série de resultados em que adquiriram essa confiança e que entenderam que o diálogo era um espaço, mas que a decisão era deles. Enfim, dentro das condições econômicas do município teria e

aí teria um tempo para se executar essas ações. Se tivesse condição econômica para se executar aquilo em dois anos, então seria executado em dois anos. Se a condição econômica exigisse dez anos para executar, bom, a parcela seria essa. Mas enfim, havia esse espaço de acordo. Então a gente acompanhou, fez um documentário inclusive - que é o "Me dê motivos", que foi feito e tem a trilha sonora com moradores do local e que relata essa transição e esta mudança da política habitacional e o que isso gerava de contradição, não de contradição, mas gerava de fissuras dentro do movimento comunitário e que seguramente era uma estratégia muito bem aplicada por quem tinha uma política - que não dá para chamar de política habitacional já que o aluguel social é habitação de emergência e não política habitacional que é um planejamento (e em um planejamento tu não trabalha com emergência, tu trabalha com execução de obras e essa execução de obras tem acordos, cadastros e previsões, enfim, com quantificações mais localizações, definições bem concretas do que vai ser colocado à disposição). Naquele momento dali tu tem essa ruptura e isso, nitidamente visava, uma das coisas, criar a fissura do movimento comunitário na sua resistência e, conseqüentemente, a partir disso tu passa a ter uma maior possibilidade de trânsito dentro disso e gerar conflitos internos, certos e errados, e gerar a divisão e aí, bom, a condição que um município ou que um gestor ou quem tem o domínio da caneta e conduz os processos de captação de recursos de habitação tem é muito distinto de alguém que é trabalhador e trabalhadora, vive em uma condição daquelas e ainda tem que ter um terceiro ou quarto turno para poder se organizar e tu não tem 100% de tempo para ficar acompanhando no detalhe. Então são acordos de tempos e aí quando há esse tipo de situação tu rompe a confiança interna e aí facilita o que a gente vê. Estamos no ano de 2017 e isso aconteceu em 2007, então estamos falando de uma década e tu continua tendo aproximadamente mil famílias às margens do Arroio, sem perspectivas e crianças que estão ali crescendo com a mesma ideia de que um dia elas não vão morar ali... A gente não tem como medir, a gente sabe que isso tem impactos na construção do sujeito, essa insegurança. E aí vão dizer uns: "Ah, mas isso é subjetivo!", objetivo então é botar essa mesma pessoa que diz que isso é subjetivo a morar em um lugar no qual todo dia alguém diz para ela que ela não vai poder ficar lá para ver se, dez anos depois ela não tem uma afetação ou teve um desarranjo no seu processo de construção social - o que seria uma coisa simples da gente medir. Então teve isso, que aí é o instrumento que se indica e aí teve um momento bastante forte e bastante exitoso que é o Moro Santa Teresa. Que aí é, na verdade, no âmbito estadual e que em 2009, dentro do governo Yeda, teve protocolado por parte do executivo um projeto solicitando, uma das coisas era, a área da atual FASE que são 54 hectares, pedindo a autorização do legislativo para que fosse feita permuta ou comercialização desta área. E bom, ali houve uma participação bem importante de movimentos sociais como o MST e o Levante Popular da Juventude (algumas de suas células) e que, junto com lideranças comunitárias, mas muito importante a presença destes movimentos

que têm, principalmente o MST - integrantes do MST, não foi o MST em si - a condição de ações e de formação política para conseguir fortalecer um processo comunitário. E aí tu tiveste um momento de levante, muito bom, em que a gente viveu isso tudo em virtude de termos trabalhadores e trabalhadoras na casa, jovens que fazem formação aqui e nós já estávamos envolvidos no processo comunitário por esse recorte. Então ali teve uma vitória que elevou muito a estima e, em um momento que estava tendo uma baixa, houve um pequeno pico ali que fez com que houvesse expectativa/esperança na luta comunitária como um processo de conquista e de evitar aquilo que se conheceria ou já se estava vendo que estava acontecendo naquela época. Então aquilo ali foi no final de 2009, e aí em junho de 2010 é a retirada do projeto. A gente também tem que olhar a conjuntura: era um ano de eleição, o governo Yeda tinha uma base que estava ruindo, que não estava afim de segurar o pincel dela, mas ainda assim é uma grande vitória porque não foi tão simples: ela tinha a maioria, mas ela não conseguiu manter a maioria que já estava questionando e os caras estavam vendo que iam entrar também na disputa eleitoral e resolveram, alguns, não apoiar o movimento, mas não afundar numa barca. Então tudo isso que aconteceu antes acabou criando uma condição para alguns, não tanto para as lideranças comunitárias, mas para apoiadores, a fazer uma leitura conjuntural do que viria a ser o impacto da Avenida Tronco e como seria aplicada a política, entre aspas, habitacional no momento que a gente tinha um caso que era o Arroio Cavalhada que mostrava muito claramente o que seria colocado e, quando colocado, o que viria a acontecer. Então acho que este é o processo assim. E com relação à Copa, a nossa participação é esta: no movimento comunitário, no processo de resistência para garantia de direitos de território. Garantia de direitos no sentido da moradia digna e garantias políticas que é a garantia do território que a principal disputa, porque tu tem áreas que estão a quinze ou vinte minutos do centro, nós estamos muito próximos da orla do Guaíba (uma área nobre) e tu tem uma série de equipamentos comunitários (escolas de ensino médio, fundamental, unidades de saúde importantes como o Posto da Cruzeiro, várias unidades de saúde de atendimento da família, várias organizações que também se constituíram nesse meio tempo), então tu tem um território com comércio importante e que, sim, era objeto de luta dessas comunidades a qualificação desse espaço habitado, em especial a avenida porque era fininha, tinha ônibus dividindo espaço com bicicleta, com criança, com pedestre... tu não tinha nem calçamento, enfim. Efetivamente, a obra - não como ela foi colocada, nem no sentido da condução e tampouco da forma, era exatamente aquilo que se queria. Agora, ter a qualificação, tu ter um melhor trânsito, tu ter um reassentamento de famílias que viviam em uma situação muito precária (algumas, não todas) e tu realmente gerar, com isso, um impacto positivo para toda a comunidade no sentido, inclusive, da geração de trabalho e renda, na qualificação do seu comércio local, do acesso a seu comércio local, da iluminação pública, etc. Enfim, este era o desejo, e para a obra assim se tinha o interesse. Então o conflito não

está no fato de fazer a obra, de vir uma obra dessas e que pôde ser viabilizada com a injeção de recursos que estava sendo colocado, mas a forma sim, a política habitacional aplicada... E a cidade é para quem? A obra é para quem? A obra seria para as quase duas mil famílias atingidas diretamente e para, praticamente, um universo de dezenas de milhares de moradores que são afetados indiretamente. Então a nossa participação está nisso, com relação à Copa do Mundo, neste processo. E não contra a Copa, isso é outra coisa. Alguns eram, para outros não fazia a menor diferença. E outros: "gosto de futebol, acho que é um evento legal, que vai dar visibilidade para gente...". A discussão não estava nisso. Mas o recurso utilizado privadamente nos estádios, isso sim, teria consenso que foi um absurdo. Agora o evento no sentido "encontro do futebol" e coisa tal, não foi esse o objeto de luta contra. O objeto de luta foram os direitos, que aquele recurso tinha que ter uma destinação prioritária para a qualificação de uma série de questões nossas, que ficassem aqui - e não que fossem privatizadas e entregues a administradores de clubes, ou a consórcios que foram formados e ganharam de graça estádios, ou a empreendimentos especulativos imobiliários que conseguiram comprar áreas baratas no entorno desalojando famílias e passando a edificar prédios...

[E] E o que te levou a trabalhar e a agir politicamente com relação a política fundiária e essa questão de moradias em áreas irregulares?

[L] Da política fundiária?

[E] É...

[L] Ah.. Daí tem a ver com a minha trajetória de movimento social a partir do movimento estudantil, as áreas de estudos, as coisas que aconteceram que começaram na década de 1990 e desde de ter sido parte do movimento estudantil porque estudava arquitetura na Unisinos, e aí a passar a ter formação política junto aos movimentos sociais de luta pela terra, de luta pela moradia,.. A trabalhar com bioconstrução dentro de uma lógica de confronto entre aspas, mas de contraponto à lógica industrial do concreto armado, à perda de autonomias, à perda de conhecimentos fantásticos que lidam com madeira, que lidam com a terra, lidam com o resíduo de plantações - e que são todos materiais construtivos e que dentro da condição do que é mais edificado em qualquer lugar, que é a moradia, a gente tem um desperdício de energia, de recursos, uma concentração de renda que está dentro de uma lógica de produção que é ligada ao concreto, à indústria do concreto, do pré-moldado,.. enfim. Então eu tinha essa trajetória já no movimento estudantil e depois tiveram todos os Fóruns Sociais em Porto Alegre, onde estive atuante por causa do movimento de arquitetura, era estudantes que nós tínhamos no movimento metropolitano a gente teve uma participação, vamos dizer assim, crucial naquilo que se transformou em um grande laboratório de práticas durante o período dos quatro Fóruns que tiveram em Porto Alegre durante o período entre 2001 a 2005, onde a gente ergueu os acampamentos. Teve um território, um espaço que também se aplicou um processo de formação a

partir da construção, que depois pode-se levar para alguns lugares. Que se ocupou o parque, se teve autogestão daquele território público mantendo ele público: não exigindo que a pessoa pagasse para estar lá dentro, não exigindo que a pessoa estivesse identificada para estar lá dentro,... enfim, então tem toda essa construção de movimento, de experimentações, de laboratório e aí as práticas dentro da política habitacional de Porto Alegre que eu vivi como assessor comunitário entre 2002 e 2004, atuando principalmente dentro da região leste (onde tem a Bom Jesus, a Vila Pinto, a Mato Grosso, as Vilas Brasília, a Vila Jardim e seus Becos, o Morro Santana, Vila Laranjeiras, Colinas, Boa vista...).

[E] O Partenon?

[L] O Partenon aí é outra região.

[E] Não pega a zona leste?

[L] Não. A gente vai até a Avenida Ipiranga. Da Protásio até a Ipiranga. E o Partenon está do outro lado da Ipiranga. E aí eu participei do processo que era a política habitacional de Porto Alegre, participando como assessor comunitário, de todo o processo dos ciclos do OP - iniciando aí com a demanda de um levantamento topográfico, depois processos comunitários de reunião para ver o que se mexeria para priorizar a regularização fundiária mas sempre tem abrir espaço (seja para a circulação interna, seja por que há necessidade de outras áreas disponíveis para tu manter uma parcela, enfim... E aí acompanhando também a produção habitacional, como é que se dá. E acompanhando reassentamentos, fazendo o trabalho de assessor comunitário - que é a pinta que tá batendo perna em todas as comunidades e acompanhava todo o processo, era o agente que tinha a relação para fazer a interlocução e aprimorar a leitura comunitária com aquilo que era a leitura da gestão e casar essas coisas dentro das demandas do OP e aquilo ser exequível. E acompanhei o início do socioambiental aqui, quando fazia plantões de fim de semana, quando ainda tinha a Vila Campos do Cristal, onde está o BIG - ainda não tinha o BIG. Aí tinha isso daí e por isso minha relação com a política habitacional, com a luta pela moradia, territórios e sou geógrafo - no final das contas minha formação acadêmica, e fotógrafo que é um trabalho que eu faço...

[E] Então tu não concluiu a arquitetura?

[L] Não, não. Eu finalizei na geografia. Por essas razões, quando a gente chegou aqui no Cristal, nosso processo de ter construído a gestão comunitária do espaço, atuar sobre a área de irregularidade fundiária, atuar com o processo de formação com jovens para fazer a leitura social-cartográfica por outro suporte - seja audiovisual, fotografia, contação de histórias, esquete teatral,.. Enfim, é essa a caminhada aí que tem a ver com o movimento estudantil - que é a caminhada acadêmica, e a caminhada também como trabalhador nesta área.

[E] E essa relação que tu tinha de assessor comunitário era uma relação empregatícia com a prefeitura?

[L] Eu era, na verdade, um cargo comissionado. Um cargo nomeado pela administração, pelo Departamento Municipal, pela gestão pública. Não era concursado, não como um servidor público concursado.

[E] E tu era morador da zona leste?

[L] Não, eu morei durante muito tempo ali na Vila São Judas Tadeu - que é do lado da PUC. Antes de chegar na PUC tu tem um posto, depois que tu chega no primeiro prédio da PUC tu tem uma rua que sobe que vai te levar até a Bento - entre aquela rua e o quartel, todo aquele miolo é a Vila São Judas.

[E] No teu entendimento, quais foram as principais mudanças decorrentes da realização da Copa?

[L] Quais foram as principais mudanças?

[E] É. O que que mudou em Porto Alegre com a Copa?

[L] Mudaram os estádios, é a principal mudança. Depois o entorno próximo aos estádios, é a segunda principal mudança - na minha visão. E com relação às outras coisas não houve uma mudança. Houve um acirramento/agravamento daquilo que já estava sendo aplicado como política habitacional, não houve mudança. Na verdade, se teve muita grana para aplicar no capital e fazer o processo de expulsão. Porque a política habitacional que estava em curso não mudou, ela continua a mesma. Ela era a política de habitação daquela gestão, então ela não teve mudança. A gente olhar a violação de direitos, a remoção das famílias, a expulsão - levar para fora da cidade e coisa e tal, isso já estava acontecendo. Então, quem não conhecia isso acabou conhecendo, na verdade. Mas não era surpresa nenhuma para ninguém que sabia desta realidade. Em termos de mudança física: os estádios e o entorno deles. Em termos de qualificação do espaço habitado para quem vivia nas áreas: muito pouco. A cidade está uma baderna! Está quase tudo inacabado e não tem perspectiva de final. Prejuízo gigantesco, dívidas astronômicas - por mal-uso do recurso por parte da administração que não vai ser criminalizada nem presa. Obras desnecessárias, custos, honestamente, algumas obras, alguns viadutos - comparado àquilo que deveria ser feito antes daquilo ali ser feito, se fez alguma coisa que não tem funcionalidade. O sistema de transporte de Porto Alegre piorou, se agravou - tanto no custo, quanto na qualidade dos ônibus, quanto nas soluções de trânsito. Está extremamente precarizado. A empresa pública que tinha um processo regulador do sistema foi colocada à bancarrota. Enfim, na verdade as mudanças são extremamente negativas, mas elas são continuidade de um tipo de administração que já estava colocada na cidade. E que pôde operar de maneira muito mais forte porque existiam recursos em que a operação dela era ser comprada pelo empreendedor, daí o empreendedor tinha linhas de crédito

para poder comprar, e ela injetando recursos em lideranças que fariam o papel de capitão do mato (do século XXI) - entregando suas comunidades por um preço vil, traíndo elas por desejos puramente materiais e isso a gente viu em todos os lugares. Então o processo de resistência foi acirrado, foi muito mais duro porque as pessoas se sentiam ameaçadas. Aquelas que queriam fazer a defesa dos direitos se sentiram ameaçadas, bom... quem conviveu aqui na Cruzeiro, em especial, a atuação de lideranças antigas era de maneira extremamente truculenta, ameaçadora, intimidadora com a comunidade. Claro que os apoiadores buscavam fortalecer, mas os apoiadores têm essa limitação. Sim, eles são fundamentais para o fortalecimento, porém ao apagar das luzes no final do dia, a intimidação acontecia e muito. E nem toda a intimidação se torna conhecida - ela se torna conhecida pela desistência da pessoa, ou porque a pessoa de repente tomou outro rumo,... Porque é isso, ela sabe que ela está com o maior patrimônio dela ameaçado, realmente. Então também era difícil lidar com isso, porque trabalhar também, por exemplo, com uma defensoria pública, para tu ir mais a fundo... também não se tinha esta força. Porque as lideranças orgânicas do território, elas não conseguiram se sustentar por muito tempo, porque realmente foi adversa e porque quando entra o bônus moradia,... Porque o movimento cresce muito, se desapropria áreas aqui - se consegue grandes vitórias, isso até 2011, virada de 2012. Tu tinha uma ascensão muito legal aqui. Nós estávamos em vitórias, tínhamos manifestações grandes, conseguindo desapropriar áreas - se tinha um processo, mas não tinha entrado o bônus moradia e o aluguel social. Quando abre isso... E nós tínhamos, quem estava mais envolvido na construção estratégica do processo sabia que esse momento iria gerar um revés. Enfim, aí...

[E] E com relação a estas mudanças, tanto as obras quanto as remoções de famílias, o que foi feito com relação a este movimento? Tanto o Comitê Popular aqui do Cristal, quanto as organizações comunitárias.. Teve alguma coisa que foi feita? Quais foram as tentativas de resistência?

[L] Pós Copa?

[E] Não necessariamente. Desde o início do processo.

[L] Ah não, no início do processo foi isso, aproveitando aquele momento do Morro Santa Teresa, se manteve um espaço de encontro muito importante com quase todas as lideranças da região - paralelo ao orçamento participativo.

[E] O orçamento participativo, à época, ainda existia? Ainda tinha...

[L] Sim, sim, ele existe até hoje.

[E] Não, existia no sentido de possibilidade de se obter vitórias por dentro do orçamento participativo?

[L] Não, não, nenhuma. Todas as vitórias que tiveram - e aí tu tem oito áreas aqui no Cristal desapropriadas, que são para reassentamento das famílias

atingidas pela obra, não foram conquistadas pelo OP. Foram conquistadas por estas manifestações que conseguiram criar um constrangimento, dar uma visibilidade e gerar uma pressão sobre a administração e ela acabou acatando isso - mas não foi edificado e não levantaram nenhum tijolo. Em termos de movimento nacional acho que foi uma coisa muito importante porque isso se deu em outras cidades e acabou gerando também um momento de debate das cidades, comum a várias cidades e se escancarou a operação de especulação e a forma como o capital estava operando. E com relação a atos, tiveram várias manifestações, teve... antes das ruas de junho de 2013, né? A gente teve atos aqui, identificação de áreas, assembleias (muitas), a pauta que se construiu no segundo semestre de 2010 foi muito rápido, foi bem legal, bem grande - com assembleias com mais de trezentas pessoas, enfim, bastante significativo. Esse momento gerou a pressão, acabou se indicando as áreas, houve o gravame das áreas em início de 2011, houve a desapropriação das áreas também no início de 2001. Essa desapropriação gerou um conflito com a classe média daqui, porque não participou da decisão, mas as reuniões eram públicas e é isso, daí também demonstra a fragilidade da relação dessa classe média com as comunidades que estavam sendo afetadas. Aí como desapropriaram áreas que são de alguns proprietários que são moradores, aí eles se viram ofendidos nisso, dizendo que isso não é democracia porque não foram convidados, mas não havia convite especial a ninguém - havia uma chamada pública para a assembleia do assunto tal que tinha interesse aquela comunidade. E as reuniões eram abertas, tanto que vinham pessoas de várias partes de Porto Alegre, bom, mas, pessoas ligadas ao movimento que têm interesse em vir. E a classe média que tem alguma relação também participava, a outra não. Então não foi um processo antidemocrático, na verdade não tem convite especial a ninguém - tu tem uma situação, tu tem uma emergência e aí está todo mundo convidado. Era no salão paroquial a maior parte das assembleias, aqui na Paróquia Santa Teresa - igreja católica que é a religião de, provavelmente, noventa por cento da classe média daqui. Um espaço totalmente acolhedor para ela, conhecido dela. Tudo bem que era meio na área que já está a vila e coisa e tal, mas não é uma paróquia que é tranquila de chegar. Em termos de ações tu tinha as reuniões praticamente semanais durante um longo período de meses; houveram não sei quantas assembleias, houveram assembleias que foi convocado o poder público e apresentadas as demandas, indicadas as áreas; se alcançou o gravame a desapropriação dessas áreas; e se manteve uma pauta importante com o Comitê em ações institucionais junto ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual, Defensoria Pública... Efetivamente se acessou todos os organismos institucionais que devem prezar pelos direitos e devem acompanhar e fiscalizar o investimento público. Se fez um movimento comunitário, num processo assembleário, definindo as pautas nesse processo, sistematizando isso e protocolando isso junto aos órgãos municipais e a esses outros órgãos. Se teve audiências públicas com o Ministério Público Federal, com o Estadual, enfim... Houve um trabalho muito bem feito. Eu

considero assim, que dentro de todas as experiências que eu já tive - inclusive a do Morro Santa Teresa (e o modelo era muito parecido com aquele), ele foi mais longe ainda e ele foi muito bem feito, muito cuidadoso, com muita documentação, com um registro muito bom. Se há queixas de alguns órgãos institucionais, que eles ficam sabendo em cima da hora os problemas - essa desculpa eles não podem dar. A segunda: se há queixas de que às vezes é falta de objetividade nas demandas e nas reivindicações - tampouco podem usar essa. Falta de documentação? Tampouco. Falta de legitimidade? Tampouco. Então o processo foi, seguramente, um processo muito bem feito, com muita participação, no tempo que dava condição para fazer todos os ajustes de contrato inclusive que a prefeitura estava contratando porque - isso era uma denúncia que era feita que essa obra da Avenida Tronco não tinha a ver com o legado da Copa. E que o prefeito, o município e, às vezes, o Ministério Público, sustentou que não poderia haver alterações de prazos porque tinha a ver com a questão de execução da Copa, e o que que se mostrou? Chegou até um ano quase antes da Copa do Mundo, em 2013 mesmo ali foi dito que não, que nada disso impediria a realização do evento em Porto Alegre porque o que importava era o acesso ao estádio. E a Avenida Tronco, na verdade, não era para o acesso, era uma alternativa - portanto ela não estava dentro do pacote. É muito delicado o que foi feito. É muito criminoso por parte desses gestores. E, infelizmente, órgão como o Ministério Público Federal, Estadual, eles foram muito fracos, extremamente recuados, conservadores e chapa branca. Porque a questão da Avenida Tronco, o recurso garantido que poderia ser aplicado não precisava ter sido contratada licitação antecipada, feita malfeita. Podia ter feito todas as... Nós estamos em 2017, né? A obra foi enunciada em julho de 2014, vai fechar sete anos - e a obra não está nem perto de ser concluída.

[E] Julho de 2014 não, né?

[L] Junho de 2010. O Comitê Popular da Copa se constituiu no segundo semestre de 2010. São sete anos, não tem nenhuma edificação. Um gasto absurdo, rasgando dinheiro público em aluguel social. Isso é puxar dinheiro na descarga! Se tu for somar, se pegar uma pesquisa e fizer o somatório de tudo que foi gasto em aluguel social com famílias - e que muitos devem ser laranja (que tão pagando dinheiro para favores eleitorais de lideranças comunitárias, de CPFs que não são afetados), se tu fosse ter acesso a quantidade de recurso que foi aplicado em aluguel social para o que eles dizem que são moradores aqui - tu vai fazer uma conta de não sei quantos apartamentos tu teria edificado e teria conseguido atender pelo menos um terço de toda a população que teria sido atingida. Ou seja, é dinheiro jogado fora que a gente sabe que é para favor político - não tem como comprovar porque não tem controle nenhum. Os órgãos fiscalizadores - que são os Ministérios Públicos, não fizeram fiscalização absolutamente nenhuma. Então assim, não é um número de CPF que tem que estar - tem que saber quem era essa pessoa efetivamente, onde ela morava,... E

o dinheiro de aluguel social é dinheiro jogado pela janela porque é para fazer favor político ou para ajudar o mercado imobiliário das imobiliárias - que tão dentro do hall da especulação - para poder, esses imóveis que são mais periféricos (que eles nunca conseguem alugar) ter a constância de um aluguel por um período e ter aí a sua renda garantida. É muito escancarada, é muito lamentável a falta de senso de realidade que juízes, que desembargadores, que promotores têm. Porque eles são fiscalizadores do processo. O administrador, esse tem desvio de conduta, total. E infelizmente esses não sofrem impeachment, esses não são depostos dos cargos, esses não vão parar atrás da cadeia. Claro que é tão criminoso quanto, né?

[E] Dentro do âmbito social, quais são os principais legados ou impacto que tu credita à realização da copa aqui em Porto Alegre?

[L] Legado social?

[E] É, legado ou impacto social.

[L] Impacto social eu acho que eu falei do, por exemplo, tu teve um aumento, que não é decorrência exclusiva disso, mas ele contribui, porque tu cria um queijo suíço, né, tu cria um cenário de guerra civil e uma desestruturação da coesão social que tu tinha dentro das comunidades. Então, a violência que a gente tá vendo e, se a gente fizer um mapa de violência a gente vai enxergar uma proximidade muito grande com os espaços que sofreram essas intervenções. Os bolsões de crescimento, claro tu vai dizer “não, mas já tinha uma trajetória”, mas claro, olha a escala que teve. “Ah, no Brasil teve isso”, olha gente, a gente tem que olhar com mais critério, com o perfil, entendeu? A gente tem que ter uma pesquisa qualitativa muito maior, não são os dados simplesmente. Se tivesse um trabalho qualitativo tu iria identificar, tanto na segurança pública, quanto na saúde e nas escolas no entorno próximo, o impacto negativo de um tamanho de um bonde, seja por agravamento de doenças crônicas que estão ligadas a tensão, seja problemas de tendões de tendinites que se agravam, seja problema de hipertensão, problemas de pressão arterial que se agravam, sejam outras situações. Se tivesse uma pesquisa qualitativa tu poderias enxergar uma curva. A outra coisa que também se tivesse uma pesquisa qualitativa tu ias ver o tipo de violência, como é que ela se agravou e onde ela está acontecendo e tu também teria um olhar diferenciado sobre a questão da educação. Honestamente, nós não temos esta pesquisa qualitativa, mas ela seria mensurável e conseguiria num olhar comparativo, identificar uma alteração de padrão de várias coisas. Essas são ações necessárias para que toda e qualquer análise que for feita com antecedência pela academia, que ainda não contribui com os processos de impacto social como ela devia, porque ela só, é como a gente fala comentarista de futebol: comentarista de resultado, a academia continua sendo uma comentarista de resultado social, ela sempre está pós evento, a academia não tem “pré-produção” nenhuma. As coisas são muito enunciadas, a copa do mundo

é o tipo de evento que foi anunciado com muita antecedência e a academia não se preparou, não demonstrou interesse, os nossos pesquisadores que poderiam conduzir processo com intensidade e fazer esse acompanhamento qualitativo desde a origem do anúncio, seria uma grande contribuição para o futuro. Comentarista de resultado não consegue pegar a origem, e a origem não é o anúncio do evento, a origem são todos os processos que derivam dele e esse tu tens que acompanhar o evento efetivamente, no sentido disso, de olhar lugares que podem dar indicadores sociais, alterações, e que fortalece a discussão com tecnocratas e dizer “não, isso aqui não é um elemento subjetivo, não é um dado subjetivo que aumentou o tipo de doença desse local, é um dado real. Não é um dado subjetivo o aumento de violência dentro da escola ou a evasão escolar, não é um dado subjetivo o aumento de violência de rua”. Essas questões são bem importantes, infelizmente não tem... Então, esse é um dos impactos fortes sociais, muito negativos. Eu acho assim, evidente que a obra, no sentido de circulação e da mobilidade, ela vai ter um impacto positivo só que o custo desta obra, na perspectiva social é injustificável.

[E] A obra a que tu te referes é a da avenida Tronco?

[L] É, é injustificável. Então vai ter um impacto social para quem fica ali, no sentido de qualificação, de melhoria, dos comércios, dos próprios comércios locais se reestruturarem, terem maior investimento e maior geração de renda, efetivamente de circulação. Esse impacto vai acontecer, e a gente não sabe ainda quando vai enxergar ele, mas ele vai, a gente sabe disso. Agora, o custo para esse impacto, essa conta não fecha, nunca vai fechar. O valor desse impacto positivo ele não se justifica, sendo que ele era uma demanda. Com relação a visibilidade ao fortalecimento dos laços sociais das organizações comunitárias com seu território, com as escolas, a qualificação desses equipamentos públicos de grande importância para aquilo, nada, zero. Não há nada, procure onde tu quiser, qualquer escola, qualquer equipamento comunitário que tenha ganhado uma roupagem, para estar fazendo uma qualificação do processo de atendimento de toda a população que ainda sofre com dificuldades de vínculos e tal, não tem nada. Olha, tu vai percorrer... muitas escolas públicas muito grandes... posto de saúde, o postão não teve um único benefício, os postos de saúde ao redor: nenhum benefício. Só o de aumentar a demanda e a violência, então, de social não tem nada. É o maior prejuízo à cidade, seguramente, depois que foi feito na primeira metade do século vinte com relação a constituição da Restinga, é o maior prejuízo social que a cidade de Porto Alegre teve, foi gerada por essa administração, não há a menor dúvida. A Restinga era o caso mais emblemático que nós temos em Porto Alegre, mais recente, e hoje, a Copa do Mundo superou a Restinga e muito, inclusive afetou a Restinga que está longe do estádio e que estava recebendo Minha Casa, Minha Vida de famílias, de lugares diversos, conflituados, jogados lá sem um processo de acolhimento social. Os “CEUs” nunca se concluíram.

[E] CEUs?

[L] São os centros de educação e arte e coisa e tal, que poderiam ser um elemento legal. Tu tem um instituto federal que chegou lá, mas não tem a ver com isso, foi criado na verdade um problema lá. Então, assim, é impressionante, mas se a gente fosse olhar com bastante atenção o impacto que foi a construção da Restinga como ela foi feita e o que ela gerou de desestruturação de uma população negra em Porto Alegre, a coisa mais impactante e negativa pós Restinga é sem dúvida nenhuma a Copa do Mundo em Porto Alegre. Foi o que agravou, porque essa administração foi a mais criminosa com relação a saúde da cidade, essa Fogaça, Fortunati e um pedacinho de Mello aí, os caras são uns crápulas, na boa, gente muito ruim de gestão.

[E] E com relação ao âmbito econômico? Além do que tu já falaste sobre isso.

[L] O âmbito econômico tu teve corporações e empreendimentos que ganharam bem com isso. Em termos econômicos eu não tenho, não consigo enxergar, não vou estar falando assim, mesmo certas coisas, que eu não tenho os dados, como eu estava te falando antes, eu tenho vivência aqui e percepção, do convívio rotineiro e de enxergar onde está encaixado. Mas em termos econômicos eu nem ouvi nada relevante.

[E] Nem impacto negativo ou positivo?

[L] Eu acho que negativo tu tem né, tu tem uma dívida pública absurda, que vai impactar gerações. E vai virar justificativa de um outro governo que tem compromisso com outras coisas, se ancorar no discurso que foi construído para esses caras. E que de fato tem uma dívida pública enorme que cresceu assustadoramente. Ao invés de qualificar a arrecadação do imposto predial e território urbano, porque o que tu teve de empreendimento de edifício aí... Mas não, tu tá tendo perda de arrecadação, quer dizer, tem uma conta que não está fechando. Em termos econômicos o que eu posso dizer é o que eu estou vendo, uma perda de renda do funcionalismo público, uma desqualificação dos serviços públicos, uma folha de pagamento que não está sendo paga ou está na eminência de não continuar sendo paga com os direitos que estão ali dentro, a ausência total da política pública - nós somos da área de cultura: não acontece nada na cidade, a descentralização acabou (que era uma das políticas públicas criadas no final da década de 90 que chegava na ponta), a política de assistência social: um caos - totalmente desestruturada, os parques e praças nitidamente abandonados, e pô, está tendo o Fórum Social das Resistências e nós tivemos que fazer roçada da grama onde iriam ficar as tendas porque acho que já fazia dois meses que não era feito - e nós estamos em um período de calor, de verão, que esse é um serviço que tem que ser feito rotineiramente de forma diferente do inverno, quando paralisam as plantas rasteiras.

[E] É saúde, né?

[L] Sim, uma questão de saúde, de tudo. Mas o que a gente vê efetivamente, em termos de questões econômicas - e eu não tenho essa condição para falar, é

o que estou vendo e o que foi noticiado: o crescimento da dívida pública absurdamente, um comprometimento de investimentos futuros que não se sabe medir quanto tempo vai levar, e uma precarização dos serviços públicos de forma absurda, como a muito não se via. Olha, Porto Alegre não via precarização dos serviços públicos da forma que está vendo agora desde a década de 80 - e estamos falando de quarenta anos atrás. E em um período que sucede o melhor período econômico do país, de capacidade de investimento público e... o que que os caras fizeram? É isso que eu posso te dizer que eu consigo ver. O que eu também posso me lembrar é que a gente evitou algumas atrocidades: tipo o Pontal do Estaleiro, o Morro Santa Teresa... isso a gente evitou. Se freou algumas coisas na Zona Sul também, algumas coisas os movimentos de resistência conseguiram frear que seria a entrega de áreas nobríssimas. Não conseguiu se evitar o Porto, e até a gente não sabe onde vai chegar isso porque é de arrancar os cabelos, é de apavorar ao se pensar o que vai ser dessa cidade pelos próximos anos em termos de vigor, de saúde urbana, no sentido de convívio, no sentido de poder utilizar os espaços... Assustador.

[E] Tu tem alguma sugestão de ações que poderiam atenuar ou eliminar os efeitos negativos da realização da Copa aqui?

[L] Eu falei uma, né? O papel da academia. A academia não é um movimento social, aquilo que as organizações sociais fazem tem que ter a academia, mas a academia não tem que ser convidada, ela tem que estar presente. Ela tem que pesquisar? Claro que sim, mas ela tem que estar atuante neste processo. Nós não podemos ter tantas universidades federais, até universidades privadas muito bem estruturadas, mas principalmente as universidades públicas baseando-se na vontade do indivíduo. Porque assim, tu teve muita gente envolvida - até militando. A maior parte dos envolvidos vieram fazer pesquisa sobre os processos de resistência, agora a qualificação que a academia pode dar, junto com agentes que têm relação com a academia, que estão no território e que estão atuantes no movimento - no sentido de acompanhar quadros que estão em várias frentes... Olha, para a própria academia vai ser uma outra qualidade. Então uma das coisas que eu entendo é que o papel das instituições de ensino superior tem que ser repensado. Elas têm que acompanhar isso (para fazer a pesquisa) e elas têm que fortalecer o processo de apoio aos movimentos comunitários através de instrumentos que elas já têm estabelecidos, que são os projetos de extensão, por exemplo. Mas elas precisam lançar isso no tempo do visionalismo e não no tempo de comentar resultados. Porque assim, o máximo que ela conseguiu fazer foi dar um acompanhamento em alguns momentos, mas dentro do "fervor" já. Mas desde o anúncio da Copa - aquele era o ponto de acompanhar todas as frentes de alguma forma e isso era possível. Ainda mais naquele momento, quando ela tinha muito recurso disponível para isso, que foi muito mal aplicado. Foi aplicado para dentro, de novo. Com um atraso muito grande em relação a sua importância e com uma relação muito externa ao objeto, de novo também. Sempre é o objeto, e

ok, o objeto é parte da pesquisa, mas a gente tem a extensão e a gente tem o fim social do ensino público. Enquanto estrutura: tu tem laboratórios, tem capacidade de análise, capacidade de apoio, capacidade de multiplicar em um processo de formação e repassar em tecnologias, formas de conseguir instrumentalizar o movimento comunitário para ele conseguir atingir ainda mais autonomia na ação. Foi o que nós fizemos, na verdade. O trabalho que nós fizemos de mapeamento das áreas foi uma coisa muito simplória, mas é por ali que deveria seguir a academia. Só que aí tu tens embates públicos nas assembleias nos quais carece de bases autônomas de informação e de dados, e que a academia tem acesso privilegiado no sentido de, por exemplo, ao chegar um pesquisador em um posto de saúde, ele tem acesso aos dados. E os dados são públicos, na verdade, mas infelizmente tu não tem acesso a estes dados enquanto cidadão. Então ele não vai incorrer em crime na hora de abrir os dados, porque estes deveriam ser públicos e estar acessíveis à população. Então eu acho que este é um. E o outro é que os espaços de resistências precisam ser construídos, e o que eu quero dizer com espaços de resistência? Tem a ver com a associação de moradores? Sim, também. Mas espaços que sejam de acesso público para fazer processo de formação continuada - principalmente com jovens. Mas que não faça apenas um processo de formação como um teatro, não, que se trabalhe com os processos da trajetória do lugar, a memória social é fundamental. A fragilidade que se tem na hora de se construir um movimento é a falta de memória social, não tem memória social e não tem reconhecimento pela sua memória social, não tem valorização pela luta. Então nós precisamos ter espaços que tenham a mesma natureza que este ponto de cultura onde nós estamos agora, e muitos. A política pública então, evidentemente, tem um papel importante a cumprir aí. As escolas também são espaços de memória social. Então é por aí: a academia tem um papel muito importante e ela tem que acompanhar - e ela também ajuda muito na hora de tu fazer uma instrução dentro de uma instituição como o Ministério Público e tal, ela dá um peso nisso. Mas ela tem que ser orgânica, não tem que vir para ser coordenadora ou nada parecido, ela tem que vir para se somar e ter, a partir das demandas que serão identificadas pelo movimento, ela vai decidir: "Olha, vamos colocar gente para operar essa coisa aqui" para ir trazendo as coisas para nós. E é legal que nós tenhamos bolsistas, estudantes, ou mesmo que não possuam vínculo formal, mas que tenham um vínculo com a escola pública, a fazer este trabalho junto, né? Isso é uma tecnologia que vai ficando. E o processo da memória social que se dá pelos espaços de resistência, né? Que daí são espaços de convívio, espaços de formação, espaços de fruição, e que a cultura tem um potencial enorme nisso, junto com a educação. Acho que por aí, são coisas que a gente pode ir pensando. Porque falar no trabalho de base e coisa e tal - pois é, isso também é trabalho de base. Então acho que as principais sugestões e mais concretas são estas.

[E] E aí tu acha que estas sugestões já poderiam também ressaltar os efeitos positivos da realização da Copa aqui?

[L] Sim, poderiam. Porque daí o que acontece, o efeito ele era para ser todo positivo - porque tu colocou muito recurso. E tu teve tempo para tomar decisões. É disso que eu estou falando: o Brasil ia ser sede da Copa do Mundo, e isso já estava definido desde 2007. Bateu-se o martelo que Porto Alegre seria uma das cidades-sede em 2009, se eu não me engano em maio. A obra da Av. Tronco foi anunciada à comunidade em julho de 2010. Então, neste momento aqui... aliás, em 2007 a academia já deveria ter começado a mandar projetos de extensão, mesmo que não fosse selecionada como sede - porque já haviam indicativos e, óbvio, as principais cidades todo mundo já sabia que iriam concorrer. Não precisava ser um mágico nem ter uma bola de cristal para saber que Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte... Não, desculpa né gente? Daí nós estamos de piada, estamos brincando de cientista social que não consegue saber qual a densidade, qual a importância, qual o peso e a influência dessas cidades em uma hora dessas? Não, não precisa. É muito fácil. Inclusive crianças saberiam dizer isso. Então assim, em 2007 já poderia ter pensado: "Opa, vamos começar a escrever, vamos fazer uns primeiros artigos para ver como foi a Copa do Mundo nos outros lugares... Então vamos passar assim, 2008 e 2009 acumulando fontes dos outros lugares." Essas fontes serão subsídios para nós podermos lançar as coisas, que é a leitura que nós vamos fazer: é o seguinte, vai ter isso. E aí acontece 2010 na África, que já estava em curso. Nossa, é um negócio dantesco. Os Jogos Britânicos que tiveram na Índia, em Nova Dheli, ou as Olimpíadas de Atenas, de 2004. E na boa, eu estou falando do lado de fora? Não, eu não estou falando do lado de fora, estou falando do lado de dentro, mas o que eu quero dizer, na boa, é que eu não estava na função de comandar e não tenho essa vontade. Se eu sou chefe de um Departamento ou de um Instituto e coisa e tal, pô velho... eu tenho que ser ligado. Ainda mais dos departamentos que lidam com os processos da política pública que estaria envolvida ali: área da educação, área da saúde, as ciências sociais, a geografia, a economia, a arquitetura, a engenharia civil... Que banquete, velho! Para um baita laboratório social, de um peso, de uma complexidade absurda. Então assim, é a função de quem está lá. Então na boa, a nossa geração de doutores, que tivemos neste período, me desculpem. Está muito abaixo da demanda real que o país já tinha a necessidade - faltou muito. Demonstraram uma desconexão, uma fragilidade muito grandes. E é essa a minha opinião. De boa, sabe? Não dá para aliviar. A gente está neste lugar para isso, e vai ser cobrado. A gente está no movimento comunitário, a gente está... e tu é cobrado, tu está ali. E isso aqui é isso aqui, né cara? Tu não tem estrutura, tu não tem dinheiro para fazer nada. Então tu está lá, tu tem cancha, tu já tem trajetória, tu não se tornou doutor ontem, tu já teve um monte de artigo publicado, tu já tem não sei o que... Pois é, eu não sei muito bem qual foi a... Mas alguma coisa revela aí, e que não é muito boa - no sentido disso daí. E bom, acho que é isso. Não tem muito mais a dizer.

[E] Quem tu acha que saiu ganhando com a Copa?

[L] Quem saiu ganhando com a Copa com certeza as empreiteiras, quem teve pretensões eleitorais e conseguiu abastecer as suas campanhas - de forma muito diferenciada. Quem saiu ganhando com a Copa: os clubes de futebol - todos eles, sem exceção. Tiveram repaginados seus estádios, alguns totalmente novos. Quem também saiu ganhando com a Copa, bom, esses são os principais vencedores. Agregaram patrimônio, sem pagar. Constituíram processos que lhes deram mandatos e espaços que eles vão poder usufruir por um bom tempo. Em termos daquilo que poderia ser uma visibilidade da cultura brasileira diferenciada... A Rede Globo! É, eu não tinha tocado ainda na dita cuja. hehe Cara, os canais de esporte e, em especial a Rede Globo que tem os direitos exclusivos há bastante tempo, ou pelo menos uma parcela significativa deles, tchê, ganharam muita grana. O mercado publicitário... nossa, muito dinheiro. Esses ganharam muito porque é lavagem de dinheiro, né? Um dia a gente vai conseguir descobrir como eles lavam dinheiro dessa forma. E eles lavam muita grana, como eles dão o preço do serviço, né? Eles não precisam pedir de onde veio a grana, né? Eles não têm nada com isso, mas eles lavam, né? É eles que dão o preço. Como é que eles reportam isso daí? A própria Globo. A Globo, sim, é um grande equipamento de lavagem de dinheiro e eu não tenho a menor dúvida disso. Ela que dá o valor da propaganda dela. Ela não vai ser incriminada pelo dinheiro que ela recebeu, se é sujo. Ah... veio no CNPJ. Ah se o cara não.. Quem vai comprovar é ele. Mas enfim isso é outra coisa que gera uma tese inteira. Mas seguramente isso: as empreiteiras, muitos mandatários políticos - ou que buscaram ter isso, os clubes de futebol, né? E consórcios que se criaram - e que está ligado tudo, né? Está ligado a empreiteira, uma parcela de dirigentes do futebol e empresários do mundo do futebol e do marketing. Se tu for olhar os consórcios, eles estão montados assim. Então o marketing, o mercado publicitário ganhou muito dinheiro. E aí as teles. O sistema de comunicação, de telecomunicação, no todo - telefonia móvel... e tão quebradas, né? Dizendo que estão quebradas, é impressionante o que aconteceu com a Oi. Esse sistema de telecomunicação, ele... E claro, a FIFA. E a CBF. Esses são os grandes vencedores. Ganharam muito dinheiro, mas muita grana mesmo. E grana, na sua grande maioria, grana pública do Estado Brasileiro. Impressionante, né? Até tenho o dado ali, mas acho que 92 ou 93%, alguma coisa neste montante, o dinheiro todo ele vindo do cofre público brasileiro.

[E] E boa parte do que é considerado privado também é, na verdade, público.

[L] Claro, pelas isenções fiscais, pelos financiamentos do BNDES. Também criando linhas de crédito... Então assim, acho que é isso mesmo: futebol - clubes de futebol, as empreiteiras, o mercado publicitário, as teles - de um modo geral, a FIFA, a CBF... é isso aí.

[E] Tu tem mais alguma coisa a acrescentar, algo que tu queira dizer ou deixar registrado com relação a esta pesquisa?

[L] A única coisa que eu gostaria de deixar registrado é que, mesmo sendo, a gente está falando do rescaldo, essa memória é importantíssima - como eu estava te falando, da memória social. E essa memória social ela se dá quando tu traz isso de volta aos lugares. Então assim, a finalização da pesquisa ela não pode ser publicizada apenas em uma publicação mesmo que virtual, ela tem que gerar eventos em lugares que ela visita. Então no Cristal, se tu passou por aqui, tem que ter um momento que tu diga: "Olha, vamos fazer uma apresentação aqui, pode ser em uma associação de moradores, ou em qualquer outro lugar...", mas este elemento é fundamental. Não importa a quantidade de pessoas que estarão naquele momento, mas são pessoas ligadas ao lugar, que vivenciaram de outra forma aquilo ali - e isso retroalimenta a memória social. E também te dá acesso de maneira diferenciada à publicação, aos resultados. Então, a crítica que eu faço à academia - e eu sou geógrafo, fiz um trabalho aqui, né? Fiquei dentro do... E não estou fazendo a crítica por estar dentro do movimento comunitário, só porque estou. Não, não é isso. A gente procurou a academia - nós procuramos. Eu fazia graduação na época. Então assim, é disso que eu estou falando, estou falando de uma coisa de dentro, e é por isso a crítica que eu faço. Porque nós colocamos à disposição a antecedência dos processos. Houve muito pouco movimento efetivo, não se construiu. Então a gente está falando do rescaldo e ele é ainda parte do processo e como eu estava falando antes, a memória social é uma das maiores fragilidades que se tem quando acontece situações desta natureza. Então isso é importante, como recado, é isso. O retorno ele não pode ser por uma publicação que tu disponibilize o link, ok - isso é uma forma. Mas a gente tem que fazer eventos, a gente tem que tornar público, minimamente, nos lugares principais que foram fontes da nossa pesquisa - isso é fundamental.

[E] Tranquilo, está dado o recado. Muito obrigada pela tua disponibilidade, eu entro em contato contigo quando eu terminar de transcrever e depois de defender a gente marca estes eventos aqui.

[L] Tranquilo, agradeço também a possibilidade.

APÊNDICE E - ENTREVISTA BERNARDO - DOUTORANDO

[Entrevistadora] A primeira pergunta é a descrição do convidado, então: tu é mestre em Ciências do Movimento, não é?

[Bernardo] Então, meu nome é Bernardo, eu sou professor de educação física formado na Universidade Federal de Santa Maria no período de 1998 a 2001. De lá eu fui fazer o estágio na Universidade Federal da Bahia, com a professora Celi Taffarel. Então assumi como coordenador de espaços públicos de esportes e lazer na Prefeitura de Recife, em Pernambuco, onde eu fiquei dois anos. Voltei pro Rio Grande do Sul, para trabalhar em um clube em Teotônia e, depois disso passei no mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob orientação do professor Marcos Paulo Stigger no programa de Pós Graduação da ESEF da UFRGS, em Ciências do Movimento Humano - e ao mesmo tempo comecei minha carreira como professor universitário lecionando ali dois anos. Depois disso eu fui para o Paraná trabalhar em uma instituição privada chamada UNISEP na cidade de Dois Vizinhos onde fiquei dois anos e, em 2009, assumi um concurso na Universidade Federal de Rio Grande na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul onde fiquei quatro anos. Então em janeiro de 2014 me afastei para ir à Inglaterra, na cidade de Loughborough, onde eu faço o doutorado sobre a economia política da Copa, com foco na cidade de Porto Alegre sob orientação do professor Richard Giulianotti.

[E] Tu acompanhou os jogos da Copa de 2014?

[B] Eu acompanhei todos os jogos, sendo que assisti no estádio a dois jogos. Um jogo da primeira fase e um jogo das oitavas de final.

[E] Aqui em Porto Alegre?

[B] Aqui em Porto Alegre, no Estádio Beira Rio.

[E] Qual a tua relação com a realização da Copa? Tu estuda a Copa a partir de uma vontade tua?

[B] Uma conversa com o meu ex-orientador Stigger no ano de 2011 motivou esta preocupação. Eu tinha identificado outro objeto de pesquisa para investir no meu projeto de doutorado e o Stigger então, de certa forma, me abriu os olhos ao fato de que era provável que uma série de questões relativas à Copa fossem descobertas do interesse acadêmico por conta, obviamente, do fato que a perspectiva na qual eu trabalho não ser dominante na área acadêmica brasileira. Segundamente, porque era uma coisa muito importante, eu me lembro que o Stigger me falou assim: " Se não for um cara que nem tu que for olha de onde vem o dinheiro, para onde ele vai, qual o processo que está envolvido nisso... é provável que ninguém fale sobre isso.". E aí então eu decidi olhar a Copa. E também, eu não posso mentir que sempre fui interessado por esporte e

por futebol em particular, eu leciono futebol desde o ano de 2005, ininterruptamente, então também tinha um pouco de vontade de estar perto deste acontecimento que é histórico no nosso país e essas coisas se combinaram então no meu interesse em estudar a Copa.

[E] A tua lógica de pesquisa é da ciência política, por um viés econômico ou...?

[B] Olha, a base do meu trabalho é o materialismo histórico dialético, tenho baseado meu trabalho em autores que têm, no centro de sua prática científica a perspectiva da transformação da sociedade, sobretudo Marx e Mézáros, que são as bases epistemológicas do trabalho. O desenvolvimento da discussão dos dados e aí por diante tem sido com base em autores que são identificados com a economia política. Alguns deles não, alguns deles apenas economistas ou sociólogos, mas que produzem conhecimento relevante para a construção de uma economia política dos megaeventos em consequência da Copa do Mundo no Brasil e da sua expressão na cidade de Porto Alegre. A base do meu trabalho é o materialismo histórico dialético em uma perspectiva problematizadora, assim. É mais do que uma perspectiva descritiva, ou apenas descritiva.

[E] E tu está estudando a Copa do Mundo em si de 2014 ou a Copa do Mundo como um evento geral?

[B] Eu acredito que é impossível identificar as características particulares de cada fenômeno sem localizá-lo em um contexto mais amplo do que seja o funcionamento da sociedade. Por conta disso para entender a Copa que aconteceu no Brasil há dois anos atrás eu fui obrigado a entender como a Copa acontece em sua história, assim como também me senti obrigado a entender os megaeventos, o desenvolvimento dos megaeventos dentro da sociedade. O que significa que isso vai além do futebol, ou seja a gente também tem que estudar um pouco das Olimpíadas e outros eventos assim como também vai para além desses eventos esportivos porque existem outras manifestações sociais que são megaeventos que não são ligados ao esporte, como por exemplo: eventos culturais, eventos musicais como o Rock in Rio; ou comerciais como as feiras, as "Expo's", as feiras mundias - que têm características muito parecidas e têm desdobramentos também muito parecidos e que compartilham uma certa lógica, tanto em termos de desenvolvimento econômico, urbano, social, em termo de retórica, como também nos caminhos que os diferentes atores (que são interessados) se utilizam para conseguir alcançar os recursos, convencer os atores sociais que precisam ser convencidos para que estes eventos aconteçam. E foi esse o caminho que eu fiz: estudei um pouco da Copa no Brasil a partir do seu reflexo na mídia, na produção acadêmica, a partir dos atores oficiais (do Governo Federal, Estadual e Municipal) - e outros atores, o legislativo teve participação e o judiciário também, assim como diversos atores da esfera da

iniciativa privada. Então ampliei esse enfoque em termos de alcance social e agora, o trabalho de volta, é conseguir entender na complexidade deste contexto que eu consegui identificar da relação da Copa e dos megaventos com a sociedade. em geral, quais são as peculiaridades e as particularidades desta edição no Brasil.

[E] No teu entendimento quais foram as principais mudanças decorrentes da realização da Copa em Porto Alegre?

[B] Em Porto Alegre, especificamente?

[E] É.

[B] Então, na esteira do que eu vinha dizendo antes é preciso reconhecer que nós vivemos um período diferenciado na realização e na existência dos megaventos esportivos desde, pelo menos, a Olimpíada de 2004 em Atenas, na Grécia e o período se estende, pelo menos, até a Copa do Mundo no Catar, em 2022, o que eu tenho chamado de um tour dos megaventos pelo sul global. Nesse contexto tem uma série de consequências que já se pode identificar de maneira bastante concreta, como por exemplo, o aumento dos custos, o aumento da infraestrutura para realização dos jogos - então tem um custo maior para se realizar nesses países do sul global; existe uma participação muito maior, do que nas edições dos países desenvolvidos, dos recursos públicos - então o financiamento teve praticamente quase sua totalidade advindo do fundo público e quase a totalidade desses recursos vão parar nas mãos das construtoras e, uma pequena parcela para empresas de segurança - que é outro fator que tem se manifestado nestas edições, têm-se uma preocupação maior e um gasto maior com segurança. Essas tendências também se manifestaram em Porto Alegre. As peculiaridades de Porto Alegre são algumas delas curiosas: tivemos aqui a retirada das obras de mobilidade urbana da matriz da Copa, essas obras não podem ser consideradas relativas à Copa, embora o discurso oficial vai dizer que o recurso veio por causa da Copa, mas este mesmo discurso oficial retirou essas obras da Matriz da Copa porque os recursos não chegaram a tempo então essas obras não estariam prontas para a Copa. Outro fator diferencial é a existência de dois clubes grandes na cidade, o que não é relativamente comum em outras edições, então houve um custo social muito grande para a cidade em função da empolgação dos clubes - se construíram, então, dois estádios novos em um período muito curto de tempo. Isso onerou em muito a cidade e os seus cidadãos, vem onerando até hoje com consequências sociais e econômicas. E também foi um dos três estádios, dentre os doze da Copa do Mundo, que foram desenvolvidos a partir da iniciativa privada - então também teve outras consequências, como, por exemplo, a jogada ensaída do Sport Club Internacional em acertar com os organizadores da Copa que pagaria pelas estruturas temporárias para abrigar a administração e a imprensa durante os jogos da Copa do Mundo aqui em Porto Alegre e depois chegar em cima da hora dos jogos e

dizer que não tem dinheiro, sabendo que essa pressão ficaria sobre os entes públicos, o que acabou levando o Governo do Estado a elaborar um Projeto de Lei que foi aprovado na Assembleia Legislativa que repassou os custos dessas estruturas temporárias para a população gaúcha que pagou, a partir dos seus impostos, a construção dessas estruturas temporárias. 90% do recurso foi completamente gasto e apenas uma pequena parcela desse recurso ficou pro Estado, que foram os geradores de energia que podem ser reutilizados em outra oportunidade que o Estado necessitar.

[E] Tu tem alguma coisa, com relação a estas mudanças, além de estudado, né? Tu tem feito algum ato, participado de alguma organização, te organizado de alguma forma...?

[B] Ao longo do desenvolvimento da minha pesquisa, dos anos de 2013 em diante, até o começo de 2015, eu venho participando do movimento dos Comitês Populares da Copa e da Olimpíada. Primeiro estava mais aproximado com o Comitê Popular de Porto Alegre e também alguma relação com o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro. Eu participei de diversas atividades do Comitê Popular da Copa em Porto Alegre, tanto suas manifestações públicas e caminhadas pela cidade quanto do "destribunal popular: a criminalização dos movimentos sociais no banco dos réus" que contou com a participação de diversos atores importantes aqui no Rio Grande do Sul, entre eles personagens do judiciário e Movimentos Sociais em geral que acabaram agregando a esse evento e também ao Comitê Popular da Copa em Porto Alegre. Contribuí com a edição do documento do Comitê Popular da Copa em Porto Alegre com um texto sobre as estruturas temporárias, do Beira Rio. Assim como também outras articulações políticas. O nosso universo de atuação acabou ficando bastante restrito, por conta da força e do poder dos atores que estavam do outro lado da trincheira, né? Nós estamos falando aí de empresas transnacionais poderossíssimas, governos, instituições esportivas de caráter internacional e, sobretudo, o Estado que pode e fez uso da força contra a gente - sofremos violência nas ruas de Porto Alegre. Então, por conta disso, nossa situação ficou um pouco prejudicada. Mas por outro lado também foi uma experiência bastante produtiva no sentido da gente aprender a lidar com esses instrumentos a partir da temática do esporte, que é uma coisa que, talvez, nenhuma outra geração de acadêmicos ou esportistas tenha podido viver de maneira tão intensa antes da gente. Então eu falar de acontecimentos históricos como a democracia corinthiana, Jesse Owens, coisas desse tipo, e eu acho que uma das coisas que a gente pode fazer se lembrar positivamente da Copa do Mundo no Brasil foi a organização dos Comitês Populares da Copa, que reuniram forças políticas, acadêmicos, movimentos sociais, militantes em geral em torno da temática do esporte, e eu acho que isso seria muito legal de ser repetido agora nas próximas edições de megaeventos em outras partes do mundo - então talvez seja uma tarefa para a gente conseguir comunicar isso, das mais diversas formas

para que essas experiências possam alcançar pessoas que também circulam nas mais diversas esferas.

[E] Esse destribunal popular, o que que foi?

[B] Em 2013, logo após as jornadas de junho e durante a Copa das Confederações, a repressão e as forças repressivas do Estado contra os manifestantes, que tinham entre outros pontos de pauta, os gastos públicos com os megaeventos no Brasil, essa repressão aumentou muito. O uso da violência passou a ser banalizado, o uso de equipamentos muito agressivos que cegaram, mataram pessoas nas ruas brasileiras. Também teve uma expressão no Legislativo que foi um projeto de lei que visava criminalizar os movimentos sociais e as suas formas de manifestação e pressão popular. Esse destribunal discutiu então estas iniciativas do Estado para tentar fazer com que os atores que estavam do nosso lado pudessem se articular de forma a dar um enfrentamento mais imediato às coisas que estavam acontecendo: as pessoas que estavam presas, a perspectiva de que a nossa liberdade de ir e vir e também o direito à manifestação fosse cerceada, mas também da gente se preparar para dar um combate mais qualificado em outras esferas como, por exemplo, no legislativo, em função dessas iniciativas das forças conservadoras, para que a gente pudesse apresentar também ideias que visassem a dirimir essa concatenação que estava levando a um Estado extremamente opressivo se articular em função dessas iniciativas legais.

[E] Ele era como um grupo dentro do Comitê Popular? Não tinha nenhuma ligação? Como ele se deu?

[B] O Comitê Popular chamou junto com o Bloco de Lutas pelo Transporte uma reunião para tratar especificamente do tema da criminalização do movimento social, uma pauta de diversas atividades foi tirada e entre elas a realização do destribunal. O Destribunal foi desenvolvido a partir de uma comissão que foi criada nessa reunião, dos quais faziam parte alguns militantes (e eu posso te dizer o nome deles se tu quiseres, acho que não tem problema): o Briza, a Cláudia, o Ouro, o castelhano, aquele lá de Barcelona, fez mestrado aqui na antropologia, militante sensacional - já te digo o nome dele, e eu. Nós fomos a comissão organizadora deste evento.

[E] E aí foi um encontro?

[B] Foi um encontro no CPERGS, a Kátia Marco também contribuiu.

[E] E tem alguma sistematização deste encontro? Que tu saiba?

[B] Tem alguns encaminhamentos, eu ajudei bastante na organização do evento porque logo em seguida ao evento eu saíria de Porto Alegre, então não poderia ficar para esta parte de sistematização e registro. Mas há sim e acho que a pessoa para a gente buscar isso seja a Cláudia.

[E] No Comitê tu entrou logo no início, tu entrou ele já estava formado...?

[B] O Comitê já estava formado, eu fiz contato pela internet, contribui - porque eu morava em Rio Grande na época, e depois tive uma participação mais física e material durante os 45 dias que passei no Brasil em 2013 e os 105 dias que passei no Brasil em 2014, quando eu participei de diversas atividades, manifestações, também de reuniões, assim como também algumas outras ações mais específicas que eu prefiro não comentar.

[E] Dentro do âmbito social, quais foram os principais legados ou impactos que tu credita à Copa do Mundo em Porto Alegre?

[B] Bom, acho que terei que fazer um outro doutorado nisso aí ainda. Primeiro eu acho que tem que ter uma discussão que é a seguinte: o termo legado é um termo que ainda está em construção. Ele foi oficialmente, ele surgiu e passou a ser usado no discurso no contexto dos megaeventos a partir do final da década de 90, final do século passado, e só no início deste século ele passa a fazer parte do discurso oficial.

[E] Desculpa... no final? Não começaria junto com as Olimpíadas de Barcelona?

[B] Não, o termo legado passa a ser usado no final dos anos 90, inclusive como uma forma de tentar explicar o que muita gente aí chama de "efeito Barcelona". Na época de Barcelona, por exemplo, essa não era uma preocupação, foi uma consequência de uma série de desdobramentos que não tinham tanto a ver com as Olimpíadas quanto se fez acreditar no período posterior. No final dos anos 90 surge este termo então, a partir desta interpretação da experiência de Barcelona sobretudo. No movimento olímpico, em 2002 o termo legado passa a integrar a Carta Olímpica que é o documento oficial do movimento olímpico internacional. E também, daí então, aparece em documentos oficiais da FIFA. E passa a integrar o discurso tanto de cidades e países que se candidatam a megaeventos (como a Copa do Mundo e as Olimpíadas) quanto das próprias organizações destes eventos uma vez que as cidades são escolhidas, então passa a ser um componente forte do discurso olímpico e do discurso da Copa do Mundo. Mas ainda é um conceito difuso: existem correntes que dizem que o legado é tudo que fica depois de um megavento, existem correntes que dizem que o legado é aquilo que fica de maneira intencional e há correntes que dizem que existem legados que são tangíveis e legados que são intangíveis, legados que podem ser medidos e avaliados e legados que não podem ser medidos, como por exemplo, a alegria das pessoas em participar deste evento - não há como medir a alegria, é o que argumentam estes pensadores. Então, em primeiro lugar a gente poderia olhar e fazer uma discussão sobre quais foram as consequências da Copa em Porto Alegre, e aí, talvez, discutir dentro disso legados, considerando legados como aquilo que fez parte de maneira intencional dos planos dos organizadores da

Copa em deixar para Porto Alegre depois da Copa. As consequências da realização da Copa do Mundo em Porto Alegre têm diversas facetas: se por um lado, a cidade (é verdade) se tornou mais conhecida internacionalmente, recebeu visitantes de diversos países que talvez não conhecessem ou não viessem à Porto Alegre se não fosse a Copa, modernizou seus estádios de futebol e pôde realizar ações específicas em algumas áreas, sobretudo em termos de mobilidade urbana; por outro lado, a cidade e o Estado também sofreram consequências não tão positivas em algumas outras áreas, entre elas: a moradia, (eu diria) o balanço das contas públicas, processo de gentrificação urbana e esportiva, flexibilização de leis e ataque a direitos sociais conquistados à dura luta. A gente poderia dar alguns exemplos, né? Dei alguns exemplos positivos, que devem ser considerados positivos, acredito eu, mas por exemplo, a retirada das obras da Matriz da Copa, eram, dependendo da matriz que a gente olha, onze ou treze obras, dez delas foram retiradas - a única obra que se realizou a tempo foi o viaduto da zona sul, que leva até o Beira Rio, viaduto que logo depois foi interditado por questões ligadas a sua construção e a gente precisa lembrar que em Belo Horizonte um viaduto caiu e matou pessoas, nessa mesma época, construído sobre o mesmo argumento. As iniciativas da Copa, da Prefeitura, do Estado e do Governo Federal, no contexto da Copa aqui em Porto Alegre, foram extremamente nocivas a uma série de comunidades que se estabeleceram em determinadas áreas da cidade de Porto Alegre e foram, sob o argumento da realização da Copa, expulsas dos lugares onde moravam. Eu acho que este é um legado bastante negativo porque, além de ser uma consequência da Copa, foi previsto nos planos que estas áreas seriam desocupadas, mas da forma como,... A gente também precisa ter em mente que quando se faz um evento dessa magnitude, ou mesmo uma obra isolada, como estas obras que foram realizadas durante a Copa, é relativamente, há uma expectativa que vai haver um deslocamento de pessoas. O problema é que, o relatório da ONU e da Raquel Rolnik assim como do COHRE, vêm mostrando que quando isso tem a ver com megaevento esportivo isso acontece da pior maneira possível, de maneira violenta, ilegal e desumana - e isso aconteceu em Porto Alegre. Assim como também a cidade vem sofrendo com as chagas abertas dessas obras, obras que levam, às vezes, quatro, seis, oito ou dez anos para se realizar. A obra lá perto do aeroporto acho que já completou dez anos e não está nem perto de terminar, a obra da Anita também, e essas foram obras que foram incluídas no discurso relativo à Copa, né? Assim como também do aeroporto, a maldade que se fez com as famílias da Vila Dique, retirando parte das famílias, interrompendo serviços que aconteciam naquela região - sem substituí-los por serviços similares em outras regiões, para onde aquelas famílias foram levadas. Pessoas vivendo em moradias inadequadas... A Copa trouxe isso tudo para Porto Alegre, todas estas dimensões, e eu tenho certeza que se a gente parar para olhar com mais cuidado a gente vai achar ainda outras expressões da Copa em Porto Alegre.

[E] E essa questão das obras da Copa, tu chega a perceber, ou nos teus estudos tu chegou a perceber isso de ter alguma lógica de local, ou de obras em específico, do porquê que elas ocorreram...?

[B] A lógica é emprestada pela sanha do mercado imobiliário combinada com a sanha empresarial ou das construtoras e dos arranjos que as construtoras têm com, tanto as elites das cidades, países ou estados, quanto a elite política, quanto a elite econômica. Tem sido frequentemente identificado, um grupo que lidera essas iniciativas que envolve políticos, líderes empresariais sobretudo ligados a construtoras e outras áreas próximas à construção civil, que identificam o potencial comercial de algumas dessas iniciativas e quase sempre isso significa transformar áreas de moradias populares ou irregulares em áreas de altíssimo custo, tanto em termos de moradia quanto em termos de serviços que serão oferecidos. Então, além do aluguel dos imóveis existentes ficarem muito mais caros, são expulsas famílias que não têm consolidada sua posse do terreno e moradia, são construídos condomínios e prédios de luxo, que trazem então uma população diferente para aquela região, uma população que vai ter acesso a um conjunto de serviços diferenciados, como: shoppings centers, restaurantes, mercados,... e vão ter custos elevadíssimos com relação aos custos dos empreendimentos que existiam naquele local anteriormente. Isso vai causar uma segunda expulsão - a língua inglesa trata esse fenômeno como "gentrificação", é um encarecimento (eu tenho traduzido assim para o português), o encarecimento da vida acaba expulsando as pessoas daquela determinada região. Enfim, eu tenho identificado essas diversas iniciativas, tanto em Porto Alegre quanto em outras cidades do Brasil, e eu acho que é ainda mais fácil de enxergar isso na cidade do Rio de Janeiro, que tem sido laboratório dessas iniciativas, pelo menos há dez anos - desde antes de 2007, dos Jogos Panamericanos e Para Panamericanos. Então depois da realização do Rock in Rio, dos Jogos Militares Mundiais, da visita do Papa, da Jornada Mundial da Juventude, a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e agora os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, têm acontecido numa dinâmica de constante realização desse processo que eu acabei de descrever.

[E] E dentro do âmbito econômico, quais foram as principais consequências aqui em Porto Alegre?

[B] Eu tinha falado antes, uma consequência foi que a FIFA bateu o recorde de lucro com a edição da Copa do Mundo no Brasil e é importante lembrar que a África já tinha batido, a Copa da África do Sul também bateu recorde, que tinha sido batido pela Alemanha, quatro anos antes. Então nos últimos oito a doze anos a FIFA vem aumentando significativamente seus lucros. Isso acontece também por uma série de processos que são desencadeados no contexto do universo do futebol e a sua relação sobretudo com as empresas que transmitem os jogos - o dinheiro do broadcast vindo da transmissão dos jogos é o que é mais importante, mais do que os ingressos, mais do que os patrocínios

diretos e indiretos, mas a Copa do Mundo do Brasil em termos econômicos, assim como também a da África do Sul, tem um elemento fortíssimo de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. O Brasil teve pelo menos 97,5% dos recursos para a Copa do Mundo advindos da esfera pública, sendo que o Ricardo Teixeira, então presidente da CBF e chefe da missão brasileira na candidatura do Brasil à Copa do Mundo, fez seu primeiro discurso após a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo (em 2007) dizendo que seria a Copa da iniciativa privada e que eles não pediriam dinheiro público para isso. Infelizmente ele foi, depois, afastado, por fim cassado e está sendo agora processado e provavelmente vai ser preso, mas os seus sucessores - e mesmo enquanto ele ainda era presidente - não levaram em frente essa promessa. Esse é um fator importantíssimo para entender a economia e a economia política da Copa: o assalto aos cofres públicos, por meio do esporte, que os megaeventos têm promovido. Outra dimensão é, com certeza, o que o discurso oficial tem chamado de modernização ou profissionalização do futebol e do esporte, o que significa a adoção de um modelo comercial para clubes desportivos. Um pouco inspirado no modelo dos Estados Unidos e um pouco inspirado no que sugerem dois atores importantes: os patrocinadores e as redes de televisão ou transmissoras. Colocando o torcedor que, pelo menos no Brasil, foi ao longo dos últimos 150 anos, pelo menos, a força motriz do esporte - levando então essa força motriz a um segundo plano e colocando em primeiro plano o aspecto comercial. Os estádios se transformando em arenas, o torcedor se transformando em um visitante, um espectador. Óbvio que isso não acontece sem contradição - existem movimentos fortes contra o futebol moderno, contra a modernização dos estádios, pela torcida... Existe uma defesa dessa característica mais apaixonada, que a gente costuma chamar no Brasil de torcida, tem em relação ao esporte e ao futebol em particular, mas estas expressões da economia e do aspecto social dos impactos dos megaeventos no futebol brasileiro, para mim são alguns dos mais importantes e aqueles que não podem ser esquecidos.

[E] Tu acha que o atraso das obras e os problemas que houveram como a morte dos trabalhadores nelas envolvidos ou morte de transeuntes, propiciou um aumento do investimento público, um aumento do valor final da obra?

[B] É preciso ter em mente que um argumento da realização do megaevento esportivo tem, pelo menos em relação aos países do sul global, significado uma flexibilização da legislação para permitir o apressamento, o encarecimento e a precarização das condições da realização de obras de grande porte. O apressamento se dá porque se cria uma agenda que é apertada e que tem um prazo que não pode ser mudado, como por exemplo uma Copa do Mundo se realiza de quatro em quatro anos, entre junho e julho (de vez em quando se fala em mudar a época, mas nunca se mudou - assim como também as Olimpíadas, a não ser, por exemplo, no caso de guerras mundiais). Então apressa, essa flexibilização da legislação apressa. Encarece porque as coisas

que têm que ser feitas em menos tempo acabam ficando mais caras, e a gente tem vários exemplos disso: se a gente vai enviar uma coisa pelo correio do Brasil a gente pode enviar usando o correio normal ou pelo Sedex - e o Sedex é bem mais caro que o correio, então encarece. E a gente vai voltar para esse encarecimento logo em seguida (se eu esquecer por favor me lembra - o atraso nas obras que também está ligado ao encarecimento). E precariza porque as coisas são feitas apressadamente, obviamente se a gente tenta fazer qualquer tarefa básica em determinado tempo e depois tenta repetir em um tempo menor é provável que a gente cometa algum equívoco e tenha algum microacidente. Em relação às obras também, então precariza no sentido de que as condições... Nós aqui em Porto Alegre, por exemplo, tivemos a visita de autoridades públicas aos dormitórios dos trabalhadores que estavam construindo/fazendo a reforma do Beira Rio, assim como também dos trabalhadores que trabalharam na construção da Arena do Grêmio, que teve relação com a Copa do Mundo (foi campo de treinamento e foi candidata, o Grêmio tentou ser candidato a sede dos jogos também, então tem uma relação direta com a Copa do Mundo) e essas pessoas estavam vivendo em lugares que não eram adequados à moradia. Houve mortes, é preciso dizer sem cinismo que, infelizmente, existe uma estatística de mortes em grandes obras, são pessoas que estão lidando com materiais extremamente pesados, maquinários extremamente pesados, mas nós não podemos dizer que isso é normal, que isso é natural, que isso não poderia ser evitado. Provavelmente isso poderia ser evitado e seria evitado se não houvesse esse apressamento e se não houvesse essa precarização. Em relação ao encarecimento, eu tenho elementos para afirmar que o encarecimento das obras não foi um acidente, foi um recurso utilizado, pelas partes interessadas, para conseguir fazer as obras custarem mais caro. Um elemento bastante simples é o seguinte: as mesmas empresas que estavam atrasadas ganharam a licitação para terminar as obras que elas não tinham terminado antes, dizem por argumento que a legislação tinha facilitado, mas então eles não precisariam fazer uma nova licitação, eles poderiam só flexibilizar a legislação - mas eles preferiram fazer uma nova licitação para poder cobrar mais e ganhar mais dinheiro, e isso provavelmente também envolve uma esfera do poder público que provavelmente também deve ter lucrado de maneira ilícita, e eu falo isso sem nenhum medo de ser leviano por conta do fato de que os quatro presidentes, das quatro maiores empresas de construção brasileira - as quatro irmãs - estão, hoje, presos, estão na cadeia, ameaçando delatar atores públicos, do poder público, que participaram das suas jogadas ilegais para ganhar mais dinheiro. E também evidências que começaram a ser levantadas agora e que provavelmente vão desencadear em processos específicos de que o dinheiro público utilizado na construção ou reforma de estádios para a Copa do Mundo foi mal administrado e administrado de maneira criminal. Um exemplo disso é um desdobramento da Operação Lava Jato em relação à construção do Estádio do Corinthians, em São Paulo (o

Itaquerão), que vai provavelmente desencadear uma série de novas prisões e de descobertas de desvios de recursos públicos.

[E] Tu teria alguma sugestão de ações que poderiam atenuar ou eliminar os efeitos negativos da realização dos megaeventos?

[B] Eu acredito que a realização de uma Copa do Mundo ou de uma Olimpíada em determinado país vai ter sempre consequências importantes - é um acontecimento muito importante, pode ter consequências graves, pode ter consequências positivas. Eu vou dar um exemplo: por conta da atenção que chama é muito provável que chame atenção, também, de grupos que querem usar o terror para marcar seu ponto de vista - e isso dificilmente pode ser totalmente neutralizado. Por outro lado, por conta deste mesmo fator, também é um momento das culturas se conhecerem - seja fisicamente, seja virtualmente. Essas questões dificilmente elas vão se balancear, mas eu acredito que a principal iniciativa, o próximo passo para que o movimento olímpico e também o futebol internacional possa começar a reconquistar a credibilidade junto às comunidades internacionais - e aí é bom lembrar que a FIFA tem praticamente toda a sua direção hoje, ou na cadeia ou sendo processada e que o movimento olímpico alguns anos atrás foi obrigado a fazer uma série de expurgos e criar uma série de protocolos para tentar evitar problemas. E que estes problemas sempre aparecem - nós estamos vivendo agora uma crise em relação ao doping (toda a delegação da Rússia chegou a ser suspensa da Olimpíada e isso não acontecia desde o ano de 1984 quando a Rússia e o Bloco Soviético - o bloco socialista - por iniciativa própria boicotaram os jogos de Los Angeles), então é um acontecimento muito importante que está ligado à história da corrupção, a corrupção dos valores que eles mesmos defendem, a agressão à integridade física de seres humanos. Eu acredito que a única forma de nós começarmos a caminhar no sentido de reverter esse quadro, é a inclusão de esferas representantes da sociedade civil nesses movimentos, quebrando a sua autoproclamada autonomia institucional. Eu acho que alguns desses atores deveriam ser especificamente nomeados, entre eles: diversos setores das Organizações das Nações Unidas (vou dar exemplo: a UNESCO, a cadeira especial para moradia adequada, a cadeira especial de direitos humanos,...) e uma série de outras organizações que gozam de respeito na esfera internacional, com foco setorial, entre elas aquelas organizações não governamentais ligadas em organizações, movimentos sociais e organizações políticas ligadas a questões como: direitos humanos, meio ambiente, direitos das mulheres, direitos de trabalhadores, militantes da área da democracia, da liberdade religiosa,... Essa aproximação poderia, por um lado começar a dar mais credibilidade a este movimento que tem sido cada vez mais comercializado, como por outro lado poderia trazer consequências práticas em ações concretas para que estas áreas específicas, assim como também os próprios megaeventos esportivos, pudessem se desenvolver de maneira mais humana - e quando eu digo mais humana é no

sentido de caminhar para a realização humana e não para a realização do Capital.

[E] Para ressaltar os positivos, seria agir dentro da mesma lógica, ou teriam outras sugestões?

[B] Nesse campo há pontos positivos: a estrutura da FIFA e a estrutura do COI são estruturas corruptas e corrompidas (o COI um pouco menos) mas são estruturas que precisam ser reformadas no sentido da democratização e da gestão dos seus rumos em um sentido menos comercial. Entre os aspectos positivos, talvez o único aspecto positivo que eu pudesse ressaltar é o fato de que as ações ligadas à Agenda 2020 - que é o protocolo de ações ligado ao Movimento Olímpico Internacional para dar conta destes problemas da natureza que eu citei que eles identificaram, tá andando e provavelmente vai ser renovada a partir de 2020, ou seja, o movimento olímpico parece estar buscando agora uma forma de estar permanentemente fazendo sua auto-avaliação, seu auto-controle e sua mudança. Embora eu ache que seria extremamente necessário que também houvesse auditorias externas em relação a esses sistemas. E a FIFA, a gente poderia dizer que teria sido positivo o fato que diversos diretores da FIFA foram presos ou estão respondendo a processos, mas aqueles que entraram, tanto na FIFA quanto na CBF, são tão ou mais sujos quanto aqueles que saíram então não tem aspecto positivo. Em relação ao futebol a gente tem só a temer.

[E] Quem saiu ganhando com a Copa de 2014?

[B] Em termos gerais eu diria que a elite burguesa saiu ganhando, em suas diversas expressões. Eu já citei alguns grupos específicos: a elite política - algumas elites políticas - conseguiram se valer dos jogos para catapultar seus interesses assim como também suas posições; algumas elites econômicas ligadas a poderes municipais, estaduais, regionais e nacionais também, apesar de nós termos aí gente presa e coisa assim, eles tiveram bastante lucro e alguns casos específicos, bastantes vantagens. Por outro lado, com os problemas e com a politização do debate em relação ao esporte no Brasil a partir das Jornadas de Junho, eu tendo a crer que aqueles que queriam se beneficiar dos jogos tiveram muito mais a perder do que a ganhar. Com, talvez, uma pequena exceção de algumas esferas no Rio de Janeiro - porque o Rio de Janeiro é um universo à parte, tem uma situação de informação que pertence de maneira muito particular ao Rio de Janeiro (é difícil de entender, inclusive), e eu acho que a elite política do Rio de Janeiro assim como também a elite econômica do Rio de Janeiro têm conseguido, a partir de algumas iniciativas específicas, apesar dos problemas aparecerem (eles não conseguem esconder os problemas) eles conseguem reverter a situação, um pouco por conta de recursos discursivos, um pouco por uso da força (e quando eu digo força não é só a força policial, mas a força econômica também - o domínio dos meios de comunicação, o domínio da estrutura comunitária, e assim por diante no Rio de Janeiro). Mas em geral, os

megaeventos me parecem que não foram a pedra de salvação da esfera política ou pelo menos, como esses que lutaram tanto para realizar estes eventos teriam esperado.

[E] Pensando agora que a Dilma não está no poder nas Olimpíadas, né?

[B] A gente pode dar esse exemplo: o Lula que fez tanto, brigou tanto pela Copa e pela Olimpíada, me parece que não pôde aparecer durante a Copa, muito, também em função de ser alvo de protestos. Em 2013, a Dilma foi vaiada na abertura da Copa das Confederações - acredito que ele temia também ser alvo de protestos, então não apareceu tanto. E agora nas Olimpíadas, depois de todo o investimento do Partido dos Trabalhadores, a sua principal expressão no momento (formal ou oficial) está prejudicada e parece que também não vai poder aparecer muito no ano que vem por causa disso. O Lula também está nessa discussão de ser candidato ou não mas também tem receio de ser alvo. E o presidente interino está numa situação extremamente precária, acredito que também a sua participação vai ser dificultada: eu me pergunto quem vai declarar os jogos abertos.

[E] O Eduardo Paes?

[B] Vai ser uma inovação, geralmente é a expressão máxima do poder em determinado país. A gente vai saber em alguns dias, mas já podemos saber que não vai ser como a gente gostaria que fosse.

[E] Tu tem algo a mais que gostaria de deixar registrado para essa pesquisa?

[B] Não, eu acho que da forma como tu montasse as perguntas, acho que tu conseguiste explorar alguns dos temas mais importantes e fico bastante feliz que tu tenha te preocupado também em procurar soluções aos problemas. A negação dos problemas ou das possíveis soluções é a negação de um futuro possível para o esporte, onde o esporte seja uma forma de ligação humana e não um domínio do capital e por isso acho que nós não teríamos muito mais para fazer agora nessa entrevista, talvez no futuro aí, em colaboração com outros utópicos como nós a gente possa, em coletivo, organizar isso de maneira mais sistematizada para quem sabe poder entrar no confronto com as forças do lado de lá que vão dizer exatamente o contrário: que o futebol deve ser profissional e empresarial, e eles vão ter uma série de recursos e ferramentas para fazer a argumentação deles. Então temos que nos organizar para estar melhor preparados que eles para esse momento de discussão, de diálogo, de debate.

[E] Acho que é isso, obrigada pela disponibilidade, desculpa a correria e o cansaço pelo acúmulo de tarefas a que te expus.

**ANEXO A – MATRIZ DE RESPONSABILIDADES RIO GRANDE DO
SUL/PORTO ALEGRE**

**MATRIZ DE RESPONSABILIDADES QUE ENTRE SI CELEBRAM OS ENTES
FEDERATIVOS ABAIXO NOMINADOS COM O OBJETIVO DE VIABILIZAR A
EXECUÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NECESSÁRIAS À
REALIZAÇÃO DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES FIFA 2013 E DA COPA DO
MUNDO FIFA 2014**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO ESPORTE**, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar, em Brasília/DF, CNPJ nº 02.961.362/0001-74, neste ato representado pelo seu Ministro, Senhor **Orlando Silva de Jesus Júnior**, RG nº 319.902.404 – SSP/BA e do CPF nº 565.244.555-68; o **GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, situado na Praça Marechal Deodoro, s/nº, em Porto Alegre/RS, CNPJ nº 87.934.675/0001-96, neste ato representado pela sua Governadora, Senhora **Yeda Rorato Crusius**, RG nº **7006016358** SSP/RS e do CPF nº 154.198.190-15; e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**, situada na Praça de Montevideu, 10, em Porto Alegre/RS, CNPJ nº 92963560/0001-60, neste ato representada pelo seu Prefeito, Senhor **José Alberto Fogaça de Medeiros**, RG nº 300415537-4 SSP/RS e do CPF nº 063.015.250-00,

CONSIDERANDO QUE:

I – A Copa do Mundo FIFA 2014 será um dos maiores eventos esportivos do mundo, com a participação de atletas e técnicos representando 32 países, e que será realizada no período de junho a julho de 2014, em data a ser fixada pela FIFA;

II – O Brasil, em 30 de outubro de 2007, foi escolhido pela FIFA como país sede da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 e (juntas denominadas “Competições”);

III – Foi assinado um Termo de Compromisso entre o Comitê Organizador Brasileiro Ltda. (“Comitê Organizador”), pessoa jurídica de direito privado, reconhecido pela FIFA, constituído com o objetivo de zelar pela observância de todas as obrigações e prazos inerentes à organização das “Competições”, e cada uma das “Cidades Candidatas”, pelo qual as cidades selecionadas à sede das “Competições” se comprometeram a firmar os instrumentos necessários à conjunção de esforços entre os Entes Federativos para definição de prioridades, prazos e responsabilidades relativos aos empreendimentos relacionados às “Competições”;

IV – Das 18 (dezoito) cidades candidatas, 12 (doze) cidades foram selecionadas como Cidades-Sede (Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador); e

V – Há necessidade da conjugação de esforços por parte de todas as instâncias governamentais (Federal, Estadual, Municipal e Distrital), entidades e população, para assegurar o sucesso e a realização das “Competições”;

RESOLVEM:

Firmar a presente **Matriz de Responsabilidades** com o objetivo de viabilizar a execução das ações governamentais necessárias à realização das “Competições”, sob o regime de mútua cooperação, mediante as considerações, cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Instrumento tem por objeto a definição da Matriz de Responsabilidades de cada um dos seus signatários (União, Estado, Distrito Federal ou Município) para a execução de medidas conjuntas e projetos imprescindíveis para a realização das “Competições”, por meio das ações constantes dos documentos Anexos e futuros Termos Aditivos, partes integrantes desta Matriz de Responsabilidades.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES

Cabe aos partícipes definir e viabilizar os meios necessários para atingir o objeto da presente Matriz de Responsabilidades, bem como implementar as ações previstas e referenciadas nos Anexos e seus futuros Aditivos, observando suas competências institucionais e o disposto na Cláusula Terceira deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTÍCIPIES

I - Compete ao Estado e/ou ao Município, sem prejuízo da repartição de atribuições prevista nos Anexos, executar e custear as intervenções associadas às “Competições” e expressas nesta Matriz, referente a:

- i) Mobilidade Urbana;
- ii) Entorno dos estádios;
- iii) Entorno de aeroportos; e
- iv) Entorno de terminais turísticos portuários.

II - Compete à União executar e custear as intervenções em:

- i) Aeroportos: terminais de passageiros, pistas e pátios; e
- ii) Portos: terminais turísticos.

III - A União oferecerá aos entes e aos proprietários dos estádios a possibilidade de contratar financiamento a intervenções em Estádios e Mobilidade Urbana, nas condições estabelecidas em resolução do Conselho Monetário Nacional, exigindo do tomador de recursos adequação e satisfação com estas e outras condições requeridas para a assinatura do contrato de financiamento.

IV - Os Estados e Municípios deverão observar rigorosamente a legislação específica para a contratação de operações de crédito, em especial, mas não se limitando às seguintes normas: Lei Complementar 101/2000 e Resoluções do Senado Federal nº 40/2001 e nº 43/2001. Os Estados deverão incluir as referidas operações de crédito nos seus respectivos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

V - Os projetos destacados nos anexos são compatíveis com o calendário das “Competições”, sendo sua conclusão em tempo hábil responsabilidade exclusiva dos respectivos executores. Eventuais atrasos de cronograma deverão ser imediatamente comunicados às demais partes desta Matriz de Responsabilidades, assim como as providências identificadas para a conclusão do projeto em prazo compatível com as “Competições”. Caso os atrasos previstos tragam prejuízos às “Competições”, o executor deverá indicar as medidas mitigadoras e se responsabilizar por sua implementação, inclusive financeiramente, de modo a minimizar o impacto esperado nas “Competições”.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES

I – As ações previstas na presente Matriz de Responsabilidades não são exaustivas, sendo que todas as alterações e complementações necessárias serão consolidadas mediante assinatura de Termos Aditivos.

II – Os partícipes atestam seu comprometimento com todas as cláusulas e disposições da presente Matriz de Responsabilidades e futuros Aditivos, empenhando os recursos possíveis a seu alcance.

III – É obrigatória a publicação desta Matriz de Responsabilidades pelos signatários deste Documento.

IV – Os prazos estipulados nos Anexos pressupõem a realização de todas as etapas necessárias para a conclusão da obra.

V – Todos os documentos que se fizerem necessários à execução das ações previstas na presente Matriz de Responsabilidades e seus Anexos serão considerados partes integrantes deste Instrumento.

VI – Os partícipes deverão indicar as fontes orçamentárias utilizadas no custeio de todas as ações relacionadas nesta Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos.

VII – Outras ações voltadas à realização das “Competições”, que não estejam previstas na presente Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos, poderão ser executadas pelos signatários, desde que custeadas por receitas provenientes exclusivamente de seus orçamentos próprios, parcerias ou patrocínios.

VIII – Com a preocupação de viabilizar ao máximo os investimentos, os partícipes poderão optar por qualquer modelo de contratação, sempre de acordo com a legislação específica.

IX – Deverão ser discriminados meios eficazes para o gerenciamento e a fiscalização dos projetos de empreendimentos e dos investimentos realizados, inclusive por meio de terceiros especialmente contratados para este fim, permitindo-se o monitoramento do cumprimento dos prazos de execução e do atendimento aos requisitos técnicos exigidos pela FIFA.

X – Caberá aos signatários indicar interlocutores oficiais, que comporão o Comitê de Responsabilidade da Copa 2014, a fim de centralizar e uniformizar as informações relativas às ações previstas nesta Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos.

XI – As responsabilidades dos signatários não se limitam às previstas nesta Matriz de Responsabilidades, estendendo-se àquelas decorrentes de compromissos assumidos perante a FIFA e/ou o “Comitê Organizador”.

CLÁUSULA QUINTA – DO MONITORAMENTO

Caberá à União a criação, implantação e gestão de sistema de monitoramento, unificando e uniformizando um canal de informação para interlocução direta entre os signatários, bem como para consulta e fiscalização de todas as ações por órgãos de controle do Governo Federal, Estados, Municípios, Distrito Federal e por toda a sociedade.

Parágrafo único. Os signatários se obrigam a disponibilizar todas as informações necessárias à alimentação e atualização do sistema, inclusive aquelas realizadas exclusivamente com recursos próprios.

CLÁUSULA SEXTA – DO COMITÊ PARA A COORDENAÇÃO, O ACOMPANHAMENTO E A AVALIAÇÃO

Os interlocutores oficiais indicados na forma do inciso X da Cláusula Quarta constituirão comitê que se responsabilizará pela coordenação e consolidação das ações previstas na presente Matriz de Responsabilidades.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

A liberação de quaisquer recursos financeiros previstos nas ações desta Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos, somente será efetivada após a assinatura do presente Instrumento.

§ 1º Os signatários da presente Matriz de Responsabilidades não estão eximidos de cumprir demais exigências necessárias à obtenção de recursos, inclusive de firmar compromissos, convênios e contratos.

§ 2º A contrapartida ao financiamento oferecido pela União é de responsabilidade exclusiva do Tomador, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União.

§ 3º Eventual alteração no orçamento, que gere a necessidade de aporte de recursos superior ao previsto nas ações desta Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos, será de responsabilidade exclusiva da parte executora do empreendimento, devendo a União ser imediatamente informada da elevação de custos.

§ 4º Para a execução das atividades pactuadas nesta Matriz de Responsabilidades e eventuais Termos Aditivos que envolvam recursos financeiros, os partícipes deverão observar rigorosamente a legislação pertinente, em especial, mas não se limitando às seguintes Leis: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e Lei Complementar 101/2000.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÕES

A presente Matriz de Responsabilidades vigorará da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogada por acordo dos partícipes.

Parágrafo único. A alteração ou complementação da presente Matriz de Responsabilidades ocorrerá a qualquer tempo, por acordo dos partícipes, mediante a celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

O presente Instrumento poderá ser denunciado pelos partícipes e rescindido a qualquer tempo, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, apenas nos casos de exclusão do país ou cidades-sede das “Competições” ou de descumprimento das obrigações pactuadas nesta Matriz de Responsabilidades.

Parágrafo único. A exclusão da cidade-sede, por qualquer motivo que seja, desobrigará os signatários das responsabilidades previstas nos Anexos e Termos Aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS COMUNICAÇÕES

As comunicações entre as partes havidas no âmbito deste Instrumento poderão ser realizadas por quaisquer meios eletrônicos e/ou telegráficos, tais como: mensagem eletrônica, fac-símile, videoconferência, entre outros.

Parágrafo único. Especificamente no que tange às notificações para cumprimento de eventuais obrigações não concluídas no prazo assinalado nesta Matriz, a comunicação deverá ser realizada por Cartório de Títulos e Documentos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias desta Matriz de Responsabilidades deverão ser resolvidos administrativamente entre os partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando-se prazo para resposta. Todas as questões que não puderem ser resolvidas desta forma serão dirimidas pelo Supremo Tribunal Federal, *ex vi* do art. 102, inciso I, alínea “f” da Constituição Federal, ou, no caso do Município partícipe, pelo Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília-DF.

E, por estarem assim justos e de acordo, firmam este Instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, que também assinam, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

Brasília, 13 de janeiro de 2010.

ORLANDO SILVA DE JESUS JUNIOR
Ministro de Estado do Esporte

YEDA RORATO CRUSIUS
Governadora do Estado do Rio Grande do Sul

JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal de Porto Alegre

TESTEMUNHAS

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

TERMO DE COMPROMISSO

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO ESPORTE**, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar, em Brasília/DF, CNPJ nº 02.961.362/0001-74, neste ato representado pelo seu Ministro, Senhor **Orlando Silva de Jesus**

Júnior, RG nº 319.902.404 – SSP/BA, CPF nº 565.244.555-68; o **GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, situado na Praça Marechal Deodoro, s/nº, em Porto Alegre/RS, CNPJ nº 87.934.675/0001-96, neste ato representado pela sua Governadora, Senhora **Yeda Rorato Crusius**, RG nº 7006016358 SSP/RS e do CPF nº 154.198.190-15; a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**, situada na Praça de Montevideu, 10, em Porto Alegre/RS, CNPJ nº 92963560/0001-60, neste ato representada pelo seu Prefeito, Senhor **José Alberto Fogaça de Medeiros**, RG nº 300415537-4 SSP/RS, CPF nº 063.015.250-00; e **SPORT CLUB INTERNACIONAL**, situado na Avenida Padre Cacique, 891, CNPJ nº 92.894.500/0001-32, proprietário do Estádio José Pinheiro Borda – “Beira Rio”, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor **Vitorio Carlos Costi Piffero**, RG nº 1001435146 SSP-RS, CPF nº 184.618.080-53,

CONSIDERANDO QUE:

I – foi assinado entre a União, Estados e Municípios documento denominado Matriz de Responsabilidades, com o objetivo de definir as responsabilidades dos signatários para a execução de medidas conjuntas e projetos imprescindíveis para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 (*Competições*);

II – uma das principais ações previstas na Matriz de Responsabilidades é a execução das intervenções necessárias nos estádios selecionados para sediar os jogos das *Competições*, sendo estes os principais palcos das *Competições*, sem os quais estas não poderão ser realizadas;

III – 3 (três) das 12 (doze) Cidades-Sede pretendem utilizar estádios particulares para a realização dos jogos das *Competições*, quais sejam, Curitiba, Porto Alegre e São Paulo;

IV – cada um dos proprietários dos Estádios assinou compromisso perante a FIFA denominado *Stadium Agreement*, no qual estão previstos os prazos de início e término das intervenções necessárias ao atendimento dos requisitos técnicos mínimos estabelecidos para que o Estádio seja utilizado como palco das *Competições*;

V – Os proprietários dos Estádios, bem como Estados e Municípios relacionados às *Competições*, assinaram Termo de Compromisso com o Comitê Organizador Brasileiro Ltda., pelo qual se comprometem a observar todo e qualquer prazo estipulado naquele ou em outros documentos, como critério fundamental para manutenção da condição de cidade-sede; e

VI – está disponível no BNDES linha de financiamento com parâmetros equivalentes aos estabelecidos na Resolução 3.801 do Conselho Monetário Nacional, para contratação de operações de crédito com vistas à construção e reforma dos Estádios que serão palco da Copa do Mundo FIFA 2014, **RESOLVEM** firmar o presente Termo de Compromisso, **comprometendo-se a:**

i) tomar as medidas cabíveis para que as intervenções necessárias no Estádio José Pinheiro Borda – “Beira Rio” sejam iniciadas até 01 de março de 2010;

ii) concluir as obras do Estádio José Pinheiro Borda – “Beira Rio”, até 31 de dezembro de 2012, data limite para a entrega dos Estádios que servirão de palco para as *Competições*, completamente adaptado ao projeto inicialmente aprovado pela FIFA; e

iii) disponibilizar todas as informações necessárias ao acompanhamento das ações relacionadas às *Competições*, em especial no que diz respeito à execução das obras do Estádio José Pinheiro Borda – “Beira Rio” para adequação às exigências da FIFA, com o intuito de alimentação e atualização do Sistema de Informações Gerenciais (SIG), que será criado e implantado pelo Governo Federal.

Brasília, 13 de janeiro de 2010.

ORLANDO SILVA DE JESUS JUNIOR
Ministro de Estado do Esporte

YEDA RORATO CRUSIUS
Governadora do Estado do Rio Grande do Sul

JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal de Porto Alegre

VITORIO CARLOS COSTI PIFFERO
Presidente do Sport Club Internacional

PORTO ALEGRE - RIO GRANDE DO SUL

ANEXO A

MOBILIDADE URBANA

Corredor Avenida Tronco ¹						RS-A.01
Total do Projeto: R\$ 133,6 milhões						
Referência	Ação	Valor (em R\$ milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
RS-A.01/01	Corredor Avenida Tronco - Projeto Básico	0,0*	Dez/09	Dez/10	Governo Municipal	Governo Municipal
RS-A.01/02	Corredor Avenida Tronco - Desapropriações	4,3**	Jun/10	Dez/12	Governo Municipal	Governo Municipal
RS-A.01/03	Corredor Avenida Tronco - Obras	129,3	Dez/10	Dez/12	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Municipal

¹ As contrapartidas serão definidas conforme regras da linha de financiamento

(*) O projeto compõe o Plano de Trabalho assinado com o Termo de Cooperação firmado entre a Prefeitura de Porto Alegre e o CIERGS, não implicando em custos ao Município.

(**) A informação será confirmada com a elaboração do Projeto Básico.

Corredor 3º Perimetral (05 obras de arte) ¹						RS-A.02
Total do Projeto: R\$ 120,4 milhões						Ad-01 ²
Referência	Ação	Valor (em R\$ milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
RS-A.02/01	Corredor 3º Perimetral (obras de arte) – Projeto Básico	0,0*	Jan/10	Jun/10	Governo Municipal	Governo Municipal
RS-A.02/02	Corredor 3º Perimetral (obras de arte) – Desapropriações	25,8**	Jun/10	Dez/11	Governo Municipal	Governo Municipal
RS-A.02/03	Corredor 3º Perimetral (obras de arte) - Obras	94,6	Jun/10	Jun/12	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Municipal

¹ As contrapartidas serão definidas conforme regras da linha de financiamento

² Anexo modificado em abril de 2010. Valor anterior : R\$ 96,04 milhões. Acréscimo: R\$ 4,0 milhões (desapropriação) e R\$ 20,0 milhões (obras) – Duas obras de arte (Ad-01)

(*) O projeto compõe o Plano de Trabalho assinado com o Termo de Cooperação firmado entre a Prefeitura de Porto Alegre e o CIERGS, não implicando em custos ao Município.

(**) A informação será confirmada com a elaboração do Projeto Básico.

Corredor Padre Caciقة / Av. Beira-Rio (Av. Edvaldo Pereira Paiva) ¹						RS-A.03
Total do Projeto: R\$ 78,2 milhões						Ad-01 ²
Referência	Ação	Valor (em R\$ milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
RS-A.03/01	Corredor Pe. Caciقة / Av. Beira Rio – Projeto Básico	0,0*	Jan/10	Abr/10	Governo Municipal	Governo Municipal
RS-A.03/02	Corredor Pe. Caciقة / Av. Beira Rio – Desapropriações	0,0**	Jun/10	Jun/12	Governo Municipal	Governo Municipal
RS-A.03/03	Corredor Pe. Caciقة / Av. Beira Rio - Obras	78,2	Dez/10	Dez/12	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Municipal

¹ As contrapartidas serão definidas conforme regras da linha de financiamento

² Anexo modificado em abril de 2010. Valor anterior: R\$ 70,00 milhões. Acréscimo: R\$ 8,2 milhões (obras) - Duplicação do 4º Trecho (Ad-01)

(*) O projeto compõe o Plano de Trabalho assinado com o Termo de Cooperação firmado entre a Prefeitura de Porto Alegre e o CIERGS, não implicando em custos ao Município.

(**) A informação será confirmada com a elaboração do Projeto Básico.

Monitoramento dos 3 Corredores ¹						RS-A.04
Total do Projeto: R\$ 13,7 milhões						
Referência	Ação	Valor (em R\$ milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
RS-A.04/01	Monitoramento dos 3 Corredores – Projeto Básico	0,0*	Jan/10	Jun/10	Governo Municipal	Governo Municipal
RS-A.04/02	Monitoramento dos 3 Corredores - Obras	13,7	Jun/10	Dez/11	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Municipal

¹ As contrapartidas serão definidas conforme regras da linha de financiamento

(*) O projeto compõe o Plano de Trabalho assinado com o Termo de Cooperação firmado entre a Prefeitura de Porto Alegre e o CIERGS, não implicando em custos ao Município.

BRT: Protásio Alves (11 estações) ¹						RS-A.05
Total do Projeto: R\$ 53,0 milhões						
Referência	Ação	Valor (em R\$ milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
RS-A.05/01	BRT: Protásio Alves (11 estações) – Projeto Básico	0,0*	Jan/10	Jun/10	Governo Municipal	Governo Municipal
RS-A.05/02	BRT: Protásio Alves (11 estações) – Desapropriações	0,0**	Jun/10	Mar/11	Governo Municipal	Governo Municipal
RS-A.05/03	BRT: Protásio Alves (11 estações) – Obras	53,0	Jun/10	Jun/11	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Municipal

¹ As contrapartidas serão definidas conforme regras da linha de financiamento

(*) O projeto compõe o Plano de Trabalho assinado com o Termo de Cooperação firmado entre a Prefeitura de Porto Alegre e o CIERGS, não implicando em custos ao Município.

(**) A informação será confirmada com a elaboração do Projeto Básico.

BRT: Assis Brasil (7 estações) ¹						RS-A.06
Total do Projeto: R\$ 28,0 milhões						
Referência	Ação	Valor (em R\$ milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
RS-A.06/01	BRT: Assis Brasil (7 estações) – Projeto Básico	0,0*	Jan/10	Jun/10	Governo Municipal	Governo Municipal
RS-A.06/02	BRT: Assis Brasil (7 estações) - Desapropriações	0,0**	Jun/10	Mar/11	Governo Municipal	Governo Municipal
RS-A.06/03	BRT: Assis Brasil (7 estações) - Obras	28,0	Dez/10	Dez/12	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Municipal

¹ As contrapartidas serão definidas conforme regras da linha de financiamento

(*) O projeto compõe o Plano de Trabalho assinado com o Termo de Cooperação firmado entre a Prefeitura de Porto Alegre e o CIERGS, não implicando em custos ao Município.

(**) A informação será confirmada com a elaboração do Projeto Básico.

Corredor Rua Voluntário da Pátria e Terminal de Ônibus São Pedro ¹						RS-A.07 ²
Total do Projeto: R\$ 30,0 milhões						
Referência	Ação	Valor (em R\$ milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
RS-A.07/01	Corredor Rua Voluntária da Pátria e Estação São Pedro – Projeto Básico	0,0*	Mar/210	Set/2010	Governo Municipal	Governo Municipal
RS-A.07/02	Corredor Rua Voluntária da Pátria e Estação São Pedro - Desapropriações	6,0**	Jun/2011	Dez/2012	Governo Municipal	Governo Municipal
RS-A.07/03	Corredor Rua Voluntária da Pátria e Estação São Pedro - Obras	24,0	Jun/2011	Jun/2013	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Municipal

¹ As contrapartidas serão definidas conforme regras da linha de financiamento

² Anexo incluído em abril de 2010

(*) O projeto compõe o Plano de Trabalho assinado com o Termo de Cooperação firmado entre a Prefeitura de Porto Alegre e o CIERGS, não implicando em custos ao Município.

(**) A informação será confirmada com a elaboração do Projeto Básico.

Prolongamento da Avenida Severo Dullius ¹						RS-A.08 ²
Total do Projeto: R\$ 24,0 milhões						
Referência	Ação	Valor (em R\$ milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
RS-A.08/01	Prolongamento da Avenida Severo Dullius - Projeto Básico	0,0*	Mar/2010	Jun/2010	Governo Municipal	Governo Municipal
RS-A.08/02	Prolongamento da Avenida Severo Dullius - Desapropriações	2,4**	Jan/2011	Jun/2012	Governo Municipal	Governo Municipal
RS-A.08/03	Prolongamento da Avenida Severo Dullius - Obras	21,6	Jan/2011	Set/2012	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Municipal

¹ As contrapartidas serão definidas conforme regras da linha de financiamento

² Anexo incluído em abril de 2010

(*) O projeto compõe o Plano de Trabalho assinado com o Termo de Cooperação firmado entre a Prefeitura de Porto Alegre e o CIERGS, não implicando em custos ao Município.

(**) A informação será confirmada com a elaboração do Projeto Básico.

Complexo da Rodoviária ¹						RS-A.09 ²
Total do Projeto: R\$ 21,0 milhões						
Referência	Ação	Valor (em R\$ milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
RS-A.09/01	Complexo da Rodoviária - Projeto Básico	0,0*	Mar/2010	Dez/2010	Governo Municipal	Governo Municipal
RS-A.09/02	Complexo da Rodoviária - Desapropriações	2,0	Mar/2011	Dez/2012	Governo Municipal	Governo Municipal
RS-A.09/03	Complexo da Rodoviária - Obras	19,0	Mar/2011	Mar/2013	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Municipal

¹ As contrapartidas serão definidas conforme regras da linha de financiamento

² Anexo incluído em abril de 2010

(*) O projeto compõe o Plano de Trabalho assinado com o Termo de Cooperação firmado entre a Prefeitura de Porto Alegre e o CIERGS, não implicando em custos ao Município.

(**) A informação será confirmada com a elaboração do Projeto Básico.

BRT: Avenida Bento Gonçalves / Portais Azenha e Antônio Carvalho (2 estações) ¹						RS-A.10 ²
Total do Projeto: R\$ 23,0 milhões						
Referência	Ação	Valor (em R\$ milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
RS-A.10/01	BRT: Avenida Bento Gonçalves e construção dos Portais: Azenha e Antônio Carvalho - Projeto Básico	0,0*	Mar/2010	Set/2010	Governo Municipal	Governo Municipal
RS-A.10/02	BRT: Avenida Bento Gonçalves e construção dos Portais: Azenha e Antônio Carvalho - Desapropriações	0,0	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
RS-A.10/03	BRT: Avenida Bento Gonçalves e construção dos Portais: Azenha e Antônio Carvalho - Obras	23,0	Jun/2011	Jun/2013	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Municipal

¹ As contrapartidas serão definidas conforme regras da linha de financiamento

² Anexo incluído em abril de 2010

(*) O projeto compõe o Plano de Trabalho assinado com o Termo de Cooperação firmado entre a Prefeitura de Porto Alegre e o CIERGS, não implicando em custos ao Município.

(**) A informação será confirmada com a elaboração do Projeto Básico.

ANEXO B

ESTÁDIO / ARENA

Reforma do Estádio do Beira Rio						RS-B.01
Valor do Projeto: R\$ 130,0 milhões						
Referência	Ação	Valor (em R\$ milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
RS-B.01/01	Reforma do Estádio do Beira Rio - Projeto		Não informado		Sport Club Internacional	Sport Club Internacional
RS-B.01/02	Reforma do Estádio do Beira Rio - Obras	130,0	Mar/10	Ago/12	Sport Club Internacional	Sport Club Internacional

ANEXO B – TERMO ADITIVO À MATRIZ DE RESPONSABILIDADES DE
PORTO ALEGRE - SEGURANÇA
TERMO ADITIVO A MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO ESPORTE**, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar, em Brasília/DF, CNPJ nº 02.961.362/0001-74, neste ato representado pelo seu Ministro, Senhor José Aldo Rebelo Figueiredo, RG nº 299.549.549 SSP/SP, CPF nº 164.121.504-63; o **GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, situado na Praça Marechal Deodoro, s/nº, em Porto Alegre/RS, CNPJ nº 87.934.675/0001-96, neste ato representado pelo seu Governador, Senhor Tarso Fernando Herz Genro, RG nº 100.056.728.7 SSP/RS, CPF nº 044.693.210-87 e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE** situada na Praça de Montevideú, 10, em Porto Alegre/RS, CNPJ nº 92963560/0001-60, neste ato representada pelo seu Prefeito, Senhor José Alberto Reus Fortunati, RG nº 100.588.892.8 SSP/RS e do CPF nº 200.434.650-72.

CONSIDERANDO QUE:

I - a Matriz de Responsabilidades foi assinada pelas partes acima qualificadas, em 13 de janeiro de 2010, com o objetivo de definir as responsabilidades dos seus signatários para a execução das medidas conjuntas e projetos imprescindíveis para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014;

II – a cláusula oitava, parágrafo único, dessa Matriz de Responsabilidades, prevê a possibilidade de alteração ou complementação, mediante assinatura de Termo Aditivo; e

III – há necessidade de realização de complementação da Matriz de Responsabilidades no que tange às intervenções relativas à área de Segurança Pública.

RESOLVEM firmar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Termo Aditivo tem como objetivo complementar a Matriz de Responsabilidades, de acordo com os projetos já definidos, conforme seus Anexos. 

Parágrafo Único. O presente Termo Aditivo, bem como seus Anexos, passam a integrar a Matriz de Responsabilidades já assinada, nos termos das Cláusulas Primeira, Segunda e Oitava, Parágrafo Único.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os recursos informados nos anexos SGR-F.01, SGR-F.02, SGR-F.03, SGR-F.04, SGR-F.05, SGR-F.06 e SGR-F.07, serão aplicados em nível nacional, com gerenciamento da União, os quais serão distribuídos, tempestivamente, conforme necessidade específica de cada cidade-sede, a ser definida pelo Governo Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA

É responsabilidade da União planejar, definir, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as ações de segurança pública e defesa associadas às “Competições”.

§1º Caberá ao Ministério da Justiça o planejamento de segurança pública, nos termos definidos nos seguintes documentos:

I - Planejamento Estratégico da SESGE/MJ;¹

II – Caderno de Atribuições;

III - Planejamento Tático;

IV - Planejamento Operacional; e

V – Caderno de Protocolos.²

§2º As ações de defesa ficarão sob responsabilidade do Ministério da Defesa e serão executadas em âmbito nacional pelas Forças Armadas, complementando as ações de segurança pública.

¹ Publicado no Diário Oficial da União de 30/08/2012;

² Os documentos II, III, IV e V serão elaborados pelas Comissões Estaduais de Segurança Pública e Defesa Civil

CLAUSULA QUARTA

§1º Compete ao Estado e/ou Município executar e custear as ações relativas à área de segurança pública associadas às “Competições”, nos termos dos anexos FII e FIII.

§ 2º O Estado e/ou Município reconhece a validade e se compromete a cumprir os termos dos documentos a que se referem os incisos I a V da Cláusula Terceira do presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo Aditivo em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

Brasília-DF, 08 de abril de 2013.


JOSÉ ALDO REBELO FIGUEIREDO
Ministro de Estado do Esporte


TARSO FERNANDO HERZ GENRO
Governador do Estado do Rio Grande do Sul


JOSÉ ALBERTO REUS FORTUNATI
Prefeito Municipal de Porto Alegre

ANEXO FII**RESPONSABILIDADES DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REFERENTES ÀS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA DURANTE A
“COMPETIÇÃO”.**

Para o fim previsto na Cláusula Quarta do Termo Aditivo, compete ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul:

- I) disponibilizar policiamento no Estádio e no entorno deste, na proporção de 01 (um) policial para cada 50 (cinquenta) pessoas presentes no Estádio, levando-se em conta o total de espectadores, atletas, comissões técnicas, imprensa e demais trabalhadores, durante os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014;
- II) disponibilizar 01 (um) policial para cada 80 (oitenta) pessoas nos eventos subordinados e/ou simultâneos, tais como *Fan Fests* e em locais de exibição pública;
- III) disponibilizar 01 (um) policial para cada 100 (cem) unidades habitacionais da rede hoteleira da cidade-sede, durante todo o período da “Competição”, compreendido este os 15 (quinze) dias anteriores e os 10 (dez) dias posteriores ao evento;
- IV) disponibilizar 01 (um) policial para cada 100 (cem) pessoas, nas estações de transporte público, portos e aeroportos da cidade-sede, considerando a média de desembarque nos momentos de pico nos dias em que ocorrerão os jogos;
- V) garantir que, durante todo o período dos jogos, o efetivo empregado no Centro de Comando e Controle não concorra com qualquer outra escala de serviço;
- VI) disponibilizar efetivo proporcional às necessidades dos Centros de Treinamento, definidas de acordo com os parâmetros estabelecidos nos Planejamentos Tático e Operacional;
- VII) disponibilizar 02 (duas) motocicletas e 01 (uma) viatura policial ostensiva em cada ponto de interdição das vias de acesso aos locais de interesse operacional, tais como estádios, *fan fests*, *public viewing*, zona turística e aeroportos;

VIII) disponibilizar 01 (um) rádio comunicador individual para cada policial destacado para o evento;

IX) fornecer o espaço físico no qual será instalado o Centro de Comando e Controle Regional, que deverá dispor de infraestrutura e condições arquitetônicas que garantam a segurança do local;

X) disponibilizar, em até 30 (trinta) dias após a assinatura deste Termo Aditivo:

a. os projetos de arquitetura e de engenharia do espaço físico do Centro de Comando e Controle Regional;

b. informações a respeito da localização, nos projetos de arquitetura e engenharia, dos Sistemas de Vigilância por Câmera, de Gestão de Incidentes, de Localização e Rastreamento Eletrônico, de Inteligência e de Dados Móveis; e

c. o acesso à respectiva instalação física, de pessoal da SESGE/MJ, ou por ela indicada, para visita ou vistoria técnica.

XI) encaminhar relatórios, trimestralmente, informando a evolução das instalações do Centro de Comando e Controle Regional, bem como da situação dos bens e serviços disponibilizados pela SESGE/MJ;

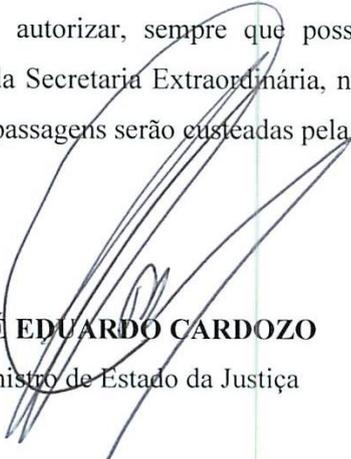
XII) responsabilizar-se pelas despesas relativas à manutenção predial das instalações físicas do Centro de Comando e Controle Regional, tais como limpeza e conservação, segurança patrimonial, materiais de expediente e de consumo, além de despesas inerentes à utilização de serviços de telefonia, energia elétrica e água, dentre outros;

XIII) arcar com as despesas decorrentes da má utilização dos itens adquiridos e disponibilizados pela SESGE/MJ;

XIV) disponibilizar 200 (duzentas) viaturas, nas quais serão instalados os equipamentos de tecnologia embarcada fornecidos pela SESGE/MJ;

XV) disponibilizar 01 (um) helicóptero para policiamento, no qual será instalado o equipamento de imageamento aéreo fornecido pela SESGE/MJ, e 01 (um) helicóptero para resgate aeromédico, para utilização exclusiva nas áreas de interesse operacional, durante todo o período do evento;

- XVI) aderir ao sistema integrador de dados indicado pela SESGE/MJ;
- XVII) disponibilizar os bancos de dados a serem integrados pelo Governo Federal;
- XVIII) instalar câmeras de vigilância cobrindo todos os trajetos das áreas de interesse operacional da Copa do Mundo FIFA 2014, com possibilidade de serem integradas com o Centro de Comando e Controle;
- XIX) realizar a manutenção dos equipamentos que serão disponibilizados pela SESGE/MJ, de forma a garantir que estejam em perfeito estado de operabilidade durante o período da “Competição”;
- XX) autorizar a utilização de braçal padronizado a ser fornecido pela SESGE/MJ para as forças de segurança que realizarão o policiamento ostensivo nas áreas de interesse operacional durante todo o período da “Competição”;
- XXI) disponibilizar as estruturas das Instituições de Ensino de Segurança Pública para a realização de cursos no interesse do evento;
- XXII) autorizar, sempre que necessário e às suas expensas, o deslocamento de servidores do Estado para participarem de reuniões que tratem de assuntos relativos ao presente Instrumento e;
- XXIII) autorizar, sempre que possível, a disponibilização de pessoal para compor os quadros da Secretaria Extraordinária, na condição de colaborador eventual, cujas despesas de diárias e passagens serão custeadas pela SESGE/MJ.



JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Ministro de Estado da Justiça

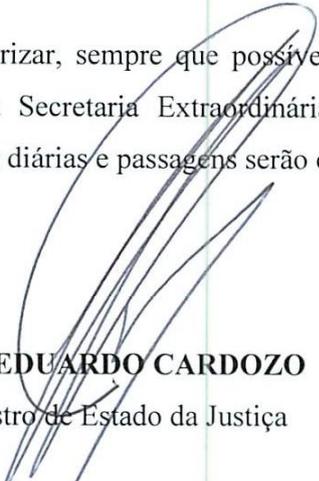


TARSO FERNANDO HERZ GENRO
Governador do Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO FIII**RESPONSABILIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
REFERENTES ÀS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA DURANTE A
“COMPETIÇÃO”.**

Para o fim previsto na Cláusula Quarta do Termo Aditivo, compete à Prefeitura Municipal de Porto Alegre:

- I) garantir que, durante todo o período da “Competição”, o efetivo empregado no Centro de Comando e Controle não concorra com qualquer outra escala de serviço;
- II) disponibilizar efetivo proporcional às necessidades dos Centros de Treinamento, definidas de acordo com os parâmetros estabelecidos nos Planejamentos Tático e Operacional;
- III) autorizar a utilização de braçal padronizado a ser fornecido pela SESGE/MJ para as forças de segurança que realizarão o policiamento ostensivo nas áreas de interesse operacional, durante todo o período da “Competição”;
- IV) autorizar, sempre que necessário e às suas expensas, o deslocamento de servidores do Município para participarem de reuniões que tratem de assuntos relativos ao presente Instrumento e;
- V) autorizar, sempre que possível, a disponibilização de pessoal para compor os quadros da Secretaria Extraordinária, na condição de colaborador eventual, cujas despesas de diárias e passagens serão custeadas pela SESGE/MJ.



JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Ministro de Estado da Justiça



JOSÉ ALBERTO REUS FORTUNATI
Prefeito Municipal de Porto Alegre

ANEXO F
SEGURANÇA

Ações de Segurança Pública: Integração de Instituições e Sistemas						SGR-F.01
Valor total: R\$ 782,0 milhões						
Referência	Ação	Valor (em milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
SGR-F.01/01	Aquisição de sistemas para centralização das operações de segurança	682,0	mai/12	abr/14	Governo Federal	SESGE
SGR-F.01/02	Aquisição de solução para integração dos sistemas de radiocomunicação entre as instituições estaduais e com os órgãos federais	100,0	fev/13	abr/14	Governo Federal	SESGE
SGR-F.01/03	Cessão de um prédio com estrutura adequada para instalação do Centro de Comando e Controle Regional e Instalação de câmeras de monitoramento nos perímetros estabelecidos pela SESGE/MJ		mai/12	fev/13	Governo Estadual	Governo Estadual

ANEXO F
SEGURANÇA

Ações de Segurança Pública: Controle dos Pontos de Entrada no País						SGR-F.02
Valor total: R\$ 158,2 milhões						
Referência	Ação	Valor (em milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
SGR-F.02/01	Fortalecimento da Infraestrutura dos pontos de entrada no País	122,9	ago/12	dez/13	Governo Federal	Governo Federal
SGR-F.02/02	Contratação de sistema e equipamentos para aprimorar a segurança nas estradas brasileiras durante o evento	35,3	ago/12	dez/13	Governo Federal	Governo Federal

ANEXO F
SEGURANÇA

Ações de Segurança Pública: Segurança do Evento						SGR-F.03
Valor total: R\$ 230,0 milhões						
Referência	Ação	Valor (em milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
SGR-F.03/01	Aquisição de equipamentos e sistemas para Segurança do Evento	164,5	mai/12	dez/13	Governo Federal	Governo Federal
SGR-F.03/02	Capacitação, campanhas, treinamentos, simulações e fiscalização do efetivo das instituições de segurança	65,5	set/12	jun/14	Governo Federal	Governo Federal
SGR-F.03/03	Disponibilização dos números de efetivos, viaturas e equipamentos a serem designados pela SESGE/MJ para uso exclusivo no evento, conforme planejamento operacional	-	-	jul/14	Governos Estadual e Municipal	Governos Estadual e Municipal

ANEXO F
SEGURANÇA

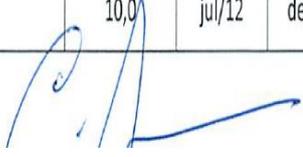
Ações de Defesa - AERONÁUTICA						SGR-F.04
Valor total: R\$ 252,9 milhões						
Referência	Ação	Valor (em milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
SGR-F.04/01	Defesa Aeroespacial e Controle do Espaço Aéreo	251,8	jul/12	dez/14*	Governo Federal	Aeronáutica
SGR-F.04/02	Emprego de Helicópteros	1,1	jul/12	dez/14*	Governo Federal	Aeronáutica

*Os prazos contemplam a desmobilização

ANEXO F
SEGURANÇA

Ações de Defesa - EXÉRCITO						SGR-F.05
Valor total: R\$ 247,4 milhões						
<i>Referência</i>	<i>Ação</i>	<i>Valor (em milhões)</i>	<i>Prazo</i>		<i>Responsabilidade</i>	
			<i>Início</i>	<i>Conclusão</i>	<i>Recursos</i>	<i>Execução</i>
SGR-F.05/01	Comando e Controle	43,7	jul/12	dez/14*	Governo Federal	Exército
SGR-F.05/02	Segurança e Defesa Cibernética	40,0	jul/12	dez/14*	Governo Federal	Exército
SGR-F.05/03	Defesa de Estruturas Estratégicas	10,0	jul/12	dez/14*	Governo Federal	Exército
SGR-F.05/04	Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear	34,7	jul/12	dez/14*	Governo Federal	Exército
SGR-F.05/05	Defesa Contraterrorismo	9,0	jul/12	dez/14*	Governo Federal	Exército
SGR-F.05/06	Emprego de Helicópteros	40,0	jul/12	dez/14*	Governo Federal	Exército
SGR-F.05/07	Preparo e Emprego da Força de Contingência	50,0	jul/12	dez/14*	Governo Federal	Exército
SGR-F.05/08	Fiscalização de Explosivos	10,0	jul/12	dez/14*	Governo Federal	Exército

* Os prazos contemplam a desmobilização



ANEXO F
SEGURANÇA

Ações de Defesa - MARINHA						SGR-F.06
Valor total: R\$ 207,7 milhões						
<i>Referência</i>	<i>Ação</i>	<i>Valor (em milhões)</i>	<i>Prazo</i>		<i>Responsabilidade</i>	
			<i>Início</i>	<i>Conclusão</i>	<i>Recursos</i>	<i>Execução</i>
SGR-F.06/01	Comando e Controle	17,4	jul/12	dez/14*	Governo Federal	Marinha
SGR-F.06/02	Defesa de Estruturas Estratégicas	1,2	jul/12	dez/14*	Governo Federal	Marinha
SGR-F.06/03	Defesa de Área Marítima e Fluvial	134,2	jul/12	dez/14*	Governo Federal	Marinha
SGR-F.06/04	Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear	28,0	jul/12	dez/14*	Governo Federal	Marinha
SGR-F.06/05	Defesa Contraterrorismo	2,1	jul/12	dez/14*	Governo Federal	Marinha
SGR-F.06/06	Emprego de Helicópteros	23,1	jul/12	dez/14*	Governo Federal	Marinha
SGR-F.06/07	Preparo e Emprego da Força de Contingência	1,7	jul/12	dez/14*	Governo Federal	Marinha

* Os prazos contemplam a desmobilização

ANEXO F
SEGURANÇA

Ações de Defesa – ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS-MD						SGR-F.07
Valor total: R\$ 0,9 milhão						
<i>Referência</i>	<i>Ação</i>	<i>Valor (em milhões)</i>	<i>Prazo</i>		<i>Responsabilidade</i>	
			<i>Início</i>	<i>Conclusão</i>	<i>Recursos</i>	<i>Execução</i>
SGR-F.07/01	Comando e Controle	0,9	jan/13	dez/14*	Governo Federal	EMCFA-MD

* Os prazos contemplam a desmobilização